



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

VÍTOR EDUARDO VERAS DE SANDES FREITAS

**ALIANÇAS PARTIDÁRIAS NOS ESTADOS BRASILEIROS: DAS  
COLIGAÇÕES ÀS COALIZÕES DE GOVERNO**

CAMPINAS-SP

2015





UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM CIÊNCIA POLÍTICA

VÍTOR EDUARDO VERAS DE SANDES FREITAS

**ALIANÇAS PARTIDÁRIAS NOS ESTADOS BRASILEIROS: DAS  
COLIGAÇÕES ÀS COALIZÕES DE GOVERNO**

ORIENTADORA: Prof<sup>ª</sup>. Dr<sup>ª</sup> Rachel Meneguello

Tese de Doutorado apresentada ao  
Instituto de Filosofia e Ciências  
Humanas da Universidade Estadual de  
Campinas para a obtenção do título de  
Doutor em Ciência Política.

Este exemplar corresponde à versão final  
da tese defendida pelo aluno Vítor  
Eduardo Veras de Sandes Freitas,  
orientado pela Prof<sup>ª</sup> Dr<sup>ª</sup> Rachel  
Meneguello e aprovada no dia 24 de  
fevereiro de 2015.

CAMPINAS-SP

2015

Ficha catalográfica  
Universidade Estadual de Campinas  
Biblioteca do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas  
Cecília Maria Jorge Nicolau - CRB 8/3387

Sa56a Sandes Freitas, Vítor Eduardo Veras de, 1985-  
Alianças partidárias nos estados brasileiros : das coligações às coalizões de governo / Vítor Eduardo Veras de Sandes Freitas. – Campinas, SP : [s.n.], 2015.

Orientador: Rachel Meneguello.  
Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas.

1. Partidos políticos - Brasil. 2. Eleições - Brasil. 3. Brasil - Política e governo.  
I. Meneguello, Rachel, 1958-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

**Título em outro idioma:** Party alliances in Brazilian states : from electoral to governmental coalitions

**Palavras-chave em inglês:**

Political parties - Brazil

Elections - Brazil

Brazil - Politics and government

**Área de concentração:** Ciência Política

**Titulação:** Doutor em Ciência Política

**Banca examinadora:**

Rachel Meneguello [Orientador]

Valeriano Mendes Ferreira da Costa

Oswaldo Martins Estanislau do Amaral

Maria Teresa Miceli Kerbauy

Carlos Ranulfo Felix de Melo

**Data de defesa:** 24-02-2015

**Programa de Pós-Graduação:** Ciência Política



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS  
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS

A Comissão Julgadora dos trabalhos de Defesa de Tese de Doutorado, em sessão pública realizada em 24 de fevereiro de 2015, considerou o candidato VITOR EDUARDO VERAS DE SANDES FREITAS aprovado.

Este exemplar corresponde à redação final da Tese defendida e aprovada pela Comissão Julgadora.

Profa. Dra. Rachel Meneguello

A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is cursive and appears to read "Rachel Meneguello".

Prof. Dr. Valeriano Mendes Ferreira Costa

A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is cursive and appears to read "Valeriano Mendes Ferreira Costa".

Prof. Dr. Oswaldo Martins Estanislau do Amaral

A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is cursive and appears to read "Oswaldo Martins Estanislau do Amaral".

Profa. Dra. Maria Teresa Miceli Kerbauy

A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is cursive and appears to read "Maria Teresa Miceli Kerbauy".

Prof. Dr. Carlos Ranulfo Felix de Melo

A handwritten signature in black ink, written over a horizontal line. The signature is cursive and appears to read "Carlos R.F. de Melo".



## RESUMO

Esta tese de Doutorado tem como objetivo analisar a lógica de composição de alianças partidárias nos estados brasileiros, no período de 1986 a 2010, tendo como foco de análise quatro estados: Piauí, Ceará, São Paulo e Rondônia. Esta pesquisa buscou compreender como os partidos políticos têm se articulado nos estados brasileiros para a formação de alianças eleitorais e de governo no atual regime democrático. A maior parte da literatura que trata sobre política estadual tem utilizado o argumento de Lima Júnior (1983; 1997) para afirmar que os estados brasileiros possuem dinâmicas políticas particulares e diferenciadas entre si, operando, nesses contextos, “racionalidades políticas contextuais” próprias de cada estado. No entanto, uma vertente mais recente de estudos aponta para uma tendência crescente de alinhamento entre o nível presidencial e estadual de disputas eleitorais, principalmente a partir das eleições gerais de 1994, levando à “presidencialização da competição eleitoral”. Isso teria ocorrido a partir da influência da dinâmica bipolarizada de disputas nos pleitos presidenciais entre PT e PSDB sobre as estratégias aliancistas nas eleições para governador nos estados brasileiros. Os achados desta pesquisa apontam para duas conclusões. Primeiramente, as arenas eleitorais dos estados têm sido, cada vez mais, impactadas pela “presidencialização” da competição, a partir de 1994, diante da estratégia de coordenação de candidaturas por PT e PSDB, limitando os alcances da tese de Lima Júnior para o período em análise neste trabalho. Já quanto às alianças partidárias no âmbito do governo, a tese de Lima Júnior tem maior poder explicativo, pois a dinâmica política na arena governamental estadual permite que os partidos se aliem seguindo os ditames particulares da política do estado, favorecendo acordos que contemplem interesses políticos contextuais.

**Palavras-chave:** coligações; coalizões; política estadual; Partido dos Trabalhadores (PT); Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB); racionalidade política contextual; presidencialização da competição eleitoral.



## ABSTRACT

This PhD thesis aims to analyze the logic of formation of party alliances in Brazilian states in 1986-2010, focusing on the following states: Piauí, Ceará, São Paulo and Rondônia. The research sought to understand how the political parties articulated themselves in the Brazilian states in order to form of electoral and government alliances in the current democratic regime. Most of the literature that deals with local policy is using the argument of Lima Júnior (1983; 1997) that Brazilian states have particular dynamics and different political paths among themselves, operating in these circumstances under specific "contextual political rationalities" at each state. However, a more recent aspect of studies point to a growing trend of alignment between the presidential and state-level electoral disputes, mainly from the general elections of 1994, generating the "presidentialization of electoral competition". This would have happened because of the influence of bipolar dynamic on the disputes of presidential elections between PT and PSDB on strategies of alliances in the state level elections/campaign in Brazil. The findings of this study point to two conclusions. First, the state electoral arena has been increasingly impacted by "presidentialization" of electoral competition, since 1994, in face of PT and PSDB strategy to coordinate campaigns in the states, indicating the limits of the Lima Júnior thesis for the period analyzed in this work. Secondly, as for the party alliances within the government, Lima Júnior's thesis has more explanatory power, as the local political dynamic within the government allows parties to join forces following the particular political logic of each state, favoring agreements that cover the contextual political interests.

**Keywords:** electoral coalition; governmental coalition; state politics; Workers' Party (PT); Brazilian Social Democracy Party (PSDB); contextual political rationality; presidentialization of electoral competition.



*A meus pais,  
José Maria e Glória.*



## AGRADECIMENTOS

O Doutorado marca o fim de uma longa trajetória de formação profissional que se iniciou em 2003, quando ingressei na Universidade como estudante do curso de Ciências Sociais. A caminhada foi longa e o aprendizado contínuo. Nos últimos quatro anos, especialmente, tive a oportunidade de desenvolver esta pesquisa, tendo a colaboração, direta e indireta, de diversas pessoas e instituições. Sem a ajuda delas, este último passo não seria possível. Por isso, agradeço a cada uma delas.

À orientadora desta tese, professora Dr<sup>a</sup> Rachel Meneguello, que foi imprescindível no processo de formulação e desenvolvimento da pesquisa. Agradeço-lhe as orientações, o esforço no provimento das condições de financiamento e viabilidade da pesquisa e, principalmente, pela confiança depositada no meu trabalho desde o início do Doutorado.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da UNICAMP, pelas disciplinas ministradas, trabalhos conjuntos e demais projetos compartilhados durante este tempo. Assim, não poderia deixar de fazer um agradecimento particular aos professores Bruno Speck e Oswaldo Amaral.

Na UFPI, agradeço aos colegas do Departamento de Ciência Política e do Centro de Ciências Humanas e Letras por terem concedido o tempo de afastamento necessário para a conclusão da tese de Doutorado. Agradeço especialmente ao professor Dr. Raimundo Batista dos Santos Junior pelo incentivo e apoio e, sobretudo, pela amizade.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (FAPESP), pelo apoio financeiro durante o período de dezembro de 2011 a setembro de 2013, que possibilitou as condições materiais para o desenvolvimento da pesquisa de Doutorado. Também agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo provimento da bolsa durante o período de junho a novembro de 2011.

Ao Centro de Política e Economia do Setor Público da Fundação Getúlio Vargas do Estado de São Paulo (CEPESP/FGV-SP), na figura do professor Dr. George Avelino (coordenador do Centro), por ter me possibilitado trabalhar com a pesquisa sobre instituições políticas estaduais, o que permitiu ganhos na forma de levantamento, sistematização e análise

dos dados sobre secretariado estadual. Ao amigo Sérgio Praça, por ter me apresentado o CEPESP e me ajudado nos primeiros passos dentro do Centro. Agradeço as lições de metodologia dadas pelos professores Ciro Biderman e Leonardo Barone. No CEPESP ainda tive a oportunidade de conhecer a pesquisadora Ana Paula Massonetto, que além de ter sido companheira de trabalhos acadêmicos, tornou-se uma grande amiga. Por fim, agradeço ao programador do Centro e amigo Wesley Seidel.

Agradeço também à ajuda do professor Jakson Aquino, coordenador do (LEPEM/UFC), pela colaboração na pesquisa no Ceará. Às assistentes desta pesquisa, Ana Rafaela (UFC - Ceará), Jéssica Oliveira e Taís Leite (UNIR - Rondônia), Letycia Raila (UFPI - Piauí) e Andreza Davidian (USP - São Paulo) pelo esforço e dedicação.

Às instituições que colaboraram diretamente com o provimento de dados que fundamentaram empiricamente esta pesquisa: ao TRE-PI e TRE-CE, por ter disponibilizado os bancos de dados eleitorais e informações relativas à filiação partidária dos secretários; ao Arquivo Público do Estado de Rondônia, na figura da servidora pública Edilena Fróes, pela colaboração nas buscas de informações junto aos DOEs e fichas funcionais dos ex-secretários.

Aos amigos e amigas da área e que me acompanharam nesta trajetória: Humberto Meza, Patrícia Rocha, Bruno Souza, Rodrigo Dolandeli, Maryanne Galvão, Sabrina Areco, Pedro Capra, Pascoal Gonçalves, Juliano Aragusuku, João Paulo Viana, Leon Victor e Luiz Fernando Miranda. Ao Fernando Bizzarro, por compartilhar projetos e sua amizade. Agradeço também a todos meus colegas do Grupo de Estudos em Política Brasileira da UNICAMP.

A meu pai, José Maria Freitas, por ter apoiado meu projeto profissional desde o início. À minha mãe, Glória Sandes, por ter me ensinado a olhar o outro lado. A meus irmãos – Lorena, Tainá, André Luís e Mariana – e à Ana Maria Gomes, que sempre estão a meu lado nas dificuldades e nas vitórias. A meus tios, tias, sobrinho, sobrinhas, primos, primas e demais familiares.

À Ana Paula, companheira para todos os momentos.

Aos que não foram diretamente lembrados aqui, mas que também são co-responsáveis por esta conquista. Obrigado a todos!

## LISTA DE TABELAS

Tabela 2.1 –	Resultado das eleições para a Presidência no Brasil por partido de 1989 a 2010 – 1º Turno (%)	36
Tabela 2.2 –	Resultado das eleições para a Presidência no Brasil por região do país de 1989 a 2010 – 1º Turno (%)	40
Tabela 2.3 –	Disputa entre PT e PSDB nas eleições para os governos estaduais brasileiros (1990-2010)	42
Tabela 2.4 –	Partidos coligados às candidaturas do PT aos governos estaduais (1990-2010)	46
Tabela 2.5 –	Partidos coligados às candidaturas do PSDB aos governos estaduais (1990-2010)	48
Tabela 2.6 –	Adesão do PT (via coligação) às candidaturas de outros partidos (1990-2010)	49
Tabela 2.7 –	Adesão do PSDB (via coligação) às candidaturas de outros partidos (1990-2010)	50
Tabela 2.8 –	Candidaturas aos governos estaduais – PMDB, PT E PSDB (1990-2010)	50
Tabela 3.1 –	Condições para composição do índice de Presidencialização	60
Tabela 3.2 –	Índice de Presidencialização das disputas estaduais (1990-2010)	62
Tabela 3.3 –	Teste <i>t de student</i> – diferença das médias do eleitorado dos estados nas disputas estaduais com maior e menor presidencialização (1990-2010)	68
Tabela 3.4 –	Teste <i>t de student</i> – diferença das médias de dispersão do poder entre as disputas estaduais com maior e menor presidencialização (1990-2010)	69
Tabela 3.5 –	Resultados da regressão múltipla para a análise da Presidencialização das disputas eleitorais estaduais (1990-2010)	70
Tabela 3.6 –	Associação entre Presidencialização e o partido dos governadores (PT E PSDB) dos estados (1990-2010)	71
Tabela 3.7 –	Resultados da regressão simples do efeito da força do PT e do PSDB sobre a Presidencialização nas disputas eleitorais estaduais (1990-2010)	74
Tabela 3.8 –	Resultados da regressão simples do efeito da força do PMDB sobre a Presidencialização nas disputas eleitorais estaduais (1990-2010)	76
Tabela 3.9 –	Resultados da regressão múltipla, incluindo Força dos partidos para a análise da Presidencialização nas disputas eleitorais estaduais (1990-2010)	77
Tabela 3.10 –	Calibragem das condições estabelecidas para o modelo de análise <i>Fuzzy-set</i> da Presidencialização das disputas para governador (1990-2010)	83
Tabela 3.11 –	Resultado dos testes de <i>Fuzzy-set</i> para a Presidencialização das disputas para governador (1994-2010)	84
Tabela 3.12 –	Configurações apresentadas pelos estados selecionados para estudo de caso (1994-2010)	92
Tabela 4.1 –	Resultado das eleições para o Governo do Estado – Ceará (1982)	101
Tabela 4.2 –	Resultado das eleições para o Governo do Estado – Ceará (1986)	107
Tabela 4.3 –	Gabinete formado por Tasso Jereissati (Tasso-I) por área de formação e atuação profissional – Ceará (1987-1988)	109
Tabela 4.4 –	Resultado das eleições para o Governo do Estado – Ceará (1990)	114

Tabela 4.5 – Resultado das eleições para o Governo do Estado – Ceará (1994)	119
Tabela 4.6 – Resultado das eleições para o Governo do Estado – Ceará (1998)	125
Tabela 4.7 – Resultado das eleições para o Governo do Estado – Ceará (2002)	132
Tabela 4.8 – Resultado das eleições para o Governo do Estado – Ceará (2006)	138
Tabela 4.9 – Resultado das eleições para o Governo do Estado – Ceará (2010)	142
Tabela 4.10 – Gabinetes do Governo do Estado do Ceará (1987-2010)	146
Tabela 5.1 – Resultado das eleições para o Governo do Estado – Piauí (1986)	152
Tabela 5.2 – Resultado das eleições para o Governo do Estado – Piauí (1990)	155
Tabela 5.3 – Resultado das eleições para o Governo do Estado – Piauí (1994)	158
Tabela 5.4 – Resultado das eleições para o Governo do Estado – Piauí (1998)	162
Tabela 5.5 – Resultado das eleições para o Governo do Estado – Piauí (2002)	167
Tabela 5.6 – Resultado das eleições para o Governo do Estado – Piauí (2006)	170
Tabela 5.7 – Resultado das eleições para o Governo do Estado – Piauí (2010)	175
Tabela 5.8 – Gabinetes do Governo do Estado do Piauí (1987-2010)	180
Tabela 6.1 – Resultado das eleições para o Governo do Estado – Rondônia (1982)	187
Tabela 6.2 – Resultado das eleições para o Governo do Estado – Rondônia (1986)	189
Tabela 6.3 – Resultado das eleições para o Governo do Estado – Rondônia (1990)	194
Tabela 6.4 – Resultado das eleições para o Governo do Estado – Rondônia (1994)	200
Tabela 6.5 – Resultado das eleições para o Governo do Estado – Rondônia (1998)	206
Tabela 6.6 – Resultado das eleições para o Governo do Estado – Rondônia (2002)	210
Tabela 6.7 – Resultado das eleições para o Governo do Estado – Rondônia (2006)	216
Tabela 6.8 – Resultado das eleições para o Governo do Estado – Rondônia (2010)	219
Tabela 6.9 – Gabinetes do Governo do Estado de Rondônia (1987-2010)	224
Tabela 7.1 – Resultado das eleições para o Governo do Estado – São Paulo (1986)	232
Tabela 7.2 – Resultado das eleições para o Governo do Estado – São Paulo (1990)	236
Tabela 7.3 – Resultado das eleições para o Governo do Estado – São Paulo (1994)	242
Tabela 7.4 – Resultado das eleições para o Governo do Estado – São Paulo (1998)	246
Tabela 7.5 – Resultado das eleições para o Governo do Estado – São Paulo (2002)	250
Tabela 7.6 – Resultado das eleições para o Governo do Estado – São Paulo (2006)	254
Tabela 7.7 – Resultado das eleições para o Governo do Estado – São Paulo (2010)	258
Tabela 7.8 – Gabinetes do Governo do Estado de São Paulo (1987-2010)	263

## LISTA DE QUADROS

Quadro 1.1 – Classificação dos tipos de governo	22
Quadro 3.1 – Coligações dos candidatos à Presidente (1989-2010)	61
Quadro 3.2 – <i>Crosstabulation</i> da presença/ausência do resultado contra presença/ausência de uma condição causal	81
Quadro 3.3 – Coligações vencedoras nas disputas para os governos estaduais nos casos em análise (1986-2010)	95
Quadro 4.1 – Primeiro gabinete formado por Tasso Jereissati (Tasso I-1) – Ceará (1987)	108
Quadro 4.2 – Alterações no segundo gabinete do governo Tasso Jereissati – Ceará (1989)	111
Quadro 4.3 – Primeiro gabinete formado por Ciro Gomes (Ciro 1) – Ceará (1991)	115
Quadro 4.4 – Primeiro gabinete formado por Tasso Jereissati (Tasso II - 1) – Ceará (1995)	121
Quadro 4.5 – Primeiro gabinete formado por Tasso Jereissati (Tasso III - 1) – Ceará (1999)	127
Quadro 4.6 – Primeiro gabinete formado por Lúcio Alcântara (Alcântara 1) – Ceará (2003)	133
Quadro 4.7 – Primeiro gabinete formado por Cid Gomes (Cid I) – Ceará (2007)	139
Quadro 4.8 – Coligações eleitorais na disputa para o Governo do Estado – Ceará (1986-2010)	144
Quadro 5.1 – Primeiro gabinete formado por Alberto Silva (Silva I) – Piauí (1987)	153
Quadro 5.2 – Primeiro gabinete formado por Freitas Neto (Freitas Neto I) – Piauí (1991)	156
Quadro 5.3 – Primeiro gabinete formado por “Mão Santa” (Mão Santa I-1) – Piauí (1995)	159
Quadro 5.4 – Primeiro gabinete formado por “Mão Santa II” (Mão Santa II-1) – Piauí (1999)	163
Quadro 5.5 – Primeiro gabinete formado por Wellington Dias I (Dias I-1) – Piauí (2003)	168
Quadro 5.6 – Primeiro gabinete formado por Wellington Dias II (Dias II-1) – Piauí (2007)	172
Quadro 5.7 – Mudanças no primeiro gabinete formado por “Wellington Dias II” – Piauí (Abril – 2007)	173
Quadro 5.8 – Coligações eleitorais na disputa para o Governo do Estado – Piauí (1986-2010)	177
Quadro 6.1 – Primeiro gabinete formado por Jerônimo Santana (Santana 1) – Rondônia (1987)	190
Quadro 6.2 – Primeiro gabinete formado por Oswaldo Piana (Piana 1) – Rondônia (1991)	196
Quadro 6.3 – Primeiro gabinete formado por Valdir Raupp (Raupp 1) – Rondônia (1995)	201
Quadro 6.4 – Primeiro gabinete formado por José Bianco (Bianco 1) – Rondônia (1999)	207
Quadro 6.5 – Primeiro gabinete formado por Ivo Cassol (Cassol 1) – Rondônia (2003)	212
Quadro 6.6 – Primeiro gabinete formado por Ivo Cassol (Cassol II - 1) – Rondônia (2007)	217
Quadro 6.7 – Coligações eleitorais na disputa para o Governo do Estado – Rondônia (1986-2010)	221
Quadro 7.1 – Primeiro gabinete formado por Orestes Quércia (Quércia 1) – São Paulo (1987)	233
Quadro 7.2 – Primeiro gabinete formado por Luiz Antônio Fleury Filho (Fleury 1) – São Paulo (1991)	237
Quadro 7.3 – Primeiro gabinete formado por Mário Covas (Covas - 1) – São Paulo (1995)	243
Quadro 7.4 – Primeiro gabinete formado por Mário Covas (Covas II - 1) – São Paulo (1999)	247
Quadro 7.5 – Primeiro gabinete formado por Geraldo Alckmin (Alckmin 1) – São Paulo (2003)	251
Quadro 7.6 – Primeiro gabinete formado por José Serra (Serra 1) – São Paulo (2007)	256
Quadro 7.7 – Coligações eleitorais na disputa para o Governo do Estado – São Paulo (1986-2010)	259



## LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 3.1 – Índice de Presidencialização das disputas estaduais por região no Brasil (1990-2010)	64
Gráfico 3.2 – Representação gráfica da distribuição da força do PT e do PSDB por estado (1990-2010)	73
Gráfico 3.3 – Representação gráfica da distribuição da força do PMDB por estado (1990-2010)	75
Gráfico 4.1 – Resultado das eleições para deputado estadual – Ceará (1982-1994)	118



## LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ARENA – Aliança Renovadora Nacional  
CEPESP/FGV-SP – Centro de Política e Economia do Setor Público da Fundação Getúlio Vargas de São Paulo  
DOE – Diário Oficial do Estado  
LEEX-UCAM – Laboratório de Estudos Experimentais da Universidade Cândido Mendes  
MDB – Movimento Democrático Brasileira  
PAN – Partido dos Aposentados da Nação  
PCB – Partido Comunista Brasileiro  
PC do B – Partido Comunista do Brasil  
PDC – Partido Democrata Cristão  
PDS/PPB/PPR/PP – Partido Democrático Social/ Partido Progressista Brasileiro/  
Partido Progressista Reformador/ Partido Progressista  
PDT – Partido Democrático Trabalhista  
PFL/ DEM – Partido da Frente Liberal/ Democratas  
PL/PR – Partido Liberal/ Partido da República  
PMB – Partido Municipalista Brasileiro  
PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro  
PMN – Partido da Mobilização Nacional  
PPS – Partido Popular Socialista  
PRN – Partido da Reconstrução Nacional  
PRONA – Partido da Reedificação da Ordem Nacional  
PRP – Partido da Representação Nacional  
PSB – Partido Socialista Brasileiro  
PSC – Partido Social Cristão  
PSD – Partido Social Democrático  
PSDB – Partido da Social Democracia Brasileira  
PSDC – Partido Social Democrata Cristão  
PSL – Partido Social Liberal  
PSOL – Partido Socialista e Liberdade  
PST – Partido Social Trabalhista  
PSTU – Partido Socialista dos Trabalhadores Unificado  
PT – Partido dos Trabalhadores  
PTB – Partido Trabalhista Brasileiro  
PT do B – Partido Trabalhista do Brasil

PTR – Partido Trabalhista Renovador  
PV – Partido Verde  
QCA – *Qualitative Comparative Analysis*  
TRE – Tribunal Regional Eleitoral  
TSE – Tribunal Superior Eleitoral  
UDN – União Democrática Nacional

## SUMÁRIO

<b>Introdução</b> .....	1
<b>Capítulo 1 – Formação de alianças eleitorais e de governos partidários: parâmetros teóricos para a análise do caso brasileiro</b> .....	9
1.1 Estrutura da competição e racionalidade política: das coligações às coalizões de governo .....	9
1.2 Governos partidários e coalizões de governo .....	15
1.3 Convergência entre duas literaturas .....	27
<b>Capítulo 2 – O caso brasileiro: partidos, eleições e relação Executivo-Legislativo no nível federal e estadual</b> .....	29
2.1 A dinâmica eleitoral no Brasil pós-1985 .....	29
2.2 Presidencialismo de coalizão e o processo de formação de governos no Brasil .....	52
<b>Capítulo 3 – Presidencialização da competição eleitoral no Brasil: de contextos estadualizados a nacionalizados?</b> .....	58
3.1 Construindo o indicador de presidencialização .....	58
3.2 As possíveis causas da presidencialização: definindo as variáveis independentes .....	64
3.3 Testes estatísticos .....	67
3.4 Testes utilizando <i>Qualitative Comparative Analysis</i> .....	78
3.5 Critérios para a seleção de casos para a análise qualitativa .....	90
<b>Capítulo 4 – O caso do Ceará: da hegemonia dos coronéis à ascensão de novos atores políticos (1986-2010)</b> .....	98
4.1 Depois dos coronéis: o novo período democrático e a ascensão e hegemonia peessedebista ....	99
4.2 Derrocada peessedebista e os rearranjos da esquerda no Ceará em 2006 .....	136
4.3 Alinhamentos partidários no Ceará: conclusões .....	143
<b>Capítulo 5 – O caso do Piauí: da polarização PFL-PMDB à emergência da presidencialização (1986-2010)</b> .....	149
5.1 O novo período democrático: recomposições do PDS e do PMDB em um cenário de hegemonia pefelista .....	150
5.2 A “era Mão Santa” e a continuidade da polarização PFL-PMDB.....	159
5.3 A ruptura com o pefelismo e a ascensão do PT: presidencialização via petismo (2007-2010)...	165
5.4 Alinhamentos partidários no Piauí: conclusões .....	176

<b>Capítulo 6 – O caso de Rondônia: a força dos interesses políticos estaduais (1986-2010)</b> .....	183
6.1 Eleições de 1986: o declínio do PDS e o retorno do PMDB .....	189
6.2 Anos 1990: a força da “racionalidade política contextual” rondoniense .....	192
6.3 Eleições de 2002: o crescimento do PT, vitória de Cassol e o impacto sobre as “racionalidades políticas contextuais” .....	209
6.4 Adaptações da coordenação eleitoral ao contexto rondoniense (2006-2010) .....	213
6.5 Alinhamentos partidários em Rondônia: conclusões .....	220
<b>Capítulo 7 – O caso de São Paulo: de um PMDB decadente ao PSDB dominante (1986-2010)..</b>	229
7.1 Anos 1980: a polarização PDS-PMDB e a fundação do PSDB .....	229
7.2 O pós-1994: da hegemonia peemedebista à peessedebista .....	239
7.3 De 2002 a 2010: continuidade da hegemonia peessedebista e a polarização PT-PSDB .....	248
7.4 Alinhamentos partidários em São Paulo: conclusões .....	258
<b>Considerações finais</b> .....	266
<b>Referências Bibliográficas</b> .....	272
<b>Anexos</b> .....	286

## INTRODUÇÃO

O objetivo deste trabalho é compreender como os partidos políticos têm se articulado nos estados brasileiros para a formação de coligações e coalizões de governo no período de 1986 a 2010.<sup>1</sup> O foco principal da pesquisa foi analisar a relação entre as dinâmicas eleitorais estaduais e a nacional, tentando compreender se os atores políticos estaduais, de fato, têm passado a se orientar cada vez mais segundo as estratégias aliancistas dos partidos no nível nacional. Para isso, o trabalho buscou conectar duas literaturas que têm tido pouca convergência no Brasil: a que trata da arena eleitoral (coligações e coordenação eleitoral) e outra acerca da arena governamental (coalizões de governo).

A preocupação mais ampla deste trabalho incide sobre a forma como o regime democrático tem operado na esfera subnacional, especificamente, nos estados. A maior parte da atenção dos cientistas políticos brasileiros tem se concentrado na esfera federal. Por isso, acredita-se que, ao mudar o foco do nível nacional para o nível subnacional, esta pesquisa reafirma a necessidade de contribuir para a elucidação do funcionamento dos subsistemas políticos estaduais no contexto democrático recente. Para tanto, focou-se na compreensão da relação estabelecida entre arena eleitoral e governamental, pois é a partir dela que são formados governos partidários.

Além de focar no nível subnacional, buscou-se analisar a relação dos subsistemas políticos estaduais com a dinâmica ampla do desenvolvimento da democracia no Brasil. Desde a década de 1980, observou-se que novas agremiações partidárias passaram a ter espaço nos estados brasileiros, conquistando cargos eletivos, havendo, também, maior rotatividade dos grupos políticos à frente dos Executivos estaduais. Assim sendo, é importante compreender esse novo cenário que se forma nos estados a partir da consolidação da democracia no Brasil. Dessa forma, pergunta-se: nos contextos estaduais, considerando o espaço institucional destinado à articulação e à inclusão de novas forças políticas, como a dinâmica de democratização se estabeleceu nos estados brasileiros no período pós-1985? Ela

---

<sup>1</sup> Este projeto de pesquisa foi desenvolvido com recursos da FAPESP, a partir do projeto denominado “Formação de governos estaduais brasileiros em perspectiva comparada (1987-2010)”, processo n. 2011/11543-0, sob orientação e responsabilidade da Professora Dr<sup>a</sup>. Rachel Meneguello.

tem seguido um padrão similar ao estabelecido no nível nacional ou opera segundo uma lógica regionalizada, em outras palavras, seguindo as “racionalidades políticas contextuais”?

O direcionamento da pesquisa, nesse sentido, justifica-se pelo fato de uma parte da literatura da Ciência Política brasileira apontar para um processo de “presidencialização da competição eleitoral” a partir das eleições gerais de 1994, em que a dinâmica das eleições presidenciais tem influenciado a estratégia coligacionista nos estados brasileiros (BRAGA, 2006; CORTEZ, 2009; LIMONGI; CORTEZ, 2010; MELO, 2007; MELO; CÂMARA, 2012; MENEGUELLO, 2010). Com este processo, os atores políticos, ao estabelecer alianças eleitorais, não estariam se baseando apenas em motivações regionais e locais. Isso contrariaria a tese de Lima Júnior (1983; 1997) de que existiriam “racionalidades políticas contextuais” nos estados que explicariam a ação dos partidos no nível estadual. Esta pesquisa, portanto, busca compreender sob qual lógica operam as dinâmicas políticas estaduais.

Assim sendo, são dois os objetivos específicos centrais desta pesquisa: 1) dimensionar a influência do processo de “presidencialização da competição política” na montagem de coligações nos estados brasileiros pós-1994; e 2) verificar em que medida os governadores têm respondido à dinâmica nacionalizada da competição eleitoral e/ou seguido a “racionalidade política contextual” no processo de formação de governos partidários.

Quanto ao primeiro objetivo específico, cabe, inicialmente, conceituar a “presidencialização da competição eleitoral” como o processo de replicação da estrutura de competição estabelecida nas disputas presidenciais, polarizada entre duas grandes coalizões lideradas por PSDB e PT, nas eleições para os governos estaduais, existindo diversos graus de alinhamento entre os dois níveis de disputa (presidencial e estadual). Observando as coligações eleitorais para o governo estadual, verifica-se que, a partir de 1994, há o crescimento considerável da força eleitoral de PT e de PSDB. Os dois partidos têm concentrado a maior parte dos votos nas eleições presidenciais e têm, paulatinamente, ampliado suas bases políticas nos estados brasileiros. Em 1990, apenas PSDB elegeu um governador. Em 1994, os dois partidos conquistaram oito governos estaduais, tendo sido eleitos seis governadores do PSDB e dois do PT. Em 1998 e 2002, foram dez os governadores eleitos pelos partidos, passando para onze em 2006, e treze em 2010. Assim, desde 1994, PSDB e PT têm eleito parcela significativa dos governadores brasileiros. Além disso, eles

têm ampliado a participação em coligações vitoriosas, impactando também no número de cadeiras conquistadas na Câmara de Deputados e nas Assembleias Legislativas.

Quanto ao segundo objetivo específico, entende-se que os governadores, no processo de formação de governos, nomeiam gabinetes partidários visando responder aos acordos traçados com as lideranças partidárias em duas arenas: a) na eleitoral, através dos acordos estabelecidos através das alianças formais (coligações) e informais, partindo da hipótese da literatura de que os partidos se coligam visando maximizar a probabilidade de controlar cargos ou influenciar no desenho das políticas a serem implementadas; b) na legislativa, através da distribuição de cargos no gabinete, sendo esse um meio à disposição dos governadores para obter apoio legislativo e, assim, aprovar sua agenda política. Os chefes do Executivo estadual, dessa forma, devem cumprir os acordos traçados na arena eleitoral e na arena legislativa. Isso impacta na forma com os partidos participam da arena política nos estados.

Assim, para compreender como os partidos políticos têm se articulado e atuado nos estados brasileiros, deve-se olhar não somente para a arena eleitoral, mas também para arena governamental e, conseqüentemente, para a relação que pode existir entre os acordos traçados em ambas as arenas. Dessa forma, esta pesquisa se concentra na análise de dois aspectos da política estadual que se relacionam entre si: 1) a arena eleitoral, analisando a composição das coligações, além do desempenho eleitoral dos partidos nos estados; e 2) a distribuição de cargos de primeiro escalão (Secretarias de Estado) aos partidos aliados ao governador.

Dois aspectos são aventados para compreender o processo de formação de governos partidários nos estados brasileiros: 1) os governadores se reportam a acordos traçados previamente no momento eleitoral (com isso, torna-se importante verificar em que medida a “presidencialização da competição eleitoral” tem organizado o jogo político nos estados, ou seja, o quanto os atores políticos estaduais têm se orientado pelas estratégias nacionais traçadas pelos partidos políticos); 2) a distribuição de cargos tem favorecido, em grande parte, o partido do governador, que tem composto parte majoritária dos cargos do gabinete, sendo isso explicado pelo controle de recursos políticos do governador sobre o limitado poder das Assembleias Legislativas.

Esta pesquisa, portanto, além de explorar um tema ainda pouco estudado na Ciência Política brasileira, a política estadual, visa abordá-lo a partir de uma perspectiva muito pouco utilizada que considera, de forma conjunta, a arena eleitoral e governamental. Com isso, acredita-se que esta pesquisa pode fornecer elementos importantes para uma melhor compreensão das dinâmicas políticas estaduais brasileiras e da atuação dos partidos nesses contextos.

Para isso, esta pesquisa busca compreender a presidencialização da competição eleitoral, através da proposição de um índice de “Presidencialização” (ver capítulo 3) que busca quantificar a intensidade em que as coligações de partidos estabelecidas ao nível presidencial se reproduzem nos estados brasileiros. Em resumo, o valor do índice representa uma medida da reprodução do núcleo da coligação estabelecida para a Presidência da República nos estados. Para isso, propõe-se um modelo para explicar as possíveis causas da presidencialização a partir da consideração da relação custo-benefício da coordenação eleitoral dos pleitos estaduais. Algumas variáveis explicativas foram selecionadas para avaliar: tamanho do eleitorado e dispersão do poder, respectivamente, como *proxy* para benefício e custo. Além disso, outras variáveis intervenientes foram inseridas no modelo como força estadual dos partidos: PT, PSDB e PMDB (ver capítulo 3).

Para a análise, foram utilizados tanto métodos quantitativos tradicionais quanto a análise *fuzzy-set*, que é subtipo da Análise Qualitativa Comparativa, mais conhecida como QCA (*Qualitative Comparative Analysis*). Técnicas quantitativas como regressões assumem relações aditivas ou multiplicativas entre as variáveis. Contudo, as condições que levam à formação de coligações ao nível subnacional não seguem necessariamente relações desse tipo. Fatores que explicam a razão de certas coligações em determinados contextos podem estar completamente ausentes em outros. Ao mesmo tempo, configurações semelhantes de alianças entre partidos nas eleições para governador podem ter causas completamente diferentes – algumas derivadas da intervenção de cima para baixo das Executivas nacionais dos partidos, outras da lógica de disputas políticas estabelecida historicamente nos estados. Sendo assim, as alianças partidárias estaduais são, por sua natureza, multicausais. Uma alternativa metodológica para a análise deste tipo de fenômeno é a *Qualitative Comparative Analysis* (QCA).

Além disso, QCA permite a análise de objetos derivados de conceitos abstratos como o caso da presidencialização e, também, possibilita a análise comparativa dos casos, ou seja, dos estados, possibilitando um estudo detido de alguns deles, verificando os alcances e limites dos modelos analíticos propostos. Sendo assim, esse método permitiu a escolha de casos para a análise da lógica de formação de alianças partidárias também na arena governamental (coalizões de governo), verificando em que medida a presidencialização impacta, definitivamente, na racionalidade dos atores políticos estaduais, para além da arena eleitoral. Assim, a pesquisa contempla tanto as arenas estaduais eleitorais quanto as governamentais e a relação entre as duas arenas.

Grande parte das pesquisas sobre coalizões de governo no Brasil disserta sobre o plano federal. Além da relevância, há maior facilidade no acesso aos dados, principalmente àqueles referentes aos Ministros de Estado. Assim, informações sobre os ministros, como o nome completo, pasta ocupada, filiação partidária no período de ocupação do cargo estão mais bem organizadas e, conseqüentemente, são disponibilizadas aos pesquisadores que trabalham com o tema. No entanto, a realidade não é esta nos estados brasileiros. Os dados sobre o secretariado, mesmo em período recente, ainda não foram organizados e nem disponibilizados em todos os estados. Apenas alguns estudos de caso se preocuparam em levantar esses dados e, em geral, essas bases não são disponibilizadas pelos pesquisadores. Assim sendo, o grande desafio desta pesquisa é quanto ao levantamento dessas informações dos estados selecionados: São Paulo, Piauí, Ceará e Rondônia.<sup>2</sup>

Este estudo, portanto, visa contribuir com a agenda sobre os subsistemas políticos estaduais, que inclui o levantamento de dados sobre o perfil partidário dos gabinetes (secretariado) da administração pública estadual. Para tanto, tem sido de grande importância minha participação como pesquisador no projeto “Instituições Políticas e Gastos Públicos; um Estudo Comparativo dos Estados Brasileiros”, coordenado pelo prof. Dr. George Avelino Filho do Centro de Política e Economia do Setor Público da Fundação Getúlio Vargas

---

<sup>2</sup> Inicialmente tinham sido selecionados mais dois estados: Rio de Janeiro e Pará. Entretanto, devido à dificuldade de coleta de dados, limite de recursos e escassez de tempo, decidiu-se excluí-los da pesquisa.

(CEPESP/FGV-SP). Os dados sobre os secretários estaduais utilizados nesta pesquisa foram levantados em colaboração ao CEPESP.<sup>3</sup>

De forma geral, o processo de coleta de dados tem considerado tanto as coligações eleitorais estaduais quanto coalizões de governo dos estados em análise. Os dados eleitorais obtidos através do site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), dos Tribunais Regionais Eleitorais (TREs) e do banco de dados do prof. Dr. Jairo Nicolau (UFRJ) foram os seguintes: a) coligações das eleições para os governos estaduais e para a Presidência da República do período de 1986 a 2010; b) resultados eleitorais para os Governos estaduais e para as Assembleias Legislativas dos casos analisados; c) dados do desempenho eleitoral do PT e do PSDB, de forma a perceber a difusão, ao longo do território nacional, dos votos nas eleições presidenciais em candidaturas dos partidos.

Os dados de coalizão coletados abarcam o secretariado (somente dos estados selecionados para a pesquisa) de março de 1987 a dezembro de 2010. As principais informações coletadas pela pesquisa foram: 1) nome completo dos secretários; 2) Secretaria de Estado ocupada; 3) data de nomeação e exoneração; 4) data de nascimento, que possibilitou a busca do título de eleitor no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), permitindo o cruzamento da base de secretários com a de filiados, fornecida pelo TSE pelo link: <http://www.tse.jus.br/partidos/filiacao-partidaria/relacao-de-filiados>.<sup>4</sup> Ao solicitar a data de nascimento e não diretamente o título de eleitor, evitamos que as solicitações enviadas aos órgãos estaduais fossem indeferidas sob a justificativa de que não podem fornecer dados confidenciais.<sup>5</sup>

---

<sup>3</sup> Parte dos dados coletados nesta pesquisa fará parte do banco de dados que tem sido organizado pelo CEPESP/FGV-SP, pois esta pesquisa se beneficiou da rede federativa de pesquisadores e de recursos do projeto organizado pelo Centro, de forma a viabilizar a coleta dos dados de forma mais eficiente. Para mais informações sobre o projeto: <http://cepesp.fgv.br/pt-br/node/107>

<sup>4</sup> O cruzamento com a base de filiados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE) se mostrou problemático, pois existe um grande número de secretários filiados, segundo os bancos de resultados eleitorais do próprio TSE, mas que retornam sem filiação partidária nos cruzamentos realizados. Dessa forma, o processo de validação dos dados, a partir de consulta realizada nas bases de resultados eleitorais, foi fundamental para diminuir os erros na identificação dos secretários filiados. Ainda assim, é possível que nossos dados não representem fielmente o perfil partidário dos gabinetes, principalmente para os gabinetes mais antigos.

<sup>5</sup> Para mais informações sobre o processo de coleta de dados, ver o Anexo V, o qual apresenta o manual de coleta fornecido aos assistentes de pesquisa.

Além desses dados – fundamentais para visualizarmos o perfil partidário dos gabinetes e, conseqüentemente, da coalizão de governo – solicitamos também informações sobre a escolaridade, profissão e órgão ocupado (se funcionário público) pelos secretários imediatamente antes de tomar posse na Secretaria, de forma a traçarmos, detalhadamente, o perfil dos ocupantes das pastas. No entanto, não utilizamos esses dados como evidência de composição técnica ou partidária dos cargos, devido à dificuldade de classificá-los sob esses rótulos. Eles serviram para complementar as análises qualitativas dos casos.

Os bancos de dados possuem informações sobre o perfil dos secretários (data e local de nascimento, escolaridade e profissão) e as Secretarias ocupadas, além do período de nomeação e exoneração de cada um deles (mês e ano). Com isso, foi possível montar as bases com as coalizões formadas no período nos estados, de forma a verificar as alianças entre partidos e sua relação com os alinhamentos partidários nacionais.

Apesar do planejamento prévio e da colaboração da rede de pesquisadores organizada pelo CEPESP/FGV-SP, uma das grandes dificuldades para a realização desta pesquisa foi quanto à disponibilização dos dados pelos órgãos públicos. Com a recente aprovação da Lei de Acesso à Informação (Lei, nº 12.527, de 18 de novembro de 2011), há a perspectiva de que os órgãos públicos passem a se sensibilizar com a necessidade de publicizar informações sobre os ocupantes de cargos públicos, inclusive dos anos anteriores às gestões atuais. Acredita-se que um dos efeitos que essa lei pode trazer é a reorganização das administrações públicas estaduais e municipais para atender a necessidade da população e, nesse caso, da academia, de ter acesso à informação sobre o funcionamento do Estado, melhorando a transparência das ações dos gestores públicos.

De posse dos dados disponibilizados pelos órgãos competentes, observou-se que existe uma alguma conexão entre as arenas eleitorais e governamentais, principalmente, devido ao processo de “presidencialização da competição eleitoral” no Brasil. As disputas eleitorais estaduais têm se mostrado, cada vez mais, atreladas à dinâmica da competição presidencial. Já a arena governamental tende a seguir mais aos ditames da política estadual, a partir dos interesses políticos do governador em distribuir cargos para seu partido e os aliados que o chefe do Executivo tem interesse em premiar. Aliando uma perspectiva metodológica *quanti-quali*, a pesquisa buscou fornecer elementos importantes para uma

melhor compreensão das dinâmicas políticas estaduais brasileiras e da atuação dos partidos nesses contextos.

Dessa forma, essa tese de Doutorado foi dividida em sete capítulos. Os dois primeiros são mais teóricos, os outros cinco, mais empíricos. No primeiro capítulo, focou-se nas discussões teóricas sobre governos partidários que nortearão a análise dos achados empíricos referentes aos objetos de pesquisa. No segundo capítulo, foram feitas considerações sobre o caso brasileiro, apresentando as questões institucionais relevantes que norteiam a atuação dos partidos brasileiros durante o atual contexto democrático brasileiro, tendo, para isso, focado nos desempenhos eleitorais do PT e do PSDB, o que foi fundamental para compreender os alcances do processo de presidencialização. Além disso, abordou-se o “presidencialismo de coalizão” e seus limites para a compreensão das alianças partidárias estaduais. Com isso, resgatou-se a discussão de Abrucio sobre o poder dos governadores frente às Assembleias, a qual contribuirá para a compreensão da centralidade desses nos subsistemas políticos estaduais.

Sobre a parte empírica da tese, o terceiro capítulo apresenta o modelo de análise da presidencialização e os testes estatísticos, tanto os probabilísticos tradicionais, dentre os quais a análise de regressão, quanto a análise *fuzzy-set*, para verificar quais variáveis ou condições levam à existência de contextos políticos presidencializados. Isso permitiu explorar melhor as particularidades de todos os estados, bem como justificar a seleção dos quatro casos (Ceará, Piauí, Rondônia e São Paulo), de onde foram extraídos os dados acerca das coalizões estaduais. Sendo assim, os outros quatro capítulos tratam de análises eminentemente qualitativas sobre os casos selecionados, na tentativa de responder aos alcances e limites da presidencialização das disputas eleitorais e das alianças partidárias estaduais.

## **CAPÍTULO 1**

### **FORMAÇÃO DE ALIANÇAS ELEITORAIS E DE GOVERNOS PARTIDÁRIOS: PARÂMETROS TEÓRICOS PARA A ANÁLISE DO CASO BRASILEIRO**

Para a compreensão da lógica de alianças partidárias nos estados, é necessário entender como é construída a racionalidade dos atores políticos estaduais. Ainda que haja múltiplas razões para as formas de associação entre os partidos, é possível delinear os padrões de relacionamento entre eles, verificando os principais fatores explicativos e intervenientes nesse processo.

Os partidos se associam, formalmente, em dois momentos: na arena eleitoral e na arena governamental. Na primeira, os partidos participam de coligações tendo em vista potencializar o desempenho da candidatura, visando recompensas eleitorais (votos para seus candidatos) ou pós-eleitorais (cargos e/ou políticas). Na segunda, os partidos buscam concretizar sua entrada no governo a partir da participação na coalizão governamental. A primeira parte discute os aspectos relacionados aos condicionantes das coligações eleitorais, principalmente em contextos políticos multiníveis (eleições que ocorrem simultaneamente no nível nacional e estadual), como o caso brasileiro, e a segunda apresenta o debate acerca da formação de governos partidários, ou seja, das alianças que geram a formação de coalizões de governo. Essas reflexões serão fundamentais para o entendimento da lógica de alianças partidárias estaduais no Brasil.

#### **1.1 Estrutura da competição e racionalidade política: das coligações às coalizões de governo**

Para analisar a racionalidade dos atores políticos na arena eleitoral, deve-se levar em conta o impacto do sistema eleitoral sobre a forma como os partidos se associam nas eleições. O sistema eleitoral estabelece como os votos são transformados em cadeiras, influenciando diretamente no cálculo dos atores políticos, pois os condicionantes impostos pelo sistema impactam no seu desempenho individual e do seu partido. Dependendo do

sistema e das regras eleitorais, as estratégias coligacionistas podem ser utilizadas como forma de se potencializar o desempenho eleitoral.

Conforme Rae (1967), um sistema eleitoral possui três componentes: estrutura da cédula, magnitude e fórmula eleitoral. De acordo com os propósitos desse capítulo, focar-se-á nos dois últimos componentes. A magnitude pode ser uninominal (distritos em que um membro apenas é escolhido) ou plurinominal (vários candidatos podem vencer naquele distrito). Quanto à fórmula eleitoral, os sistemas eleitorais podem ser majoritários, proporcionais ou mistos, que seria um tipo intermediário. O tipo-puro de sistema majoritário é aquele em que os votos são dados de modo não proporcional para o partido ou candidato que obteve o maior número de votos. No proporcional, o número de cadeiras conquistadas pelos partidos reflete com maior fidelidade o número de votos recebidos por eles.

No caso brasileiro, o sistema eleitoral proporcional é estabelecido para a escolha de parlamentares – deputados (federais e estaduais), além dos vereadores, no nível municipal – e o modelo majoritário, para escolha de chefes do Executivo nos três níveis de governo (federal, estadual e municipal) e para o Senado (representação dos estados no nível federal). Sendo assim, há a combinação dos dois tipos de representação, a qual gera dois efeitos nas estratégias dos atores políticos: se nas disputas majoritárias há a redução do número de opções, nas disputas proporcionais, há a ampliação e possibilidade de representação de vários partidos. Esse tipo de representação, combinado com o multipartidarismo e com o sistema distrital plurinominal, possibilita a ampliação da fragmentação partidária.

Assim, existem duas tendências em modelos como o caso brasileiro: uma tendência à redução do número de candidaturas competitivas (majoritário) e a aquela em que há possibilidade de entrada de múltiplos partidos (sistema proporcional e distritos plurinominais). Com isso, os possíveis impactos dos sistemas eleitorais sobre os sistemas partidários levam sistemas majoritários ao bipartidarismo e os proporcionais com alta magnitude ao multipartidarismo (DUVERGER, 1970).

No caso brasileiro, o sistema permite as duas tendências ocorrendo de forma simultânea. Nas disputas majoritárias, tende-se à redução das opções para dois ou três partidos e, nas disputas proporcionais, à competição multipartidária. Aliado a isso, o sistema eleitoral brasileiro tem outra particularidade: utiliza a lista preferencial de lista aberta, em

que os eleitores podem escolher qualquer candidato da lista definida pelos partidos, estabelecendo o ordenamento da lista a partir do número de votos obtido por cada candidato.

A combinação entre os dois modelos de escolha de representantes leva à diminuição de candidaturas competitivas nos pleitos para o Executivo, o que torna a competição mais controlável para os maiores partidos. Por outro lado, esses pleiteantes precisam estar ancorados nos múltiplos partidos que compõem os cargos proporcionais, passando a ter maior suporte eleitoral. Logo, podem se coligar formalmente na arena eleitoral (coligações eleitorais) e podem construir acordos verticais com outros partidos, quando há eleições no nível nacional e subnacional simultaneamente (coordenação eleitoral).

Assim sendo, em sistemas eleitorais como o brasileiro, em que o maior prêmio eleitoral é a conquista do cargo Executivo, principalmente a presidência da República, a disputa tende a ser coordenada pelos partidos com maior potencial competitivo que se colocam na disputa. Em torno deles, partidos aliados nos estados, tanto formalmente quanto informalmente, dão suporte político nos distritos eleitorais onde ocorrem os pleitos estaduais. Além do acesso a recursos do poder, da maior capacidade de distribuição de cargos e da potencialização do desenvolvimento da agremiação partidária, o posto presidencial também pode ser encarado como importante lócus de desenvolvimento de políticas. Sobre os EUA, Schattschneider (1960; 1964) assevera que a política presidencial norte-americana é de grande interesse dos grupos políticos, por esse cargo representar o posto responsável por nacionalizar a política, ou seja, por produzir políticas de caráter nacional a partir de conflitos e interesses cada vez menos locais (paroquiais) e melhor organizados nacionalmente.

As eleições presidenciais, pela sua centralidade, condicionam as estratégias dos grandes partidos. Essas podem ser de dois tipos: de maioria simples (eleições em um turno, em que o mais bem votado é eleito) e de maioria absoluta (eleições de dois turnos, cujo segundo turno somente ocorre quando o candidato mais bem votado não atinge mais de 50% dos votos válidos). Eleições de dois turnos tendem a elevar o lançamento de candidaturas, ainda que a possibilidade de se fazer coligações possibilite a agregação de partidos em amplas alianças eleitorais, quando são permitidas, como no caso brasileiro. A agregação do apoio em torno das candidaturas mais competitivas ocorre em sistemas políticos centrados na

presidência, que faz com que os partidos pensem esse cargo como a maior recompensa política em jogo.

Para aqueles partidos que não possuem pretensão de ocupar o posto da Presidência, cabe participar das coligações eleitorais, favorecidos pelo poder de barganha que possuem, devido à grande fragmentação partidária que o sistema eleitoral brasileiro possibilita graças à escolha dos deputados via modelo proporcional, com distritos com magnitude relativamente alta e lista preferencial aberta.

Além dos impactos do sistema eleitoral, outras regras eleitorais podem influenciar no cálculo dos atores políticos, como aquelas que regulam as campanhas eleitorais, a propaganda política etc (FARRELL, 2001). No caso brasileiro, duas regras eleitorais são importantes para analisar a dinâmica eleitoral no atual contexto democrático: a coligação eleitoral entre os partidos e o “casamento” das eleições nacionais e estaduais, ou seja, a simultaneidade entre os pleitos nos dois níveis (desde 1994).<sup>6</sup>

No caso das eleições “casadas”, elas possibilitam a construção de estratégias eleitorais em dois níveis de governo (nacional e subnacional), levando os partidos mais competitivos nas disputas presidenciais a negociarem apoios nos estados, o que permite a inserção de novos atores políticos nas estratégias políticas dos partidos que buscam a Presidência. Eleições que ocorrem simultaneamente possibilitam maior atrelamento entre as dinâmicas nacional e estaduais, pois os partidos tendem a lançar mão de estratégias de coordenação eleitoral, que articulam as candidaturas nos diferentes níveis, incrementando as chances dos partidos de vencerem eleições para o governo central.

Segundo Cox (1997; 1999), o sucesso da coordenação eleitoral envolve a redução no número de competidores. Um dos fatores que funcionam como incentivos institucionais para tal processo são as instituições eleitorais, já discutidas acima. Elas fornecem a estrutura da competição e possibilitam que as elites se mobilizem, sob plataformas políticas, de tal forma a direcionar a preferência dos eleitores. Para isso, tendem a agregar forças e minimizar grupos alternativos que possam apresentar plataformas políticas similares.

---

<sup>6</sup> As eleições municipais para o cargo de prefeito e vereador não ocorrem no mesmo período do pleito presidencial e estadual. Ocorrem dois anos após às eleições nacionais.

No entanto, o incentivo à coordenação depende do grau de centralização vertical da autoridade no nível federal frente ao estadual e da centralização horizontal do Executivo frente ao Legislativo (HICKEN; STOLL, 2008). Isso definirá o tamanho do prêmio presidencial, levando os principais partidos nacionais a buscarem a presidência. No caso das eleições presidenciais brasileiras, como o prêmio é alto (o nível de autoridade do Executivo federal é alta) e o número de vagas em disputa é pequeno (uma, apenas), o custo da viabilização de uma candidatura competitiva para os atores políticos é relativamente alto. Assim, há a redução do número de competidores, o que permite a coordenação estratégica dos atores, ou seja, os partidos passam a avaliar a melhor decisão a ser tomada: entrar ou sair da disputa e se associar ou não a outros partidos.

Dessa maneira, à medida que os atores políticos competitivos se posicionam eficientemente frente ao eleitorado, conseguem reduzir as opções viáveis eleitoralmente. Com eleições alinhadas, ou “casadas”, como no caso brasileiro, a proposição de Cox (1997; 1999) é útil para compreender o caso brasileiro. Sendo os partidos nacionais e não locais, esses tendem a construir estratégias eleitorais tendo em vista a conquista do maior prêmio em disputa nas eleições nacionais: a presidência. Sendo assim, as eleições presidenciais são o fio condutor da política nacional, orientando as plataformas políticas, as estratégias dos atores estaduais e, sobretudo, a preferência do eleitor que tende escolher a melhor opção política entre aquelas colocadas no jogo eleitoral.

Em um sistema multipartidário com eleições de caráter majoritário para o Executivo, como o caso brasileiro, os partidos mais competitivos são levados a montar bases de apoio a partir dos partidos aliados. Com isso, há a diminuição do número de opções eleitoralmente viáveis e os atores políticos estaduais passam a se atrelar a essas candidaturas nos pleitos subnacionais. Assim, as alianças eleitorais, as coligações, são formadas quando determinados candidatos optam por ter o apoio formal de outros partidos para potencializar sua força eleitoral. Já os partidos que participam das alianças buscam garantir apoio para suas candidaturas (quando em uma mesma eleição há mais um cargo em disputa, como no caso das eleições nacionais brasileiras) e também obter cargos na administração pública no momento posterior às eleições. Logo, pequenas agremiações partidárias, com poucas chances de obter vitória para o Executivo, podem ampliar suas chances de conseguir cargos

governamentais. Além disso, as coligações podem fortalecer os laços entre os partidos visando outras eleições.

Seguindo esse argumento, Golder (2006) afirma que os acordos pré-eleitorais são fundamentais para os propósitos dos partidos políticos. É a partir deles que os partidos podem entrar em um governo e, por consequência, que um governo é formado, desde que tenha alguma compatibilidade na plataforma programática governamental. A contribuição de Golder para esse debate é relevante, pois ela considera uma parte da racionalidade dos atores pouco discutida na literatura: a relação entre coligações eleitorais e coalizões de governo.

O foco nessa relação coligação-coalizão se justifica porque os partidos podem optar por formar coligações esperando participar do governo posteriormente. Sendo assim, a possibilidade de os partidos se associarem formalmente na arena eleitoral influencia as estratégias das agremiações. As alianças, sobretudo, possuem uma motivação pragmática para os partidos: eles precisam dos recursos do poder para manterem a organização (KATZ; MAIR, 1995).

Sobre a necessidade de se focar nas coligações, Golder (2006) elenca três razões: 1) coligações podem ter um significativo impacto sobre os resultados eleitorais e sobre os tipos de políticas que serão adotadas; 2) as estratégias de coligação empregadas pelos partidos podem ter importantes implicações para a natureza representativa dos governos; e 3) coligações não são um fenômeno raro, pois, analisando as eleições de 1946 a 1998 em 20 democracias parlamentares, a autora verificou que 44% das 292 eleições estudadas por ela tinham ao menos uma coligação e aproximadamente um quarto de todos os governos formados depois das eleições tinham se baseado em acordos pré-eleitorais (2006, p. 193-194). Dessa forma, as coligações são centrais na análise das alianças partidárias nos estados brasileiros, de forma a verificar o quão as coligações influenciam nos governos estaduais montados.<sup>7</sup>

---

<sup>7</sup> Em uma análise sobre os sistemas presidencialistas da América Latina, Kellam (2011) defende que os partidos políticos não podem usar os acordos pré-eleitorais para assegurar sua influência na distribuição de cargos, pois partidos *office-seeking* não teriam incentivos para punir um candidato presidencial que falha ao cumprir suas promessas. Essa argumentação, porém, pode ter alcance minimizado diante das razões colocadas por Golder (2006) e explicitadas acima. Ademais, caso não sejam contemplados com suas demandas (políticas ou cargos), os partidos podem punir o governo na arena legislativa ou nas eleições posteriores.

Nessa perspectiva, as coalizões de governo podem ser explicadas também pelos acordos pré-eleitorais. Acerca disso, Deheza (1995) demonstrou que a formação de governos de coalizão nas democracias presidencialistas da América Latina depende tanto dos acordos pós-eleitorais (estabelecidos entre o chefe do Executivo e os partidos na arena governamental) quanto dos acordos pré-eleitorais. Segundo a autora, “a primeira origem dos governos de coalizão são as alianças pré-eleitorais que os partidos realizam para enfrentar as eleições” (DEHEZA, 1995, p. 11, tradução nossa). Os governos de coalizão seriam formados primeiramente levando-se em conta as alianças pré-eleitorais que os partidos estabelecem para poder concorrer às eleições. O segundo passo seria o estabelecimento de alianças visando ao apoio legislativo, ou seja, à governabilidade.

Assim sendo, destaca-se a importância de se analisar, de forma conjunta, a dinâmica eleitoral e as motivações que levam os atores políticos a se associarem a determinados partidos nos pleitos eletivos e, posteriormente, o processo de formação de governos e, conseqüentemente, a lógica de distribuição de cargos a aliados. Para a compreensão das alianças partidárias nos estados brasileiros é válido investir nessa relação entre dinâmica eleitoral e governamental. A segunda parte deste capítulo tem como objetivo abordar a literatura que trata exclusivamente da arena governamental e da relação entre Executivo-Legislativo.

## **1.2 Governos partidários e coalizões de governo**

Existe uma série de estudos na literatura internacional que aborda o tema das coalizões de governo, principalmente sobre os sistemas parlamentaristas europeus (BROWNE; FRANKLIN, 1973; LAVER; SCHOFIELD, 1990; STRØM, 1990; LAVER; SHEPSLE, 1990; BUDGE; KEMAN, 1990). Boa parte desses estudos tem partido de modelos de análise que buscam entender a formação de governos como um complexo processo de negociação entre o chefe do Executivo, parlamentares e lideranças partidárias. A coalizão passaria a existir a partir do momento em que os partidos e o governo firmam um acordo que envolve troca de cargos por parte dos aliados e a conquista da maioria legislativa

por parte do chefe do Executivo. As recompensas ministeriais seriam proporcionais ao tamanho legislativo do partido no Legislativo.

Assim, de modo geral, os estudos analisam a formação de coalizões focando exclusivamente na relação Executivo-Legislativo. Esse jogo teria como participantes apenas o chefe do Executivo e as lideranças partidárias com cadeiras no Legislativo, visando unicamente à obtenção de maioria legislativa (por parte do chefe do Executivo) e a conquista de cargos (por parte das lideranças partidárias). Contudo, observou-se que as eleições podem oferecer condicionamentos aos acordos a serem estabelecidos na arena governamental. O processo de coordenação eleitoral, que agrega partidos e estabelece estratégias verticais entre as candidaturas nacionais e subnacionais, pode contribuir para determinadas alianças partidárias na arena governamental. O propósito desta parte do capítulo, no entanto, não é discutir esse ponto, mas tratar de outras possibilidades para a formação de alianças partidárias: a relação Executivo-Legislativo.

Partindo do debate mais geral sobre coalizões, é válido afirmar que a composição do governo é resultado de um complexo arranjo dentro de um amplo contexto partidário (LAVIER, 1998). A literatura que trata da formação de governos nos regimes democráticos, independentemente dos sistemas (parlamentarista ou presidencialista), foca atenção nesse processo como resultado de um elaborado processo de negociação entre os partidos representados no Legislativo e o Executivo. Sendo assim, os partidos têm sido os atores políticos mais relevantes no momento de formação de governos. Esses são fundamentais tanto na arena eleitoral, na composição de alianças e coligações, como na arena governamental, participando da composição dos cargos políticos não-eletivos. Grande parte dos partidos vê a participação na esfera governamental como forma de buscar sustentação enquanto organização.

Na análise da formação de governos, o pressuposto teórico de que partidos necessitam de cargos vem do modelo que considera esses atores sendo motivados pela busca de cargos (*office-seeking motivation*). Os partidos estariam interessados, primariamente, em assegurar o acesso a cargos, inserindo seus líderes no governo e, por consequência,

desfrutando dos recursos de patronagem (WOLINETZ, 2002, p. 150).<sup>8</sup> A busca por cargos pode ocorrer tanto por parte de partidos pequenos quanto dos grandes. Quanto aos grandes partidos, seus líderes buscam se inserir nos quadros do governo como forma de ter mais acesso aos recursos de poder. Já os pequenos almejam participar da coalizão de governo como forma de alavancar carreiras políticas. Em suma, os partidos buscam, constantemente, a ocupação de cargos para ter acesso aos recursos do Estado.

Katz e Mair (1995; 2009) afirmam que há a presença, cada vez mais destacada, da relação simbiótica entre Estado e partido. A evidência disso é a atuação estreita dos partidos junto ao governo, ao Parlamento e à burocracia estatal. Esse cenário responde à constituição de um novo modelo de partido, denominado partido cartel (*cartel party*), o qual é concebido a partir da interpenetração com o Estado, garantindo, aos partidos envolvidos, recursos políticos e de desenvolvimento, tendo função mais atuante na composição e condução da máquina pública. Assim, as agremiações, na busca por cargos, visam influenciar e participar diretamente na formulação e implementação de políticas públicas. As organizações partidárias, ao perseguirem recursos políticos para seu desenvolvimento enquanto organização, passam a dirigir as ações do Estado. Conforme os autores: “o conceito de ‘partido cartel’ foi inicialmente proposto como uma forma de dar atenção a padrões de conflito ou cooperação partidária, assim como de competição, e também como forma de enfatizar a influência do Estado sobre o desenvolvimento dos partidos” (2009, p. 755, tradução nossa). O foco, então, passa a ser não nos vínculos das organizações partidárias com a sociedade, mas no seu estreito relacionamento com o Estado, que lhes garante recursos políticos e econômicos fundamentais para o seu desenvolvimento.

Outro pressuposto considerado sobre a ação dos partidos na negociação estabelecida com o Executivo é quanto à busca por políticas (*policy-seeking motivation*). Os partidos, em última instância, estariam interessados em influenciar a agenda de governo, seja

---

<sup>8</sup> Para Wolinetz (2002), o tipo de motivação definiria o tipo de partido. Dessa forma, existiriam três tipos-ideais de partido: partido *office-seeking*, partido *policy-seeking* e partido *vote-seeking*. Nesta pesquisa não consideraremos esses como modelos de partidos, mas como formas de motivação dos atores políticos. Além disso, não nos deteremos na motivação *vote-seeking*, pois partimos do pressuposto de que os partidos competitivos e que influenciam diretamente no jogo político buscam votos para poderem ocupar cargos (eletivos e governamentais) e/ou buscam influenciar no direcionamento de políticas públicas. Assim, as duas motivações que importam nessa análise são a *office-seeking* e a *policy-seeking*.

na aprovação de leis ou no direcionamento de políticas públicas. Assim, os partidos buscariam votos e cargos como meio de se conseguir políticas. Wolinetz (2002, p. 150) explicita que, em geral, os partidos *policy-seeking* podem ser coesos ideologicamente e programáticos ou serem apenas partidos que buscam políticas específicas.

Nessa mesma abordagem, Blondel (1994) explicita que a forma como os partidos participam dos governos pode impactar nas políticas adotadas por eles. Existem, portanto, variações no conteúdo dos governos partidários, a depender do espaço e do grau de influência concedido aos partidos. Nesse sentido, o autor entende que outros aspectos devem ser considerados além do espaço ocupado pelos partidos no governo, em termos de pastas ministeriais, por três motivos: 1) alguns ministros podem ter mais poder do que outros, ou seja, existe desigualdade entre as pastas; 2) o fato de um partido ter participação no governo não quer dizer que suas políticas serão adotadas; e 3) alguns governos são apoiados por partidos que não possuem cargos governamentais, sendo que o *pay-off* para o partido é constituído por políticas.

Dessa forma, verifica-se que a análise da relação governo-partido é complexa. Se o foco da pesquisa for o grau de influência dos partidos nas políticas adotadas pelo governo, deve-se levar em conta que os partidos são *policy-seeking* e, por isso, cargos seriam apenas um meio para se obter políticas, influenciando a agenda do governo. Por outro lado, quando o foco da pesquisa é a conquista de espaços de poder pelos partidos, seja na área eleitoral ou governamental, deve-se ter como pressuposto que os partidos buscam prioritariamente cargos, ou seja, são *office-seeking*. É válido afirmar, no entanto, que partidos e políticos podem agir na busca de políticas e ou de cargos, dependendo das circunstâncias e do contexto político.<sup>9</sup>

Nesta pesquisa, o foco está exclusivamente na dinâmica de ocupação dos cargos políticos (eleitorais e governamentais) e não nas políticas públicas adotadas pelos governos. O pressuposto adotado, portanto, será de que partidos buscam, sobretudo, cargos, e que é através deles que os mesmos têm acesso aos recursos de poder, inclusive quanto à influência no direcionamento de políticas públicas.

---

<sup>9</sup> Como afirma Laver (1998), a maioria das pesquisas tende a optar por um ou outro tipo de motivação (*office-seeking* ou *policy-seeking*).

O espaço a ser ocupado pelos partidos no Gabinete depende do número de cadeiras conquistado no Parlamento. Esses foram os achados de Budge e Keman (1990) ao analisar a formação de coalizões em países europeus fundados em sistemas parlamentaristas. Assim, quanto maior o número de cadeiras parlamentares conquistadas por uma agremiação, maior seu poder de barganha e, por consequência, mais eles podem exigir dos chefes do Executivo. A presença dos partidos em pastas ministeriais e sua influência nas políticas de governo dependem, portanto, do seu desempenho eleitoral.

Os estudos que tratam da formação de governos nos países europeus têm buscado apresentar, por um lado, informações sobre os governos (número de partidos, número de cadeiras conquistadas e de cargos conquistados no gabinete, a posição ideológica dos partidos que formam o governo e o tipo de governo formado, se majoritário ou minoritário) e, por outro, analisar a duração e a estabilidade dos governos. Para além da análise mais descritiva dos governos, a literatura tem procurado estabelecer modelos para compreender como se forma e mantém uma dada coalizão. Uma abordagem que ajuda a compreender melhor as coalizões, desde o processo de formação do governo até a sua manutenção, é a *demand bargaining approach* (MORELLI, 1999).

Segundo Morelli (1999, p. 810), os agentes que participam de uma coalizão não fazem ofertas sequenciais, mas demandas, ou seja, buscam compensações por sua participação em uma dada coalizão. Conforme essa abordagem, quem faz o primeiro movimento é o chefe do Executivo, seguido depois pelas demandas sequenciais feitas por todos os membros, levando à formação do governo. Caso não haja consenso, todas as demandas são invalidadas e o jogo recomeça até a compatibilização do conjunto de demandas que tendem à formação de um governo majoritário.

Assim, a formação de governos depende, no primeiro momento, do chefe de Estado eleito e de sua proposta de distribuição de cargos, que visa a cumprir acordos estabelecidos com aliados. No segundo momento, o gabinete a ser formado, assim como a proporcionalidade das pastas distribuídas a cada partido, precisa ser aprovado pelos participantes da coalizão. Ao longo do tempo, a dinâmica de forças estabelecida entre os partidos pode mudar, e novos acordos podem ser feitos visando à manutenção da coalizão.

Em democracias parlamentaristas (foco maior dos estudos sobre coalizões), o intrincado processo de formação de governos envolve, portanto, uma série de etapas sequenciais que dependem tanto de regras formais e informais do jogo. Bäck e Dumont (2008) detalham melhor como ocorre esse processo nesse tipo de sistema:

O processo de formação de governo geralmente começa com as consultas formais do chefe de Estado com um número de atores. Os líderes da maioria dos partidos representados no Parlamento são convidados pelo chefe de Estado a fim de informá-los sobre suas expectativas e preferências como atores principais do jogo de formação. Na maioria das vezes, o primeiro-ministro em fim de mandato, o *speaker*<sup>10</sup> da Câmara Legislativa, e os líderes de grupos socioeconômicos também são convidados, e, com base nessas consultas, o chefe de Estado nomeará um *formateur*<sup>11</sup>. [...] Cada partido escolhe um número de negociadores, e delegações a convocar, seguindo uma agenda estabelecida pelo *formateur*. Enquanto as negociações entre delegações prosseguem, o *formateur* se reporta ao chefe de Estado até que um acordo seja assinado por todos os partidos envolvidos na negociação. [...] O papel do chefe de Estado no processo pode variar de uma efetiva participação no processo completo como descrito aqui, para uma função meramente cerimonial, como nos casos da Alemanha e da Irlanda. [...] Negociações do governo acabam com a assinatura de um documento entre os partidos, que pode ser um acordo governamental abrangente ou mínimo, e uma proposta de alocação de portfólios (BÄCK; DUMONT, 2008, p. 354-355, tradução nossa).

Entende-se, portanto, que a formação de governos em democracias parlamentaristas é um processo complexo por envolver uma série de atores e de estratégias entre os partidos, visando ao estabelecimento de acordos para a distribuição de cargos e, por consequência, ao cumprimento da agenda de governo. Dessa forma, além de envolver as questões institucionais que delimitam o espaço de atuação dos atores, deve-se considerar uma multiplicidade de variáveis que podem incidir nas estratégias dos atores e no resultado obtido. Não se pode, portanto, tomar modelos fechados de análise para compreender a formação de governos, mas levar em conta o tipo de sistema (parlamentarista ou presidencialista), os poderes constitucionais dos atores envolvidos e os interesses dos mesmos.<sup>12</sup>

---

<sup>10</sup> *Speaker* é o cargo equivalente a Presidente da Câmara dos Deputados no Brasil (LIMONGI, 1994).

<sup>11</sup> *Formateur* é a liderança política escolhida pelo chefe de Estado para conduzir a formação de um governo de coalizão em democracias parlamentaristas. O *formateur party* é considerado o partido responsável por modelar a formação de governo, ou seja, é o partido responsável pelo “primeiro movimento” no processo de barganha junto aos outros partidos. Nos sistemas presidencialistas, o presidente faz o papel do *formateur*, pois é ele quem decide sobre o processo de formação de governo.

<sup>12</sup> Analisando democracias parlamentaristas, Bäck e Dumont (2008) argumentam que a composição completa de um governo não é resultado de uma escolha feita em conjunto pelo sistema, ou seja, como um ator toma a

Os governos formados podem ser de vários tipos, conforme forem estabelecidos os acordos entre o chefe do Executivo e as lideranças partidárias do Legislativo, os quais operam sob as regras institucionais que influenciam a racionalidade dos agentes políticos envolvidos. Utilizando o critério de Deheza (1995, p. 4-5), os governos podem ser definidos a partir de duas variáveis: 1) o número de partidos que participam do Executivo, e 2) o percentual de cadeiras que a distribuição de pastas realizada pelo chefe do Executivo garante no Parlamento.

Quanto ao primeiro critério, os governos podem ser definidos como de um só partido ou de coalizão. Considerando a segunda variável, considera-se que os governos podem ser majoritários ou minoritários. Os governos majoritários garantem mais de 50% de apoio no Legislativo, enquanto os minoritários não garantem o apoio da maioria. Conforme o Quadro 1.1, podem ser observados quatro tipos de governo: a) governo de um partido majoritário (*single party majority government*); b) de um partido minoritário (*single party minority government*); c) de coalizão minoritária (*minority coalition*); e d) de coalizão majoritária (*majority coalition*), que pode ser subdividida em coalizão minimamente ganhadora (*minimal winning coalition*)<sup>13</sup> e em um governo de ampla coalizão (*large coalition*).

---

iniciativa de escolher uma fórmula, apresentando-a a alguns partidos em detrimento de outros. Dessa forma, para o contexto em análise (em que há, primeiramente, a seleção de um *formateur*, e posteriormente a formação do governo propriamente dita), os autores decompõem a sequência, analisando-a como um jogo de dois estágios, combinando, para isso, modelos cooperativos e não-cooperativos da ação dos atores para a formação de governos.

<sup>13</sup> Nas coalizões minimamente vencedoras, o status majoritário é garantido de forma mínima, ou seja, ao se retirar um dos membros da coalizão esta se torna minoritária (RIKER, 1962, p. 40).

## QUADRO 1.1 – CLASSIFICAÇÃO DOS TIPOS DE GOVERNO

Considerando a quantidade de partidos no Executivo	Considerando % de cadeiras que a distribuição de pastas realizada pelo chefe do Executivo garante no Parlamento	
	Minoria do apoio legislativo (menos de 50%)	Majoria do apoio legislativo (mais de 50%)
Um partido	<p><b>Governo minoritário de um partido</b> (<i>Single-party minority government</i>)</p> <p>Apenas um partido possui pastas no gabinete e esse não garante a maior parte do apoio legislativo.</p>	<p><b>Governo majoritário de um partido</b> (<i>Single-party majority government</i>)</p> <p>Apenas um partido possui pastas no gabinete e esse garante a maior parte do apoio legislativo.</p>
Dois ou mais (de coalizão)	<p><b>Governo de coalizão minoritária</b> (<i>Minority coalition government</i>)</p> <p>Dois ou mais partidos possuem pastas no gabinete. Porém, esses não garantem a maior parte do apoio legislativo.</p>	<p><b>Governo de coalizão majoritária</b> (<i>Majority coalition government</i>)</p> <p>Dois ou mais partidos possuem pastas no gabinete, garantindo a maior parte do apoio legislativo.</p>

Fonte: Elaborado pelo autor com base na classificação de Deheza (1995).

\* Uma coalizão majoritária pode ser baseada em uma coalizão minimamente ganhadora (*minimal winning coalition*) – cuja maioria legislativa é obtida pelo apoio de 50% do Parlamento e de mais um parlamentar – ou ser ampla coalizão (*large coalition*) – cujo apoio legislativo é garantido por apoio de 50% do Parlamento e de dois ou mais parlamentares.

Mudanças em uma das duas variáveis, ao longo do mandato, podem alterar o status do governo (se minoritário ou majoritário) e da quantidade de partidos que possuem pastas no gabinete. Deheza (1995, p. 5-6) elenca uma série de possíveis mudanças que podem ocorrer em governos de democracias parlamentares: 1) quando há alteração na composição partidária do gabinete; 2) quando existe uma alteração no Primeiro Ministro; 3) quando há eleições parlamentares.

A literatura que analisa as coalizões em democracias parlamentaristas costuma destacar a importância da formação de coalizões majoritárias, pois elas garantem estabilidade dos gabinetes e maior duração dos governos. Isso se deve ao fato de que governos com amplo apoio no legislativo não geram problemas de governabilidade para o chefe do Executivo. Assim, governos minoritários são geralmente caracterizados como incompatíveis ao próprio funcionamento da democracia. São retratados, sobretudo, como governos de baixa efetividade.

Em contraposição a essa visão, Strøm (1990) analisa as razões para a existência de governos minoritários em democracias parlamentaristas da Europa ocidental. Segundo ele, é comum a existência de governos minoritários, e isso se deve não à ineficiência dos atores em compor uma coalizão, mas sim ao comportamento racional das lideranças

partidárias relevantes. Ainda segundo o autor, diferentes padrões de formação de gabinete podem ser explicados através de características institucionais e estruturais do sistema político, as quais podem levar à formação de governos minoritários.

Dessa forma, é possível a existência de governos de minoria, a depender dos custos do compromisso político para o chefe do Executivo e para os líderes partidários envolvidos na formação de governo. As características de uma dada coalizão formada dependem dos acordos estabelecidos entre os envolvidos na distribuição de cargos, que levam em consideração as características políticas institucionais (*polity*).<sup>14</sup> Assim, levam-se em conta, nesta pesquisa, as condições institucionais que envolvem a composição de governos (estrutura da negociação) e a busca do equilíbrio dos acordos políticos a serem sustentados ao longo do tempo (motivação dos atores políticos governamentais). A racionalidade permanece a mesma, ainda que as estratégias possam mudar diante das alterações do ambiente de negociação.

Apesar de boa parte dessas análises sobre os tipos de governos se basearem no modelo de democracia parlamentarista europeu, é possível estender os critérios acima discutidos para a análise dos sistemas presidencialistas. No caso do sistema parlamentarista, a coalizão é dependente do Parlamento, ou seja, o chefe do governo e seu gabinete respondem politicamente à legislatura, sendo dela um produto. Dessa forma, a coalizão deve contar com a aprovação de uma maioria legislativa que assegura o voto de confiança do Legislativo (LAVER; SCHOFIELD, 1990). Já nos sistemas presidencialistas, o chefe do Executivo não é dependente do Congresso por um voto de confiança. A prerrogativa constitucional de

---

<sup>14</sup> Outro ponto importante a ser considerado é quanto ao *trade-off* que enfrentam os *formateurs* no momento da formação de governo entre controle ou durabilidade, ou seja, entre controlar a parte de recursos destinada para os aliados e o tamanho dos recursos totais destinados para os mesmos. Dessa forma, é importante saber se o *formateur* já espera a estabilidade do governo, pois isso pode levar à proposição de governos menos inclusivos (coalizões minoritárias) em vez de governos inclusivos (coalizões majoritárias). A partir disso, Diermeier, Eraslan e Merlo (2007) buscaram analisar os efeitos de um aspecto constitucional fundamental para se compreender o processo de formação de governos e sobre o *trade-off* dos *formateurs*: o bicameralismo. Analisando os efeitos da responsabilidade dual na composição e estabilidade de governos de coalizão em democracias parlamentares bicamerais, o estudo aponta que o bicameralismo não afeta a duração média dos governos, mas tem efeito significativo sobre sua composição. Quando a responsabilidade dual é removida, os termos do *trade-off* mudam, de forma que coalizões minoritárias se tornam relativamente mais atraentes, embora a duração do governo seja a mesma.

nomear e demitir ministros é do chefe do Executivo, não cabendo ao Legislativo interferir no processo de composição de um gabinete ministerial (AMORIM NETO, 2000).<sup>15</sup>

Diferentemente do sistema parlamentarista, teoricamente, o presidencialismo teria problemas quanto à manutenção e estabilidade do regime democrático, por concentrar os poderes no Executivo (LINZ, 1990)<sup>16</sup>. Entretanto, os receios relativos à estabilidade dos regimes democráticos em sistemas presidencialistas foram desfeitos, principalmente com a estabilidade de democracias presidencialistas na América Latina, como o caso da Argentina, Chile e Brasil. Outro ponto é que tem se observado a existência de uma série de governos de coalizão em sistemas presidencialistas (DEHEZA, 1995; CHEIBUB; PRZEWORSKI; SAIEGH, 2004).<sup>17</sup> Segundo Raile, Pereira e Power (2010, p. 323), a presença de coalizões em sistemas presidencialistas tem sido a forma modal de democracia na América Latina. No entanto, se diferentemente das democracias parlamentaristas, o presidente e seu gabinete de governo não têm mandatos dependentes do Parlamento, quais os incentivos para o Presidente formar governos de coalizão?

O argumento apresentado pela literatura é que os presidentes formariam coalizões em busca da governabilidade, pois apesar de não dependerem do voto de confiança do Legislativo, os chefes do Executivo precisam realizar pactos junto aos parlamentares, visando à aprovação de sua agenda de governo. Para isso, eles buscam o estabelecimento de compromissos com as lideranças partidárias de modo a obter o apoio da maioria do Congresso, como forma de favorecer a aprovação de proposições legislativas de seu interesse. Desse modo, os gabinetes ministeriais passam a ser permeáveis às agremiações

---

<sup>15</sup> Para Cheibub, Przeworski e Saiegh, a diferença entre o presidencialismo e o parlamentarismo é a seguinte: “apenas o presidente pode oferecer *portfolios* e outros partidos podem rejeitar essa oferta, porque eles esperam ter um desempenho muito melhor na próxima eleição se eles se mantiverem na oposição. Então, um presidente minoritário passa a enfrentar uma legislatura hostil e ninguém pode fazer nada contra isso” (2004, p. 566, tradução nossa).

<sup>16</sup> Linz (1990) destaca duas razões para a instabilidade do regime democrático sob o sistema presidencialista. Primeiramente, o presidencialismo opera de acordo com a regra do *winner-take-all* – um arranjo que tende fazer política democrática como um jogo de soma-zero, no qual o candidato vencedor ganha tudo e o perdedor não levaria nada, não tendo acesso aos recursos do poder do Executivo. Por consequência, esse sistema elevaria a tensão e a polarização. Segundo, sobre a dificuldade de cooperação entre o presidente eleito e os partidos derrotados, impossibilitando a formação de coalizões de governo.

<sup>17</sup> Cheibub, Przeworski e Saiegh (2004), analisando o perfil de quase todas as democracias do mundo, do período de 1946 a 1999, concluíram que as coalizões são mais comuns em sistemas parlamentaristas do que em presidencialistas.

partidárias, formando governos partidários, assim como no caso de democracias parlamentaristas.

Deheza (1995), sobre os sistemas presidencialistas na América Latina, conclui que a maioria dos governos do período analisado por ela (1958-1994) era de coalizão.<sup>18</sup> Segundo a autora, os presidentes têm sido obrigados a negociar com outros partidos e a distribuir ministérios a seus oponentes, seja por recompensa ao apoio recebido nas eleições presidenciais, para obtenção de uma maioria parlamentar, ou pela necessidade de se chegar a acordos restaurativos entre os partidos que proporcionem garantias de participação no governo (DEHEZA, 1995, p. 23-24).

Conforme Deheza, a existência ou não de uma coalizão está ligada ao sistema partidário do país, se bipartidário ou multipartidário, e se pouco ou muito fragmentado. Em sistemas bipartidários, a tendência é que haja a formação de governos de um partido, e já nos sistemas multipartidários, com alta fragmentação, a tendência é que haja a necessidade de formar coalizões, devido à necessidade de ampliar a base governista.

Multipartidarismo e a alta fragmentação impactam diretamente nos custos de negociação do chefe do Executivo junto ao Legislativo. A conquista do apoio da maioria dos parlamentares é fundamental para que o presidente obtenha governabilidade e, com isso, possa implementar as políticas de governo. Porém, os partidos com maior número de cadeiras conquistadas possuem maior poder de barganha, o que leva o presidente a fazer concessões quanto à montagem das pastas ministeriais, passando o Executivo a ser mais permeável aos interesses partidários. Com isso, o presidente tem que construir amplas coalizões multipartidárias para assegurar a aprovação de seus programas e políticas (MAINWARING, 1997, p. 56).

Quando nenhum partido obtém maioria, especialmente no caso de sistemas multipartidários, o processo de formação de governo passa a ser resultado de um elaborado processo de negociação entre os partidos representados no Legislativo. Se, por um lado, o presidencialismo confere ao chefe do Executivo a prerrogativa de nomear os ocupantes de

---

<sup>18</sup> Em trabalho mais recente sobre as democracias presidencialistas da América Latina, Martínez-Gallardo (2011) encontra os mesmos resultados de Deheza, só que com dados mais recentes (da década de 1980 à metade da década de 2000). Nas palavras da autora: “coalitions are the most common form of government in the presidential countries of Latin America today” (2011, p. 81).

cargos político-administrativos no governo (Ministérios, Secretarias, Coordenações de Programas Sociais, Presidência e Direções de Autarquias etc), por outro, o multipartidarismo e a alta fragmentação partidária tornam improvável que algum partido consiga sozinho alcançar maioria parlamentar, elevando o número de atores relevantes com os quais o chefe do Executivo tem de negociar para aprovar a agenda do governo.

Outro aspecto a ser destacado em sistemas presidencialistas e que pode impactar na formação de governos é quanto aos poderes do Executivo frente ao Legislativo. Considerando os poderes legislativos do presidente, esse pode depender mais ou menos do apoio dos legisladores. Presidentes podem possuir uma série de poderes, como a possibilidade de iniciar a legislação, de vetar as propostas aprovadas no Legislativo e o de emitir decretos. Esses teriam menos incentivos para se submeter às vontades do Legislativo. Esse é o argumento de Shugart e Carey (1992), que afirmam, também, a necessidade de presidentes sem poderes legislativos de buscar apoio do Legislativo. Caso contrário, esses não conseguem a aprovação de sua agenda de governo. Ainda segundo os dois autores,

Já Figueiredo e Limongi (1999), analisando o caso brasileiro, evidenciam que, mesmo nos casos em que presidentes possuem mais poderes legislativos, é necessário negociar com as lideranças partidárias presentes no Legislativo. Essa característica institucional do caso brasileiro, no entanto, não garante a aprovação automática da agenda do governo. É necessário, para isso, o apoio expresso da maioria dos legisladores. Assim, os autores atentam para a necessidade de se considerar as “variáveis organizacionais próprias à estruturação dos trabalhos legislativos” (1999, p. 22) para compreender a relação Executivo-Legislativo em sistemas presidencialistas. A formação de coalizões majoritárias é fundamental, portanto, para a condução de governos, mesmo em sistemas presidencialistas em que presidentes possuem grandes prerrogativas legislativas.

A estabilidade das coalizões é um aspecto também destacado pela literatura. Examinando a duração dos gabinetes, Martínez-Gallardo (2011) analisa a duração de 121 gabinetes em 12 países da América Latina do final da década de 1980 à metade da década de 2000. A autora verifica que presidentes fortes terão incentivos mais fracos para alcançar acordos com parceiros de coalizão e, por isso, a probabilidade de a negociação falhar será mais alta. Ou seja, presidentes que contam com fortes poderes legislativos tendem a ter

gabinetes com duração menor do que presidentes mais fracos. Assim, a autoridade presidencial mais forte é associada com mais alta instabilidade do gabinete e, por isso, os gabinetes conduzidos por eles são mais propensos ao término devido à falha na negociação com os outros partidos. Observa-se que os poderes do chefe do Executivo frente ao Legislativo são fundamentais para compreender a formação e a estabilidade de gabinetes.

Independentemente dos poderes do Executivo, os presidentes possuem um grande desafio: garantir a governabilidade dos governos dispondo, se necessário, de recursos de poder aos outros partidos com representação no Legislativo (nomeação em cargos públicos e direcionamento de recursos para determinadas políticas públicas). Assim, ao formar governos, a distribuição de cargos para outros partidos visa, sobretudo, a conseguir apoio legislativo para viabilizar a implementação da agenda de governo, evitando, por conseguinte, a paralisia decisória.

### **1.3 Convergência entre duas literaturas**

Seguindo os propósitos desta pesquisa, a questão aqui colocada não tem o apoio legislativo como variável dependente, mas o processo de alinhamento entre partidos, seja na arena eleitoral ou na governamental. Não visamos a responder questões relacionadas à governabilidade, mas compreender a racionalidade dos atores políticos estaduais brasileiros no estabelecimento de alianças eleitorais e governamentais. Por isso, foi necessário mobilizar duas literaturas que tratam do mesmo tema de forma diferente, mas que, conjuntamente, podem elucidar as razões do estreitamento ou distanciamento político existente entre determinados partidos e que podem refletir nas duas arenas.

Para isso, a busca nesta pesquisa é compreender as alianças entre os partidos nos estados brasileiros a partir de quatro aspectos extraídos da discussão teórica: 1) a estrutura da competição eleitoral e da formação de governos como fatores que condicionam as estratégias dos atores políticos nacionais e estaduais ao longo do tempo; 2) a organização dos atores políticos nas eleições nacionais a partir do processo de coordenação eleitoral, reduzindo o número de competidores viáveis e potencializando candidaturas melhor organizadas e com plataformas políticas claras; 3) a busca por governabilidade a partir do

estabelecimento de acordos na arena governamental; e 4) a consolidação de parcerias já constituídas na arena eleitoral, possibilitando novos êxitos eleitorais em pleitos subsequentes. No próximo capítulo, a forma como esses fatores estão dispostos no sistema político do Brasil será melhor abordada, de maneira a contemplar as particularidades do caso brasileiro e de seus subsistemas políticos estaduais.

## CAPÍTULO 2

### O CASO BRASILEIRO: PARTIDOS, ELEIÇÕES E RELAÇÃO EXECUTIVO- LEGISLATIVO NO NÍVEL FEDERAL E ESTADUAL

#### 2.1 A dinâmica eleitoral no Brasil pós-1985

No Brasil, o processo de redemocratização, que começou com a flexibilização do regime militar em fins dos anos 1970 até meados da década de 1980, possibilitou a criação de múltiplos partidos políticos, os quais passaram a disputar pleitos nacionais, estaduais e municipais, tanto no âmbito dos cargos do Executivo quanto do Legislativo. Podem-se citar duas reformas institucionais que favoreceram a proliferação dos partidos políticos no país: 1) a Lei nº 6.767, de 20 de dezembro de 1979, que possibilitou o retorno ao multipartidarismo; e 2) a Emenda Constitucional nº 25, de 15 de maio de 1985, que flexibilizou a criação de novos partidos políticos, garantindo também a reorganização das agremiações partidárias as quais tinham sido impossibilitadas de obter registro durante a vigência do regime militar (SCHMITT, 2000).

Essas mudanças possibilitaram a ampliação do número de atores políticos disputando eleições majoritárias para os cargos do Executivo e Senado, e proporcionais para os demais cargos legislativos nos três níveis federativos – federal, estadual e municipal. Com isso, houve o crescimento do acirramento da competição eleitoral, fruto do surgimento e da consolidação de múltiplos partidos. Ademais, o retorno à democracia trouxe a possibilidade de se constituir coligações eleitorais (através da Lei nº 7.454, de 30 de dezembro de 1985), o que ampliou as possíveis formas de articulação entre as agremiações partidárias no novo contexto democrático.<sup>19</sup>

O multipartidarismo e a possibilidade de se formar coligações eleitorais deram vazão à necessidade de se pluralizar a representação política no país. A tendência foi a ampliação das possibilidades de escolha pelo eleitorado, pois um número significativo de

---

<sup>19</sup> Já havia a possibilidade de se estabelecer associações partidárias no Código Eleitoral de 1950, sob o nome de alianças. Durante o período militar, com o Código Eleitoral de 1965, houve a proibição das alianças eleitorais. Somente em 1985, ocorreu o restabelecimento da possibilidade de montagem de associações partidárias para as eleições proporcionais, sob o nome de coligações (KRAUSE; SCHMITT, 2005, p. 11-12).

agregações partidárias foi criado e essas passaram a se agregar em forma de coligações. Em geral, os partidos buscaram se utilizar das coligações como forma de ampliar sua capacidade de eleger representantes para o Legislativo. Os partidos menores procuraram ocupar algum espaço na política com a ajuda da força eleitoral dos partidos maiores, que, por sua vez, utilizaram-se das coligações como forma de ampliar, ainda mais, sua força na arena eleitoral.

Essas reformas possibilitaram a elevação da fragmentação partidária no âmbito do Legislativo, resultado do crescimento e desenvolvimento das agregações. Com isso, o número de partidos apresentado ao eleitorado cresceu substantivamente ao longo dos anos, o que pode representar um alto custo para a realização da escolha. As coligações minimizam esse custo, principalmente nas eleições para o Executivo, o que provoca a diminuição do número de opções oferecidas aos votantes. Nesse sentido, as alterações institucionais favoreceram a passagem de um sistema bipartidário, imposto pelo regime militar, para um multipartidário emergido no processo de redemocratização.

A grande preocupação com relação ao sistema político brasileiro era quanto à combinação à seguinte combinação institucional: sistema presidencialista, representação proporcional, multipartidarismo e elevada fragmentação partidária. Segundo Mainwaring (1993) e Ames (2003), a combinação de presidencialismo com representação proporcional de lista aberta personalizaria a política e enfraqueceria os partidos. Seria um problema, portanto, de desenho das instituições políticas brasileiras. Além disso, temia-se que a falta de enraizamento dos partidos políticos no Brasil levasse à instabilidade no regime. Isso seria justificado pela fragilidade das organizações partidárias e os vínculos frágeis entre partidos e eleitores, o que poderia levar à própria instabilidade do regime democrático.<sup>20</sup>

Contudo, apesar do diagnóstico pessimista, o regime democrático brasileiro apresenta-se estável, e o Executivo não tem tido problemas em relação à governabilidade.

---

<sup>20</sup> Para Maria do Socorro Braga, essa vertente da literatura, “[...] no sistema político brasileiro, o arranjo eleitoral de representação proporcional, baseado em lista aberta, incentivaria a competição intrapartidária e a construção de reputações individuais, dificultando a estruturação dos partidos e a inteligibilidade da disputa eleitoral. Em consequência desse fato, teríamos partidos com frágil coesão interna, indisciplinados, políticos com baixa fidelidade partidária e uma competição partidária altamente instável. Esse quadro redundaria em um ambiente com baixa ou nenhuma identificação partidária, de fraca representatividade das organizações partidárias e de ampla dificuldade para a formação e coordenação de maiorias congressuais estáveis de apoio aos programas do poder Executivo, o que comprometeria as condições de governabilidade e, finalmente, poderia culminar com instabilidade do próprio regime democrático” (2007, p. 56-57).

Ademais, partidos têm se mostrado fundamentais, seja na arena eleitoral (na seleção de candidatos e na construção de alianças e coligações) ou na arena governamental (na ocupação de cargos da Administração Pública e na participação nas coalizões de governo). Além das instituições funcionarem e do regime democrático ser estável, os partidos são centrais no sistema político brasileiro.

Apesar da grande quantidade de partidos com representação no Congresso Nacional e nas Assembleias Legislativas, nas eleições presidenciais, desde 1994, apenas dois têm apresentado candidaturas suficientemente competitivas a ponto de conquistar a parcela majoritária da população: o Partido dos Trabalhadores (PT) e o Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB). Esses partidos surgiram em momentos diferentes, diante da flexibilidade garantida pela legislação para a organização de partidos, e tiveram, em seus programas, projetos políticos de caráter nacional.

O PT foi criado em 1980 e tem sua formação oriunda do movimento sindical e de segmentos populares apoiados por uma parcela da Igreja Católica, sendo um caso raro de partido criado de baixo para cima no Brasil (MENEGUELLO, 1989; SCHMITT, 2000). Desde sua criação, o partido apresentou forte vinculação com os movimentos sociais, visando à ampliação dos direitos e garantias aos trabalhadores, e marcou posição na esquerda do espectro ideológico. Como afirma Meneguello (1989, p. 36), o PT foi, no plano organizacional, o primeiro partido de massas brasileiro, dentre tantas características, teve origem extraparlamentar, de caráter societário, e possuía uma proposta de inserção da classe trabalhadora no sistema político. O partido, seguindo uma linha à esquerda, “tinha por objetivos centrais inserir a classe trabalhadora e suas demandas no cenário político-institucional brasileiro” (AMARAL, 2003, P. 39). A partir de Amaral (2003, p. 57), entende-se que a afirmação do partido no cenário político brasileiro e sua presença como ator político significativo nas eleições presidenciais, a partir de 1989, se deu, em grande medida, pela disposição de representar os interesses dos trabalhadores e dos pobres, pelo seu funcionamento, com democracia interna e responsabilidade por seus atos perante seus membros. Esses elementos foram centrais para tornar o partido uma novidade no cenário político do país.

O PT cresceu com a ampliação do discurso eleitoral, ganhando votos em diversas camadas sociais. Já a partir de 1988 e 1989, o partido passou por um processo de nacionalização e interiorização, ampliando as bases eleitorais petistas, o que repercutiu, nas eleições de 1990 e 1992, com o crescimento do número de deputados federais e estaduais eleitos (AMARAL, 2003, p. 103-105). A busca por maior espaço no cenário político nacional levou também o PT a ampliar o leque de alianças com outros partidos. Houve mudanças no programa petista ao longo da década de 1990, como destaca Amaral (2003, p. 155). O PT abandonou o discurso classista, passando a dar pouca ênfase às posições ideológicas, como o socialismo, para exaltar a capacidade do partido de resolver problemas mais concretos da população. Este processo de “desideologização” do programa petista segue uma linha similar ao que ocorreu com os partidos de massa europeus, especialmente o alemão<sup>21</sup>.

A ascensão do PT à Presidência da República se deu em 2002, depois de ter sido derrotado três vezes por coalizões partidárias à direita. Conforme Amaral (2003, p. 164), alguns fatores contribuíram para a ascensão do partido ao poder nas eleições presidenciais de 2002, quais sejam, “a crise econômica dos últimos anos do governo FHC e o fim da aliança de centro-direita que lhe dava sustentação, a inflexão petista para o centro, a aproximação do partido a setores tradicionalmente refratários ao seu discurso e a sua profissionalização”.<sup>22</sup> Depois desse processo de flexibilização do programa de governo petista e de sua adesão a coligações mais flexíveis, o partido elegeu dois presidentes para três mandatos: Luís Inácio Lula da Silva, eleito em 2002 e reeleito em 2006, e Dilma Rousseff, eleita em 2010. Mesmo com a guinada ao centro, o partido convive com “duas almas”, como diria Singer (2010): uma de matriz socialista e outra que possibilitou a flexibilização das alianças e do programa, portanto, ainda à esquerda do espectro ideológico.

---

<sup>21</sup> Deve-se considerar as diferenças de período histórico e de contexto político entre as transformações sofridas pelo PT e pelos partidos de massa europeus. Com isso, não se pode afirmar que o PT se tornou um partido *catch-all*, como identifica Kirchmeimer, e nem que se tornou um partido profissional-eleitoral, pois os mesmos se tratam de tipos-ideais. Sem necessariamente enquadrá-lo em um tipo teórico, é possível afirmar que o PT se profissionalizou e buscou ampliar e flexibilizar seu discurso de forma a ampliar as possibilidades de ganhos eleitorais.

<sup>22</sup> A coligação vitoriosa estabelecida pelo PT em 2002, que tinha como vice-presidente indicado o industrial José Alencar (PL), mostrou a transformação pela qual passou o partido desde sua origem. Isso ficou mais claro com publicação da “Carta ao Povo Brasileiro”, em junho de 2002. Como assevera Singer (2010, p. 105), o programa divulgado em julho de 2002 pela coligação da candidatura de Lula aponta um “perceptível câmbio de tom em relação ao capital”.

Já o PSDB surgiu em 1988 como uma dissidência de uma ala de parlamentares do PMDB que se autodenominava como a mais progressista do partido, diferenciando-se do governo do peemedebista José Sarney e de sua base de sustentação baseada no PMDB e no PFL (ROMA, 2002). Posteriormente, o partido foi evidenciando sua proposta programática, expondo-a de modo mais claro a partir de 1994, quando Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, venceu o pleito eleitoral e assumiu a Presidência da República com uma agenda política de centro-direita, tendo como principais partidos aliados na coalizão PMDB e PFL. O peessedebista foi reeleito em 1998, após promulgação da Emenda Constitucional nº 16, em 4 de junho de 1997, que garantiu ao Presidente da República, Governadores de Estado e do Distrito Federal e aos Prefeitos a possibilidade de pleitear a recondução ao cargo para um único período subsequente.

Apesar de ter reivindicado a identidade da social-democracia europeia para si, o PSDB “não nasceu vinculado a movimentos trabalhistas, é um partido de notáveis, originado a partir da cisão do PMDB e por dissidentes de outros partidos e seu programa é distinto do programa apresentado por partidos social-democratas europeus” (VIEIRA, 2012, P. 171). Além dessas diferenças em relação aos partidos social-democratas europeus, o PSDB passou por transformações na forma como se apresentava para o eleitorado. Em 1988, nas palavras de Power (2003, p. 240), “o partido começava a vida defendendo o parlamentarismo, o aprofundamento da democracia e uma política redistributiva”. Depois de ascender ao poder em 1994, o partido adotou uma série de políticas orientadas para o mercado, o que o levou à rotulação dos governos peessedebistas de “neoliberal” (POWER, 2003, P. 225). O partido, então, sofreu uma quinada à direita, já em 1994, enquanto o PT se mantinha forte à esquerda. Juntamente com o PFL, o PSDB formou a coalizão que dava sustentação de sustentação ao governo de Fernando Henrique Cardoso. Juntamente com o PPB, o governo chegou a obter 75% do controle das cadeiras do Congresso.

O plano de estabilização monetária, iniciado por Fernando Henrique, nos tempos de Ministério da Fazenda no governo Itamar Franco, levou à estabilidade econômica, além da aliança eleitoral e governamental com o PFL, visando, respectivamente, a vitória nas eleições presidenciais em 1994 e a governabilidade a partir de 1995. Isso transformou as feições iniciais do partido, que o colocavam como de centro-esquerda. Dessa forma, a

coalizão em torno do programa do PSDB ocupou a centro-direita do espectro ideológico, e as alianças partidárias do PT à esquerda e, posteriormente, à centro-esquerda.

Dessa forma, observa-se que, desde o início, PT e PSDB apresentaram diferenças em concepções básicas sobre a atuação do partido.<sup>23</sup> Enquanto o PT teve uma origem externa, extraparlamentar, o PSDB foi criado, anos depois, por um grupo de parlamentares dissidentes do PMDB, ou seja, é um partido que já nasceu com alicerces fincados dentro do Congresso. Mesmo com origens diferentes, até antes de 1994, pensava-se em uma possível aliança PT-PSDB, apesar de nunca ter sido concretizada no plano nacional. No entanto, as origens e o perfil programático e aliancista de ambos os partidos os levaram a tomar caminhos diferentes, como destaca Amaral (2003, p. 106-107),

O PT, que recusara participar do governo de “coalizão” articulado por Itamar Franco, vice de Collor, desejava arrastar o PSDB para uma aliança de centro-esquerda capaz de vencer a direita e conquistar o Palácio do Planalto. O namoro entre PT e PSDB começou a esfriar, no entanto, em abril de 1993, com a escolha do presidencialismo como sistema de governo e ganhou ares de separação no mês seguinte, quando Fernando Henrique Cardoso, então Ministro das Relações Exteriores, foi indicado para a pasta da Fazenda, substituindo Eliseu Resende. Não imaginavam que, ao tomarem essa decisão, livraram caminho para que, dentro do governo, fosse costurada uma candidatura de centro-direita capaz de barrar a ascensão petista ao Planalto (AMARAL, 2003, p. 107).

A partir das eleições de 1994, as diferenças entre os dois partidos começaram a ficar mais evidentes, principalmente com o acirramento estabelecido entre as agremiações nas disputas presidenciais. A disputa eleitoral entre eles evidenciou diferenças programáticas entre os dois partidos. Nas eleições presidenciais de 1994, colocou-se, de um lado, a candidatura petista de Luiz Inácio Lula da Silva, principal opção à esquerda para o pleito, e, de outro, a candidatura de Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, apoiado por setores conservadores, compondo uma coalizão junto ao PFL, um dos principais partidos brasileiros de direita naquele período. Os dois partidos apresentaram as principais plataformas de governo para o eleitorado e, desde então, têm dominado os pleitos eleitorais presidenciais.

---

<sup>23</sup> Em um encontro realizado em 18 de agosto de 1979, no processo de gestação do PT, Fernando Henrique Cardoso discordou da plataforma do partido, o qual optou por ter autonomia em relação aos parlamentares (AMARAL, 2003, p. 33).

Essas agremiações se apresentam ao eleitorado brasileiro como as principais alternativas para as grandes questões nacionais. Sobre este ponto, afirma Echegaray:

Avaliados em sua competência para resolver diferentes assuntos – da violência à corrupção, do desemprego à educação, do crescimento econômico ao meio ambiente –, somente os dois grandes agrupamentos partidários do PT e do PSDB são reconhecidos como capazes por uma maioria expressiva. O resto da oferta eleitoral-partidária simplesmente carece de força suficiente em qualquer uma dessas áreas específicas para disputar um espaço com o atual bipartidarismo (ECHEGARAY, 2007, p. 16).

Essa digressão em torno das origens do PT e do PSDB, ainda que frise, de forma persistente, em aspectos amplamente tratados pela literatura sobre os dois partidos, é fundamental importância para se pensar como as diferenciações da gênese das duas agremiações podem explicar as trajetórias tomadas por elas nas eleições presidenciais, a partir de 1994. Em termos estratégicos, os dois partidos têm se articulado nacionalmente buscando construir candidaturas nacionais. A polarização das disputas eleitorais em torno de PT e PSDB e, conseqüentemente, o efeito de coordenação de candidaturas juntamente com as eleições estaduais tem como marco as eleições de 1994. Antes disso, houve apenas uma eleição direta para a Presidência, em 1989. Nesse pleito, ambos os partidos saíram derrotados para o candidato do PRN, Fernando Collor. No primeiro turno, as candidaturas do PT e do PSDB obtiveram apenas 28,7% dos votos válidos, no total de 21 pleiteantes. A mudança ocorreu em 1994, quando ocorreram as primeiras “eleições casadas” no novo contexto democrático, onde seriam escolhidos o Presidente da República, Governadores, Deputados federais e estaduais, além de 2/3 dos senadores do Congresso. Nessas eleições, Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, foi eleito, em um pleito que contava com oito candidatos no total (número substancialmente menor do que da “eleição solteira” de 1989). Em 1994, as candidaturas de PT e PSDB obtiveram 81,3% dos votos válidos, uma proporção quase três vezes maior do que o percentual de votos obtidos pelos dois partidos no pleito anterior (ver Tabela 2.1).

TABELA 2.1 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA A PRESIDÊNCIA NO BRASIL POR PARTIDO DE 1989 A 2010 – 1º TURNO (%)

Partidos	1989	1994	1998	2002	2006	2010
PRN	30,5	0,6	-	-	-	-
<b>PT</b>	<b>17,2</b>	<b>27,0</b>	<b>31,7</b>	<b>46,4</b>	<b>48,6</b>	<b>46,9</b>
PDT	16,5	3,2	-	-	2,6	-
<b>PSDB</b>	<b>11,5</b>	<b>54,3</b>	<b>53,1</b>	<b>23,2</b>	<b>41,6</b>	<b>32,6</b>
PDS / PPR	8,9	2,7	-	-	-	-
PL	4,8	-	-	-	-	-
PMDB	4,7	4,4	-	-	-	-
PCB	1,1	-	-	-	-	-
PFL	0,9	-	-	-	-	-
PSD	0,7	-	-	-	-	-
PTB	0,6	-	-	-	-	-
PRONA	0,5	7,4	2,1	-	-	-
PSP	0,4	-	-	-	-	-
PP	0,3	-	-	-	-	-
PCN	0,3	-	-	-	-	-
PN	0,3	-	-	-	-	-
PLP	0,2	-	-	-	-	-
PPB	0,1	-	-	-	-	-
PDC do B	0,1	-	-	-	-	-
PSC	-	0,4	0,2	-	-	-
PPS	-	-	11,0	12,0	-	-
PMN	0,2	-	0,4	-	-	-
PV	0,2	-	0,3	-	-	19,3
PSTU	-	-	0,3	0,5	-	0,1
PTdoB	-	-	0,3	-	-	-
PSDC	-	-	0,3	-	0,1	0,1
PTN	-	-	0,2	-	-	-
PSN	-	-	0,2	-	-	-
PCO	-	-	-	0,01	-	0,01
PSB	-	-	-	17,9	-	-
PSOL	-	-	-	-	6,8	0,9
PRP	-	-	-	-	0,1	-
PSL	-	-	-	-	0,1	-
PCB	-	-	-	-	-	0,04
PRTB	-	-	-	-	-	0,06
<b>Nº de partidos</b>	<b>21</b>	<b>8</b>	<b>12</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>9</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Banco de Dados de Jairo Nicolau (UFRJ).

Nas eleições seguintes, ambos os partidos continuaram a controlar a maioria dos votos. Obtiveram 84,8% em 1998, 69,6% em 2002, 90,2% em 2006, e 79,5% em 2010. Assim, a eleição de 1994 pode ser considerada o principal momento de mudança no cenário político nacional no atual período democrático. Desde então, a dinâmica eleitoral se centrou entre PT e PSDB, que passaram a concentrar os votos nos pleitos para presidente, apesar de existirem partidos com bancada expressiva na Câmara Federal e com pesos importantes nos cenários políticos regionais e locais, como PMDB, PFL/DEM, PSB, PP, dentre outros.

No caso do PMDB, mesmo possuindo grande força política nos estados e no Congresso, suas características organizacionais não viabilizaram sua participação, de forma competitiva, nas disputas presidenciais. As condições internas da organização, herdadas do

MDB, forçou a agremiação a unir diversas lideranças políticas regionais que não teriam disposição a convergir politicamente. As disputas entre essas lideranças e, conseqüentemente, a dificuldade de se posicionar programaticamente, além do grande desgaste político sofrido durante o governo Sarney, levou a fracos desempenhos eleitorais nos pleitos presidenciais de 1989 e 1994. Com isso, o PMDB passou a ser de uma agremiação com pretensões nacionais, durante a década de 1980, a um partido com vocação regional e governista, participando dos pleitos presidenciais como coadjuvante, mas sendo peça-chave na condução da governabilidade no nível federal (BIZZARRO-NETO; 2013; FERREIRA, 2002; MACIEL, 2014).

Assim sendo, PT e PSDB tem concentrado a maior parte do porcentual de votos desde 1994.<sup>24</sup> Apesar do multipartidarismo e da fragmentação partidária, a estabilidade da competição eleitoral entre os dois partidos mostra que o eleitorado tem definido as alternativas políticas ao longo do tempo, ou seja, a preferência eleitoral passou a ter um determinado padrão, desde 1994. Como afirmam Lipset e Rokkan (1967), para compreender os alinhamentos dos eleitores que sustentam a disputa entre os partidos, é necessário entender as variações na sequência de alternativas definidas por eles. Os partidos não apenas se apresentam a cada eleição para os eleitores, mas carregam consigo sua história. Por isso a importância de se compreender como a competição eleitoral tem sido estruturada, de modo a perceber como e por que uma determinada disputa foi estabelecida e continua a ser sustentada ao longo do tempo.

Como destaca Mair (1997, p. 14), determinados sistemas partidários tendem a girar em torno de uma estrutura de concorrência específica, consolidada ao longo de várias disputas eleitorais e políticas, que tendem a organizar a preferência do eleitorado nacional: na Grã-Bretanha, o conflito ocorre entre o partido Trabalhista e o Conservador; na França, a disputa é centrada entre esquerda e direita; na Suécia, entre os Sociais-democratas e o bloco burguês; na Irlanda do Norte, entre o Sindicalismo e o Nacionalismo; e na Irlanda, entre o

---

<sup>24</sup> Apesar da força de outras organizações partidárias que conseguem, por vezes, parcela significativa da preferência eleitoral, impossibilitando a decisão no primeiro turno, PT e PSDB têm controlado a parcela majoritária dos votos nos pleitos presidenciais. Nas eleições de 2006, Anthony Garotinho (PSB) obteve 17,9% dos votos e Ciro Gomes (PPS), 12%. Em 2010, Marina Silva (PV) conquistou 19,3% dos votos. O bom desempenho desses candidatos foi responsável, em grande parte, pela realização do segundo turno em 2006 e 2010. Apesar disso, o segundo turno foi disputado, em ambas as eleições, por PT e PSDB.

*Fianna Fáil* e os demais partidos. No Brasil, PT e PSDB têm se apresentado, disputado e concentrado a maior parte da votação nas eleições presidenciais desde 1994. Essa mesma divisão política tem ocorrido em todo o sistema político brasileiro? Ou é uma dinâmica exclusiva das eleições presidenciais?

Para responder a estas perguntas, vale explicitar que no Brasil há um arranjo federativo que permite a emergência de duas esferas autônomas de poder, uma nacional e outra subnacional, as quais possibilitam o surgimento de diferenciadas dinâmicas político-eleitorais nos estados (WATTS, 1998; SOARES, 2007). Esse tipo de arranjo institucional permitiu o surgimento de interesses erguidos de acordo com as circunstâncias políticas regionais, que possibilitou o surgimento de “racionalidades políticas contextuais”, próprias de cada unidade territorial (LIMA JÚNIOR, 1983; 1997). A ideia de “racionalidade política contextual” considera que o comportamento partidário é condicionado pelo tempo e espaço político, ou seja, as condições de disputa levam ao surgimento de variabilidade das preferências eleitorais, considerando o nível de competição e o tamanho relativo do partido. Essas diferenças existem mesmo que o objetivo dos partidos seja a maximização do apoio eleitoral, pois o contexto modificará a forma como as organizações partidárias irão atuar (LIMA JÚNIOR, 1983, p. 33).

As “racionalidades políticas contextuais” seriam responsáveis por definir as alianças partidárias nos estados brasileiros. A racionalidade dos atores, portanto, não seria invariante, ou seja, não leva em conta o tempo e o escopo político. Nesse sentido, Lima Júnior discorda das visões de Gláucio Soares e de Maria do Carmo de Souza (sobre a proximidade ideológica da aliança entre os partidos e a maior tendência de partidos pequenos se coligarem em comparação aos grandes) quanto à formação de coligações, alegando que as conclusões dos autores “assumem implicitamente uma noção de racionalidade política invariante” (1983, p. 32). Para Lima Júnior, não se pode partir de uma concepção de racionalidade invariante. A racionalidade dos atores políticos é condicionada pelo tempo e espaço político. Para ele, a decisão de formar alianças seria “racional”, porque tem como objetivo a maximização do apoio eleitoral, e “contextual”, por ter sido tomada localmente, “à luz dos resultados da eleição prévia, e não de acordo com uma estratégia partidária nacional” (1983, p. 77). Para o autor, o determinante sobre a formação de uma aliança partidária é a força local relativa de

um partido. Haveria, dessa forma, um descolamento da dinâmica política estadual e nacional, como o autor afirma:

Seria irrealista assumir que cada organização partidária fosse suficientemente integrada para que a informação existente sobre as condições de cada disputa eleitoral permeasse todos os níveis hierárquicos dos partidos, assim como seria igualmente irrealista supor que estes níveis dispusessem de coordenação eficiente, que permitisse, subsequentemente, o estabelecimento de uma estratégia eleitoral nacional (LIMA JÚNIOR, 1983, p. 77).

Lima Júnior foca a atenção nos subsistemas partidários estaduais no período 1946-1964, quando grande parte das eleições estaduais não ocorriam no mesmo ano das eleições nacionais e, sobretudo, quando os partidos não possuíam a capacidade de coordenar as eleições estaduais, condicionando as alianças entre os partidos.<sup>25</sup> Diferentemente do que Lima Júnior concluiu para o período 1946-1964, esta pesquisa tem encontrado evidências de que a racionalidade dos atores políticos estaduais leva em conta as movimentações partidários no nível nacional, principalmente com a capacidade de PT e PSDB de organizar os pleitos presidenciais desde 1994. Os pressupostos da racionalidade exclusivamente contextual, a partir da análise realizada pelo autor no livro de 1983, não são suficientes para explicar a formação de coligações eleitorais no atual experimento democrático no Brasil.<sup>26</sup>

Sendo assim, mesmo sem haver a existência de uma racionalidade política invariante, tem-se notado um estreitamento entre as dinâmicas eleitorais estaduais e a nacional quando se analisa a formação de alianças eleitorais. Assim, pergunta-se: quando os atores políticos estaduais passaram a levar em conta as estratégias nacionais dos partidos? Para responder a essa pergunta, é necessário compreender como se deu a formação da lógica de disputas entre PT e PSDB nos pleitos presidenciais no Brasil.

A formação e o fortalecimento dos dois partidos no cenário nacional se deveram, primeiramente, às mudanças institucionais: flexibilização para a criação de partidos políticos em um ambiente de eleições livres e diretas e a possibilidade de se formar coligações

---

<sup>25</sup> Na mesma linha defendida por Lima Júnior, Bardi e Mair (2010) acreditam que os partidos políticos, apesar de serem os mesmos em âmbito local e nacional, podem ter diferentes estratégias, de forma a emergir alinhamentos e coalizões alternativas em cada contexto estadual subnacional (2010, p. 241).

<sup>26</sup> Os achados de Lima Júnior (1983), que possibilitaram cunhar a ideia de “racionalidade política contextual”, são restritos ao período 1946-1964. Na coletânea organizada pelo autor em 1997, a ideia é retomada, mas aplicada ao atual período democrático (pós-1985).

eleitorais. Além disso, em 1994, houve a realização de “eleições casadas”, condição institucional que garantiu ao PT e ao PSDB a construção de candidaturas competitivas com linhas programáticas bem definidas e diferenciadas entre si, podendo lançar mão de estratégias nacionais para as candidaturas.<sup>27</sup> A concomitância das eleições nacionais e estaduais provocou o lançamento de candidaturas presidenciais competitivas e atreladas aos pleitos estaduais. Houve, portanto, a convergência de aspectos institucionais e organizacionais dos partidos para que fosse possível a “presidencialização da competição eleitoral”, ou seja, a replicação da estrutura de competição estabelecida nas disputas presidenciais também nas eleições para os governos estaduais. Isso decorre de dois processos: por um lado, PT e PSDB precisam montar palanques estaduais e, por outro, as lideranças políticas regionais necessitam vincular suas candidaturas aos pleiteantes mais competitivos no nível nacional, principalmente com o advento das “eleições casadas”.

Desde 1994, a votação de PT e PSDB para presidente está razoavelmente bem distribuída em todas as regiões brasileiras. Isso aponta o quão nacionalizado tem sido as candidaturas dos partidos e o quanto esses procuraram construir campanhas presidenciais atreladas às candidaturas nos estados dos seus próprios partidos ou de aliados. As votações dessas agremiações somadas têm sido expressivas também nas diferentes regiões brasileiras, o que indica que a força dos partidos está difusa em todo território nacional (Tabela 2.2).<sup>28</sup>

TABELA 2.2 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA A PRESIDÊNCIA NO BRASIL POR REGIÃO DO PAÍS DE 1989 A 2010 – 1º TURNO (%)

	1989		1994		1998		2002		2006		2010	
	PT	PSDB										
<b>N</b>	18,7	5,6	25,5	58,9	26,5	57,6	44,4	22,7	56,1	36,4	49,2	31,9
<b>NE</b>	22,8	7,6	30,3	57,6	31,6	47,7	45,9	19,8	66,8	26,1	61,6	21,5
<b>SE</b>	17,8	16,2	25,6	56,1	31,2	55,3	46,5	22,7	43,3	45,2	56,9	25,2
<b>S</b>	8,1	6,3	28,2	41,3	38,8	49,2	49,4	28,5	34,9	54,9	42,1	43,0
<b>CO</b>	16,4	7,8	24,6	60,4	22,1	61,2	43,1	26,2	38,5	51,6	40,0	38,1
<b>Total</b>	17,2	11,5	27,0	54,3	31,7	53,1	46,4	23,2	48,6	41,6	46,9	32,6

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Banco de Dados de Jairo Nicolau (UFRJ).

<sup>27</sup> “No caso brasileiro, no que tange à vinculação entre os planos nacional e estadual, houve em primeiro lugar duas eleições não concomitantes, em 1982 e em 1986, em que estavam em disputa apenas cargos cujos ‘distritos’ eram estaduais (governadores, senadores e deputados estaduais e federais), e somente depois uma eleição nacional presidencial, mas ‘solteira’, em 1989” (ABRUCIO; SAMUELS, 1997, p. 154).

<sup>28</sup> Observa-se que, apesar de PT e PSDB obterem a parcela majoritária dos votos nas diferentes regiões brasileiras, nas últimas duas eleições, o Nordeste tem dado ao PT seu melhor desempenho dentre todas as regiões do país (em 2006, 66,8% dos votos, e em 2010, 61,6%), enquanto o PSDB tem obtido seu pior desempenho nessa região (em 2006, 26,1%, e em 2010, 21,5% dos votos).

Dessa forma, observa-se que, desde 1994, a disputa PT-PSDB tem ganhado estabilidade no plano nacional, gerando efeitos sobre a ação dos atores políticos nos estados, que paulatinamente tem passado a se orientar pelo modo como esses partidos se articulam estrategicamente no nível nacional (CORTEZ, 2009). De acordo com Cortez (2009), isso se trata do mecanismo de construção nacional das candidaturas pelos dois partidos, orientando as estratégias de montagem de coligações eleitorais. Isso reforça a argumentação de Melo (2010, p. 8) ao afirmar que as candidaturas no Brasil têm sido compostas com “a primazia da estratégia presidencial sobre a dinâmica local”.

A força de PT e PSDB nas eleições presidenciais decorre, em grande parte, da capacidade que esses partidos têm de coordenar a composição de coligações estabelecidas no momento pré-eleitoral. As estratégias nacionais traçadas por esses partidos incluem os estados, havendo, portanto, o condicionamento das estratégias dos atores políticos estaduais (CORTEZ, 2009; 2010). As lideranças dessas agremiações, assim, têm consciência de que as eleições nacionais dependem das estratégias traçadas nos estados, já que é nesse âmbito que os partidos podem mobilizar os eleitores e expor seu programa político localmente (VAN HOUTEN, 2009). Partidos como PT e PSDB, que têm pretensão de obter a vitória nas eleições presidenciais, dependem das estratégias traçadas nos estados, o que implica no trabalho de coordenação estratégica na montagem de alianças e coligações eleitorais.

Nas disputas eleitorais polarizadas por PT e PSDB (a partir de 1994), os petistas saíram vitoriosos três vezes e os peessedebistas, duas. As estratégias de coligação eleitoral dos partidos os tem colocado de lados opostos nos estados, criando uma dinâmica em que as forças políticas tendem a se orientar pela lógica de disputas para o Executivo nacional, tendo em vista maior retorno eleitoral para a agremiação partidária. De acordo com Limongi e Cortez:

PT e PSDB são os principais protagonistas das eleições presidenciais. Asseguraram esta posição em 1994 e não a perderam nas eleições subsequentes. Processos eleitorais são dotados de grande força inercial. O alto custo de entrada nas eleições presidenciais desestimula a participação de potenciais desafiantes. Para estes, negociar a troca de apoios pode ser mais vantajoso. Partidos coordenam suas estratégias nos diferentes planos, articulando o lançamento (e a retirada) de candidaturas nos diferentes distritos. [...] A polarização da disputa presidencial foi transplantada aos estados. PT e PSDB também são os mais fortes contendores nas

eleições para governador. Recebem mais votos e controlam mais governos do que os demais. Quando não estão presentes, são representados por seus aliados históricos, PSB e DEM respectivamente, ou por uma aliança circunstancial com o PMDB (2010, p. 36).

Os dados mostram que PT e PSDB, em geral, colocam-se de lados opostos nas disputas eleitorais nos estados. Considerando a eleição de 1990 como a primeira em que PSDB concorreu a cargos eletivos, verifica-se, na Tabela 2.3, que as diferenças entre os partidos já estavam postas, o que impedia, na maior parte dos casos, a formação de aliança entre os dois partidos nos estados.<sup>29</sup> Naquele momento, as coligações em que participavam PT e PSDB não conseguiram fazer frente às forças políticas estaduais hegemônicas e tradicionais. O desempenho pouco expressivo de ambos os partidos nas disputas para os governos estaduais era um indício da ausência de uma estratégia nacional que alavancasse as candidaturas para os Executivos dos estados brasileiros. Foi somente a partir das eleições de 1994 que PT e PSDB passaram a conduzir as disputas eleitorais para a Presidência da República, gerando impactos nas dinâmicas eleitorais nos estados, principalmente quanto à ampliação da força eleitoral de PSDB e PT (ver Tabela 2.3).

TABELA 2.3 – DISPUTA ENTRE PT E PSDB NAS ELEIÇÕES PARA OS GOVERNOS ESTADUAIS BRASILEIROS (1990-2010)

	1990	1994	1998	2002	2006	2010	TOTAL
Coligações PT vs. PSDB	22	20	23	21	22	27	<b>134</b>
Vitória de coligações com participação do PSDB	6	12	11	12	10	12	<b>63</b>
Vitória de coligações com participação do PT	-	4	5	4	7	13	<b>33</b>
Governadores eleitos do PSDB	1	6	7	7	5	8	<b>34</b>
Governadores eleitos do PT	-	2	3	3	6	5	<b>19</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE), Meneguello (2010) e Banco de Dados de Jairo Nicolau (UFRJ).

É a partir de 1994 que se observa um crescimento da força eleitoral dos partidos nos cenários estaduais. PT e PSDB elegeram apenas um governador em 1990. Já nas eleições de 1994, ambos os partidos conquistaram oito governos estaduais, sendo seis governadores

<sup>29</sup> De 1990 a 2010, ocorreram seis pleitos para governador nos 27 estados brasileiros, ou seja, foram 162 disputas eleitorais. Desse total, houve 134 coligações que contavam com PT e PSDB de lados opostos, ou seja, em 82,7% dos casos. Em apenas sete casos, PT e PSDB participaram da mesma coligação: em 1990, no Amazonas, Amapá e Pará; em 1994, no Mato Grosso e em Santa Catarina; e, em 1998, no Acre e no Piauí.

do PSDB e dois do PT. Em 1998 e 2002, o número de governadores eleitos pelos partidos foi de 10, passando para 11 em 2006, e 13 em 2010. Assim, desde 1994, o PT e o PSDB têm elegido parcela significativa dos governadores brasileiros.

Ademais, PT e PSDB participaram de um número substancialmente maior de coligações vitoriosas. Enquanto em 1990, apenas PSDB participou de coligações vitoriosas (seis, no total), em 1994, PSDB participou de 12 e o PT de quatro, somando um total de 16. Esse número se manteve nas eleições de 1998 e 2002, ampliou para 17 em 2006, e aumentou para 24 em 2010. Ambos os partidos têm participado da maior parte das coligações vencedoras desde 1994, sendo que, em 2010, 92,6% das coligações vencedoras nos pleitos para governador tiveram a participação de um dos dois partidos, evidenciando, ainda mais, o atrelamento entre as dinâmicas nacional e estadual, fruto das estratégias traçadas nacionalmente por PT e PSDB.

Nesse sentido, pode-se afirmar que, no novo contexto democrático, existem dois períodos: um, anterior às eleições de 1994, no qual as dinâmicas políticas estaduais teriam uma lógica própria a ponto de apresentar uma forma de racionalidade própria, diferenciada da dinâmica política nacional (LIMA JÚNIOR, 1983; 1997); e um segundo, correspondente ao pós-1994, cuja influência das disputas presidenciais nas dinâmicas políticas estaduais mostra que a trajetória democrática no Brasil tem levado ao imbricamento entre as dinâmicas políticas estaduais e a nacional. A lógica de disputas eleitorais assumidas nesse período tem influenciado a montagem das coligações, indicando a presença de fatores da política nacional como intervenientes na política estadual.

A partir de 1994, portanto, há uma mudança na lógica de formação de coligações, pois, antes disso, os arranjos políticos estaduais possuíam uma lógica própria, diferenciada da dinâmica política nacional (BRAGA, 2006; CORTEZ, 2009; LIMONGI E CORTEZ, 2010; MELO, 2007; MENEGUELLO, 2010). Com a mudança na forma de coordenar estrategicamente as candidaturas, o sistema partidário passou a adquirir cada vez mais clareza para os atores políticos estaduais, que passaram a alinhar estratégias nos dois níveis de disputa (federal e estadual), que incidirá sobre as alianças partidárias nas eleições e, conseqüentemente, nos governos formados.

Assim, desde 1994, há o desenvolvimento de uma *path dependence*, de forma que “decisões tomadas em um pleito podem influenciar as subsequentes” (MELO, 2010, p. 8). PSDB e PT passaram a ser os condutores das disputas eleitorais para a presidência, sendo que as coligações nacionais têm norteado o comportamento dos atores políticos nos estados. Ademais, duas alterações institucionais implementadas pós-1994 possibilitaram um ambiente institucional mais favorável à trajetória de presidencialização da competição eleitoral: 1) o estabelecimento da reeleição para os cargos majoritários, em 1997, no qual Presidente da República, Governadores de Estado e do Distrito Federal e os Prefeitos passaram a poder pleitear a recondução ao cargo para um único período subsequente; e 2) em 2002, a instituição, pelo Tribunal Superior Eleitoral, da verticalização das coligações partidárias impôs maior simetria entre as alianças partidárias para Presidente da República e as coligações proporcionais.<sup>30</sup>

Com a reeleição, aumentou-se a possibilidade de continuidade de um dado grupo político à frente do poder, o que estimulou, ainda mais, os atores políticos a se articularem em torno de candidaturas ou governistas ou opositoristas, reforçando a bipolaridade das disputas eleitorais nacionais e estaduais. As coligações passaram a agregar um grande número de partidos e a quantidade de candidaturas para os cargos majoritários tendeu a diminuir em função da estratégia coligacionista, reforçada ainda mais com o advento da reeleição, que diminuiu as chances de pequenos partidos alçarem o poder.

Já a verticalização das coligações eleitorais, apesar de ter ocorrido apenas em 2002 e 2006, criou limites mais rígidos para a construção de alianças nas eleições presidenciais e estaduais. Assim, partidos que lançaram candidaturas para as eleições presidenciais não puderam se coligar nos estados, havendo, por conseguinte, a formalização da imposição da lógica presidencial de disputas. Nesse sentido, Cortez afirma que:

Essa capacidade de articular os pleitos, que nos anos anteriores foi oriunda das respostas dos partidos, a partir de 2002 passou a ser exigência da legislação

---

<sup>30</sup> A intenção era inibir a formação de “coligações esdrúxulas”. Contudo, observou-se que, nas eleições de 2002 e 2006, houve o florescimento de alianças informais (SOUSA, 2006; FLEISCHER, 2006; 2007). Isso pode ser explicado pelas diferenças e particularidades políticas regionais historicamente construídas nos estados brasileiros, o que implica em uma minimização do impacto da presidencialização da competição eleitoral. Determinados arranjos políticos estaduais se perduram no tempo, mas têm tendido a se modificar diante das estratégias eleitorais nacionalmente estabelecidas pelos partidos.

eleitoral. Nota-se que, de fato, os partidos que disputaram a presidência passaram a ficar de forma mais efetiva em lados opostos nas disputas estaduais. A verticalização, de fato, reforçou a nacionalização do conflito presidencial nos Estados ao eliminar as estratégias que seriam contrárias ao padrão de conflito nacional (CORTEZ, 2009, p. 90).

PT e PSDB se fortaleceram à medida que foram ganhando mais postos eleitorais. A estratégia dos partidos de coordenação eleitoral de ambos, em um quadro institucional favorável, permitiu que essas organizações partidárias paulatinamente passassem a ser os dois pólos de referência da política nacional. A preponderância de ambos os partidos nas disputas eleitorais para a presidência é resultado da articulação de PT e PSDB com as candidaturas nos estados, construindo palanques nos diferentes distritos, o que potencializou suas forças eleitorais. Os demais partidos tendem a se agrupar em torno de um dos dois polos, através de coligações e alianças nos estados. Como afirma Cortez, “PT e PSDB reproduzem o conflito nacional nos diferentes distritos, ainda que nem sempre se façam presentes de forma direta nestas disputas” (CORTEZ, 2009: 17). Esse processo se construiu a partir do surgimento de efeitos institucionais incrementais ou cumulativos ao longo do tempo, permitindo que PT e PSDB se articulassem estrategicamente nas disputas à presidência e aos governos estaduais.

Assim, as estratégias eleitorais têm sido orientadas, cada vez mais, por PT e PSDB, que têm conduzido a formação de candidaturas nacionais e estaduais – ora governistas, ora opositoristas. Com isso, as coligações nos estados têm sido conduzidas por dois processos relacionados entre si: 1) pela tradução do arranjo competitivo presidencial pelas coligações vencedoras nos estados (MENEGUELLO, 2010: 15); e 2) pela preponderância do Poder Executivo sobre a dinâmica das coligações estaduais, devido à concentração de poder nas mãos do governador, o que pode garantir aos partidos aliados a oportunidade de acesso aos recursos da máquina pública (KRAUSE, 2010, p. 14-15). A viabilidade de mudança eleitoral, nesse sentido, torna-se mais possível com a agregação das forças políticas opositoristas em torno de amplas coligações, as quais, em geral, são pensadas nacionalmente.

Assim, os atores políticos estaduais têm sido, cada vez mais, constringidos pelas decisões tomadas pela cúpula dos partidos, principalmente de PT e PSDB. Como afirmam

Melo e Câmara (2012), o “mecanismo de reprodução”, ou seja, a decisão dos partidos nos estados de se alinharem ao nível nacional, é encontrada na “ação dos petistas e tucanos”, pois:

Dentre os maiores partidos brasileiros, PT e PSDB foram os únicos a se mostrarem capazes de (1) formular um projeto de política nacional, (2) apresentar candidatos competitivos às eleições presidenciais e (3) se unificar em torno de (1) e (2). PT e PSDB sempre tiveram claro que as decisões tomadas na arena principal – a presidencial – deveriam subordinar as demais. Mas, pelo menos até 2002, isso teve consequências distintas para os dois partidos. Mesmo antes da primeira eleição presidencial, a estratégia petista sempre foi claramente nacional – tratava-se de firmar um projeto político, de levar o partido ao maior número de estados possível, correndo em faixa própria com seus símbolos e seu discurso. [...] No caso do PSDB, a candidatura presidencial sempre procurou apoio em candidatos estaduais competitivos, fossem eles do PSDB ou não. Em consequência, o número de candidaturas próprias aos governos estaduais, entre 1990 e 2010, foi bem menor que os lançados pelo PT (MELO; CÂMARA, 2012, p. 83).

Sendo assim, a conjuntura crítica de 1994, com o início da bipolarização das disputas presidenciais entre PSDB e PT, e os incentivos institucionais que favoreceram o estreitamento das dinâmicas eleitorais nacionais e estaduais não geraram mecanicamente o processo de presidencialização da competição eleitoral. Isso se deveu à coordenação estratégica dos pleitos por PT e PSDB junto às candidaturas estaduais, que levou, conseqüentemente, à formação de coligações que colocavam os partidos de lados opostos também nos estados.

Dessa forma, por traçar estratégias próprias em cada estado, tendo em vista as candidaturas presidenciais, PT e PSDB tenderam a se coligar com diferentes partidos. Conforme a Tabela 2.4, que mostra os partidos coligados às candidaturas do PT aos governos estaduais, o PT tem ampliado o leque de partidos com os quais se coliga. Em 1990, o PT, além de ter se coligado com poucos partidos (cinco ao todo), ainda se associou mais a partidos de esquerda, como PCdoB, PSB, PCB e PDT.<sup>31</sup> O PT começou a ampliar o número de aliados

---

<sup>31</sup> Para essa análise, utilizamos a classificação de esquerda-direita feita por Zucco Jr (2011) (ver Anexo 1). O artigo apresenta uma classificação do posicionamento ideológico dos principais partidos brasileiros no período pós-Constituinte (1990-2009), a partir da realização do projeto “Pesquisa Legislativa Brasileira – PLB”, que tem sido fruto de esforço conjunto de uma série de pesquisadores, dentre eles, Timothy Power (Universidade de Oxford). O objetivo da pesquisa é aplicar *surveys* aos parlamentares do Congresso Nacional brasileiro, de forma a medir as opiniões e perspectivas sobre diversos temas. Esta classificação do posicionamento ideológico dos parlamentares não pode ser utilizada com forma de classificar a ideologia dos partidos brasileiros. Porém, por partir de uma pesquisa longitudinal das percepções de ideologia da classe política brasileira, é uma forma

ao longo do tempo: em 1994, foram sete partidos; em 1998, quatorze; em 2002, dezessete; em 2006, dezoito; e em 2010, dezenove.

TABELA 2.4 – PARTIDOS COLIGADOS ÀS CANDIDATURAS DO PT AOS GOVERNOS ESTADUAIS (1990-2010)

Partidos	PT_1990	PT_1994	PT_1998	PT_2002	PT_2006	PT_2010	TOTAL
PCdoB	11	9	13	24	18	9	84
PSB	13	9	7		8	8	45
PCB	8		9	14			31
PMN		3	4	20	3		30
PL			1	17	8		26
PV		7	5	4	2	3	21
PDT	2		8			7	17
PRB					9	7	16
PPS		9	4		1	1	15
PSTU		10					10
PHS				2	2	5	9
PTB			1		5	3	9
PTdoB		1	1	4	1	2	9
PTN				3	2	3	8
PSC				3	2	3	8
PR						6	6
PSDC				2		4	6
PRP				1	1	4	6
PPR-PPB-PP					2	4	6
PRTB				1	3	2	6
PSL			1	1		3	5
PMDB					3	2	5
PAN			2	1	2		5
PTC						4	4
PST				3			3
PRONA				1	2		3
PSN			2				2
PSDB	1		1				2
PSD				1			1
TOTAL	58	67	75	126	92	90	
Nº de partidos	5	7	14	17	18	19	

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Banco de Dados de Jairo Nicolau (UFRJ).

Dentre os partidos que mais apoiaram o PT, PCdoB e PSB têm sido os partidos mais assíduos nas coligações realizadas pelo partido. Nas eleições de 2010, apesar de terem sido os partidos que mais fizeram alianças às candidaturas petistas, é patente a participação de outras agremiações partidárias, sendo elas pequenas agremiações e de outros partidos maiores de centro e de direita (dentre eles PMDB, PP, PR, PTB). Assim, os partidos à esquerda do PT, passaram a não compor suas coligações, como o PCB e o PSTU, além do PSOL, que nunca participou de uma coligação do PT. Já o PSTU participou de coligações do

---

de verificar o posicionamento ideológico de parcela significativa da classe política brasileira e, por consequência, é um modo válido de analisar aproximações e distanciamentos entre partidos, a partir da variável ideologia.

PT apenas em 1994 e o PCB em 1990, 1998 e 2002. Além disso, é válido destacar que nos últimos pleitos, o PT tem estado mais aberto a alianças com partidos à direita, como o PR e o PP.

O PSDB, por outro lado, tem sido apoiado, em sua maioria, por partidos de centro e direita. Os maiores apoiadores de candidaturas peessedebistas são o DEM (ex-PFL), o PTB e do PP (ex-PPR e ex-PPB), além do PPS<sup>32</sup> (ver Tabela 2.5). As coligações das candidaturas do PSDB, a partir de 1994, passam a incorporar maior número de aliados. Em 1990, o partido fez alianças com dez partidos, mas não se coligou em oito candidaturas (61,5% do total). A partir de 1994, o partido passou a se coligar mais<sup>33</sup> e a ampliar o leque de partidos participantes em suas coligações.

TABELA 2.5 – PARTIDOS COLIGADOS ÀS CANDIDATURAS DO PSDB AOS GOVERNOS ESTADUAIS (1990-2010)

Partidos	PSDB_1990	PSDB_1994	PSDB_1998	PSDB_2002	PSDB_2006	PSDB_2010	TOTAL
PFL-DEM	1	3	5	7	9	12	37
PPS		3	5		8	11	27
PTB		4	6		10	5	25
PPR-PPB-PP		2	7	5	5	3	22
PSC		1	4	1	5	8	19
PTdoB		1	3	1	8	5	18
PL	1	3	6		6		16
PMDB	1	1	3	4	2	4	15
PV		1	4	4	3	2	14
PMN		1	3		2	8	14
PRTB			1	5	3	4	13
PSD		1	6	5			12
PRP		3	3	2	2	1	11
PSL			2	3		5	10
PHS				2	4	3	9
PSB		1	2		2	3	8
PTN			1	1	3	3	8
PAN				3	5		8
PTC					5	2	7
PSDC			2	2		3	7
PDT	2	2				1	5
PT	2		1				3
PCdoB	1	1	1				3
PRB						3	3
PR						3	3
PST				3			3
PRONA				1	2		3
PDC	2						2

<sup>32</sup> Segundo a classificação estabelecida por Zucco Jr (2011), o PPS foi um dos partidos que mais se moveu à direita, entre as pesquisas realizadas em 2005 e 2009. Porém, o posicionamento do PPS nas pesquisas realizadas antes de 2009 o colocavam em uma posição de esquerda.

<sup>33</sup> Em 1994, as candidaturas do PSDB aos governos estaduais optaram por se coligar a outros partidos em 80% do total. Esta tendência do partido de lançar candidaturas com coligações envolvendo outros partidos segue nas demais eleições: em 1998 (100%), em 2002 (90,9%), em 2006 (82,4%) e em 2010 (100%).

PCB	1	1					2
PTR	1						1
PSN			1				1
PRN	1						1
PGT			1				1
<b>TOTAL</b>	13	29	67	49	84	89	
<b>Nº de partidos</b>	10	16	21	16	18	20	

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Banco de Dados de Jairo Nicolau (UFRJ).

Ao longo dos anos, o PSDB passou a incorporar uma série de pequenas agremiações com apoiadores, assim como o PT. Mas, diferentemente deste, o PSDB, em geral, faz poucas alianças com partidos de esquerda. O principal aliado do PSDB tem sido o DEM (ex-PFL), que sempre tem estado à direita, segundo a classificação de Zucco Jr (2011). A participação do PFL-DEM nas alianças com o PSDB tem aumentado, principalmente com seu enfraquecimento, seja na ocupação de cadeiras no Congresso ou na conquista de governos estaduais. Diferentemente do PSDB, o PFL-DEM nunca se aliou formalmente às candidaturas do PT aos governos estaduais.<sup>34</sup>

As Tabelas 2.6 e 2.7 detalham as coligações de PT e PSDB às candidaturas de outros partidos. Observa-se uma diferença entre os dois quanto à aliança a partidos com diferentes posições no espectro ideológico. Dentre as candidaturas que o PT mais apoia, estão partidos de esquerda como PSB e PDT. Já o PSDB tem apoiado candidaturas do PFL-DEM. Por outro lado, observa-se que o PSDB já apoiou uma série de candidaturas do PDT, assim com o PT. Já o PMDB tem recebido o apoio dos dois partidos, mas em um grau maior de candidaturas do PSDB. É possível que isso ocorra devido ao fato de o PT ter lançado mais candidaturas aos governos estaduais do que o PSDB (ver Tabela 2.8).

TABELA 2.6 – ADESÃO DO PT (VIA COLIGAÇÃO) ÀS CANDIDATURAS DE OUTROS PARTIDOS (1990-2010)

Partidos	PT_1990	PT_1994	PT_1998	PT_2002	PT_2006	PT_2010	TOTAL
<b>PSB</b>	1	1	6		4	6	18
<b>PMDB</b>			1		2	7	10
<b>PDT</b>	1	1	1			2	5
PSL			1	1			2
PCdoB					1		1
PDS-PPR-PPB-PP						1	1
PR						1	1
<b>TOTAL</b>	2	2	9	1	7	17	

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Banco de Dados de Jairo Nicolau (UFRJ).

<sup>34</sup> Como foi evidenciado, o PFL-DEM nunca participou de coligações em que o candidato ao Governo do Estado fosse do PT. Aparecem apenas dois registros em que PT e PFL-DEM aparecem na mesma coligação: em 2002, na candidatura do PSL ao Governo do Estado de Roraima e, em 2010, na candidatura do PMDB ao Governo do Estado do Maranhão.

TABELA 2.7 – ADESÃO DO PSDB (VIA COLIGAÇÃO) ÀS CANDIDATURAS DE OUTROS PARTIDOS (1990-2010)

Partidos	PSDB_1990	PSDB_1994	PSDB_1998	PSDB_2002	PSDB_2006	PSDB_2010	TOTAL
<b>PMDB</b>	4	4	4	6	4	2	24
<b>PFL-DEM</b>			3	3	2	4	12
<b>PDT</b>	4	4	1			1	10
PDS-PPR-PPB-PP	1	1	2	1	1		6
PSC	1	1				1	3
PRN	1	1					2
PPS						1	1
PSB						1	1
PTN				1			1
PV						1	1
PTB			1				1
<b>TOTAL</b>	11	11	11	11	7	11	

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Banco de Dados de Jairo Nicolau (UFRJ).

Retomando as tabelas 2.4 e 2.5, observa-se que o PMDB aparece com um dos partidos que mais se alia ao PSDB, pouco aparecendo nas coligações de candidaturas petistas, mesmo nas últimas duas eleições, em que o partido era formalmente da base de apoio ao governo federal. Mesmo assim, é comum ver alianças que envolvem tanto PT-PMDB quanto PSDB-PMDB. Ou mesmo é possível ver lançamento de candidaturas individuais do PMDB tendo com opositores candidaturas ou coligações de PT ou PSDB. O fato é que as alianças do PMDB não obedecem à aliança governamental estabelecida pelo partido com o governo no plano nacional. É patente que o PMDB tem optado por lançar candidaturas aos governos estaduais em uma proporção maior do que tem se aliado ao PSDB e ao PT. Assim, é notório que os estados são arenas para a atuação do partido, mesmo que esse não tenha espaço para atuar como protagonista nas disputas eleitorais presidenciais. Nota-se, na Tabela 2.8, que o PMDB tem lançado candidaturas na maioria dos estados brasileiros, com exceção da última eleição, em que lançou 13 candidaturas de um total de 27, ainda um número expressivo.

TABELA 2.8 – CANDIDATURAS AOS GOVERNOS ESTADUAIS – PMDB, PT E PSDB (1990-2010)

Partidos	1990	1994	1998	2002	2006	2010	TOTAL
<b>PT</b>	23	19	16	24	18	10	<b>110</b>
<b>PMDB</b>	18	19	19	16	16	13	<b>102</b>
<b>PSDB</b>	13	10	14	12	17	15	<b>81</b>

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e Banco de Dados de Jairo Nicolau (UFRJ).

Dessa forma, na arena eleitoral nos estados brasileiros, é possível a existência de uma série de outras formas de arranjos políticos de modo a responder também a acordos regionais. Apesar de ser patente o crescimento da presença e da força de PT e PSDB nas candidaturas aos governos estaduais, nota-se que, nem sempre, o jogo político nos estados gira em torno dos dois partidos. São possíveis outras formas de arranjos, com será detalhado no decorrer da pesquisa, em que os partidos optam por participar das coligações em vez de lançar candidaturas. Assim, a princípio, não se pode afirmar que as lógicas competitivas estaduais operam exclusivamente a partir da dinâmica eleitoral presidencial, mas que as dinâmicas estaduais passam a sofrer sua influência. Existem formas particulares de cada contexto estadual que respondem em maior ou menor grau à lógica de disputas presidenciais estabelecidas por PT e PSDB desde 1994. Esses partidos, assim, levam em conta a racionalidade das lideranças políticas estaduais de outros partidos para, por conseguinte, traçar estratégias nos estados para as candidaturas presidenciais.

No entanto, mesmo que haja diferenças em cada contexto, observou-se que há uma tendência de PT e PSDB se agruparem com diferentes blocos de partidos: o primeiro, tendendo a se aliar com partidos mais à esquerda; e, o segundo, com partidos mais à direita. Notou-se, ademais, a presença do PMDB em coligações de ambos os partidos, percebendo-se, também, que esse se trata de um partido que busca lançar candidaturas próprias, mesmo tendo PT e PSDB na disputa.

Pode-se afirmar, portanto, que os incentivos institucionais e a ação estratégica de PT e PSDB nas disputas eleitorais presidenciais têm sido fundamentais para o condicionamento do comportamento das lideranças políticas estaduais a partir de 1994. Essas compreenderam a vinculação às candidaturas presidenciais como uma forma de aumentar o potencial eleitoral de suas candidaturas. Alinhando-se às candidaturas nacionais mais competitivas, foi possível que houvesse a agregação de mais partidos em amplas coligações eleitorais. Assim, mesmo com a variedade de coligações existentes nos estados, e com a presença de candidaturas de outros partidos, como o PMDB, é evidente que a estratégia traçada nas disputas presidenciais tem impactado nas dinâmicas eleitorais estaduais. Assim, não é que não exista mais uma racionalidade política contextual, mas é que esta passou a ser

impactada pela lógica de disputas eleitorais para a presidência, pondo em relevo o papel de PT e PSDB nos contextos estaduais.

Na próxima seção, analisaremos a formação de governos no Brasil, especificamente, dos estados brasileiros. Verificaremos em que medida a polarização PT-PSDB tem orientado a formação de governos estaduais e se há um padrão de composição de governos e de distribuição de cargos para os partidos. Os governadores tendem a responder aos acordos estabelecidos eleitoralmente? Ou se orientam visando exclusivamente o apoio legislativo nos estados?

## **2.2 Presidencialismo de coalizão e o processo de formação de governos no Brasil**

Os estudos sobre a formação de governos no nível federal, analisando as coalizões no presidencialismo brasileiro, possuem espaço relevante na produção acadêmica da Ciência Política nacional, principalmente com os estudos de Meneguello (1998) e de Amorim Neto (2000; 2003; 2007). Suas conclusões apontam para a existência de uma proporcionalidade entre os gabinetes formados e a bancada governista na Câmara dos Deputados. Os acordos para a formação de coalizões são conduzidos mediante negociações junto às lideranças partidárias, como forma de ampliar a base de apoio ao governo. Os presidentes brasileiros têm distribuído cargos de primeiro escalão (Ministérios) para os partidos aliados no Legislativo.

Antes da distribuição de cargos visando o apoio legislativo, os presidentes também visam cumprir os acordos estabelecidos na arena eleitoral através das coligações. Segundo Abranches (1988), esse seria o primeiro momento na composição dos arranjos políticos que darão, posteriormente, sustentação aos governos. Assim, a composição de coligações, no momento eleitoral, seria o primeiro passo para a formação de um governo de coalizão. O segundo passo seria a disputa por cargos e o estabelecimento de compromissos relativos a um programa mínimo de governo na arena governamental. O último seria a transformação da aliança em coalizão efetivamente governante, na qual governos e aliados irão negociar a formulação e implementação de políticas (ABRANCHES, 1988, p. 28).

Essa forma como o sistema político brasileiro opera foi denominado por Abranches de “presidencialismo de coalizão” e tem sido utilizado de forma corrente por toda a literatura da Ciência Política brasileira para analisar a particularidade do sistema presidencialista brasileiro. Sua singularidade é que esse sistema combina representação proporcional e multipartidarismo, que levaria os presidentes a cederem cargos para os partidos aliados em nome da governabilidade.

Uma diferença na forma como são formadas coalizões no Brasil em comparação com os sistemas parlamentaristas europeus é a mesma já destacada em outros sistemas presidencialistas: o presidente não depende do voto de confiança do Parlamento, tendo, ao seu dispor, total autonomia para compor seu gabinete (ministérios), com a prerrogativa de nomear e demitir Ministros. Assim, como destaca Amorim Neto (2007), o centro de gravidade do regime político brasileiro se concentra no Poder Executivo. Nesse sentido, afirma: “a Constituição de 1988, assim como todas as outras Constituições republicanas que teve o país, confere ao chefe do Executivo amplos poderes sobre a administração pública” (2007, p. 132).

Contudo, é válido destacar que a governabilidade do presidencialismo brasileiro é devida à necessidade que os presidentes têm de compor coalizões, cedendo cargos e políticas para os partidos com base parlamentar. Um exemplo do poder de barganha que o Legislativo tem sobre o presidente é que, mesmo quando esse edita uma Medida Provisória, não é garantia que a mesma será aprovada. É necessário obter o apoio da maioria do Legislativo para aprovar a medida. Sem fazer e cumprir acordos que levarão à obtenção do apoio da maioria legislativa, “presidentes, simplesmente, não governam” (LIMONGI, 2006, 245).

O presidente, ao indicar aqueles que irão compor os ministérios, considera, portanto, a necessidade da formação de uma maioria. Para isso, a ação do chefe do Executivo deve transcender a formação de maiorias parlamentares. Conforme Abranches (1988), a composição do gabinete, no nível federal, obedece a dois eixos: o partidário e o regional. Neste nível, a sustentação política não requer apenas a consideração da variável partidária, mas também da variável regional, pois é esta que dá sustentação política aos governos. A equação utilizada pelo governo para a montagem da coalizão leva em conta não apenas a

conquista da maioria numérica no parlamento, mas também da maioria qualificada, possibilitando, assim, maior controle das votações no âmbito do Legislativo. Por isso, há necessidade de se levar em conta o aspecto partidário e regional. Assim, além de apoio legislativo, os presidentes compõem seus gabinetes levando em consideração também a representação dos estados brasileiros, traduzindo a importância da variável regional para compor os governos (ABRANCHES, 1988; MENEGUELLO, 1998).

A agenda de pesquisas na Ciência Política brasileira tem se preocupado em analisar o padrão das coalizões presidenciais no Brasil, buscando verificar o perfil dos gabinetes formados, o tipo de governo (de coalizão ou não) e o tamanho do apoio legislativo conquistado (se majoritário ou minoritário). No Brasil, tem-se verificado a tendência dos presidentes formarem governos de coalizão, obtendo o apoio da maioria no Legislativo e incluindo uma série de partidos com representação no Legislativo (ver Anexos II e III).

O sistema político brasileiro não é menos democrático e, nem muito menos, instável por ser um presidencialismo sustentado por coalizões. Assim como os sistemas parlamentaristas europeus, o “presidencialismo de coalizão” é baseado em negociações políticas que garantem a aprovação da agenda do governo. E nos estados, como tem operado o “presidencialismo de coalizão”? Os governadores têm incorporado os partidos aliados na arena eleitoral nos gabinetes? Eles visam a distribuir cargos de primeiro escalão para obter apoio legislativo, assim como ocorre no nível federal?

Tem sido poucos os trabalhos que analisam o processo de formação de governos nos estados brasileiros, ou seja, que focam na forma como governadores distribuem cargos para seus aliados. No nível federal, vimos que os estudos apontam para a existência de governos de coalizão, tendo em vista a conquista do apoio de maioria legislativa, de modo a dar respaldo à agenda de governo. Já no nível estadual, pouco se sabe sobre a relação Executivo-Legislativo. A maioria dos estudos tem se focado na produção legislativa, verificando taxas de sucesso do governador e não a forma como governadores controlam ou distribuem cargos para os partidos aliados.<sup>35</sup> Entender essa dinâmica possibilitará ganhos na compreensão de como os partidos atuam na esfera subnacional brasileira.

---

<sup>35</sup> Um importante trabalho sobre a produção legislativa nos estados é o de Tomio e Ricci (2012). Eles analisaram a produção legislativa em 12 Assembleias Legislativas brasileiras, e verificaram que a taxa de sucesso

Assim, ao mudar o foco do nível federal para o nível estadual, esta pesquisa reafirma a necessidade de contribuir para a elucidação do funcionamento dos subsistemas políticos estaduais no contexto democrático recente, no qual dois marcos se destacam: o aparecimento de novos atores políticos, beneficiados pela revogação dos entraves que impediam a plena organização partidária e a ampliação da competição eleitoral (SCHMITT, 2000); e a ampliação da atuação e do poder dos governos estaduais no cenário nacional, em um processo que marcou a abertura democrática (ABRUCIO; SAMUELS, 1997).

Contudo, há diferenciações na formação dos governos de coalizão nos níveis subnacionais. A primeira diferenciação no tipo de análise dos estados é quanto à consideração do aspecto regional na nomeação dos secretários. Esta é de difícil mensuração, devido à dificuldade de se vincular os nomeados para as Secretarias a regiões e municípios específicos dos estados. Por isso, a dimensão partidária – variável decisiva na formação das coalizões no nível federal – é ainda mais importante quando se analisam os casos subnacionais.

Outra diferenciação marcante quando se analisam os casos estaduais é quanto à relação Executivo-Legislativo. Apesar de o federalismo reproduzir a organização político-administrativa da união nos estados brasileiros, o contexto institucional estadual é diferenciado do nacional, o que nos leva a questionar se, assim como na esfera federal, há formação de coalizões governativas mediante distribuição das pastas das secretarias aos partidos nos governos estaduais brasileiros.

Abrucio (1998) destaca que, com o advento da redemocratização e a promulgação da Constituição de 1988, o Legislativo ganhou mais poderes no sentido de ter maior capacidade decisória e de fiscalização do Executivo. Contudo, essas mudanças praticamente ficaram circunscritas ao nível federal. Nos estados, em vez de haver equilíbrio entre os poderes, houve uma hipertrofia do Executivo, emergindo o que o autor denominou de “ultrapresidencialismo estadual”. Abrucio percebeu esse fenômeno ao analisar a atuação do Poder Público nos estados brasileiros, no período 1991-1994, observando as seguintes características: 1) o governador é o principal agente em todas as etapas do processo de

---

legislativo dos governadores tem sido superior à taxa de sucesso do presidente frente à Câmara. Porém, é válido ressaltar que a produção legislativa nos estados tem mostrado baixa dominância da produção legislativa dos governadores. A limitação quanto ao alcance da legislação aprovada nas Assembleias Legislativas explica em parte porque a produção legislativa tem tido grande participação dos deputados.

governo, relegando a Assembleia Legislativa a um plano secundário; e 2) os mecanismos de controle do Poder Público são pouco efetivos, tornando “o sistema político estadual um presidencialismo sem *check and balances*” (ABRUCIO, 1998, p. 87).

Abrucio explica que os amplos poderes de agenda, além dos recursos orçamentários e políticos a seu dispor, frente a Assembleias Legislativas frágeis, possibilitam um cenário bastante favorável para os governadores. Nos estados, a fragilidade das Assembleias frente ao Executivo reside em grande parte nos limites quanto à adoção de políticas próprias. O Legislativo estadual possui pouca autonomia quanto o poder de legislar sobre questões básicas, como: energia elétrica, trânsito, tráfico, minas, recursos minerais e educação. Dependem, então, da legislação federal (SOUZA, 2003, p. 170). Dessa maneira, a hipótese cotejada é que, nos estados, o “presidencialismo de coalizão” não funciona da mesma forma como ocorre no nível federal, devido ao desequilíbrio existente entre os poderes Executivo e Legislativo estaduais.

Dessa maneira, entende-se que a tese do “presidencialismo de coalizão”, na maneira como ela é compreendida, é insuficiente para compreender a relação entre governos e partidos nos estados brasileiros, ou seja, para explicar a formação de governos partidários nos estados. Nesse sentido, buscar-se-á uma compreensão mais ampla da política estadual, considerando tanto os aspectos institucionais da arena de governo específicos dos estados, que refletem na relação Executivo-Legislativo e na formação de gabinetes, quanto as questões estratégicas eleitorais que fazem com que os partidos sigam ou não os ditames da competição eleitoral nacional. Portanto, entendemos que, para estudar as dinâmicas políticas estaduais, devemos não apenas utilizar modelos que expliquem a relação entre partidos e governos no nível federal, mas criar novas abordagens que contemplem a especificidade da atuação dos partidos nas unidades subnacionais estaduais brasileiras.

Entende-se, assim, que os estudos sobre os casos estaduais podem colaborar com o entendimento da especificidade de como os partidos atuam nos cenários políticos dos estados, seja na arena eleitoral ou na arena governamental. Ademais, como afirma William Downs (1998), ao se focar na análise dos casos estaduais, podem-se comparar diferentes unidades de uma mesma nação, podendo centrar a atenção nas escolhas estratégicas dos partidos em cada contexto, reavaliando a tese da agremiação partidária como ator unitário.

A maior parte dos trabalhos sobre a formação de governos considera os atores como unitários, tanto os partidos envolvidos no processo de negociação junto ao Executivo quanto os governos formados. De acordo com Laver (1998, p. 22), não é que os teóricos considerem essa característica como menos importante. O problema está em incorporá-la de forma rigorosa em modelos que analisam o processo de formação de governos. A dificuldade dos modelos está, portanto, em adequar as teorias ao contexto em análise. Assim, devem-se compreender os partidos como coalizões de políticos, com vínculos estratégicos, que os fazem agir como unidades de forma a obter mais benefícios no jogo político.

Dessa forma, ao se centrar no contexto estadual, deve-se, sobretudo, compreender os partidos como unidades compostas de políticos que possuem vínculos com o espaço em disputa, isto é, possuem trajetórias políticas históricas no estado que impõem particularidades regionais aos acordos entre os políticos. Assim, ao se analisar o processo de formação de governos nos estados, serão considerados tanto os acordos traçados nacionalmente, que condicionam a ação dos atores políticos estaduais, quanto as alianças historicamente construídas nos contextos em análise. Dessa forma, pergunta-se: a coordenação estratégica de candidaturas presidenciais dos partidos impacta de forma homogênea em todos os estados brasileiros? Existem diferenciações na forma como os partidos atuam nos estados, tornando aliados em algumas dinâmicas estaduais e rivais em outras? Ou existem acordos entre os políticos que agregam aspectos da dinâmica eleitoral nacional e estadual?

## **CAPÍTULO 3**

### **PRESIDENCIALIZAÇÃO DA COMPETIÇÃO ELEITORAL NO BRASIL: DE CONTEXTOS ESTADUALIZADOS A NACIONALIZADOS? (1986-2010)**

Este capítulo tem como objetivo explorar uma parte relevante da compreensão das alianças partidárias estaduais. A pergunta a ser respondida é: existem alianças partidárias nacionais fiadas a partir do processo de coordenação eleitoral estabelecido por PT e PSDB nos estados brasileiros? Para isso, será analisada a relação entre as alianças partidárias nacionais e as coligações eleitorais para a disputa de governador nos estados. Partindo disso, verificar-se-á em que medida a lógica bipolarizada nacional impacta sobre as estratégias eleitorais estaduais.

Dentro dos propósitos desta pesquisa, este capítulo visa a testar duas teses: a das “racionalidades políticas (puramente) contextuais” e a da “presidencIALIZAÇÃO” da competição eleitoral no Brasil. Para a primeira, existiriam, no Brasil, subsistemas políticos estaduais completamente descolados do nacional. Já para a segunda, a partir de 1994, PT e PSDB têm organizado a competição eleitoral no Brasil a partir do processo de coordenação eleitoral, ou seja, de alinhamento das candidaturas para governador em torno de um polo ou outro.

Os modelos apresentados neste capítulo visam a sistematizar um teste para a tese da “presidencIALIZAÇÃO”. Caso se confirme, entende-se que as alianças partidárias estaduais têm seguido orientações nacionais e não somente estaduais e locais, o que indica que a atual experiência democrática no Brasil tem possibilitado que os subsistemas políticos estaduais estejam, cada vez menos, descolados das articulações partidárias nacionais

#### **3.1 Construindo o indicador de presidencIALIZAÇÃO**

Nesta parte, será apresentada uma proposta de modelo para a análise da “presidencIALIZAÇÃO”, ou seja, da capacidade que PT e PSDB têm de coordenar as disputas eleitorais estaduais de tal forma que conseguem afetar as alianças entre partidos nas eleições para governador. Isso parte da discussão realizada anteriormente sobre a convergência entre

incentivos institucionais, que favorecerem o estreitamento das dinâmicas eleitorais nacionais e estaduais, e a opção estratégica de PT e PSDB, que observaram a necessidade de construir candidaturas presidenciais nacionais, estabelecendo palanques nos estados e participando, por consequência, de coligações opositoras nos estados.

Para que isto ocorra, partimos do pressuposto de que a presidencialização acontece quando os benefícios são maiores do que os custos. Considerando que existem contextos que reproduzem quase perfeitamente a dinâmica bipolarizada das eleições presidenciais, entendemos que PT e PSDB influenciam as disputas locais quando eles podem ser beneficiados de alguma forma, tendo menor custo para isso. Quando o custo é mais alto do que os possíveis benefícios, os partidos têm menor capacidade de coordenar candidaturas a partir da replicação da lógica de disputas eleitorais presidenciais. Para isso, as variáveis foram definidas da seguinte forma.

Um dos problemas da literatura que aborda a temática é que há a ausência de indicadores que meçam o quão “presidencializada” é uma disputa eleitoral. Portanto, pensou-se em duas formas para resolver esse problema: 1) criar uma variável dependente dicotômica (disputa presidencializada ou não-presidencializada); ou 2) criar uma variável que incorpore mais níveis de “presidencialização”. Diante dos múltiplos arranjos possíveis entre os partidos no momento de formar coligações, optou-se pela segunda forma, criando assim graus de presidencialização. A partir disso, buscou-se criar um indicador que quantifica a intensidade com que as disputas eleitorais estabelecidas ao nível presidencial se reproduzem nas eleições para governador nos estados brasileiros (candidaturas e coligações). O índice será a variável dependente do modelo, que terá a variação de 0 a 1.

Para compor o indicador, foram definidas algumas condições para verificar a existência ou não de disputas presidencializadas, quais sejam: a) possua candidatos a governador do PT e do PSDB (candidato do PT *versus* candidato do PSDB); b) tenha coligações em que o PT e o PSDB estejam na disputa, mas não sejam aliados (o PT e o PSDB participam de coligações adversárias); c) PT e PSDB ficam entre as duas primeiras posições, tendo sido criada aqui uma condição para cada partido; d) que o PT esteja coligado ao PSB

ou ao PC do B; e) que o PSDB esteja coligado ao PFL/DEM; f) que o PT não esteja coligado ao PFL/DEM; g) que o PSDB não esteja coligado ao PSB e ao PC do B.<sup>36</sup>

A Tabela 3.1 apresenta um quadro-resumo das condições para que uma disputa eleitoral seja “presidencializada” ou “não-nacionalizada”. Uma disputa que contemple todas as condições representaria um tipo-puro de disputa “presidencializada”. Já aquela que não contempla nenhuma das condições seria um tipo-puro de “não-nacionalizada”. Assim, quanto mais próximo do índice 1,0, mais “presidencializada” a disputa.

TABELA 3.1 - CONDIÇÕES PARA COMPOSIÇÃO DO ÍNDICE DE PRESIDENCIALIZAÇÃO

Condições	Descrição	Valores
1	PT e PSDB compõem diferentes coligações.	0,15
2	Candidato do PT <i>versus</i> candidato do PSDB.	0,15
3	Candidatura do PT entre as 2 primeiras posições.	0,05
4	Candidatura do PSDB entre as 2 primeiras posições.	0,05
5	Presença de coligação PT-PSB ou PT-PC do B.	0,15
6	Presença de coligação PSDB-DEM.	0,15
7	Ausência de coligação PT-DEM.	0,15
8	Ausência de coligação PSDB-PSB e PSDB-PC do B.	0,15
<b>Presidencialização</b>	<i>Tipo-puro de disputa “presidencializada” = 1,0</i> <i>Tipo-puro de disputa “não-presidencializada” = 0</i>	
<b>Observações</b>	- Se PT e PSDB estiverem na disputa coligados do mesmo lado, esta é condição suficiente para “não presidencializado”, por isso ganha “0”. - <i>Disputas sem PSDB (candidato ou coligado), ganha “0”.</i> - <i>Disputas sem PT (candidato ou coligado), ganha “0”.</i>	

Fonte: Elaboração baseada em Bizzarro-Neto e Sandes-Freitas (2014).<sup>37</sup>

\* Essa tabela vale para o cálculo das eleições a partir de 1994. Em 1990, foram consideradas as coligações de Collor (PRN) e de Lula (PT).

Os componentes do indicador partem dos pressupostos básicos da literatura de que é necessário ter PT e PSDB de lado opostos, tendo seus maiores aliados nacionais do seu lado nos estados. Apenas duas condições tiveram menor peso (condições 3 e 4), pois se relacionam ao resultado das eleições e não, propriamente, à estratégia dos partidos de coordenarem candidaturas nos estados. As condições com maior peso representam parcela mais significativa do indicador, somando 0,9 de um total de 1,0. As demais condições são relativas à estratégia pré-eleitoral, relacionada diretamente à pergunta da tese: os pleitos

<sup>36</sup> Foram considerados os partidos que apareceram como principais aliados do PT e do PSDB no nível nacional, conforme a literatura discutida no segundo capítulo. O PMDB, nesse caso, não foi considerado para o cálculo da presidencialização, dada à natureza heterogênea do partido nos estados.

<sup>37</sup> Os primeiros resultados desta pesquisa foram apresentados no Encontro da IX Associação Brasileira de Ciência Política, ocorrido em agosto de 2014 em Brasília-DF.

estaduais pós-1994 tendem a ser impactados pela lógica de disputas presidenciais polarizadas entre PT e PSDB?

As condições foram extraídas da literatura apresentada no capítulo anterior acerca do processo de presidencialização das disputas eleitorais a partir da polarização PT-PSDB, ou seja, das condições para a existência de alinhamentos verticais entre as disputas estaduais e as presidenciais. Dessa forma, excluíram-se outros partidos que também fizeram parte das bases aliadas de PSDB e PT, no nível federal, não sendo incorporados ao indicador, de forma a seguir as proposições da literatura de que existem dois blocos partidários capitaneados por PT e PSDB: de um lado, PSB e PC do B e, do outro, PFL/DEM, respectivamente. Dessa forma, foram excluídos PDT, PTB e PP, além de PMDB, como partidos que impactam no índice de presidencialização.

Os partidos selecionados como os maiores aliados de PT e PSDB são aqueles que mais participam das coligações dos dois partidos nas eleições presidenciais, exemplificado abaixo no Quadro 3.1.

QUADRO 3.1 – COLIGAÇÕES DOS CANDIDATOS À PRESIDENTE (1989-2010)

1989	1994	1998	2002	2006	2010
PRN / PSC / PTR / PST	PSDB / PFL	PSDB / PFL / PPB / PTB / PSD	PSDB / PMDB	PSDB / PFL	PSDB / DEM / PTB / PPS / PMN / PTdoB
PT / PSB / PCdoB	PT / PSB / PCdoB / PPS / PV / PSTU	PT / PDT / PSB / PCB / PCdoB	PT / PL / PCdoB / PMN / PCB	PT / PRB / PCdoB	PT / PMDB / PDT / PCdoB / PSB / PR / PRB / PTN / PSC / PTC
PDT	PMDB / PSD	PPL / PL / PAN	PPS / PDT / PTB	PSOL / PCB / PSTU	PV
PSDB	PRONA	PTdoB	PSB / PGT / PTC	PSL	PSDC
PDS / PPR	PDT	PMN	PSTU	PDT	PRTB
PL/PDC	PPR	PSDC	PCO	PSDC	PSOL
PMDB	PRN	PSN			PCO
PCB	PSC	PTN			PSTU
PFL		PSC			
PSD/PDN		PSN			
PTB		PRONA			
PRONA		PV			
PSP					
PP					
PCN					
PN					
PLP					
PPB					
PDC do B					
PMN					
PV					

Fonte: Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

O índice esperado de presidencialização, em termos ideais, seria 1,0, mas convencionou-se que 0,8 poderia ser considerado um marco para a alta presidencialização, já que contemplaria seis condições do total de oito. Ainda que seja uma convenção, pode-se dizer que disputas com indicador acima de 0,8 são altamente presidencializadas por se adequarem às condições expostas pela literatura e representadas no indicador.

Aplicando o modelo às disputas eleitorais para os governos estaduais de 1990 a 2010, observa-se que o índice tem se aproximado, gradativamente, de 1,0, o que evidencia que, cada vez mais, as eleições estaduais têm se alinhado às disputas para presidente, indicando um grau de alinhamento entre as candidaturas estaduais com as nacionais. Em 1990, o índice apresentou média de 0,46; em 1994, o índice apresentou 0,50, obtendo salto significativo nas eleições de 1998, com 0,66. Durante a década de 2000, os índices ficaram na casa do 0,70, estabilizando-se em 0,74, a partir de 2006 (ver Tabela 3.2).

TABELA 3.2 – ÍNDICE DE PRESIDENCIALIZAÇÃO DAS DISPUTAS ESTADUAIS (1990-2010)

UF	1990	1994	1998	2002	2006	2010	Média 1990-2010	Média 1994-2010	Presidencializ.
SP	0,15	0,95	0,8	1	1	0,85	0,79	0,92	Alta
MG	0,8	0,8	0,95	1	1	0,55	0,85	0,86	
PA	0,3	0,65	0,65	1	1	1	0,77	0,86	
DF	0,5	0,8	0,95	0,85	0,8	0,85	0,79	0,85	
CE	0,6	0,8	0,8	0,85	0,85	0,85	0,79	0,83	
AP	0,5	0,85	0,8	0,95	0,9	0,6	0,77	0,82	
PE	0,45	0,85	0,65	0,85	0,8	0,85	0,74	0,80	
RS	0,15	0,7	0,85	0,7	1	0,65	0,68	0,78	Média-alta
PB	0,45	0,65	0,85	0,95	0,85	0,55	0,72	0,77	
SE	0,5	0,85	0,65	0,65	0,85	0,85	0,73	0,77	
GO	0,6	0,65	0,95	0,95	0,5	0,7	0,73	0,75	
AC	0,65	0,5	0	0,85	0,95	1	0,66	0,66	Média
RJ	0,35	0,35	0,65	0,8	0,6	0,85	0,60	0,65	
RR	0,45	0,65	0,5	0,35	0,85	0,85	0,61	0,64	
TO	0,15	0,35	0,5	0,8	0,65	0,85	0,55	0,63	
AL	0,6	0,45	0,85	0,45	0,8	0,55	0,62	0,62	
SC	0,45	0	0,8	0,65	0,8	0,8	0,58	0,61	
AM	0,35	0,3	0,85	0,45	0,75	0,65	0,56	0,60	
PI	0,6	0,65	0	0,85	0,65	0,8	0,59	0,59	Média-baixa
RN	0,45	0,15	0,8	0,65	0,5	0,85	0,57	0,59	
MT	0,45	0	0,8	0,8	0,6	0,65	0,55	0,57	
BA	0,45	0,15	0,65	0,65	0,5	0,85	0,54	0,56	
MS	0,45	0,35	0,15	0,85	0,85	0,55	0,53	0,55	
ES	0,3	0,65	0,8	0,15	0,35	0,8	0,51	0,55	
RO	0,6	0,35	0,5	0,15	0,65	0,75	0,50	0,48	Baixa
PR	0,6	0	0,5	0,9	0,45	0,55	0,50	0,48	
MA	0,5	0,15	0,5	0,45	0,45	0,35	0,40	0,38	
<b>Média</b>	<b>0,46</b>	<b>0,50</b>	<b>0,66</b>	<b>0,72</b>	<b>0,74</b>	<b>0,74</b>	<b>0,64</b>	<b>0,67</b>	

Fonte: Banco de dados de Bizarro-Neto e Sandes-Freitas.

\* A classificação da última coluna à direita teve como parâmetro a média de 1994-2010, tendo em vista que, a partir de 1994, PT e PSDB passaram a polarizar as disputas presidenciais. Os resultados para 1990 foram medidos a partir das coligações de Collor (PRN) e de Lula (PT).

A maior parte dos estados possuem médias, de 0,5 a 0,79, ao longo do período analisado, o que significa que, em alguma medida, os estados replicam algum tipo de arranjo partidário nacionalizado nas suas disputas. Dos estados com alta presidencialização ao longo do tempo, apenas Acre e Minas Gerais tiveram uma queda marcante em 2010. Já São Paulo, Pará, Distrito Federal, Ceará e Pernambuco mantiveram a alta presidencialização. São Paulo é o estado que obteve a maior média para o período pós-1994. O Ceará, por sua vez, é o estado que obteve o menor mínimo para todo o período em análise (0,6 em 1990), tendo conseguido valores de 0,8 para cima de 1994 a 2010, o que evidencia alto grau de alinhamento no caso.

Já do lado dos menos presidencializados, Paraná, Maranhão e Rondônia possuem os menores níveis de 1994-2010. O Paraná tem grande oscilação durante o período, tendo obtido mínimo de zero e máximo de 0,9. Já o Maranhão foi o único estado que não ultrapassou o valor de 0,5. E Rondônia é um estado que só apresentou valores mais altos de presidencialização a partir de 2006. Anteriormente, havia grande oscilação, não indicando um padrão de alinhamento partidário contínuo às disputas presidenciais, o que indica variação também na forma como alianças partidárias foram formadas para o pleito para governador.

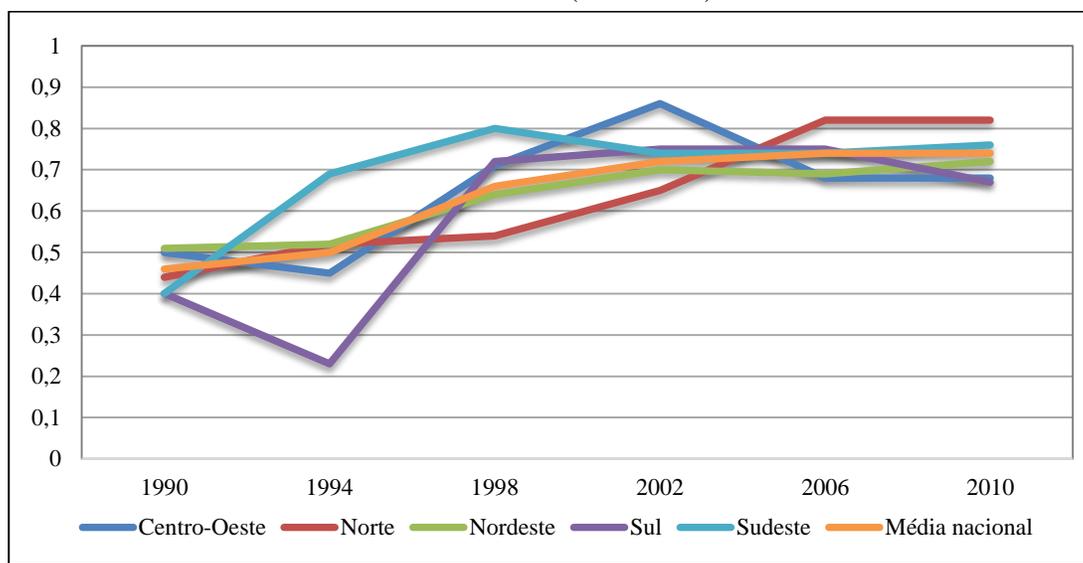
No gráfico 3.1, há a representação gráfica da “presidencialização” por região. Notoriamente, houve um crescimento significativo entre as regiões, saindo de um patamar de 0,4, em 1990, para outro em torno de 0,6 e 0,7. Nas primeiras eleições, observa-se que o alinhamento em torno de PT e PSDB nos estados ainda esteve pouco presente. Nas eleições de 1994, por exemplo, na região Sul, o índice de presidencialização obtido foi de apenas 0,23, devido ao fato de os estados do Paraná e de Santa Catarina terem obtido zero no indicador. Isso é explicado por razões contextuais, evidenciando a importância dos acordos políticos regionais na definição de coligações eleitorais nos estados, mesmo com fortes candidaturas presidenciais do PT e do PSDB.<sup>38</sup> O elemento nacional ainda estava pouco presente nos

---

<sup>38</sup> Em 1994, no Paraná, o PSDB não lançou candidato e nem participou de coligações eleitorais. Já o PT lançou candidato, mas foi apenas o terceiro colocado. Em Santa Catarina, PT e PSDB participaram da mesma coligação, mas obteve apenas a 4ª colocação nas eleições, em uma eleição que foi polarizada entre uma

diferentes estados do país, o que indica a existência de casos de coligações tecidas a partir de variáveis estritamente regionais. A região Sul, em 1994, foi um ponto fora da curva quando observamos a tendência de todas as regiões nas eleições entre 1990 e 2010 (Gráfico 3.1).

GRÁFICO 3.1 – ÍNDICE DE PRESIDENCIALIZAÇÃO DAS DISPUTAS ESTADUAIS POR REGIÃO NO BRASIL (1990-2010)



Fonte: Base de dados de Bizzarro-Neto e Sandes-Freitas.

Em resumo, observou-se que o indicador construído para compreender os alinhamentos partidários entre as disputas estaduais e as presidenciais tem apontado para uma constante aproximação entre os dois níveis de competição, principalmente de 1994 a 2010, quando a média parte de 0,5 até 0,74, sendo observado o mesmo processo em diferentes regiões do país. Esse indicador será tomado como variável dependente, o qual dará base para os modelos a serem construídos a seguir.

### 3.2 As possíveis causas da presidencialização: definindo as variáveis independentes

O modelo deve observar as características institucionais que condicionariam a existência do processo de coordenação de candidaturas de cima para baixo e,

---

candidatura sem coligação do PPR contra o PMDB, que se coligou com uma série de partidos pequenos (PTRB-PMN-PSD-PV-PRP) e saiu vitorioso.

consequentemente, do entendimento pelos atores políticos estaduais de que o atrelamento às candidaturas presidenciais trará benefícios eleitorais. No nível presidencial, observa-se que a construção de disputas polarizadas em apenas dois grupos depende também da configuração dos grupos partidários em disputa. Observou-se que, apesar da quantidade de partidos que se apresentam nas eleições presidenciais, PT e PSDB têm controlado as disputas a partir de 1994, reduzindo o espaço para candidaturas alternativas.

Essa redução do número de competidores efetivos nos pleitos presidenciais é incentivada pelos efeitos das regras eleitorais e pelas características apresentadas pelo arranjo institucional brasileiro. Se o multipartidarismo e o sistema de representação proporcional favorecem a fragmentação partidária no Legislativo (no nível federal, estadual e municipal), por outro, as disputas majoritárias favorecem a bipolarização das disputas (DUVERGER, 1970). Assim, com dois partidos controlando o maior prêmio eleitoral das eleições nacionais (o cargo de presidente), os partidos tendem a se agregar em coligações nas eleições presidenciais.

Em busca disso, PT e PSDB buscam coordenar suas candidaturas junto aos estados, nas disputas para governador. Com isso, impõem restrições às alianças que destoem daquela proposta no nível presidencial, de tal forma a alinhar as candidaturas e permitir maior possibilidade de ganhos eleitorais. No entanto, o maior custo para esse processo de coordenação de candidaturas ocorre devido às variáveis contextuais, que conduzem as “racionalidades políticas contextuais”. Esses fatores regionais são dificilmente quantificáveis, por isso, recorreremos à análise de alguns casos para compreender a extensão dessas variáveis a fim de explorar, de forma mais adequada, o funcionamento desses mecanismos de coordenação nos estados (ver capítulos 4, 5, 6 e 7).

Dessa forma, para haver “presidencialização”, o benefício deve ser maior do que o custo, sendo o primeiro, os votos para presidente, e o segundo, a dificuldade de coordenação dessas candidaturas. Os custos, como apontamos acima, dependem também de fatores não quantificáveis. Por isso, no modelo, atentou-se apenas às condições estruturais da competição, que podem colaborar para compreender quais contextos estaduais tendem a ser mais coordenáveis, ou seja, aproximam-se mais da presidencialização ou não.

Assim, algumas condições institucionais foram observadas para os testes: 1) adoção das “eleições casadas” em 1994; 2) a adoção da reeleição nas eleições de 1998. A hipótese aqui é de que a possibilidade de os ocupantes dos cargos do Executivo (*incumbents*) concorram novamente ao mesmo cargo aumenta os custos de entrada de novos atores.<sup>39</sup> Juntamente a isso, os candidatos à reeleição possuem elevadas taxas de sucesso eleitoral, contribuindo com a diminuição do potencial competitivo de novas candidaturas. A tendência é que eles se agreguem em torno de coligações amplas nos estados.

Esses seriam incentivos institucionais para a presidencialização, pois favoreceriam a continuidade de dinâmicas de disputas polarizadas entre PT e PSDB, o que reforçaria, positivamente, os atores políticos estaduais a se moverem em direção aos alinhamentos nacionais como forma estratégica de atrelarem candidaturas e obterem maior benefício eleitoral. Dessa forma, o benefício da presidencialização das candidaturas seria tanto para os dois partidos presidenciáveis quanto para as lideranças políticas estaduais. Mas, para o modelo, o benefício a ser considerado será o de coordenar as candidaturas, isto é, aquele organizado de cima para baixo, a partir da estratégia eleitoral nacional dos partidos.

Portanto, o tamanho do eleitorado pode ser definido como *proxy* para benefício (variável explicativa 1). Assim, quanto mais eleitores em jogo em um dado estado, mais os partidos têm interesse em presidencializar a disputa, devido aos possíveis benefícios nas eleições presidenciais. Dessa forma, os acordos realizados teriam mais influência das questões nacionais sobre as estaduais e regionais. Ainda que, nos estados com menor eleitorado, a presidencialização das disputas também poderia ser um atrativo, o interesse de PT e PSDB, no nível nacional, é assegurar o apoio das maiores circunscrições eleitorais, por garantir maior votação nas eleições presidenciais.

Por outro lado, os custos da presidencialização são entendidos como a dificuldade contextual de se chegar a consensos generalizados sobre coligações e alianças polarizadas como aquelas existentes no nível presidencial. Daí tratarmos o argumento de que quanto

---

<sup>39</sup> Segundo Spoon e West (2013, p. 7), “if party leaders feel that the party has no chance of winning in the current election, they will not risk their reputation by running alone, but will instead wait until they are stronger competitors in the next term. Because there are limits on the number of terms the president can serve, the party knows how long it has to prepare for the next election. In the absence of term limits, a party may be willing to risk its reputation as it has no guarantee how long the incumbent may hold the executive”.

maior dispersão do poder, maior a instabilidade e maior a dificuldade de se formar maiorias. Assim, os custos políticos no estado de seguir as orientações impostas pela Executiva nacional dos partidos tendem a ser submetidos pelas condicionantes regionais.

A dispersão de poder (variável explicativa 2) pode ser definida como *proxy* para custo. Essa pode ser medida a partir do cálculo do Número Efetivo de Partidos (NEP) das Assembleias Legislativas nas eleições anteriores ao pleito em análise, como forma de verificar a dinâmica de correlação de forças durante o período de quatro anos anterior à formação das coligações eleitorais. A hipótese aventada é que quanto mais disperso, ou seja, quanto maior o NEP, maior o custo de negociação para a formação das coligações, constringendo os atores a seguir a lógica de disputas contextual e não a nacional.<sup>40</sup>

Sendo assim, o modelo incluiu, inicialmente, duas variáveis explicativas que podem ajudar a elucidar os mecanismos que levam à “presidencialização” das disputas eleitorais estaduais, quais sejam: tamanho do eleitorado e dispersão do poder nos estados.

### 3.3 Testes estatísticos

O primeiro teste aplicado (*t de student*) é para verificar se as médias da dispersão do poder e do eleitorado das disputas estaduais presidencializadas e não-presidencializadas corroboram com as hipóteses de trabalho. Para isso, foi realizada uma simplificação da variável dependente (presidencialização), atribuindo valores 0 e 1 às disputas estaduais, recebendo “zero” aquelas disputas estaduais com valor abaixo de 0,7 e “um”, aquelas com valor igual ou superior a 0,7. A separação atribuiu “um” para aqueles casos em que se contemplam mais condições para competições alinhadas e “zero” para aqueles que contemplam menos. Nem por isso esses últimos deixam de ter algum grau de presidencialização em duas disputas. Além disso, observou-se que o patamar de 0,7 separaria os casos (162 observações) em dois grupos com número de casos similares: um com 82 e outro com 80 (Tabela 3.3).

---

<sup>40</sup> O NEP é calculado a partir da fórmula abaixo, definida nos termos de (Laakso e Taagepera, 1979), sendo  $P_i$  o percentual de cadeiras ocupadas por cada partido na Assembleia Legislativa: 
$$N = \frac{1}{\sum_{i=1}^n P_i^2}$$

TABELA 3.3 – TESTE *T DE STUDENT* – DIFERENÇA DAS MÉDIAS DO ELEITORADO DOS ESTADOS NAS DISPUTAS ESTADUAIS COM MAIOR E MENOR PRESIDENCIALIZAÇÃO (1990-2010)

Disputas estaduais	Observações	Média	Desvio padrão
Não-presidencializadas (0)	82	3.202.771	3.411.212
Presidencializadas (1)	80	4.944.255	6.317.505
Combinado	162	4.062.763	5.118.662
Diferença		-1.741.485	
Dif. = média (0) – média (1)		t = - 2,1904	
Ho: dif. = 0			
	Ha: dif. < 0 Pr (T < t) = 0,0150	Ha: dif. = 0 Pr ( T  >  t ) = 0,0299	Ha: dif. > 0 Pr (T > t) = 0,9850

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Bizzarro-Neto e Sandes-Freitas.

\* p-valor = 0,05

\*\* O grupo 1 inclui as disputas estaduais com presidencialização igual ou maior que 0,7. O grupo 0 inclui as disputas com presidencialização menor que 0,7.

Aplicando o teste *t*, verificou-se que o grupo de estados com presidencialização inferior a 0,7 possuem média de mais de 3 milhões de eleitores, enquanto os estados com presidencialização maior que 0,7 possuem média em torno de quase 5 milhões de eleitores. O desvio padrão dos estados com maior presidencialização é quase o dobro do outro grupo, o que indica que há maior variação do tamanho do eleitorado entre os diferentes estados. Pelo teste realizado, aceitamos a hipótese alternativa de que as médias do eleitorado dos dois grupos são diferentes.

São Paulo faz a diferença nos testes, pois esse estado possui altos índices de presidencialização e eleitorado cerca de quatro a setes vezes maior do que a média de todos os estados, variando de um pouco mais de 18 milhões em 1990 a 30 milhões de eleitores em 2010. Isso impacta no desvio padrão e, conseqüentemente, no resultado do teste *t* (São Paulo participa desse grupo desde 1994). Somente em 1990, São Paulo alcançou presidencialização abaixo do patamar definido como presidencializado (obteve 0,15). Quando São Paulo é retirado do teste, o resultado é que não se pode descartar a hipótese nula. São Paulo, dessa forma, tem um peso significativo para compreender a presidencialização. No entanto, não se pode descartar a variável “tamanho do eleitorado”, pois São Paulo, efetivamente, é um estado estratégico para as pretensões de PT e PSDB e dos demais partidos aliados que participam das coligações junto aos dois partidos. Além de ser um distrito eleitoral com peso definitivo nos pleitos presidenciais, São Paulo tem apresentado altas taxas de presidencialização,

corroborando com a hipótese de que o eleitorado em jogo no estado faz a diferença na estratégia dos partidos com maior potencial competitivo na disputa presidencial.

Foi utilizado o mesmo teste *t* para comparar as médias da dispersão do poder nos estados com maior e menor presidencialização. Esse teste se relaciona com a hipótese de que quanto mais disperso o poder, maior a dificuldade de se presidencializar a disputa, devido à presença de muitos atores políticos com força política no estado. Em cenários com grande concentração de poder (pouca dispersão), menores seriam os custos de negociação na formação de coligações presidencializadas. Acredita-se que em um cenário político estadual com grande dispersão de poder, há alto custo de negociação no momento de formar as coligações.

TABELA 3.4 – TESTE *T DE STUDENT* – DIFERENÇA DAS MÉDIAS DE DISPERSÃO DO PODER ENTRE AS DISPUTAS ESTADUAIS COM MAIOR E MENOR PRESIDENCIALIZAÇÃO (1990-2010)

Disputas estaduais	Observações	Média	Desvio padrão
Não-presidencializadas (0)	82	6,469	2,059
Presidencializadas (1)	80	7,062	1,875
Combinado	162	6,762	1,986
Diferença		- 0,593	
Dif. = média (0) – média (1)		t = - 1,9150	
<i>H<sub>0</sub></i> : dif. = 0			
<i>H<sub>a</sub></i> : dif. < 0 Pr (T < t) = 0,0286		<i>H<sub>a</sub></i> : dif. = 0 Pr ( T  >  t ) = 0,0573	<i>H<sub>a</sub></i> : dif. > 0 Pr (T > t) = 0,9714

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Bizzarro-Neto e Sandes-Freitas.

\* p-valor = 0,05. \*\* O grupo 1 inclui as disputas estaduais com presidencialização igual ou maior que 0,7. O grupo 0 inclui as disputas com presidencialização menor que 0,7.

No entanto, segundo o teste *t* realizado (Tabela 3.4), não se pode afirmar que a média da dispersão de poder entre os dois grupos possua diferenças, assim, não rejeitamos a hipótese nula de que as médias entre os dois grupos sejam iguais. Entende-se que, diante dos resultados do teste realizado, a presidencialização afeta cenários políticos estaduais mesmo quando esses possuem alto grau de dispersão das forças partidárias.

Para realizar um teste do modelo para compreender a presidencialização, optou-se por aplicar uma regressão múltipla (Tabela 3.5). Analisando os coeficientes da regressão, apenas a variável “tamanho do eleitorado” apresentou *p-valor* abaixo de 0,05, o que indica que esta é significativa no modelo e ajuda a explicar a variação da presidencialização. Já a variável “dispersão de poder” apresentou *p-valor* bem acima de 0,05, o que indica que não

podemos rejeitar a hipótese nula de que o coeficiente dessa variável é igual a zero. Logo, essa variável não parece, de fato, influenciar na presidencialização. No entanto, o poder explicativo do modelo é baixo: apenas 4,9% da variabilidade da presidencialização pode ser explicada pelo modelo. O restante (94,1%) é explicado por outros fatores não incorporados pelo modelo.

TABELA 3.5 – RESULTADOS DA REGRESSÃO MÚLTIPLA PARA A ANÁLISE DA PRESIDENCIALIZAÇÃO NAS DISPUTAS ELEITORAIS ESTADUAIS (1990-2010)

	Coeficiente	Erro padrão	t	P >  t
<i>Tamanho do eleitorado*</i>	0,0421745	0,0212865	1,98	0,049
<i>Dispersão – NEP*</i>	0,0136758	0,0107474	1,27	0,205
<i>Constante</i>	0,5547415	0,0753766	7,36	0,000
Nº de observações	162		R <sup>2</sup>	0,0493
Prob > F	0,0179		R <sup>2</sup> ajustado	0,0374

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Bizarro-Neto e Sandes-Freitas.

\* *Tamanho do eleitorado*: variável estandardizada.<sup>41</sup> / *Dispersão-NEP*: Número Efetivo de Partidos / *VD*: presidencialização.

As conclusões derivadas desses resultados são que a dispersão do poder explica pouco a variação da presidencialização. Assim, ambientes de alta e baixa dispersão de poder apresentariam condições similares para a presidencialização, indicando que outras variáveis contextuais influenciam no custo de negociação de candidaturas estaduais presidencializadas. Se essa suposição estiver correta, a presidencialização ocorre quando os interesses de lideranças nacionais e estaduais convergem e os custos para ambas são baixos, mesmos em ambientes de alta fragmentação política nos estados. No entanto, a variável “tamanho do eleitorado” parece fazer parte do cálculo das lideranças partidárias de PT e PSDB na coordenação das campanhas presidenciais.

Para isso, uma forma de avaliar os custos de negociação é medir a força que os partidos possuem nos estados, principalmente do PT e do PSDB. Quanto mais fortes forem os partidos, mais eles podem conduzir as negociações junto aos demais atores políticos. Para isso, além das duas variáveis que definem as questões estruturais da competição nos estados (tamanho do eleitorado e dispersão do poder) já testadas, consideraremos que a força política

<sup>41</sup> A necessidade estandardizar a variável adveio da grande diferença de magnitude entre as observações. Enquanto a VD “presidencialização” varia de 0 a 1, a variável explicativa “eleitorado” varia de 27.189 a 30.301.398, respectivamente, Roraima e São Paulo em 2010.

dos partidos que encabeçam a disputa presidencial (PT e PSDB) influencia no processo de coordenação de candidaturas e, conseqüentemente, de presidencialização. Ainda que essa não seja uma hipótese dada pela literatura, entende-se que é necessário explorar a existência de variáveis contextuais que deem conta de explicá-la. Além da força do PT e do PSDB, é necessário calcular a força dos outros partidos. Se, por um lado, PT e PSDB fortes, teoricamente, indicaria maior possibilidade de presidencialização, por outro, com eles fracos e com outros partidos fortes, é provável que menor a tendência para a presidencialização.

A primeira verificação foi observar em que medida a presidencialização pode ocorrer com mais frequência nos estados em que os governadores tinham sido eleitos, nas eleições anteriores, pelo PT ou do PSDB. Isso evidenciaria a força política que os partidos possuem em disputas para o governo do estado. Eleitos no pleito anterior, mesmo que não dispute as eleições, certamente esses partidos têm maior potencial de serem articuladores de candidaturas nas eleições subsequentes. Sendo assim, preferiu-se não utilizar a sigla do governador no momento da disputa, a qual, muitas vezes, é a de um vice-governador que recebeu o cargo a partir da desincompatibilização do governador. Dessa forma, acredita-se que o governador que ocupa o cargo no ano da eleição tem suas estratégias submetidas às estabelecidas pelo governador anterior.

A Tabela 3.6 apresenta os estados com governadores eleitos por PT ou PSDB e governadores eleitos por outros partidos segundo o índice de presidencialização das disputas eleitorais, categorizada por níveis, para poder ilustrar a distribuição dos casos conforme os graus de alinhamento à polarização PT-PSDB.

TABELA 3.6 – ASSOCIAÇÃO ENTRE PRESIDENCIALIZAÇÃO E O PARTIDO DOS GOVERNADORES (PT E PSDB) DOS ESTADOS (1990-2010)

Governadores <sup>1</sup>	Presidencialização por nível					Total
	Baixo 0 – 0,49	Média-baixa 0,50 – 0,59	Média 0,60 – 0,69	Média-alta 0,70 – 0,84	Alta 0,85 – 1,00	
Governador de outro partido	35 28,68%	11 9,01%	24 19,67%	24 19,67%	28 22,95%	122 100%
Governador do PT ou do PSDB	1 2,5%	4 10,0%	7 17,5%	7 17,5%	21 52,5%	40 100%
Total	36 22,22%	15 9,26%	31 19,14%	31 19,14%	49 30,25%	162 100%

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Bizzarro-Neto e Sandes-Freitas.

<sup>1</sup> Governador eleito no pleito anterior.

\* Teste de chi-quadrado de Pearson = 18,1728 |  $Pr = 0,001$  | \*\* Teste Gama = 0,5094 | Desvio padrão assintótico = 0,104

Nos estados de governadores petistas ou peessedebistas, 52,5% das eleições tiveram presidencialização acima de 0,85 a 1,00, que seria o maior patamar do índice. Além disso, outros 14 casos (mais de 35%) se encontraram entre média e média-alta, e somente um caso teve índice abaixo de 0,5, indicando baixo grau de presidencialização. É possível afirmar, assim, que há maior probabilidade de ocorrer presidencialização nos estados em que os governadores eleitos anteriormente eram do PSDB ou do PT, o que indica que a variável força política dos dois partidos nos estados pode ser, de fato, importante para compreender o fenômeno em análise. Existem fatores estaduais que influenciam também na possibilidade de alinhamento às candidaturas presidenciais e um deles parece ser a força dos partidos.

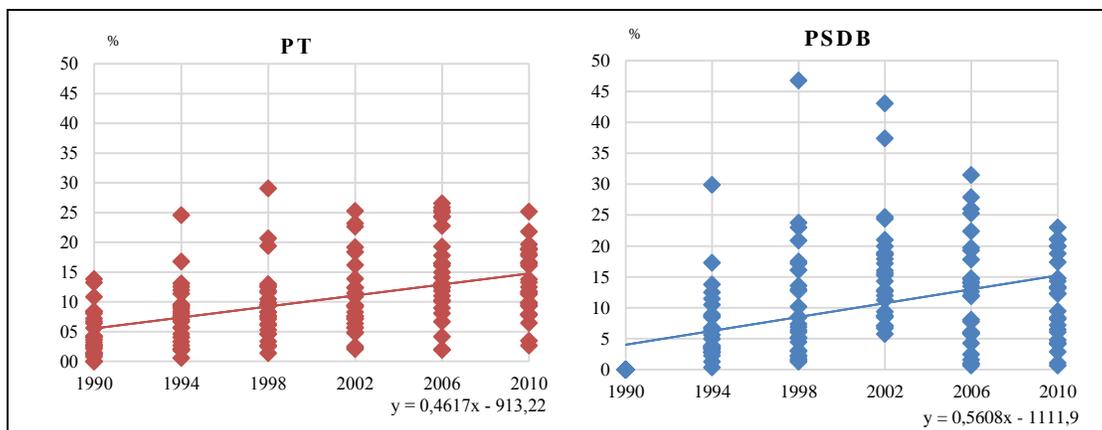
No entanto, os estados com governadores do PT ou do PSDB representam apenas 40 dos 162 casos (24,69%). As demais eleições (cerca de 75%) ocorreram nos casos em que o governador não era do PT ou do PSDB. Nesses, é possível verificar que, nos estados com governadores de outros partidos, há uma distribuição mais homogênea dos casos nos diferentes níveis de presidencialização, sendo que, no menor nível do índice, há a maior concentração de casos: 35 do total de 123 (28,46%). Conforme o teste de *chi-quadrado* de Pearson, afastamos a hipótese nula de que as variáveis são estatisticamente independentes, ou seja, as duas variáveis são correlacionadas. E de acordo com o teste Gama (mais apropriado para relacionar variáveis ordinais – presidencialização – com variável categórica – partido do governador), a associação entre as variáveis é de +50,94%, o que evidencia a forte relação entre as duas, reforçando a importância de se considerar a força de PT e PSDB como essenciais para o entendimento da presidencialização.

No entanto, como foi observado, o maior número de casos é de governadores que não são do PT ou do PSDB. Assim, é preciso explorar melhor a variável “força do partido”, de forma a medir com mais precisão a capacidade dos atores políticos estaduais de interferirem no processo de alinhamento às candidaturas presidenciais. Uma medida quantitativa encontrada para medir essa variável é a votação dos partidos nos estados, pois assim é possível verificar graus de força dos partidos. Entre escolher a eleição majoritária ou proporcional, optou-se pela última, pois, assim, verifica-se a capacidade dos partidos de ter votos distribuídos em vários candidatos, examinando a força dos candidatos do partido em conjunto, inclusive dos votos na legenda. Para isso, preferiu-se a votação dos partidos para a

Câmara Federal em vez dos votos para as Assembleias Legislativas, pois esses são resultado da estratégia do partido de ganhar espaço nos estados para conseguir mais cadeiras no Congresso, ou seja, são candidaturas estaduais que repercutem no nível federal, permitindo a ligação entre os dois níveis.

A votação dos partidos foi escolhida, assim, como uma *proxy* mais adequada para força política. Ela é representada pela votação do partido para deputado federal (votos nominais e de legenda) no pleito anterior, o que indica o impacto que o partido tem no cenário político estadual. No gráfico de dispersão 3.2, abaixo, há a representação dessa variável ao longo do tempo.

GRÁFICO 3.2 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DO PT E DO PSDB POR ESTADO (1990-2010)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Bizarro-Neto e Sandes-Freitas.

<sup>1</sup> Gráfico de dispersão elaborado a partir da votação obtida pelos partidos (PT e PSDB) para deputado federal obtida nas eleições anteriores por estado. Ex: a força dos partidos em 1990 é representada pela votação dos partidos em 1986. Nesse sentido, a votação obtida pelo PSDB é zero, pois o partido surgiu posteriormente a essas eleições.

O PT e o PSDB têm crescido ao longo do tempo, ocupando, de forma tendencial, mais espaços políticos nos estados. Ainda que haja bastante variação entre os casos, é possível observar que PSDB apresenta melhor desempenho em 1998 e em 2002, puxado pela conquista das eleições presidenciais nos anos de 1994 e 1998, já o PT começou a apresentar pequeno crescimento na década de 1990, tendo força mais expressiva a partir de 2002. Testando o efeito da força do PT e do PSDB, conjuntamente, na presidencialização, através de regressão simples (Tabela 3.7), pode-se afirmar que essa variável, de forma conjunta, ajuda a explicar a variável dependente.

TABELA 3.7 – RESULTADOS DA REGRESSÃO SIMPLES DO EFEITO DA FORÇA DO PT E DO PSDB SOBRE A PRESIDENCIALIZAÇÃO NAS DISPUTAS ELEITORAIS ESTADUAIS (1990-2010)

	Coeficiente	Erro padrão	t	P >  t
<i>Força do PT e do PSDB</i>	0,007855	0,001633	4,81	0,000
<i>constante</i>	0,4919258	0,0375139	13,11	0,000
Nº de observações	162		R <sup>2</sup>	0,1263
Prob > F	0,0000		R <sup>2</sup> ajustado	0,1209

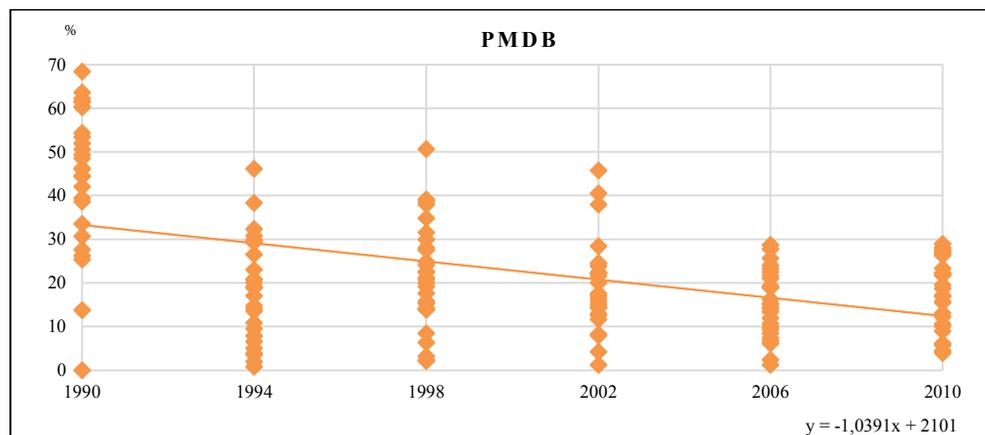
Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Bizzarro-Neto e Sandes-Freitas.

Ao contrário do que acontece com o PT e o PSDB, o PMDB perdeu espaço nos estados ao longo do tempo. Elegeu quase todos os governadores do país em 1986, e, nas eleições posteriores, obteve apenas sete governadores.<sup>42</sup> Assim, a partir da década de 1990, o partido passou a disputar espaço com outros partidos, novas lideranças políticas que emergiam nos estados, em um ambiente com crescente fragmentação política. O declínio do PMDB foi percebido também ao medir a votação dos deputados federais, pensada como variável “força política do PMDB”.

No gráfico de dispersão 3.3, a representação gráfica da distribuição da força do PMDB de 1990 a 2010 evidencia uma queda significativa na força do partido de 1990 para 1994, devido à perda eleitoral obtida em 1990. Contudo, há uma estabilização a partir daí, com uma nova queda em 2002 e estabilização novamente em 2006 e 2010. Assim, há um momento inicial de queda acentuada da força dos partidos nos estados e outro menos acentuado em 2002, acompanhado por momentos de estabilização. Entretanto, apesar do desempenho do partido ser tendencialmente negativo, ao longo do período em análise, o mesmo obteve desempenho similar ao PT e ao PSDB.

<sup>42</sup> O PMDB elegeu governadores em 22 dos 23 estados. Desses, apenas em um estado o PMDB não elegeu o governador. O eleito para Sergipe foi o Antônio Carlos Valadares, do PFL.

GRÁFICO 3.3 – REPRESENTAÇÃO GRÁFICA DA DISTRIBUIÇÃO DA FORÇA DO PMDB POR ESTADO (1990-2010)



Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Bizarro-Neto e Sandes-Freitas.

<sup>1</sup> Gráfico de dispersão elaborado a partir da votação obtida pelo PMDB para deputado federal obtida nas eleições anteriores por estado. Ex: a força dos partidos em 1990 é representada pela votação dos partidos em 1986. Nesse sentido, a votação obtida pelo PSDB é zero, pois o partido surgiu posteriormente a essas eleições.

Evidenciamos, portanto, a queda da força do PMDB, com a diminuição de votos nos deputados federais da legenda, pela perda de governos estaduais e pelos insucessos nas disputas presidenciais (Ulysses Guimarães em 1989 e Orestes Quécia em 1994). Com isso, o PSDB, partido emergido dentro do PMDB, passou a ocupar espaço nas disputas presidenciais a partir de 1994, tendo como principal adversário o PT. Isso marcou o início de uma nova lógica de organização do sistema partidário brasileiro, centrado em torno de PT e PSDB, tendo o PMDB como um partido ainda importante nos estados e, principalmente, na arena governamental no nível federal, nas coalizões do governo Fernando Henrique Cardoso, do PSDB, de 1995 a 2002, e de Lula, do PT, de 2003 a 2010. O PMDB passou de um partido de pretensões nacionais na década de 1980 para um partido de bases eminentemente regionais e de vocação governista, sem necessariamente encabeçar e coordenar as disputas eleitorais presidenciais.

Algumas pesquisas já têm apontado esse comportamento do PMDB como estratégia de sobrevivência da organização e do partido em meio às condições colocadas pelo multipartidarismo e pelo sistema partidário fragmentado (BIZZARRO NETO, 2013; MACIEL, 2014). As condições inerentes à organização do partido, advindas do MDB, o forçou a ser um partido que unia diversas lideranças políticas regionais, abrindo mão das

disputas nacionais para focar-se em ocupar espaços políticos nos estados (FERREIRA, 2002).

Pelo histórico do partido de ter mais flexibilidade em tecer e participar de alianças partidárias, condição advinda da diversidade política de suas lideranças e de ser um partido historicamente de centro, em estados com o PMDB forte e com o PSDB e o PT frágeis, é possível que ele atue como um articulador da política estadual, descolando-se das estratégias nacionais estabelecidas pela lógica presidencial de disputas a partir de 1994. Essa condição de independência do partido será testada como um atenuante dos efeitos da presidencialização, pois ele agiria de acordo com os ditames da política estadual, não se submetendo, necessariamente, às estratégias nacionais de PT e PSDB.

O teste do impacto da variável “força do PMDB” apontou coeficiente de regressão negativo, conforme a previsão, ou seja, de que quanto maior a força do PMDB, menor a presidencialização (Tabela 3.8). Todavia, apresentou p-valor de 0,08, um pouco superior ao limiar de significância de 0,05, o que indica que não podemos rejeitar a hipótese nula de que o coeficiente dessa variável é igual a zero. Essa variável também não ajudou a explicar a variação da presidencialização ( $r^2$  de 0,019), indicando pouco poder explicativo.

TABELA 3.8 – RESULTADOS DA REGRESSÃO SIMPLES DO EFEITO DA FORÇA DO PMDB SOBRE A PRESIDENCIALIZAÇÃO NAS DISPUTAS ELEITORAIS ESTADUAIS (1990-2010)

	Coefficiente	Erro padrão	t	P >  t
<i>Força do PMDB</i>	- 0,0023816	0,0013539	-1,76	0,080
<i>Constante</i>	0,7016208	0,0369594	18,98	0,000
Nº de observações	162		R <sup>2</sup>	0,0190
Prob > F	0,0805		R <sup>2</sup> ajustado	0,0128

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Bizarro-Neto e Sandes-Freitas.

A Tabela 3.9 apresenta o teste completo com todas as variáveis do modelo, incluindo força dos partidos (PMDB, PT e PSDB). Reafirmando os testes anteriores, não podemos afirmar que as variáveis “dispersão do poder” e “força do PMDB” são diferentes de zero. O mesmo resultado foi observado com a variável “tamanho do eleitorado”, contrariando o teste regressão múltipla para o modelo somente com as variáveis “tamanho do eleitorado” e “dispersão do poder” (ver Tabela 3.5).

No teste do modelo abaixo, apenas as variáveis “força do PT” e “força do PSDB” apresentaram coeficientes significantes abaixo de *p-valor* 0,05, o que mostra a validade das duas variáveis na compreensão da presidencialização. Entretanto, o modelo explicou pouco da oscilação da variável dependente (14,45%), o que indica que, apesar da força do PT e do PSDB serem significantes para o modelo, a variação da presidencialização depende de outros fatores não incluídos na análise, principalmente aquelas que contemplam aspectos contextuais não abarcados pela literatura.

TABELA 3.9 – RESULTADOS DA REGRESSÃO MÚLTIPLA, INCLUINDO FORÇA DOS PARTIDOS PARA A ANÁLISE DA PRESIDENCIALIZAÇÃO NAS DISPUTAS ELEITORAIS ESTADUAIS (1990-2010)

	Coefficiente	Erro padrão	t	P >  t
<i>Tamanho do eleitorado *</i>	1,95e-11	2,52e-11	0,77	0,442
<i>Dispersão do poder – NEP</i>	0,0047624	0,0109294	0,44	0,664
<i>Força do PMDB</i>	0,000244	0,001454	0,17	0,867
<i>Força do PT</i>	0,0105092	0,003119	3,37	0,001
<i>Força do PSDB</i>	0,054259	0,0023119	2,35	0,020
<i>Constante</i>	0,4459161	0,0974596	4,58	0,000
Nº de observações	162		R <sup>2</sup>	0,1445
Prob > F	0,0002		R <sup>2</sup> ajustado	0,1171

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Bizzarro-Neto e Sandes-Freitas.

\* *Tamanho do eleitorado*: variável estandardizada. \*\* O teste *Variance Inflation Factors* (VIF) apresentou valores inferiores a 5, constatando-se que não há multicolinearidade entre as variáveis do modelo escolhido.

A complexificação do modelo, com a inclusão das variáveis relativas à força dos partidos e à necessidade da inclusão de outras para a compreensão da variação da presidencialização, no entanto, coloca uma série de problemas metodológicos quanto ao uso das técnicas estatísticas tradicionalmente utilizadas pela Ciência Política para o caso específico da presidencialização. O principal deles é que, ao aplicar os métodos estatísticos tradicionais para o caso da presidencialização, os modelos aqui apresentados não conseguem explicar as variações particulares dos casos. Os resultados observados evidenciam que a presidencialização é explicada, em maior parte, por uma série de variáveis contextuais, específicas de cada estado, e não somente pelas variáveis definidas pelo modelo. Ademais, algumas variáveis do modelo, ainda que impactem sobre a presidencialização nos estados ao longo do tempo, nem sempre interagem, entre si, da forma esperada. Em alguns casos, as variáveis têm efeito de acordo com o esperado, mas, em outros, não. O problema é que a multicausalidade nem sempre é tratada por essas técnicas estatísticas tradicionais de forma

adequada (SCHNEIDER, WAGEMANN, 2012). A maioria dos fenômenos das Ciências Sociais são resultado de relações assimétricas entre as variáveis, derivadas da complexidade da realidade social e política. A presidencialização, a partir do que foi observado, pode ser resultado desse tipo de relação, possibilitando múltiplas relações conjunturais entre as variáveis analisadas.

Embora a presidencialização seja um fenômeno de caráter nacional, ela impacta de forma particular em cada contexto, devido às condicionantes históricas regionais. Por isso, uma das alternativas ao uso das técnicas estatísticas convencionalmente utilizadas para avaliar fenômenos multi-causais é a aplicação de um método que contemple os aspectos quantitativos sem perder de vista os elementos qualitativos dos casos, ou seja, dos arranjos político-partidários particulares dos estados. Por esse motivo é que se optou pelo uso de outra técnica de análise de dados adequada para este caso: a *Qualitative Comparative Analysis* (QCA).

### 3.4 Testes utilizando *Qualitative Comparative Analysis*

A *Qualitative Comparative Analysis* (QCA) é um método de análise de casos baseado na teoria dos conjuntos (*set-theoretic method*).<sup>43</sup> As observações para esse método têm natureza qualitativa, podendo ser separadas em grupos conforme suas características. A partir disso, são analisadas a associação entre esses grupos, de forma sistemática, por meio de testes lógicos utilizando a álgebra booleana (RAGIN, 1987; 2000). Na lógica matemática booleana, uma dada variável pode assumir um número finito de valores, 0 ou 1, por exemplo. O método permite um tratamento sistemático dos casos a partir da combinação lógica entre essas variáveis booleanas estabelecidas (condições, nos termos da QCA), extraíndo-se possibilidades para a análise concreta dos casos escolhidos.

A QCA, portanto, é um tipo de método utilizado para analisar casos de forma comparada, sem perder de vista seus aspectos qualitativos, por isso o uso da álgebra booleana

---

<sup>43</sup> Assim como Rihoux e Ragin (2009), o rótulo QCA será utilizado para abarcar os três tipos de métodos dentro da mesma abordagem: *crisp-set* QCA (baseada na lógica binária booleana), *multi-value* QCA (com a atribuição de múltiplos valores categóricos para as variáveis) e *fuzzy-set* QCA (que atribui valores de 0 a 1 para variáveis).

e, conseqüentemente, a teoria dos conjuntos como forma matemática para se pensar a análise de casos. Com o método, é possível analisar múltiplas combinações de condições, resultando em configurações possíveis. O método visa sistematizar essas associações entre as condições e as configurações resultantes delas (RAGIN; RIHOUX, 2004).

O método permite o tratamento dos fenômenos tanto de forma qualitativa quanto comparativamente. Do lado do aspecto qualitativo, o método permite a análise de fenômenos derivados de conceitos abstratos, como é o caso da presidencialização. Já quanto à abordagem dos casos, permite um tratamento mais extensivo de um número moderado deles (RIHOUX; MARX, 2013). A análise parte de testes lógicos, verificando relações de causalidade entre as condições e o *outcome*.

Foi a partir dessa lógica matemática que Charles Ragin (1987) pensou a QCA como uma abordagem metodológica que permite analisar os casos, preservando suas configurações complexas a partir de suas características qualificadas e quantificadas em variáveis booleanas que não podem ser dissociadas uma das outras. Essas configurações esperadas geram determinados *outcomes*. Sendo assim, este método é apropriado para fazer testes de teorias, ou seja, de possíveis configurações de fatores causais (condições) que explicam ou não um determinado resultado.

Os testes são pensados a partir de quanto determinadas condições se tornam configurações e delas derivam um determinado *outcome*. Devido a esse aspecto do método, ele também é conhecido como método configuracional. As condições e as configurações resultantes e sua relação com o fenômeno em análise possibilitam o teste do alcance e dos limites de teorias a partir dos casos selecionados na análise (RAGIN; RIHOUX, 2004). Além disso, é possível testar proposições teóricas sobre a dinâmica de determinados fenômenos ainda não tratados de forma sistemática. Nesse sentido, é possível testar o modelo para analisar a presidencialização, destacando as condições e configurações onde o fenômeno é mais presente, a partir de uma análise *cross-case*. Quanto aos casos, o método permite a comparação sem perder a complexidade dos mesmos. O método leva em conta, assim, a especificidade dos casos, abrindo espaço para um exame *within-case*.

O método configuracional se diferencia, portanto, dos métodos estatísticos tradicionais que se baseiam na generalização probabilística de modelos de análise. Com a

QCA, as generalizações são “modestas”, com limitações temporais. Não se calcula a capacidade explicativa de um modelo e de suas variáveis, mas se faz uma análise lógica das configurações existentes nos casos em análise a partir das condições definidas, verificando o quanto elas são necessárias e suficientes para a existência de um fenômeno. Não existe, portanto, o conceito de variável na QCA, mas de condições que se relacionam entre si formando configurações. Nesse sentido, evita-se utilizar o termo variável independente para tratar das condições dadas teoricamente, já que elas são, em alguma medida, inter-relacionadas. As variáveis destacadas para avaliar o cálculo da coordenação das campanhas presidenciais junto aos atores políticos estaduais serão tomadas aqui como condições.

Logo, os casos são escolhidos de forma intencional e não aleatória, a partir dos pressupostos teóricos escolhidos. No caso da análise da presidencialização, trabalhou-se com toda a população, pois todos os estados estão contemplados (os 27 estados ao longo das eleições estaduais de 1990 a 2010). No entanto, o método permite ir a fundo nos “casos típicos”, de forma a explorar as particularidades de cada estado.

Como afirmam Ragin e Rihoux (2004), os métodos quantitativos convencionais dependem da “correlação bivariada como a pedra angular da análise empírica”. Este tipo de procedimento não cabe nos métodos configuracionais, pois a construção das condições depende dos pressupostos teóricos que o pesquisador pretende testar, ou seja, são testadas conexões explícitas dadas teoricamente. Este é um dos principais ganhos analíticos do método. O modelo teórico de análise, caso não contemple a diversidade dos casos selecionados, pode ser testado em conjunto, permitindo avanços na teoria.

Quanto à aplicação do método, esses conjuntos de condições geram resultados que são dispostos em uma tabela denominada “tabela-verdade” ou *truth-table*. Essa apresenta as combinações de condições possíveis a partir da teoria e dos casos observados. Cada linha representa a configuração com condições e o *outcome*. A tabela é utilizada na análise comparativa das configurações de diferenças e semelhanças, de forma a resumir os padrões existentes em um conjunto de casos. Classifica os casos de acordo com as combinações de valores possíveis. Ela ainda permite o teste da teoria a partir das combinações lógicas entre as condições e o *outcome*, conforme disposto no quadro 3.2.

QUADRO 3.2 – *CROSSTABULATION* DA PRESENÇA/AUSÊNCIA DO RESULTADO CONTRA PRESENÇA/AUSÊNCIA DE UMA CONDIÇÃO CAUSAL

	Ausência de condições causais	Presença de condições causais
<i>Outcome</i> presente	1) Os casos não são determinados pelo argumento do pesquisador.	<b>2) Os casos apoiam o argumento do pesquisador.</b>
<i>Outcome</i> ausente	<b>3) Os casos apoiam o argumento do pesquisador.</b>	4) Os casos não são determinados pelo argumento do pesquisador.

Fonte: Ragin e Rihoux (2004).

A combinação dos valores e de sua relação com o *outcome* determina o alcance e os limites da teoria para analisar aqueles casos. A teoria se confirma quando as condições causais e *outcome* esperados estão presentes e as condições causais e o *outcome*, ausentes. Por outro lado, a teoria pode ser refutada quando o *outcome* está presente ou ausente a partir do comportamento não esperado das condições dos casos observados.

O método permite tanto a comparação entre casos como estudos detidos de cada caso, seja para compreender o modelo típico em que a teoria se confirma ou dos casos em que essa é refutada. Nesse sentido, o método permite entender as razões de alguns casos não se adequarem ao modelo teórico, podendo explorar as razões contextuais disso em um possível estudo de caso, verificando possíveis outras condições que afetam o fenômeno em análise. No caso da presidencialização, isso poderá lançar *insights* para a construção de uma teoria mais robusta que melhor contemple a diversidade dos casos.

A utilização desse método na pesquisa buscou levantar as condições esmiuçadas pela literatura, possibilitando testes lógicos dessas como a presidencialização. Há, portanto, a aproximação da empiria (os achados dos diversos pesquisadores que discutiram a presidencialização até o momento) com a teoria (a discussão sobre a organização dos subsistemas políticos estaduais a partir do cálculo estabelecido por PT e PSDB nas eleições nacionais).

A análise do QCA possui três variações, conforme o nível de complexificação das condições: a análise *crisp-set* é a aplicação da lógica booleana para a categorização de condições a partir da atribuição de valores (0 ou 1); a análise *multi-value* é aquela cujas

condições permitem mais de duas categorias (0, 1, 2 e 3, por exemplo); e a *fuzzy-set* é análise em que as condições variam de 0 a 1. Alguns softwares estatísticos foram elaborados para aplicar os métodos (como o *Tosmana*, para modelos com variáveis categóricas, *crisp-set* e *multi-value*, e o *fsQCA*, para modelos com variáveis *fuzzy*) e outros receberam pacotes com testes lógicos para QCA.<sup>44</sup>

A análise *fuzzy-set* foi proposta por Ragin, em 2000, introduzindo maior flexibilidade na atribuição de valores às condições. A aplicação desse método é ideal para casos com grande complexidade, em que as condições tendem a ser derivadas de variáveis quantitativas contínuas. Essas são transformadas em variáveis do tipo *fuzzy*, com intervalo de 0 a 1, a partir do nível de presença das condições, representando, de um lado, a exclusão completa da condição e, de outro, sua completa presença, por isso é baseada em uma álgebra própria: a *fuzzy*. Esse tipo de análise é mais adequado para a grupos complexos de casos, como é o caso da presidencialização.

Na lógica *fuzzy*, um dado caso pode pertencer, com certo grau, a um dado conjunto. Diferentemente do modelo dicotômico, existe a possibilidade de casos que apresentem condições intermediárias, evidenciando a existência de diferentes níveis de presença de uma dada condição. Partindo desse pressuposto do método, pode-se falar no pertencimento de um elemento a um conjunto *fuzzy*, com certo grau de pertinência ou consistência.

O teste, usando os conjuntos *fuzzy*, baseia-se na localização dos casos em uma função de pertinência que associa o elemento de um caso “x” a um número no intervalo de 0 a 1, representando o quanto aquele caso possui seu elemento x presente em um dado conjunto *fuzzy*. Outro ponto importante da aplicação do método é que a definição dos limites mínimos e máximo da condição deve ser dada, preferencialmente, a partir da relação dos pressupostos da teoria. Uma definição também essencial é de *threshold*, o limiar que define o patamar central. Não é o mesmo que *média* ou *mediana*, mas uma medida que pode ser ajustada de acordo com o que a teoria prevê como limiar central e de acordo com a distribuição dos casos selecionados para a análise.

---

<sup>44</sup> Para os testes utilizando o método *fuzzy-set*, utilizou-se o *software* fs/QCA, versão 2.5.

A primeira parte do teste é calibrar as variáveis do modelo para condições *fuzzy*. Para isso, é preciso definir os patamares máximo, mínimo e médio de cada uma delas: o *outcome* (presidencialização), e as condições (força do PMDB, do PT e do PSDB, além do tamanho do eleitorado e da dispersão do poder) (Tabela 3.10). Embora não existam regras pré-definidas para encontrar bons patamares, o ideal é que as definições desses patamares guardem relação estreita com a teoria. No entanto, devido à ausência de trabalhos que analisem de forma sistemática a presidencialização, a definição dos limiares evitou distribuir os subconjuntos de forma desproporcional, indicada pelos metodólogos. Por isso, evitou-se o uso da média ou da mediana como forma de separar os grupos, atribuindo limiares ano a ano para as condições conforme a distribuição dos casos na escala *fuzzy* de zero a um.

TABELA 3.10 – CALIBRAGEM DAS CONDIÇÕES ESTABELECIDAS PARA O MODELO DE ANÁLISE *FUZZY-SET* DA PRESIDENCIALIZAÇÃO DAS DISPUTAS PARA GOVERNADOR (1990-2010)

<b>DISPERSÃO DO PODER – NEP</b>						
<b>Limares</b>	<b>1990</b>	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>
Máximo	6,4	6,7	7,3	8,3	8,7	9,2
<i>Threshold</i>	4,9	5,0	5,4	6,6	7,2	8,2
Mínimo	4,0	4,1	4,2	5,2	6,3	7,2
<b>TAMANHO DO ELEITORADO *</b>						
<b>Limares</b>	<b>1990</b>	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>
Máximo	55	55	58	60	65	69
<i>Threshold</i>	21	23	26	28	31	33
Mínimo	7	8	9	9,5	11	12
<b>FORÇA DO PMDB</b>						
<b>Limares</b>	<b>1990</b>	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>
Máximo	40,0	24,0	26,0	25,0	24,5	25,0
<i>Threshold</i>	24,0	15,5	16,0	18,0	14,7	17,8
Mínimo	8,5	8,5	10,0	10,0	8,0	7,0
<b>FORÇA DO PSDB **</b>						
<b>Limares</b>	<b>1990</b>	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>
Máximo	-	15,0	18,0	22,0	20,0	19,0
<i>Threshold</i>	-	5,2	11,0	13,0	13,0	12,8
Mínimo	-	2,5	3,8	7,8	6,5	5,0
<b>FORÇA DO PT</b>						
<b>Limares</b>	<b>1990</b>	<b>1994</b>	<b>1998</b>	<b>2002</b>	<b>2006</b>	<b>2010</b>
Máximo	10,0	15,0	17,0	17,5	20,0	18,5
<i>Threshold</i>	5,4	7,4	8,8	9,5	15,5	15,0
Mínimo	2,0	3,7	4,0	5,3	7,4	8,5

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Bizarro-Neto e Sandes-Freitas.

\*Os números apresentados foram divididos por 100 mil para apresentação nesta tabela. \*\*Não foi considerado o PSDB para 1990, pois essa foi a primeira eleição em que o partido participou. Logo, o mesmo não teve votação em eleições anteriores, não sendo possível o cálculo da força do partido via votação para deputado federal.

No caso da presidencialização, o patamar máximo foi definido em 0,85 (acima disso, é considerado como presidencializado) para e as disputas sem presidencialização, de 0,20 ou menos. O patamar central (*threshold*) foi definido como 0,50. Assim, em todas aquelas disputas de 0 a 0,2, o *software* atribui zero e, as de 0,85 a 1,0, o *software* atribui um. Os demais limiares estão dispostos abaixo, na Tabela 3.10.

O teste, então, visa verificar as condições e configurações necessárias e/ou suficientes para a ocorrência do fenômeno em análise. A suficiência é observada quando uma dada condição está presente e o *outcome* também, ou seja, quando  $x = 1$ , logo  $y = 1$ . Já uma relação de necessidade é aquela que um dado *outcome* está presente somente com a presença de uma dada condição, assim, se  $y = 1$ , então  $x = 1$ . Dessa forma, esse método permite avaliar as condições que mais ajudam a compreender a existência da presidencialização. A preocupação não é estabelecer as relações determinísticas, mas entender quais e o quanto as configurações de condições levam à presidencialização. Assim sendo, o teste permite avaliar as configurações mais comuns para determinados *outcomes*.

O teste parte da aplicação de um algoritmo que avalia as múltiplas combinações entre as configurações e *outcome*. Na Tabela 3.11, estão explicitados oito modelos de análise, dos quais os dois primeiros são os mais importantes para a análise, pois contemplam um número maior de casos.

TABELA 3.11 – RESULTADO DOS TESTES DE *FUZZY-SET* PARA PRESIDENCIALIZAÇÃO DAS DISPUTAS PARA GOVERNADOR (1994-2010)

<i>Modelo 1 (1994-2010)</i>				<i>Modelo 2 (1998-2010, inclui REEL)</i>			
	<i>Cobertura Bruta</i>	<i>Cobertura Única</i>	<i>Consistência</i>		<i>Cobertura Bruta</i>	<i>Cobertura Única</i>	<i>Consistência</i>
ELEIT	0,513	0,105	0,827	PT	0,532	0,081	0,908
NEP * ~PSDB	0,361	0,082	0,828	ELEIT	0,511	0,032	0,876
~NEP * PSDB	0,285	0,082	0,853	~REEL * ~PMDB	0,225	0,016	0,930
PMDB * PT	0,351	0,022	0,886	PSDB * ~NEP	0,286	0,031	0,908
~PSDB * PT	0,367	0,008	0,880	~PSDB * NEP	0,362	0,062	0,908
~NEP * PT	0,275	0,006	0,887				
<i>Cobertura do modelo</i>	0,870			<i>Cobertura do modelo</i>	0,907		
<i>Consistência do modelo</i>	0,821			<i>Consistência do modelo</i>	0,867		

<i>Modelo 3 (1990)</i>				<i>Modelo 4 (1994)</i>			
	<i>Cobertura Bruta</i>	<i>Cobertura Única</i>	<i>Consistência</i>		<i>Cobertura Bruta</i>	<i>Cobertura Única</i>	<i>Consistência</i>
~PT * PMDB	0,806	0,412	0,781	PSDB * ~PMDB * ~NEP	0,176	0,044	0,786
~NEP * PMDB	0,452	0,014	0,786	PSDB * ELEIT * ~NEP	0,153	0,044	0,820
				~PT * ~PSDB * PMDB * ~NEP	0,216	0,021	0,735
				PT * PMDB * ~ELEIT * NEP	0,187	0,099	0,864
<i>Cobertura do modelo</i>	0,864			<i>Cobertura do modelo</i>	0,490		
<i>Consistência do modelo</i>	0,766			<i>Consistência do modelo</i>	0,771		
<i>Modelo 5 (1998)</i>				<i>Modelo 6 (2002)</i>			
	<i>Cobertura Bruta</i>	<i>Cobertura Única</i>	<i>Consistência</i>		<i>Cobertura Bruta</i>	<i>Cobertura Única</i>	<i>Consistência</i>
ELEIT	0,523	0,183	0,874	~ PSDB * ~ NEP	0,236	0,004	0,984
PSDB * ~PT	0,371	0,181	0,946	~REEL*~ PSDB	0,157	0,018	1,000
NEP * ~PSDB * REEL	0,180	0,095	0,894	PT*~ PMDB	0,303	0,033	0,935
				PMDB *~ NEP	0,418	0,153	0,967
				~ REEL * ~PMDB * NEP	0,216	0,048	0,972
				~ REEL * PT * ELEIT	0,223	0,002	0,939
				~ PMDB * ELEIT * NEP	0,266	0,064	0,957
<i>Cobertura do modelo</i>	0,805			<i>Cobertura do modelo</i>	0,832		
<i>Consistência do modelo</i>	0,882			<i>Consistência do modelo</i>	0,950		
<i>Modelo 7 (2006)</i>				<i>Modelo 8 (2010)</i>			
	<i>Cobertura Bruta</i>	<i>Cobertura Única</i>	<i>Consistência</i>		<i>Cobertura Bruta</i>	<i>Cobertura Única</i>	<i>Consistência</i>
PSDB * PT	0,223	0,055	1,000	~NEP * ~REEL	0,310	0,105	0,994
PMDB * ~PSDB * ~REEL	0,172	0,096	0,987	~NEP * ELEIT	0,227	0,067	1,000
NEP * ~ELEIT* ~PMDB *~PSDB	0,274	0,033	0,969	PSDB * ~REEL	0,167	0,077	0,974
~NEP * ELEIT * PMDB * REEL	0,162	0,089	0,961	NEP * ~PSDB * REEL	0,234	0,027	1,000
NEP * ~PMDB * PT	0,252	0,019	1,000	~PMDB * ~PSDB	0,414	0,017	0,998
NEP * ~PMDB * ~PSDB * REEL	0,250	0,005	0,971	~PMDB * ~ELEIT	0,302	0,029	0,971
<i>Cobertura do modelo</i>	0,690			<i>Cobertura do modelo</i>	0,787		
<i>Consistência do modelo</i>	0,984			<i>Consistência do modelo</i>	0,980		

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Bizarro-Neto e Sandes-Freitas.

<sup>1</sup> N (modelo 1) = 135 disputas estaduais, N (modelo 2) = 108 disputas estaduais, N (modelos 3, 4, 5, 6, 7 e 8) = 27 disputas estaduais cada. <sup>2</sup> O til “~” significa negação da condição. <sup>3</sup> Configurações com cobertura única igual a zero foram retiradas dos modelos. <sup>4</sup> As soluções escolhidas são as parcimoniosas, que são mais simples, contemplando menos condições causais.

No primeiro modelo, observa-se que o ano de 1990 não foi incluído, pois se notou que as condições para aquelas disputas estaduais eram diferentes das demais, principalmente pelo aspecto da força dos partidos. O PSDB não havia disputado nenhuma eleição ainda até

aquele momento, o que impediu o cálculo da força do partido para aquele ano. Partindo da teoria sobre a presidencialização, entende-se que a estratégia de coordenação de campanhas estabelecida por PT e PSDB vai se tornar clara a partir de 1994 e, por isso, o modelo tem como marco inicial esse ano.

No entanto, antes de analisar os resultados, são necessárias algumas conceituações acerca do método. Os principais aspectos a serem observados na Tabela 3.11 são os valores para as coberturas bruta e única e do modelo, além das consistências de cada termo (configuração encontrada) e a consistência do modelo. As medidas de cobertura indicam o quanto da porcentagem dos resultados é coberto pela solução. A cobertura bruta mede a proporção da participação de cada termo no resultado da solução. A cobertura única mede a proporção da participação no resultado explicado exclusivamente por um termo individual da solução, ou seja, não é coberta por outras soluções. E, por fim, a cobertura da solução mede o quanto do resultado é coberto pela solução completa. Quanto mais alto for a cobertura única e bruta, maior a possibilidade do termo ser empiricamente relevante, isto é, que a solução tem validade nos casos em análise.

Quanto à consistência de cada termo, essa mede o grau em que uma determinada solução é um subconjunto do resultado. A consistência do modelo realiza a mesma medida para todo o conjunto dos termos da solução. Quanto mais próximo de um (1,0), mais o termo da solução é próximo de ser suficiente para um determinado *outcome*. Nos testes realizados, considerou-se o parâmetro 0,8 para a consistência, conforme tem sido empregado pela maior parte dos estudos que utilizam a QCA. Espera-se que estados com maior eleitorado, menor dispersão do poder, com PMDB mais fraco e PT e PSDB mais fortes, sejam mais presidencializados.

O primeiro modelo inclui os pleitos de 1994 a 2010, tendo como condições explicativas o “tamanho do eleitorado” (ELEIT), a dispersão do poder (NEP), a força do PMDB, do PT e do PSDB nos estados. Já o segundo modelo testa as configurações do período 1998 a 2010, ou seja, apenas aquelas em que era possível a reeleição. Por isso, o modelo incluiu a “reeleição” (REEL). Além das condições esperadas no modelo 1, espera-se que essa condição esteja associada a estados em que ocorra a presidencialização, pois a possibilidade

de recondução ao poder interfere na estratégia coligacionista, diminuindo o número de opções competitivas.

Nos dois modelos (1 e 2), observa-se que o tamanho do eleitorado é uma condição importante para compreender a presidencialização. A cobertura bruta aparece com mais de 0,5 e a consistência está acima de 0,8. Assim, disputas presidencializadas estão associadas aos maiores estados, o que ajuda a compreender casos como São Paulo, Minas e Bahia, que apresentaram a associação em todas as eleições analisadas. São Paulo e Minas Gerais, além de grande eleitorado, possuem PT e PSDB com expressiva força política, apesar de terem alta dispersão do poder. Isso mostra que a estratégia de coordenação de candidatura tende a ocorrer mais frequentemente em estados com maior eleitorado e onde os partidos (PT e/ou PSDB) são fortes, independentemente da existência de muitos atores com capacidade de influência no cenário político estadual. No caso da Bahia, apesar do eleitorado ser forte, a presidencialização oscila mais, assim como a dispersão do poder. Ademais, o PSDB, durante o período em análise, aparece como fraco, diferentemente do PT, que, desde 2002, ocupa importante espaço político no estado.

Importante achado a relação entre a baixa fragmentação dos subsistemas partidários estaduais e a força do PT ou do PSDB. A combinação mostra que os dois partidos, quando fortes nos estados, possuem maior facilidade de organizar a disputa estadual. A combinação PSDB forte e baixa dispersão do poder foi encontrada no Ceará, pois esse é o estado em que essa associação com alta presidencialização foi encontrada em quase todas as eleições: 1994, 1998, 2002 e 2006. No entanto, o mesmo estado não apresenta o PT forte durante o período em análise. Já quanto à existência de PT forte e baixa dispersão do poder, destaca-se o fato de apenas três casos dos 20 serem de eleições anteriores a 2002. Sete foram de eleições relativas a 2010. Mato Grosso do Sul e Distrito Federal são estados onde as duas condições (PT forte e dispersão baixa) estão associadas de 2002 a 2010.

Outras combinações são observadas nos dois modelos, que reforçam o argumento de que existem variáveis contextuais não contempladas na análise as quais impactam na forma como as disputas estaduais são coordenadas. Ainda que existam imposições de cima para baixo, será cada vez mais evidente que a presidencialização também é estratégico para os atores políticos estaduais, que também agem em conformidade com os interesses dos

partidos nas disputas presidenciais, independentemente das possibilidades lógicas esperadas. Esses são os casos em que o PSDB é fraco com grande dispersão do poder, o que indica que outros partidos ocupam o espaço desse partido no estado, mobilizando o alinhamento com as candidaturas presidenciais. O mesmo é observado quando tem a ocorrência de PMDB e PT fortes. O PMDB ora aparece como aliado do PT nos estados, ora como adversário, tendo como aliado o PSDB, como foram os casos de Santa Catarina e Mato Grosso do Sul recentemente.

A inclusão da reeleição, no modelo 2, não alterou, substancialmente, os resultados encontrados. O que ocorre com o efeito da reeleição, no entanto, é o inverso do que se esperava. A ausência de um candidato à reeleição se associa com a ocorrência de disputas presidencializadas nos estados. No entanto, essa condição aparece associada à fraqueza do PMDB. O achado aponta para a seguinte conclusão: sem um candidato à reeleição e sem um PMDB forte, PSDB e PT tendem a ser capazes de se alinhar ou de provocar o alinhamento das candidaturas estaduais com seus candidatos presidenciais mais facilmente. Dois casos associados ao PFL ainda forte no Nordeste são exemplares deste caso: Bahia, em 2002, e o Maranhão, em 2006.

Os modelos por ano servem apenas para evidenciar que a consistência dos modelos propostos aumenta à medida que as eleições vão ocorrendo, ainda que a cobertura tenha se mantido entre 0,69 e 0,8 entre os anos de 1998 e 2010. Em 1994, o modelo teve consistência abaixo de 0,8 e cobertura abaixo de 0,5, e isso indica que, ainda que a presidencialização tenha começado a ocorrer naquelas eleições, o processo de coordenação das candidaturas não se deu exclusivamente pelas condições apontadas no modelo.

Enfim, com base nos testes, podemos sintetizar algumas conclusões. Primeiramente, é evidente que o tamanho do eleitorado é importante para o cálculo da coordenação eleitoral. Segundo, a força do PT e do PSDB também são importantes para a presidencialização. Assim como já apontaram os testes estatísticos no item anterior, a força dos dois partidos se relaciona com a presidencialização, isto é, quanto mais peso esses partidos têm nos estados, maior a capacidade dos mesmos de participar da articulação dos acordos que compõem as coligações e as candidaturas para os governos estaduais. Dessa forma, eles mesmos podem ajudar a coordenar as disputas presidenciais quando os mesmos

são atores políticos relevantes nos estados. Quando são fracos, os custos da presidencialização se tornam mais altos e, por isso, a coordenação passa a depender de outros fatores contextuais, como o interesse dos outros atores de comporem coligações à luz dos acordos partidários nacionais. E, por fim, é válido afirmar que a baixa dispersão do poder, ainda que apareça como condição relacionada à presidencialização, não é uma necessária para que a coordenação ocorra, pois também foram observadas disputas presidencializadas com alta dispersão. Portanto, entende-se que a presidencialização passou a ser um traço marcante da política brasileira em contraposição à realidade anterior a 1994, em que os subsistemas políticos estaduais possuíam lógicas próprias, descoladas das disputas presidenciais, por conta das “racionalidades políticas contextuais”, apontado por Lima Jr (1983; 1997).

O efeito organizador de PT e PSDB sobre os subsistemas políticos estaduais leva a construção de candidaturas opostas nos estados, que contemplam as coligações dos dois partidos. Os partidos presidenciais, interessados em construir palanques, orientam a ação dos atores políticos estaduais, ainda mais quando esses possuem peso relevante nos estados. No entanto, ficou claro, também, que as configurações observadas, ainda que consistentes, não contemplavam a totalidade dos casos, o que indica a existência de outras condições nos estados que podem levar ao *outcome* esperado. Por isso, o método configuracional aplicado permite compreender a multiplicidade de arranjos possíveis entre as condições, dando abertura para o estudo em profundidade dos casos.

Entende-se que esse processo de coordenação de candidaturas e, conseqüentemente, de presidencialização das disputas envolve uma racionalidade extremamente complexa que abarca tanto razões estruturais da competição eleitoral no Brasil quanto aspectos conjunturais, essencialmente aqueles referentes aos arranjos político-partidários estaduais, não contemplados pelos modelos sugeridos. O cálculo de custo-benefício do processo de coordenação é operado tanto a partir da cúpula nacional do PT e do PSDB quanto dos atores políticos estaduais. Nesse sentido é que as conclusões dos testes abrem espaço para uma análise de alguns casos típicos que podem elucidar outras chaves explicativas para a compreensão dos (des)alinhamentos entre contextos de disputa estaduais e presidenciais.

### 3.5 Critérios para a seleção de casos para a análise qualitativa

Como destacam Schneider e Rohlfing (2014), QCA é um método de análise que funciona melhor quando complementado por estudos de casos que focam sobre a qualidade causal da solução e de seus termos apresentados. O método permite avaliar o alcance das teorias nos casos em análise. Assim, é possível refinar a teoria e, conseqüentemente, as hipóteses acerca do fenômeno. O método permite, portanto, o exame das configurações que geram determinados *outcomes* sem perder de vista os casos que, em última instância, devem ser analisados para clarear os limites da generalização das inferências causais estabelecidas pelos modelos de análise.

Foi observado nos testes que o modelo esperado para a presidencialização não foi refletido de forma completa nos casos. Como foi explicitado, fenômenos complexos como a “presidencialização” apresentam distintas combinações entre as condições, podendo resultar o mesmo *outcome*. A condição que mais deixou evidente isso foi aquela definida como *proxy* para custo: “dispersão de poder”. Ainda que continue a ser um custo para a articulação e coordenação de candidaturas, subsistemas partidários fragmentados não se apresentaram como fator determinante para limitar a coordenação de candidaturas. A seleção observou os casos estaduais em que há a presidencialização (na maior parte das disputas), apontando para uma variedade de combinações entre as condições, propiciando o surgimento de múltiplas configurações.

O recomendado por Schneider e Rohlfing (2014) é começar a escolha dos casos pelos típicos (confirmados pela teoria), pois são aqueles que refletem o nexo de causalidade apresentado pelo modelo proposto e pela solução dos testes. Entre os casos típicos, São Paulo é aquele que mais contemplou as condições esperadas pelo modelo. Possui alta densidade eleitoral (componente relacionado ao benefício de se presidencializar), PSDB e PT fortes (do contrário, isso representaria um custo adicional de coordenação) e PMDB perdendo força, sendo isso mais marcante nos pleitos a partir de 2002. A “dispersão do poder” se apresentou extremamente alta, o que indica que PSDB e PT fortes nos estados podem agir como organizadores do subsistema político estadual, mesmo em ambientes de grande fragmentação (ver Tabela 3.12).

Já o caso do Ceará foi considerado aqui como outro caso típico por contemplar duas condições extremamente importantes para a presidencialização (alta densidade eleitoral e PSDB extremamente forte) em um ambiente de baixa fragmentação. Isso sugere que as lideranças nacionais do PT e do PSDB têm interesse em apresentar candidaturas nos estados, devido ao peso eleitoral do estado, sendo isso facilitado pela baixa fragmentação partidária do estado. Essa condição de baixa dispersão do poder só se modifica em 2010, reforçando que as disputas estaduais presidencializadas dependem mais dos interesses estratégicos das lideranças políticas nacionais e estaduais dos partidos do que do custo que a fragmentação partidária impõe.

Posteriormente à análise dos casos típicos, se dá a análise dos casos desviantes, ou seja, que apresentam *outcome* não esperado, conforme as configurações apresentadas. Rondônia e Piauí, nesse sentido, foram escolhidos por duas razões: 1) por não contemplarem a alta densidade eleitoral, a condição básica do modelo; e 2) por apresentarem muita variedade no padrão de presidencialização apresentado entre as eleições ao longo do período em análise.

No caso do Piauí, houve apenas uma disputa não presidencializada (em 1998), na qual as condições apareceram como esperado, com PSDB e PT fracos, PMDB forte, em um ambiente político de baixa densidade eleitoral e com pouca dispersão do poder. Ou seja, o PMDB, que era forte, ocupava os espaços políticos, deixando pouco espaço para PT e PSDB replicarem a disputa presidencial no estado. Nas eleições seguintes, o PT amplia sua força política, tendo um PSDB com peso oscilante. O PMDB se manteve forte, mas abriu espaço para disputas polarizadas replicadas no estado. Daí, observa-se que a maior parte das combinações esperadas não ocorrem. O Piauí, mesmo com configurações não esperadas, tem tido disputas presidencializadas desde 2002.

Já o estado de Rondônia apresentou duas disputas não-presidencializadas de um total de cinco. Somente a partir de 2006 que o estado começa a apresentar disputas com caráter mais presidencializado. Nas três primeiras eleições, o modelo básico é confirmado, pois o benefício é baixo (densidade eleitoral) e o custo é alto (alta fragmentação partidária). O arranjo entre essas condições foi suficiente para explicar a baixa presidencialização nos dois primeiros pleitos (em 1994 e 1998), mesmo tendo PT e PSDB fortes e PMDB fraco.

Assim, sugere-se, no caso rondoniense, que o cálculo de custo e benefício estabelecido pelas lideranças nacionais de PT e PSDB está acima das condições “força dos partidos”. Em 2002, a presidencialização tem seu menor valor, sugerindo que a alta força do PMDB e o baixo peso do PT elevaram ainda mais o custo de coordenação das candidaturas estaduais. Em 2006 e 2010, os pleitos apresentam configurações diferentes, principalmente quanto à força do PSDB e do PT e à fragmentação. O fato é que o PSDB perde espaço político no estado, e o PT, em contrapartida, passa a ter grande peso em Rondônia. Isso ocorre em um ambiente de baixa densidade eleitoral e fragmentação, além da existência do PMDB forte.

Logo, é possível analisar, a partir dos casos do Piauí e de Rondônia, que quando houve baixa fragmentação, os atores estaduais passaram a se arranjar à luz das articulações nacionais mais facilmente, diminuindo os custos locais de negociação com lideranças estaduais de outros partidos. Assim, em ambientes de pouca dispersão de poder, é possível que os atores estaduais também possam seguir a orientação nacional, influenciados pelo baixo custo estadual de se alinharem à lógica presidencializada das disputas nacionais.

TABELA 3.12 – CONFIGURAÇÕES APRESENTADAS PELOS ESTADOS SELECIONADOS PARA ESTUDO DE CASO (1994-2010)

UF_Ano	Presid	NEP	Eleitorado	Força PMDB	Força PSDB	Força PT
CE_1994	0,9	0,01	0,82	0,59	1	0,03
CE_1998	0,9	0,01	0,88	0,66	1	0,07
CE_2002	0,93	0,4	0,94	0,68	1	0,2
CE_2006	0,93	0,1	0,97	0,59	1	0,08
CE_2010	0,93	0,61	0,99	0,65	0,99	0,09
PI_1994	0,75	0,04	0,11	0,39	0,87	0,20
PI_1998	0,01	0,02	0,14	0,56	0,01	0,33
PI_2002	0,93	0,12	0,15	0,76	0,48	0,63
PI_2006	0,75	0,35	0,2	0,58	0,93	0,66
PI_2010	0,9	0,14	0,25	0,54	0,42	0,93
RO_1994	0,18	0,96	0,03	0,01	0,59	0,89
RO_1998	0,5	0,96	0,04	0,07	1	0,74
RO_2002	0,03	1	0,04	0,61	0,97	0,3
RO_2006	0,75	0,26	0,05	0,67	0,21	0,6
RO_2010	0,9	0,43	0,05	0,64	0	0,96
SP_1994	0,97	0,89	1	0,58	0,93	0,98
SP_1998	0,9	0,99	1	0,62	0,99	0,99
SP_2002	0,98	1	1	0,11	0,98	0,97
SP_2006	0,98	0,79	1	0,06	0,82	1
SP_2010	0,93	0,98	1	0,03	0,99	0,97

Fonte: Elaboração própria com base nos dados de Bizzarro-Neto e Sandes-Freitas.

\* Condições (NEP, Eleitorado e Força dos partidos) e *outcome* (Presid) foram apresentadas a partir da calibragem *fuzzy*. \*\* Em vermelho, as condições que não atendem o modelo esperado, de acordo com sua relação com o *outcome*. Em azul, as condições ocorrem como esperado. Quanto à condição em preto, não foi incluído no modelo (ver explicação no texto). O *outcome* em verde indica alta presidencialização (> 0,5). Em preto, baixa presidencialização (< 0,5).

Como foi observado, a diversidade das configurações apresentadas nos casos selecionados, inclusive acerca das diferentes trajetórias apresentadas pelos estados ao longo do tempo, condiz com a necessidade de realizar estudos focado nos casos. Esse tipo possui duas virtudes básicas. Primeiramente, pretende analisar um (ou alguns) caso(s) em grande profundidade, podendo constituir uma pesquisa original na área. Além disso, essa abordagem pode contribuir para a análise de outros casos, através da compreensão dos mecanismos causais dos fenômenos em cada unidade analisada. Para se alcançar esse fim, um estudo focado em casos deve contar com algumas características básicas: a busca por inferências descritivas e, por consequência, a geração de hipóteses; o estabelecimento de mecanismos causais; e a formulação de proposições que visem à profundidade e não necessariamente à amplitude da análise (GERRING, 2004; 2007).

O estudo de caso, portanto, tem sempre em vista explorar um dado fenômeno a partir da análise de uma unidade. Esse tipo de análise é fundamental para as Ciências Sociais, pois pode ser capaz de clarificar categorias empíricas, permitindo o refinamento de conceitos. Nesse sentido, estudos de caso podem contribuir decisivamente para a estrutura teórica de um dado fenômeno em análise ao elucidar as diferentes combinações que podem provocar um mesmo resultado ou ao identificar casos que não se conformam aos padrões causais comuns (RAGIN, 2004, p. 126).

Um dos problemas da análise dos casos, no entanto, é que, geralmente, há mais de uma resposta plausível para a compreensão de um dado fenômeno. Isso decorre do fato de a descrição ser interpretativa, ao contrário da natureza das pesquisas que utilizam a inferência causal. Ou seja, uma descrição nunca será exaustiva, pois muitos aspectos deixarão de ser considerados ao inferir sobre a unidade analisada (GERRING, 2009, p. 166). Por isso, ao contrário dos estudos de caso de viés puramente indutivo, a perspectiva desta pesquisa visa a explorar os alcances e as deficiências dos modelos testados em compreender os casos. Assim, a abordagem dos estados selecionados tomará as condições já selecionadas teoricamente para daí explorar possíveis outras causas e arranjos entre as condições presentes. Ainda que não seja possível generalizar para todos os estados, as conclusões desse

estudo podem ajudar a clarear as causas do processo de alinhamento das alianças partidárias estaduais à lógica bipolarizada estabelecida no nível nacional.

Além dos motivos expostos para a seleção dos casos, levando-se em conta o teste dos modelos de alinhamento partidário na dinâmica eleitoral, também foram observadas as particularidades institucionais e políticas de cada estado, principalmente no que se refere à dinâmica governamental, permitindo maior variabilidade entre eles. Assim, a busca será analisar os arranjos políticos para além daqueles estabelecidos na arena eleitoral. A pergunta a ser respondida é se os alinhamentos estabelecidos na arena eleitoral geram incentivos para que os mesmos continuem na arena governamental. Desse modo, essa pesquisa passa a dialogar não apenas com a literatura acerca da competição eleitoral, mas também sobre formação de governos partidários.

Além disso, existia a impossibilidade de se analisar as alianças partidárias traçadas no âmbito de todos os estados brasileiros para o período em análise (pós-1986), devido à escassez de dados acerca das coalizões de governo estaduais. Logo, a alternativa foi a escolha de um número reduzido de casos, com alguma variabilidade entre eles, de tal forma que fosse possível compreender de forma mais ampla o padrão de formação de alianças partidárias no atual contexto democrático brasileiro. Por isso foi importante analisar compreender como a racionalidade dos atores políticos estaduais tem sido afetada pela lógica bipolarizada estabelecida nas eleições presidenciais, para, a partir disso, conforme argumento de Golder (2006), compreender a relação entre essa dinâmica eleitoral e a governamental, em que os partidos com participação nas eleições tendem a ocupar cargos no governo.

Na seleção de casos, não se buscou necessariamente representar todas as regiões, por isso não foram escolhidos estados da região Sul e Centro-Oeste, mas atentou-se a composição das forças políticas nos estados, através das coligações vencedoras nos pleitos para os Governos do Estado. Por isso, foi importante a escolha de casos com maior variação de partidos à frente do Governo, principalmente observando que inicialmente houve um domínio do PMDB (em 1986) e, posteriormente, PSDB e PT passaram a eleger governadores (ver Quadro 3.3).

QUADRO 3.3 – COLIGAÇÕES VENCEDORAS NAS DISPUTAS PARA OS GOVERNOS ESTADUAIS NOS CASOS EM ANÁLISE (1986-2010)

	1986	1990	1994	1998	2002	2006	2010
<b>São Paulo</b>	<b>PMDB</b>	<b>PMDB-PFL-PL</b>	<b>PSDB-PFL</b>	<b>PSDB-PTB-PSD</b>	<b>PSDB-PFL-PSD</b>	<b>PSDB-PFL-PTB-PPS</b>	<b>PSDB-PMDB-PSC-PPS-DEM-PHS-PMN</b>
<b>Ceará</b>	<b>PMDB-PDC-PCB-PCdoB</b>	<b>PSDB-PDT-PDC</b>	<b>PSDB-PDT-PTB</b>	<b>PSDB-PPB-PTB-PPS-PSD</b>	<b>PSDB-PPB-PSD-PV</b>	<b>PSB-PT-PCdoB-PMDB-PRB-PP-PHS-PMN-PV</b>	<b>PSB-PRB-PDT-PT-PMDB-PSC-PCdoB</b>
<b>Piauí</b>	<b>PMDB-PDS-PCB-PCdoB</b>	<b>PFL-PDS-PTB-PSC</b>	<b>PMDB-PDT-PPS-PMN-PSDB-PCdoB</b>	<b>PMDB-PDT-PTB-PL-PPS-PSDC-Prona-PCdoB</b>	<b>PT-PTN-PCdoB-PL-PTdoB-PAN-PCB-PMN</b>	<b>PT-PSB-PTB-PCdoB-PL</b>	<b>PSB-PRB-PT-PMDB-PTN-PR-PRP-PCdoB</b>
<b>Rondônia</b>	<b>PMDB-PSC</b>	<b>PTR-PSC-PRP</b>	<b>PMDB-PSB-PSDB</b>	<b>PFL</b>	<b>PSDB</b>	<b>PPS-PTN-PFL-PAN-PV-Prona</b>	<b>PMDB-PDT-PRTB-PCdoB-DEM</b>

Fonte: Meneguello (2010) e Banco de Dados de Jairo Nicolau (UFRJ).

\* Os partidos dos governadores eleitos estão em negrito.

A partir de 1990, o cenário mais competitivo permite a entrada de outros partidos. Com isso, o PMDB, que detinha todos os governos nos estados selecionados, somente manteve o governo em São Paulo, em 1990. No período de 1990 a 2010, dos 24 governadores eleitos nos estados selecionados na análise, dez governadores eram do PSDB (concentrados principalmente em São Paulo e no Ceará) e dois do PT (eleitos no Piauí), ou seja, quase a metade dos governadores eleitos no período nesses estados pertencem a partidos que disputaram a presidência no Brasil. Outros partidos importantes para a análise são o PMDB, o PFL/DEM e o PSB. O primeiro está presente com mais regularidade no Piauí e em Rondônia. Já o PFL elege governador no Piauí em 1994 e é um dos principais aliados do PSDB no nível nacional e, particularmente, em São Paulo. E, por fim, o PSB, que tem sido um aliado relevante do PT, e que conquistou governos no Ceará e no Piauí.

A presença de múltiplos partidos e seu fortalecimento permitiu a rotatividade das agremiações e a construção de coligações eleitorais mais inclusivas. Essa variação nos partidos é importante para verificar em que medida eles também participam do processo de coordenação de candidaturas presidenciais nos estados e também seguem esses arranjos na arena governamental.

É importante mencionar que nem todos os estados reproduzem as coligações estabelecidas no nível nacional, devido à dinâmica das correlações de força política

estabelecidas historicamente nos estados, como os casos do Rio Grande do Sul e de Mato Grosso do Sul, onde PMDB e PT, por exemplo, não se aliam nas disputas para o Governo do Estado. Assim sendo, para a análise dos casos, trabalhar-se-á com as histórias políticas dos estados, como forma de compreender o impacto das disputas presidenciais na articulação política entre os partidos ao longo do período em análise.

Além dos aspectos eleitorais, com a análise da composição das candidaturas e da composição partidária das coligações e seu alinhamento com os presidenciáveis do PT e do PSDB, a análise dos casos buscou verificar quatro aspectos principais sobre as dimensões partidárias dos gabinetes: 1) o critério de seleção de ministros (se partidário ou não); 2) o status Legislativo nominal; 3) a proporcionalidade na distribuição das pastas conforme peso parlamentar dos partidos (para isso se utiliza a *Taxa de Coalescência*)<sup>45</sup>; e 4) a relação existente entre coligação e coalizão.

Tomou-se como definição de gabinete a mesma utilizada por Amorim Neto, que estabelece o termo inicial de um novo gabinete quando: 1) um novo governador toma posse (nessa pesquisa incluiu também os vice-governadores que assumem o cargo de governador quando este se desincompabiliza do cargo para a disputa de outro cargo eleitoral); 2) ou há mudança na composição partidária do gabinete (entrada e/ou saída de partidos); ou 3) ocorre a mudança de mais de 50% do secretariado, mesmo que não mude o perfil partidário do gabinete. A verificação da vinculação partidária dos secretários se deu pela consulta de sua filiação no Tribunal Superior Eleitoral no momento em que esses ocuparam a Secretaria.

Dessa forma, teremos um quadro do modo como os governos estaduais incluem os partidos e se, de fato, há acordos partidários que conectam a esfera estadual à nacional. Daí, verifica-se se a presidencialização é somente uma estratégia eleitoral ou se ela pode levar

---

<sup>45</sup> O cálculo da Taxa de Coalescência baseia-se no índice de proporcionalidade criado por Rose (1984) para medir a extensão do desvio da proporcionalidade entre cadeiras e votos produzidos por uma dada eleição. Este índice foi sugerido por Amorim Neto, sendo que, nesse índice, ministérios e cadeiras substituem cadeiras e votos do índice de Rose (1984), dada pela fórmula:  $Gabinete = 1 - \frac{1}{2} \sum_{i=0}^n (|S_i - M_i|)$ , onde  $M_i$  é a porcentagem de ministérios recebidos pelo partido  $i$  quando o gabinete do Executivo foi nomeado; e  $S_i$  é o percentual de cadeiras ocupadas pelo partido  $i$  dentro do total de cadeiras controladas pelos partidos que integram o gabinete quando este foi nomeado (AMORIM NETO, 2000). Ressalvas devem ser feitas ao uso da Taxa de Coalescência, já que não há um parâmetro de qual seria a coalescência esperada ou ótima, a não ser o seu valor máximo 1,0, sendo mais relevante, no caso dos estados analisados, verificar o tamanho legislativo do gabinete, a concentração das pastas para o partido do governador e a permeabilidade do gabinete aos partidos aliados.

à organização dos subsistemas políticos estaduais em torno da lógica bipolarizada estabelecida no nível federal.

A partir dos casos, além de repensar os modelos testados, a tentativa é de conectar duas literaturas aparentemente descoladas: a que discute competição eleitoral e outra que aborda a formação de governos partidários. Daí, buscar-se-á entender se a forma como os partidos estabelecem alianças eleitorais nacionalmente se reproduz nos estados, para além das coligações eleitorais, ou se existem condicionantes regionais que se sobrepõem à tentativa de conexão entre subsistemas políticos estaduais e a dinâmica de disputas políticas estabelecidas no nível federal. É isso que os próximos quatro capítulos buscam.

Para isso, os próximos quatro capítulos apresentam uma análise dos casos selecionados (Ceará, Piauí, Rondônia e São Paulo), complementando os testes já realizados neste capítulo. Como parte eminentemente qualitativa do trabalho, os capítulos 4, 5, 6 e 7 abordam os casos, de forma mais detida, a partir de um resgate da literatura que trata da história política dos estados, complementada pela análise em jornais, o que permitiu explorar melhor as trajetórias políticas e eleitorais particulares dos estados. Essa construção histórica foi essencial para a busca da lógica das estratégias traçadas pelos atores políticos estaduais nas arenas eleitoral e governamental, avaliando os alcances e limites do processo de alinhamento partidário entre os níveis presidenciais e estaduais e, também, na conexão estabelecida entre coligação eleitoral e coalizão de governo.

## CAPÍTULO 4

### O CASO DO CEARÁ: DA HEGEMONIA DOS CORONÉIS À ASCENSÃO DE NOVOS ATORES POLÍTICOS (1986-2010)

A política cearense tem sido dividida em dois momentos, separados pelas eleições de 1986. Esse pleito marcou a alteração do quadro político-partidário cearense, com a vitória de Tasso Jereissati para o Governo do Estado. O período que se segue é denominado “Era Tasso” e/ou “Governos das Mudanças”<sup>46</sup>, em geral, marcado pela hegemonia peemedebista, inicialmente, e peessedebista (até 2006) na formação de coligações eleitorais e coalizões de governo. Diferentemente da maior parte dos trabalhos que enfocam tais governos, neste capítulo, não será objeto o modelo administrativo adotado pelos governos, mas as alianças estabelecidas entre os partidos e o estreitamento e distanciamento entre as dinâmicas político-partidárias estadual e nacional. Dessa forma, será apresentado um histórico dos alinhamentos políticos no estado, de forma a desdobrar os achados já encontrados a partir do cálculo da “presidencialização” da competição eleitoral no estado.

A maior parte dos trabalhos sobre a política cearense tem focado em aspectos relacionados à arena eleitoral – quanto às práticas políticas de famílias (LEMENHE, 1995), e de grupos empresariais e movimentos sociais (CARVALHO, 2009; PARENTE, 1990), aos acordos eleitorais dos atores políticos estaduais (NOBRE, 2008; SILVA, 2013) e à relação entre política e mídia (CARVALHO, 1999; DIÓGENES, 2002), à evolução dos indicadores do subsistema partidário cearense (MORAES, 1997) – e, na esfera do governo, seja do Legislativo (MORAES, 2001) ou do Executivo, através da discussão do tema da reforma do Estado, do ajuste fiscal e da modernização durante os “governos das mudanças” (GONDIM, 1994; BONFIM, 1999; 2004; AQUINO, 2000). Os estudos sobre o caso cearense, ainda que busquem compreender o perfil dos arranjos partidários no estado, não analisam, de forma sistemática, as possíveis relações com a dinâmica política nacional. Assim, carece de uma análise longitudinal dos alinhamentos entre os dois níveis de competição (federal e estadual).

---

<sup>46</sup> Este é o termo adotado pela literatura para tratar dos governos da “Era Tasso”, além do governo Ciro Gomes, sendo utilizado pelo próprio governo de Tasso Jereissati, após sua eleição em 1986.

No entanto, os diversos trabalhos sobre política cearense servirão para contextualizar a análise dos dados sobre coligações e coalizões aqui apresentados.

A década de 1980 no Brasil marca um período de intensas transformações políticas nos estados. O Ceará é o caso mais evidente de ruptura com uma “velha ordem” política que teve continuidade em boa parte dos estados nordestinos, mesmo durante as décadas de 1990 e 2000. Por isso, é importante descrever o processo de mudança política no estado do Ceará à luz da literatura que já tratou o tema com profundidade. As evidências extraídas dos trabalhos já produzidos sobre política cearense foram fundamentais para os propósitos da pesquisa.

Para isso, seguiremos a ordem cronológica dos acontecimentos, situando os arranjos políticos entre os partidos a partir da trajetória que a política estadual toma a partir do período de transição para a democracia.

#### **4.1 Depois dos coronéis: o novo período democrático e a ascensão e hegemonia peessedebista**

Até 1982, o cenário político cearense era dominado pelos chamados “coronéis” – Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals –, governadores do Ceará no período do regime militar, sendo os três coronéis do Exército brasileiro. Esse domínio ocorreu até 1986, quando houve a eleição de Tasso Jereissati, que foi um momento de mudança substantiva na política cearense.

O discurso da mudança era algo já apresentado em outros estados do Nordeste, em virtude do processo de democratização que acontecia em todo o território nacional. Ainda que as elites ligadas ao velho regime ainda tivessem continuado a ter cargos eletivos em muitos estados nordestinos, principalmente aquelas ligadas ao PDS, partido originado da ARENA, em três deles, foram eleitos candidatos comprometidos com a mudança, em outras palavras, com a superação de práticas políticas conservadoras: na Bahia, com Waldir Pires (PMDB)<sup>47</sup>; em Pernambuco, “apenas nesse último Estado consolidou-se o domínio político

---

<sup>47</sup> Ainda que tivesse derrotado o grupo carlista (ligado a Antônio Carlos Magalhães) em 1986, Waldir Pires (PMDB) renunciou ao Governo do Estado para se candidatar à vice-presidente na chapa com Ulysses Guimarães

do novo grupo, na medida em que Tasso conseguiu eleger seu sucessor e reeleger-se, garantindo a supremacia de um partido político também novo, o PSDB, ao qual se filiara em janeiro de 1990” (GONDIM, 1995, p. 2). O processo de mudança ocorrido em um contexto de amplo domínio de grupos políticos ligados ao regime militar, com a emergência de novo grupo político vinculado ao PSDB, evidencia a importância de se considerar o caso do Ceará para analisar os alinhamentos partidários estaduais.

A mudança de fato somente aconteceu em 1986. As eleições de 1982 foram marcadas pela continuidade de um grupo político que estava há décadas à frente do poder no estado. No entanto, uma outra leitura sobre o resultado de 1982 aponta que a eleição do governador Luiz de Gonzaga Mota (PDS) sinalizava uma mudança na política cearense, ainda que isso não parecesse ser evidente naquele período.

Gonzaga Mota, economista do Banco do Nordeste do Brasil (BNB), tinha sido Secretário de Planejamento do governo Virgílio Távora (1979-1982), e, naquelas eleições, foi apoiado pelos chamados três coronéis da política cearense citados acima (GONDIM, 1995, p. 4). A candidatura dele foi uma alternativa para manter a supremacia do ex-grupo arenista e agora pedeequista no poder, tendo intervenção direta da cúpula do PDS nacional.<sup>48</sup> Tendo em vista a conjuntura favorável e a ainda frágil oposição, o candidato situacionista foi eleito com mais de 70% dos votos, contra cerca de 29% dos votos do candidato peemedebista Mauro Benevides e menos de 1% do candidato petista Américo Barreira, conforme tabela 4.1 abaixo.

---

(PMDB), nas eleições presidenciais de 1989. Isto abriu espaço para Antônio Carlos Magalhães (PFL) ser eleito em 1990 para o governo estadual.

<sup>48</sup> “Neste período, final da ditadura militar, o poder político no Ceará encontrava-se praticamente dividido entre três políticos da Arena que se alternavam no Governo do Estado: Virgílio Távora, Adauto Bezerra e César Cals. Virgílio Távora era o Governador em 1982 quando os três coronéis não conseguiram chegar a um consenso sobre qual deles disputaria o Governo do Ceará. A solução surgiu numa reunião do Presidente João Batista Figueiredo com os três coronéis. Ficou acertado que, juntos, eles apoiariam o economista Gonzaga Mota que, depois da eleição, distribuiria os cargos existentes no governo estadual em três partes iguais conforme indicações dos três coronéis” (AQUINO, 2000, p. 67). Este acerto político é conhecido como “Acordo de Brasília”.

TABELA 4.1 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – CEARÁ (1982)

CANDIDATOS	PARTIDOS	VOTOS	%
Luiz de Gonzaga Mota	PDS	1.149.468	70,16
Mauro Benevides	PMDB	478.853	29,23
Américo Barreira	PT	9.961	0,61
<b>TOTAL</b>		1.638.282	100,00

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará (TRE-CE).

\* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

O lançamento da candidatura petista já sinalizava a tentativa de ocupação, pelo partido, de um espaço à esquerda ainda não ocupado por nenhum outro partido na região Nordeste, desde o retorno ao multipartidarismo em 1979. No entanto, era o PMDB o partido que mais encarnava a oposição ao grupo pedessista, em outras palavras, mais sinalizava favoravelmente com a mudança política. Claramente, a disputa PDS-PMDB era uma herança do regime militar marcada pela disputa controlada entre ARENA e MDB e com grande domínio da força arenista na região Nordeste. No Ceará, assim como em outros estados, o domínio do PDS foi quase absoluto, conquistando a maioria das cadeiras no Legislativo estadual e federal.

Em 1985, Maria Luiza Fontenele (PT) venceu o pleito eleitoral para a Prefeitura de Fortaleza, capital do Ceará. Isto indicava que a polarização PDS-PMDB não se reproduzia necessariamente em todo o estado. Os ventos mudancistas apontavam para uma dinâmica eleitoral mais acirrada nas eleições de 1986, quando novamente PDS e PMDB iriam se confrontar pela hegemonia política do estado. O fato novo definidor dos rumos que a política cearense passou a tomar a partir de 1986 seria o surgimento de um grupo de empresários com pretensões políticas dentro do Centro Industrial do Ceará (CIC).

O CIC foi criado em 1919 em meio aos primórdios do processo de industrialização do estado do Ceará. A partir da década de 1950, o Centro passou a ser integrado à estrutura administrativa da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC) e, em 1978, ele passou a ter mais autonomia em relação à FIEC, à qual estava ligado formalmente. A partir desse ano, o Centro passou a ser controlado por um grupo de “jovens

empresários” do estado (BONFIM, 2004, p. 60).<sup>49</sup> Isto se deu a partir de uma tentativa de aproximação entre “velhos” e “jovens” empresários do estado, conforme afirma Aquino (2000, p. 66):

Quatro anos antes das primeiras eleições para governador, em 1978, o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Ceará (FIEC), José Flávio Costa Lima, reconheceu o empenho de um grupo de jovens da elite empresarial que procurava participar da vida política da entidade sem encontrar espaço e os convidou a assumir o Centro Industrial Cearense (CIC). Entre esses jovens empresários, encontravam-se Beni Veras, Tasso Jereissati, Amarílio Macêdo, Sérgio Machado e Assis Machado. [...] A atitude de José Flávio Costa Lima foi posteriormente interpretada pelos membros do grupo do CIC como um misto de clarividência (resultante de sua formação democrático liberal) e estratégia de poder (interesse em exercer influência sobre o grupo de jovens).

Assim, o espaço aberto pelo presidente da FIEC aos novos empresários permitiu a organização do grupo politicamente. O mentor e líder dos “jovens empresários” foi Benedito Clayton Veras Alcântara, conhecido como Beni Veras, indicado consensualmente para a presidência do CIC em 1978. Era um dos mais experientes na vida empresarial e tinha passado pelo movimento estudantil durante a década de 1950, atuando, também, no Partido Comunista Brasileiro (PCB) (MUNIZ, 2007, p. 88). O grupo, a partir de 1978, passou a organizar debates e a se reunir periodicamente tendo em vista as mudanças nos rumos econômicos e políticos do estado. Como destaca Muniz (2007), os empresários engajados no CIC passaram a ser vistos como elemento novo da política estadual, inclusive por outros setores sociais cearenses:

A quantidade de jovens mobilizados e a representatividade conseguida demonstraram a ansiedade de participação e de renovação da classe industrial, que era também o sentimento de outros setores sociais. A imprensa do Ceará, sintonizada com a sede de inovações da população na política, contribuiu, no plano das representações sociais, para a construção da imagem pública dos novos empresários, como protagonistas ideais do novo (MUNIZ, 2007, p. 97).

---

<sup>49</sup> O termo “jovens empresários” se refere à faixa etária do grupo de empresários, relativamente jovem (entre 35 e 45 anos), e também por representarem uma postura não alinhada às velhas elites políticas e empresariais do estado do Ceará (MARTIN, 2002, p. 59).

Após o lançamento das bases do projeto de renovação do empresariado cearense com Beni Veras, Amarílio Macêdo assumiu a presidência do CIC em 1980, dando continuidade ao projeto de expansão das ações do Centro, junto aos grupos empresariais dispersos no interior do estado e, também, ao governo estadual, chefiado por Virgílio Távora (PDS), visando à exploração das potencialidades do estado. O terceiro presidente do CIC foi Tasso Jereissati, eleito em 15 de setembro de 1981, com mandato até fins de 1983.

O principal ponto defendido pelo grupo, assim como ficou claro na posse de Tasso em 06 de novembro de 1981, era a dinamização da economia cearense, tendo em vista a redução da pobreza no estado. Na posse, encontrava-se o então governador do estado, Virgílio Távora. Ainda que não estivesse, naquele momento, contrário ao governo estadual, as posições do grupo indicam que este tinha pretensões políticas, seja na influência direta junto ao poder público, nas suas políticas econômicas e sociais, ou mesmo no lançamento de candidaturas eletivas (MUNIZ, 2007). Como afirma Muniz (2007, p. 158), apesar das críticas ao governo federal e estadual, “os empresários do CIC ainda tinham muita simpatia por Virgílio Távora e isso foi um dos fatores que possibilitou o apoio à candidatura de Gonzaga Mota”. Com o apoio do CIC e de toda a classe empresarial, agrária e política do estado, o candidato pedeessista obteve uma vitória com ampla maioria, como foi apresentado na Tabela 4.1.

Com o apoio à Gonzaga Mota no pleito de 1982, a postura do grupo de empresários cearenses ligados ao CIC extrapolou a crítica. Buscou, assim, uma ação mais orientada para a interferência nas ações do governo, objetivando mudanças no cenário econômico do estado. Uma série de eventos possibilitou o grupo a participar da política não apenas como coadjuvante, mas como protagonista a partir de 1986: o rompimento de Gonzaga Mota com os “velhos coronéis” da política cearense, o movimento das Diretas-Já, movimento pró-Tancredo, a mudança de Gonzaga Mota do PDS para o PMDB e sua indicação para a sucessão.

O rompimento de Gonzaga Mota com os coronéis já tinha acontecido pouco tempo depois de sua ascensão ao poder. A partir desse momento, os coronéis foram colocados como representantes da “velha política”. Surgiram, então, os movimentos nacionais pró-democracia. O movimento Diretas-Já, abraçado pelo CIC, colocou o grupo ainda mais em

evidência no cenário político nacional.<sup>50</sup> Posteriormente, o movimento pró-Tancredo, que após PMDB ao PDS, levou Gonzaga Mota a migrar do PDS para o PMDB, em 1985. Os elementos da política nacional tiveram, naquele momento, influência direta no tabuleiro político do estado, mesmo com a força política que o PDS possuía no estado.

No entanto, condicionantes políticos estaduais impediram que o PMDB e o PFL replicassem a aliança no estado. As bases do PMDB cearense não aceitavam o acordo com o PFL, indo em oposição ao acordo nacional denominado *Aliança Democrática*, que lançou a candidatura de Tancredo Neves, como presidente, e José Sarney, como vice (MARTIN, 2002). A *Aliança Democrática* estava mais preocupada com a sucessão presidencial, o que permitiu alguns desvios quanto aos apoios nos estados. Dessa forma, é possível perceber que, nesse período, a “racionalidade política contextual”, condicionada por elementos regionais, dava conta da construção das candidaturas para o Governo do Estado, ainda que a polarização da política estadual cearense estivesse situada entre um polo ligado ao novo regime democrático (o CIC e o PMDB) e o outro ligado ao regime ditatorial (os “coronéis” e o PDS).

Importante destacar também a aproximação com o empresariado paulista ligado à Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (FIESP), principalmente no período entre 1978 e 1984. No entanto, o estreitamento entre a atividade dos dois grupos empresariais e partidos se deu de forma diferente: “enquanto o representante do empresariado paulista nas eleições para governador de 1986, Antônio Ermírio de Moraes, candidatou-se pelo PFL, Tasso Jereissati concorreu pelo PMDB” (MUNIZ, 2007, p. 84). Nesse período, observa-se que, ainda que houvesse algum tipo de interação entre as elites empresariais dos estados, a forma de associação a partidos políticos era muito particular em cada contexto regional. No caso cearense, é possível que tenha ocorrido uma associação diferente pelo fato do CIC ser

---

<sup>50</sup> “O CIC abraçou a campanha pelas Diretas-já de forma incisiva por fatores como o descontentamento com a política econômica federal e a compreensão de que só a democracia daria vez aos jovens empresários, criaria um Estado diferente que ‘pudesse existir para a maioria’ e que permitisse mudar a tradicional relação de exclusão política e econômica da Região (MUNIZ, 2007, p. 175). A atuação do CIC nas Diretas-já fica evidente nesta passagem: “além da crítica ao sistema e da política econômica de Delfim, o CIC se preocupou em encampar as mobilizações pelas Diretas-já no Estado. Montou um comitê pró-diretas, aberto a todos os segmentos da sociedade civil e usou seu poder de influência política, para pressionar a bancada federal cearense pela aprovação da Emenda Dante de Oliveira” (MUNIZ, 2007, p. 182).

uma instituição praticamente autônoma à FIEC, ligada ao empresariado mais tradicional e conservador do estado.

Em 1986, tendo em vista as articulações para o pleito estadual, o governador Gonzaga Mota (PMDB) indicou Tasso Jereissati para a sucessão estadual.<sup>51</sup> Embora não se saiba ao certo a razão da indicação de Tasso, dentre todas as lideranças do CIC, Sérgio Machado, ex-presidente do CIC (mandato 1983-1985), enumera alguns possíveis fatores:

Ele [Tasso Jereissati] tinha saído havia pouco tempo da presidência do CIC e por isso estaria em evidência; e 2, “é uma liderança marcante”. O terceiro motivo citado por Machado foi, certamente, o que mais influenciou na decisão de Gonzaga Mota; Jereissati tinha trânsito livre na mídia local, uma vez que sua esposa, Renata Jereissati, é uma das herdeiras do Grupo Édson Queiroz, que engloba o Sistema Verdes Mares de Comunicação (rádio, jornal e televisão) (MARTIN, 2002, p. 87).

O nome de Jereissati foi referendado pelo CIC e pelo PMDB, sendo esse o candidato da coligação que uniu o partido ao PDC, ao PC do B e ao PCB. O PMDB, assim, não seguiu a aliança nacional PMDB-PFL. Em vez disso, esse se contrapôs ao grupo oligárquico que controlava o PDS e o PFL no estado. Para isso, o PMDB se coligou com um grupo diverso de partidos e grupos: partidos de esquerda (PDT, PC do B e PCB), evangélicos, representados politicamente pelo PDC, além de alguns setores da Igreja Católica, que se dividiu entre apoiar a candidatura do PMDB e a do PT. O apoio de parte da esquerda veio diante da promessa de Tasso de ampliar a participação da sociedade civil organizada no governo. A candidatura peemedebista agregava, em torno de si, segmentos políticos diversificados, principalmente aqueles ligados às camadas médias urbanas do estado (NOBRE, 2008).

A outra parcela da esquerda, o PT e o PSB, lançou outra candidatura: a de José Haroldo (PT). Ainda que o Partido dos Trabalhadores tivesse eleito Maria Luiza Fontenele, em 1985, prefeita de Fortaleza, não tinha a força política suficiente para se contrapor aos grupos políticos e empresariais do estado. Por isso, a candidatura do PT não se mostrou competitiva para fazer frente à do PMDB e do PFL. Todavia, é importante destacar que a eleição do PT para Prefeitura de Fortaleza foi um indício de que as bases da política

---

<sup>51</sup> Tasso Jereissati era filho do empresário e político cearense Carlos Jereissati, deputado federal pelo PTB durante a década de 1950.

tradicional pedessistas estavam sendo minadas no maior colégio eleitoral do estado. Completando a disputa, houve a candidatura de Francisco Quintela do PSC, com o apoio do PL (ver Tabela 4.2).

Do lado oposto, estava a candidatura de Aduino Bezerra (PFL), que contava com o apoio de PFL, PDS e PTB. Aglutinava em torno de si segmentos políticos tradicionais do estado os quais dominavam o cenário político do estado há décadas. Os dois grupos partidários com maior capacidade de mobilização dos eleitores em todo o estado, portanto, seriam PMDB e PFL-PDS. A polarização política, naquela eleição, seria entre os “novos empresários”, vinculados ao PMDB (também chamados de “amadores da política”), *versus* “velhas oligarquias” (“profissionais da política”, devido ao tradicional domínio da política cearense), que foi o marco daquele pleito.

Aduino Bezerra, candidato da política tradicional cearense, encarou o adversário, Tasso Jereissati, como um amador da política, sendo um empresário disputando o pleito em meio a um clima de mudança. Por outro lado, o carro-chefe da campanha peemedebista foi o da “mudança” a ser realizada por um grupo de jovens empresários que modernizariam o estado do Ceará (MUNIZ, 2007).

Em meio ao processo de reabertura e de redemocratização, o PMDB foi o grande vitorioso. Tasso Jereissati foi eleito com cerca de 61,4% dos votos contra 35,2% de Aduino Bezerra, do PFL. Além de derrotar as oligarquias tradicionais do estado, encarnadas na figura dos coronéis e dos seus partidos (PDS e PFL), o PMDB ainda conseguiu eleger os dois senadores, Mauro Benevides e Cid Sabóia de Carvalho, marcando uma nova era política no estado cearense.

TABELA 4.2 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – CEARÁ (1986)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS	%
Tasso Ribeiro Jereissati	PMDB	PMDB – PDC – PCB – PCdoB	1.407.693	61,46
José Aduino Bezerra	PFL	PFL – PDS – PTB	807.315	35,25
José Haroldo Bezerra Coelho	PT	PT – PSB	68.044	2,97
Francisco Aires Quintela	PSC	PSC – PL	7.304	0,32
<b>TOTAL</b>			2.290.356	100,00

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará (TRE-CE).

\* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

Conforme Nobre (2008, p. 129), a vitória eleitoral de Tasso Jereissati, em 1986, deu-se em virtude da retomada da democracia, “esta havia criado um ambiente diverso do que vigorara no regime militar, viabilizando uma maior participação social, um clima de mobilização política e condições de mais liberdade de expressão”. A vitória da candidatura de Tasso, com a defesa da mudança política e modernização do Estado, levou o grupo empresarial ligado ao CIC ao poder no Ceará, afastando-se, paulatinamente, dos grupos políticos de esquerda que tinham dado suporte à campanha peemedebista. Como ressalta Nobre (2008, p. 137-139),

para a elite empresarial, a participação da sociedade civil deveria estar limitada ao primeiro momento, o da campanha, mas a realidade de governo impunha nova dinâmica que não poderia ocorrer pautada naquela visão de participação social. [...] o novo governo se fechava para a participação da sociedade – na forma como era concebida por aqueles setores das classes médias, dos segmentos intelectuais e artísticos, bem como dos partidos e dos movimentos sociais de inspiração de esquerda.

Dessa forma, o governador Tasso Jereissati (PMDB) distribuiu cargos montando uma equipe fortemente vinculada aos interesses do núcleo duro do CIC. No primeiro gabinete formado por Tasso Jereissati, o governador distribuiu pastas somente para o PMDB, alocando os filiados ao partido entre as três áreas (social, política e econômica-administrativa), evidenciando que o governador optou por controlar diferentes setores do governo (ver Quadro 4.1).

Esse primeiro secretariado formado em março de 1987 teve cinco pastas distribuídas para filiados, todos do PMDB, representando 33,3% do total de 15 Secretarias de Estado. Assim, o governo não poderia ser caracterizado como de coalizão, pois só um partido tinha participação no gabinete. A não presença de filiados a partidos aliados indica que o governador optou por um governo mais fechado a interferências partidárias externas, montando um gabinete com perfil mais técnico, devido à grande influência dos empresários do CIC na formação dos quadros político-administrativos do estado. Como afirmou em entrevista à *Folha de S. Paulo*, em 9 de outubro de 1994, lembrando esse governo, Tasso Jereissati afirmou que, “por ser de ruptura, era mais fechado”.

QUADRO 4.1 – PRIMEIRO GABINETE FORMADO POR TASSO JEREISSATI (TASSO I-1) – CEARÁ (1987)

NOMEADOS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	SECRETARIAS	TIPO DE SECRETARIA
GILBERTO SOARES SAMPAIO	Sem filiação	JUSTIÇA	SOCIAL
JOSÉ RENATO FERREIRA TORRANO	Sem filiação	SEGURANÇA PÚBLICA	
PAULO ELPÍDIO DE MENEZES NETO	Sem filiação	EDUCAÇÃO	
ANTÔNIO CARLILE HOLANDA LAVOR	PMDB	SAÚDE	
JOSÉ MARIA DE BARROS DE PINHO	PMDB	CULTURA E DESPORTO	
JOSÉ ROSA ABREU VALE	Sem filiação	AÇÃO SOCIAL	
JOSÉ SÉRGIO DE OLIVEIRA MACHADO	PMDB	GOVERNO	POLÍTICA
FRANCISCO JOSÉ LIMA MATOS	Sem filiação	FAZENDA	ECONÔMICA-ADMINISTRATIVA
EUDORO WALTER DE SANTANA	PMDB	AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
MARIA DIAS CAVALCANTE VIEIRA	PMDB	ADMINISTRAÇÃO	
ADOLFO DE MARINO PONTES	Sem filiação	DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE	
FRANCISCO ASSIS MACHADO NETO	Sem filiação	TRANSPORTES, ENERGIA, COMUNICAÇÕES E OBRAS	
ANTÔNIO ROCHA MAGALHÃES	Sem filiação	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO	
JOSÉ LIBERATO BARROSO FILHO	Sem filiação	RECURSOS HÍDRICOS	
FRANCISCO ARIOSTO HOLANDA	Sem filiação	INDÚSTRIA E COMÉRCIO	

Fonte: Base elaborada pelo autor com base em informações fornecidas pelas Secretarias de Estado e pelo DOE-CE e dados sobre os partidos a partir da base de filiação do TSE e de candidaturas do TRE-CE.

\* Classificação a partir de tipologia presente no Anexo IV.

Os 15 secretários possuíam curso superior, sendo que três possuíam Mestrado e dois, Doutorado. Do total, dois economistas eram funcionários de carreira de instituições públicas (um do Instituto de Pesquisas Econômicas e Aplicadas – IPEA – e o outro do Banco do Nordeste do Brasil – BNB). Além disso, dois outros secretários eram professores da

Universidade Federal do Ceará (UFC). Dos 15 secretários, somente seis não eram funcionários públicos de carreira. Desses, dois eram empresários e outros dois, engenheiros civis que trabalhavam na iniciativa privada. Ademais, observa-se, na Tabela 4.3, que houve uma grande concentração de engenheiros e economistas em Secretarias econômica-administrativas, o que sugere a preocupação com ocupação técnica das Secretarias, para além de uma preocupação política de contemplar os partidos aliados da arena eleitoral. A única Secretaria classificada como política, a Secretaria de Governo, ficou sob responsabilidade de José Sérgio de Oliveira Machado (PMDB), conhecido como Sérgio Machado. Este foi presidente do CIC nos anos de 1983 a 1985 e coordenador da campanha de Tasso em 1986. Dessa forma, Tasso explicitou que o cargo de coordenação política do seu governo estaria nas mãos de alguém de confiança, empresário ligado diretamente ao grupo do CIC e, também, filiado ao PMDB. Essa seria uma constante de todo a “Era Tasso”.

TABELA 4.3 – GABINETE FORMADO POR TASSO JEREISSATI (TASSO-I) POR ÁREA DE FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL – CEARÁ (1987-1988)

Profissões	Tipos de Secretaria			
	Econômica-administrativa	Política	Social	Total Geral
Engenheiro Civil	3			3
Professor	2		1	3
Empresário	1	1		2
Economista	2			2
Delegado			1	1
Médico			1	1
Poeta			1	1
Procurador de Estado			1	1
Filósofo			1	1
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>15</b>
Formação superior	Tipos de Secretaria			
	Econômica-administrativa	Política	Social	Total Geral
Engenharia Civil	5			5
Direito			3	3
Administração de empresas		1	1	2
Economia	2			2
Engenharia civil	1			1
Filosofia			1	1
Medicina			1	1
<b>Total</b>	<b>8</b>	<b>1</b>	<b>6</b>	<b>15</b>

Fonte: Base elaborada pelo autor com dados do DOE-CE e do TSE e TRE-CE.

Diante dos dados apresentados, observamos que o primeiro gabinete do governo Tasso não compunha uma coalizão, mas um governo de um partido: o PMDB. Mesmo distribuindo cargos somente para o PMDB, o governador conseguiria obter a maioria legislativa na Assembleia, com 24 deputados (52,17% do total). Ou seja, era um governo majoritário de um único partido. Assim, o governador não precisaria, nesse primeiro momento, fazer tantas concessões tendo em vista obter maioria legislativa. Os outros partidos com representação na Assembleia Legislativa eram o PFL, com 13 deputados (28,26%), o PDS, com cinco (10,87%), o PDT e o PT com dois cada um (4,35%).

Esse quadro somente é alterado em maio de 1988, quando o governador incluiu o PDC, inaugurando um novo gabinete (Tasso 2). Com isso, Tasso recompensou o partido que o apoiou eleitoralmente, mesmo que ele não tivesse deputados com mandato na Assembleia. O nomeado, Moroni Bing Torgan, era delegado da Polícia Federal, assim como os dois secretários anteriores da pasta (José Renato Ferreira Torrano e Gilberto Aparecido Américo). Dessa forma, observa-se que nem sempre o governador distribuiu cargos para filiados a partidos para ampliar o apoio do Legislativo ao seu governo. Além disso, no segundo gabinete, o chefe do Executivo nomeou uma secretária filiada ao PMDB, ampliando o número de secretários filiados a partidos (46,66%), sendo que o PMDB sozinho possuía 40% das pastas do gabinete. A composição das pastas de quadros qualificados, dentre eles engenheiros civis e economistas, foi uma constante ao longo do mandato de Tasso Jereissati.

Em 1989, o governador alterou novamente o gabinete entre os meses de agosto e setembro. Em um período curto, foram exonerados cinco secretários, ou seja, 1/3 do gabinete, sendo três de Secretarias classificadas como econômico-administrativas e duas da área social. Conforme pode ser observado na Tabela 4.2, houve a saída de três secretários filiados ao PMDB e a entrada de secretários não filiados a partidos.

QUADRO 4.2 – ALTERAÇÕES NO SEGUNDO GABINETE DO GOVERNO TASSO JEREISSATI – CEARÁ (1989)

SECRETÁRIO(A) EXONERADO	PART.	EXONER.	SECRETARIA	SECRETÁRIO(A) NOMEADO	PART.
MARIA DIAS CAVALCANTE VIEIRA	PMDB	8/1989	ADMINISTRAÇÃO	LUCIANO FERNANDES MOREIRA	Sem filiação
EUDORO WALTER DE SANTANA	PMDB	9/1989	AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA	DIÓGENES CABRAL DO VALE	Sem filiação
FRANCISCO ARIOSTO HOLANDA	Sem filiação	9/1989	INDÚSTRIA E COMÉRCIO	ANTÔNIO BALHMANN CARDOSO NUNES FILHO	Sem filiação
NILDES ALENCAR LIMA	PMDB	8/1989	EDUCAÇÃO	JOSÉ ROSA ABREU VALE	Sem filiação
JOSÉ ROSA ABREU VALE	Sem filiação	8/1989	AÇÃO SOCIAL	HÉLVIA TORRES DE SÁ BENEVIDES	Sem filiação

Fonte: Base elaborada pelo autor com base em informações fornecidas pelas Secretarias de Estado e pelo DOE-CE e dados sobre os partidos a partir da base de filiação do TSE e de candidaturas do TRE-CE.

Essas mudanças ocorreram em um momento de alinhamento às candidaturas das eleições presidenciais de 1989, quando houve divergências entre os apoios. Tanto o PMDB quanto o PSDB tinham lançado candidaturas ao pleito presidencial: o PMDB com Ulysses Guimarães, e o PSDB com Mário Covas. Houve um racha interno no governo Tasso Jereissati, pois além das divergências entre peemedebistas sobre o apoio ao Ulysses ou ao Covas, havia a possibilidade do governador e do prefeito de Fortaleza, também do PMDB, Ciro Gomes, apoiarem a candidatura de Fernando Collor, do PRN. Segundo a *Folha de S. Paulo*, em matéria publicada em 07 de agosto de 2002:

ainda no PMDB, em julho de 1989, o grupo de Tasso e Ciro chegou a cogitar apoio à candidatura de Fernando Collor à Presidência, mas desistiu para apoiar Covas. Especulou-se na época que a dupla namorou a ideia de entrar no antigo PRN, partido de Collor (FOLHA DE S. PAULO, 07/08/2002).

Conforme Nobre (2008), a possibilidade do apoio de Tasso à candidatura de Collor levou à saída dos secretários, que não o apoiavam nesta decisão, especificamente de Eudoro Santana (Agricultura), Nildes Alencar (Educação) e de Ariosto Holanda (Indústria e Comércio), sendo os dois primeiros filiados ao PMDB. Entretanto, a aliança de Collor no estado se deu com Adauto Bezerra e seu partido, o PFL. Logo, a aliança do grupo de Tasso à candidatura de Collor foi inviabilizada, devido à rixa entre o “grupo tassista” e as “velhas oligarquias”. Com isto, o governador cearense e seu grupo apoiaram a candidatura de Mário Covas (PSDB), o que levou, meses depois, à migração de Tasso e Ciro Gomes para o PSDB.

Dessa forma, é válido observar que as disputas nacionais entre os partidos também servem de referência aos atores políticos estaduais, mesmo quando os pleitos não

são casados. As alterações nas alianças partidárias ocorrem, também, ao longo do andamento do governo, em seus gabinetes, caso necessário. O PMDB cearense, hegemônico naquele momento, começou seu processo de enfraquecimento com o apoio à candidatura presidencial de Covas e com a saída do grupo tassista do partido em 1990.

Diante disso, o último gabinete, instalado entre os meses de abril e maio de 1990, não tinha mais secretários filiados ao PMDB ou a qualquer outro partido que não fosse o PSDB (26,6% do total de secretarias). A pouca presença de secretários com filiação se explica devido à dinâmica eleitoral, em que uma série de secretários saíram por conta da candidatura de vários deles para as eleições legislativas do mesmo ano. O marco do início do gabinete se deu quando Moroni Bing Torgan (PDC) pediu exoneração do cargo para se candidatar a deputado federal, e Sérgio Machado (Governo) e Marco Antônio Penaforte (Saúde), filiados ao PMDB, migraram para o PSDB, em 1990, para se candidatar a deputado federal no pleito daquele ano. Os três ex-secretários foram eleitos para a Câmara dos Deputados.

Sendo assim, o grupo tassista, incluindo o prefeito de Fortaleza, Ciro Gomes, optou por aderir ao PSDB, rompendo com lideranças históricas do PMDB cearense. Isso evidenciou que o PMDB tassista era muito mais vinculado às suas origens no CIC do que às raízes emedebistas no estado. O grupo de empresários vinculado ao CIC tinha uma agenda de reformas e modernização da administração pública cearense e agia segundo seus próprios interesses políticos dentro do PMDB.

Depois da saída do grupo tassista, o PMDB voltou a ganhar maior mobilidade para se alinhar com outros partidos. Isso o levou a se aliar ao PDS e ao PFL nas eleições de 1990. Do outro lado, o PSDB se aliou ao PDC, que já fazia parte de sua coligação em 1986 e que tinha participação no gabinete do governo, contando com o apoio do PDT, que não havia participado de coligações para a eleição estadual anterior. Os partidos de esquerda, divididos nas eleições de 1986, juntaram-se visando ao fortalecimento da frente de esquerda no estado, já que tinham perdido as eleições em Fortaleza<sup>52</sup> para Ciro Gomes, em 1988, na

---

<sup>52</sup> O PDT e o PT lançaram candidaturas separadas no pleito eleitoral para prefeito de Fortaleza em 1988. O PC do B estava coligado ao PDT e o PSB e o PCB estava coligado ao PT, reproduzindo as disputas que aconteciam dentro do campo da esquerda também no cenário nacional.

época filiado ao PMDB, e também não tiveram espaço no governo de Tasso Jereissati, mesmo tendo participado da campanha e da coligação que o elegeu.

Do lado governista, Ciro Gomes (PSDB) foi lançado como candidato ao governo do estado e Lúcio Alcântara a vice-governador, que havia passado pelo PDS e pelo PFL e, naquele momento, estava no PDT. A importância da escolha de Ciro Gomes se dava pelo fato de ele ter raízes no interior do estado do Ceará, especificamente em Sobral-CE, onde a família “Ferreira Gomes” tinha longa trajetória política.<sup>53</sup> Já a indicação de Lúcio Alcântara a candidato a vice-governador se deu diante da capilaridade que esse tinha no interior do estado (SILVA, 2013, p. 85), além da viabilização do apoio com um partido de esquerda, o que garantia uma feição moderna à candidatura, já que o PCB e o PC do B tiveram pouco espaço no governo, optando por aderir à candidatura do PT (NOBRE, 2008, p. 167).

Já do lado oposicionista, Paulo Lustosa (PDS) foi colocado para a disputa, e tinha na coligação o PFL e o PMDB, além de outros três partidos pequenos: PTR, PSD e PT do B. Tinha como candidata a vice a esposa de Virgílio Távora, Luíza Távora. Assim, a candidatura de Lustosa possuía fortes vínculos com os coronéis e, conseqüentemente, com os quadros políticos históricos ligados ao PDS e ao PFL. Sendo assim, a polarização continuava entre o grupo empresarial tassista, agora no PSDB, e os coronéis do PDS e PFL, com o apoio do PMDB. Esse momento se apresentava como uma redenção dos coronéis ou uma afirmação do grupo político ligado ao Tasso Jereissati.

A candidatura de esquerda se apresentou unida em torno do candidato do PT, João Alfredo Telles Melo, tendo o apoio do PC do B, do PCB e do PSB. Os dois primeiros tinham apoiado Tasso Jereissati em 1986, mas, não tendo espaço, romperam com o governo. Como foi evidenciado, os gabinetes compostos por Tasso Jereissati priorizaram os interesses do grupo empresarial e político ligado ao CIC. Já o PSB havia participado da aliança com o PT nas eleições anteriores.

O resultado das eleições demonstrou a força do grupo tassista frente à candidatura que uniu PDS, PMDB e PFL. Ciro Gomes (PSDB) foi eleito com 54,32% contra 36,98% do

---

<sup>53</sup> A aproximação dos Ferreira Gomes ao grupo de empresários liderados por Tasso Jereissati se deu a partir das eleições de 1986. Até aquele momento, a família sobralense era vinculada à ARENA, durante o regime militar, e, posteriormente, ao PDS (ex-ARENA).

candidato pedessista. O candidato do PT obteve apenas 7,87%, evidenciando que, naquele momento, a estratégia de lançamento de candidaturas de esquerda “puro-sangue” não garantia grande votação (ver Tabela 4.4). A polarização, gestada na primeira metade da década de 1980, continuava, mas agora entre o PSDB e o PDS.

TABELA 4.4 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – CEARÁ (1990)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS	%
Ciro Ferreira Gomes	PSDB	PSDB – PDT – PDC	1.279.492	54,32
Paulo de Tarso Lustosa da Costa	PDS	PDS – PMDB – PFL – PTR – PSD – PTdoB	871.047	36,98
João Alfredo Telles Melo	PT	PT – PCB – PSB – PCdoB	185.482	7,87
José Ribamar Aguiar Junior	PRN	Sem coligação	19.508	0,83
<b>TOTAL</b>			<b>2.355.529</b>	<b>100,00</b>

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará (TRE-CE).

\* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

A disputa eleitoral multipartidária para a presidência afetou o arranjo de forças no estado do Ceará em 1990, colocando, novamente, o grupo tassista, de um lado, e o grupo ligado aos coronéis, de outro, com o PMDB mudando, novamente, seu apoio formal. Esse movimento fez com que o grupo de Tasso Jereissati saísse do PMDB e fosse para o recém-fundado PSDB, emponderando-o no estado. O PSDB saiu extremamente fortalecido das eleições de 1990, pois, além do Governo do Estado, elegeu para o Senado Benedito Clayton Veras Alcântara, o Beni Veras, e foi o partido com maior número de deputados federais do estado, com sete de um total de 22, e também com mais deputados estaduais, 18 de um total de 46. As conquistas do PSDB cearense em 1990 possibilitaram que a elite política estadual do partido se tornasse importante também para suas estratégias nacionais. Isso se tornou evidente quando, em setembro de 1991, Tasso Jereissati foi eleito presidente nacional do PSDB, ficando no cargo até 1994. Essa seria a primeira das duas passagens de Tasso à frente da presidência nacional da sigla.

O governador eleito Ciro Gomes, que tomou posse em março de 1991, montou um gabinete com 15 Secretarias, seguindo o mesmo padrão do governo anterior. Do total, nove secretários eram filiados a partidos políticos (60% do total de secretários), sendo seis filiados ao PSDB (40% dos secretários), dois ao PDT (13,33%) e um ao PMDB (6,66%).

Sendo assim, as indicações de secretários filiados ao PSDB representaram mais de um terço do total dos secretários, o que evidenciava a força do PSDB. Carlos Mauro Benevides Filho, conhecido como Mauro Benevides Filho, não poderia ser considerado uma indicação da bancada do PMDB, já que era ligado ao grupo tassista e, posteriormente, migrou para o PSDB, candidatando-se a deputado estadual em 1994. O governador distribuiu secretários filiados a seu partido por todas as áreas (econômico-administrativa, política e social), principalmente às relacionadas diretamente à área de planejamento do estado do Ceará: Fazenda, Planejamento, e Transportes, Energia, Comunicações e Obras (infraestrutura), além da Secretaria Governo, responsável pela articulação política.

QUADRO 4.3 – PRIMEIRO GABINETE FORMADO POR CIRO GOMES (CIRO 1) – CEARÁ (1991)

NOMEADOS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	SECRETARIAS	TIPOS DE SECRETARIA
MANOEL BESERRA VERAS	PSDB	ADMINISTRAÇÃO	ECONÔMICO-ADMINISTRATIVA
ANTÔNIO ENOCK DE VASCONCELOS	Sem filiação	AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA	
BYRON COSTA DE QUEIROZ	PSDB	FAZENDA	
ANTÔNIO BALHMANN CARDOSO NUNES FILHO	Sem filiação	INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
JOSÉ LEÔNIDAS DE MENEZES CRISTINO	PSDB <sup>1</sup>	TRANSPORTES, ENERGIA, COMUNICAÇÕES E OBRAS	
MARFISA MARIA DE AGUIAR FERREIRA XIMENES	Sem filiação	DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE	
CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO	PMDB <sup>1</sup>	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO	
HYPÉRIDES PEREIRA DE MACEDO	PDT <sup>1</sup>	RECURSOS HÍDRICOS	
ARTUR SILVA FILHO	PSDB	GOVERNO	POLÍTICA
ADOLFO DE MARINHO PONTES	PSDB <sup>1</sup>	TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	SOCIAL
FRANCISCO AUGUSTO PONTES	Sem filiação	CULTURA E DESPORTO	
MARIA LUIZA BARBOSA CHAVES	Sem filiação	EDUCAÇÃO	
ANTÔNIO LEITE TAVARES	PSDB	JUSTIÇA	
LÚCIO GONÇALO DE ALCÂNTARA	PDT	SAÚDE <sup>2</sup>	
FRANCISCO CARLOS ARAÚJO CRISÓSTOMO	Sem filiação	SEGURANÇA PÚBLICA	

Fonte: Base elaborada pelo autor com base em informações fornecidas pelas Secretarias de Estado e pelo DOE-CE e dados sobre os partidos a partir da base de filiação do TSE e de candidaturas do TRE-CE.

<sup>1</sup> Não foi possível verificar com precisão, a partir dos dados do TSE, a informação partidária desses secretários. Com base em buscas realizadas em jornais, foi verificado que os mesmos eram secretários filiados a esses partidos. <sup>2</sup> César Augusto de Lima e Forti era secretário de Saúde durante a gestão de Tasso Jereissati e ficou no cargo até 15 de abril de 1991, quando Ciro Gomes nomeou o primeiro secretário de Saúde de sua gestão, um mês depois de ter assumido.

Ao longo do mandato de Ciro Gomes, houve uma quantidade superior de gabinetes, se comparado ao período Tasso Jereissati (1987-1991). Enquanto no governo

Tasso houve três gabinetes, no período de 1991 a 1994, foram seis gabinetes. O grande número de gabinetes se deu, em grande parte, pela constante entrada e saída de secretários ao longo do período. Foram três as principais mudanças ocorridas ao longo do período que impactaram na distribuição de cargos no gabinete: 1) o lançamento do vice-governador e secretário de Saúde, Lúcio Alcântara, do PDT, como candidato a prefeito de Fortaleza em 1992; 2) as eleições de 1994, que geraram modificações no gabinete, com o lançamento de candidaturas de secretários para os cargos proporcionais; 3) a nomeação de Ciro Gomes como Ministro há poucos meses do final de seu mandato em 1994.

Quanto ao primeiro, quando o PDT apoiou a candidatura de Tasso Jereissati, isso se deu principalmente com a presença de Lúcio Alcântara, político com grande articulação política no interior, mas sem grandes vínculos ao grupo tassista. No entanto, o líder pedetista foi fundamental para construir palanques no interior do estado para a candidatura de Ciro Gomes. Ocupou, durante o período de abril de 1991 a abril de 1992, o cargo de secretário estadual de Saúde, umas das principais pastas do governo. Quando se decidiu pela candidatura a prefeito de Fortaleza, pelo PDT, não obteve apoio do grupo tassista e, conseqüentemente, não obteve o suporte do PSDB, que preferiu apoiar o empresário Assis Machado (PMDB), ligado diretamente ao grupo tassista (SILVA, 2013, p. 108). Assim, na capital do estado, a disputa foi entre PDT e PMDB (apoiado pelo PSDB), com vitória do candidato peemedebista, Antônio Cambraia. Observa-se que o PMDB possuía a flexibilidade necessária para receber o apoio de qualquer partido. No cenário estadual, PMDB e PSDB não se alinhavam mais, mas, em Fortaleza, o apoio do PSDB ao PMDB foi possível naquele momento.

O segundo aspecto relaciona-se ao retorno de um secretário filiado ao PDT no gabinete estadual, quando ocorrem as mudanças do secretariado em virtude da desincompatibilização dos cargos para poder concorrer às eleições proporcionais de 1994. O retorno do PDT ocorre com a nomeação de Raimundo Brandão para a Secretaria de Justiça (ficando neste cargo somente de abril a junho de 1994)<sup>54</sup> e de Hypérides Macedo para a

---

<sup>54</sup> Antônio Leite Tavares (PSDB) foi exonerado do cargo de secretário de Justiça para concorrer ao cargo de deputado estadual, tendo sido eleito. Com sua saída, Raimundo Brandão (PDT) assumiu a pasta em abril de 1994.

Secretaria de Planejamento e Coordenação (período de abril a dezembro de 1994). Francisco Xavier Andrade Girão (PDT) também foi nomeado secretário de Recursos Hídricos, ficando à frente da pasta de outubro até o final do governo, em dezembro de 1994. O que se observou, durante o período, é que o governador distribuiu poucos cargos para partidos aliados e concentrou-os para o seu partido. De maio de 1992 a abril de 1994, o PSDB ficou com todos os cargos distribuídos para filiados a partidos, sete no total, representando quase 50% do total de Secretarias. O PDT, ainda que tenha sido um partido aliado ao governo, não foi contemplado por cargos de primeiro escalão durante todo o período. A concessão de poucas pastas ao PDT deve-se ao pequeno peso que o partido tinha na Assembleia Legislativa, apenas três deputados do total de 46.

Por fim, Ciro Gomes foi nomeado Ministro da Fazenda em setembro de 1994, deixando o cargo de governador do Ceará. Ciro Gomes assumiu um dos Ministérios mais importantes do governo federal, logo após à implementação do Plano Real, além de já ter garantido a vitória de Tasso Jereissati (PSDB) para o governo estadual nas eleições de 1994.<sup>55</sup> Isso iria garantir projeção nacional ao político, mesmo ocupando o cargo apenas por alguns meses. Com a saída do governador e tendo o vice-governador, Lúcio Alcântara (PDT), se desincompatibilizado do cargo em março para poder se candidatar ao Senado, em outubro, Francisco de Paula Rocha Aguiar, o “Chico Aguiar” (PSDB), foi escolhido, por eleição indireta, para ser governador do Ceará a partir de outubro de 1994 até o final do mandato.

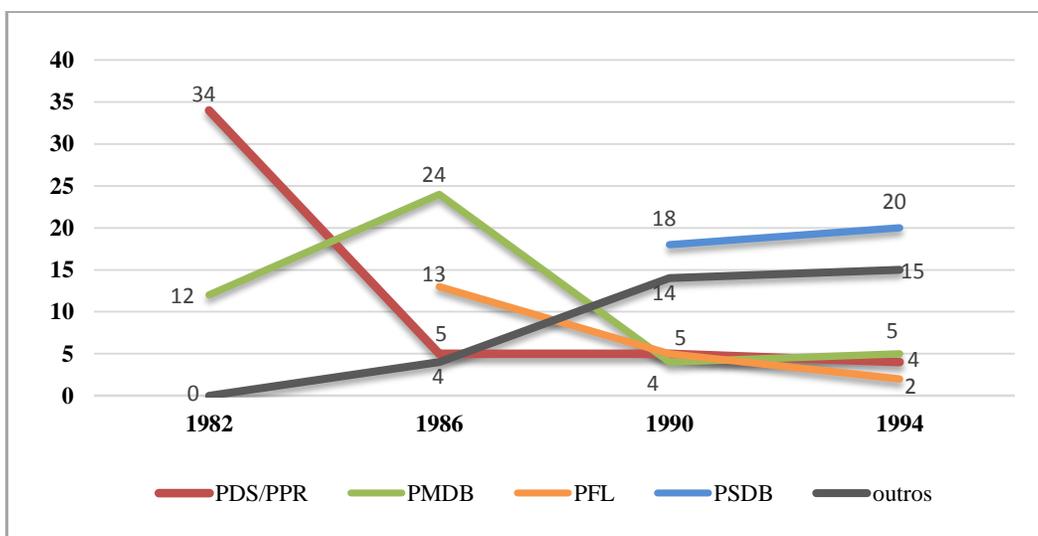
A aliança entre PSDB e PDT, recorrente na arena governo, permaneceu nas eleições de 1994, tendo como candidato Tasso Jereissati (PSDB), que já havia sido governador entre 1987 e 1991. Além dos dois partidos, a coligação governista contou com a participação do PTB, partido que não tinha participado de alianças formais com o governo, mas que estava na coligação do PSDB na disputa presidencial. O candidato governista tinha na sua chapa o vice, Moroni Bing Torgan, o qual tinha sido eleito deputado federal pelo PDC em 1990, mas havia migrado para o PSDB.

---

<sup>55</sup> Outro peessedebista cearense nomeado ministro foi Benedito Clayton Veras Alcântara, o Beni Veras, ministro do Planejamento do governo Itamar Franco de 3 de março a 31 de dezembro de 1994. Beni Veras tinha sido presidente do CIC e era do núcleo duro do PSDB cearense naquele período.

O concorrente foi Juraci Magalhães (PMDB), vice-prefeito de Fortaleza que, após a saída de Ciro Gomes para a disputa eleitoral de 1990, tornou-se prefeito do município, inaugurando longos anos de domínio peemedebista à frente da capital. Após o rompimento do grupo tassista com o PMDB, esse passou a polarizar as disputas com o PSDB no estado do Ceará. Aliado à candidatura peemedebista, o grupo ligado aos coronéis se enfraquecia diante do florescimento de outros atores políticos com força eleitoral no estado. O PPR (ex-PDS) e o PFL foram meros coadjuvantes na coligação peemedebista para o estado em questão.

GRÁFICO 4.1 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA DEPUTADO ESTADUAL – CEARÁ (1982-1994)



Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará (TRE-CE).

\* N (Número de cadeiras em disputa) = 46.

Conforme observado no gráfico 4.1, em 1982, o PDS era hegemônico no estado, tendo 32 deputados estaduais (69,5% do total). Já em 1986, a mudança afetou todo o subsistema político estadual. O PMDB passou a ser o partido mais forte, e a coalizão PFL-PDS foi bastante enfraquecida, passando a ter, no total, 18 deputados estaduais (39,1% do total). Em 1990, os dois partidos obtiveram apenas 10 cadeiras (21,7%). O PSDB passou a ser o partido mais forte da Assembleia Legislativa com 18 cadeiras. Claramente, com o surgimento do PSDB, o PMDB estadual enfraqueceu, caindo de 24 cadeiras conquistadas em

1986 para cinco em 1990, em boa parte, em virtude da migração de deputados do PMDB para o PSDB.<sup>56</sup> Em contraposição, a fragmentação partidária aumentou, ampliando o número de cadeiras sob controle de outros partidos.

Em 1994, os resultados deixaram claro que as vitórias de 1986 e 1990 selaram a modificação da estrutura política do estado. Um novo grupo político se consolidara à frente do poder estadual e esse estava sob a sigla do PSDB. Além de ampliado sua bancada no Legislativo estadual, com 20 deputados, o partido elegeu os dois senadores ligados à sua coligação, Lúcio Alcântara (PDT) e Sérgio Machado (PSDB), tendo 11 deputados federais para a Câmara dos Deputados (50% do total de eleitos do estado). Sobretudo, a maior vitória do partido no estado se deu no pleito para governador. Tasso Jereissati foi eleito no primeiro turno com 55,32% dos votos válidos (ver Tabela 4.5).

TABELA 4.5 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – CEARÁ (1994)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS	%
Tasso Ribeiro Jereissati	PSDB	PSDB – PDT – PTB	1.368.757	55,32
Juraci Vieira de Magalhães	PMDB	PMDB – PPR – PFL – PP – PSD	930.407	37,61
Joaquim Cartaxo Filho	PT	PT – PPS – PSB – PC do B	75.753	3,06
Rosa Maria Ferreira da Fonseca	PSTU	PSTU – PCB	72.395	2,93
José Evaldo Costa Lins	PRONA	Sem coligação	26.819	1,08
<b>TOTAL</b>			2.474.131	100,00

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará (TRE-CE).

\* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

Observa-se que o PSDB cearense tinha conseguido estabelecer um domínio no estado contemplando todas as arenas de disputas (Câmara Federal, Assembleia Legislativa, Senado e Governo do Estado do Ceará). As disputas políticas cearenses, com forte domínio do PSDB, colocavam do outro lado os partidos que tinham amplo domínio no estado até meados da década de 1980 (PDS-PPR, PFL e PMDB), além dos demais partidos de esquerda (com exceção do PDT), que, apesar de apresentarem candidaturas em todos os pleitos, ainda

<sup>56</sup> Dos 14 deputados estaduais do PSDB em exercício em 1990, 12 vieram do PMDB e dois, do PFL. Não foi possível verificar a situação de cinco deputados por falta de informações oficiais que indicassem a permanência ou migração de partido.

não tinham potencial competitivo. O candidato petista, coligado ao PSB, PC do B e ao PPS, alcançou apenas 3% dos votos válidos. A candidatura do PSTU obteve apenas 2,9%. Juntas, as candidaturas de esquerda não tinham obtido nem 6% dos votos válidos.

Houve uma tentativa do grupo tassista de ampliar a coligação peessedebista com os partidos de esquerda, mas as estratégias eleitorais presidenciais do PSDB e do PT impossibilitaram a viabilização de tal aliança, o que reforça a tese de que 1994 é um marco importante para o processo de “presidencialização” das disputas eleitorais, conforme destaca Nobre:

As eleições presidenciais também trouxeram implicações para o quadro cearense de disputas, no tocante às coligações partidárias possíveis de serem construídas. De fato, em 1994, o então governador *Ciro Gomes* muito se esforçou para conduzir as alianças eleitorais do grupo tassista para a esquerda, em uma aliança que agregasse PT, PSB e PPS, além do próprio PDT. No caso dos petistas, além dos constrangimentos internos [...], foi decisiva para a inviabilidade do referido acordo a decisão da executiva nacional em não aceitar a parceria. Isto porque já se estava estabelecendo o campo das disputas nacionais entre PSDB e o PT (2008, p. 172).

As imposições partiam, principalmente, da Executiva nacional do PT que impôs restrições a uma possível aliança PT-PSDB (NOBRE, 2008). Ainda que houvesse alguma disposição do PT estadual em um tipo de aliança como aquela naquele período, a cúpula nacional do PT tinha dificuldade de se aliar ao PSDB no Ceará, em grande parte devido ao perfil do PSDB cearense, que, em sua maioria, tinha origem no empresariado. O fato é que começava a ser marcada naquelas eleições a incompatibilidade entre os dois partidos no cenário nacional e, conseqüentemente, nos estados mais estratégicos para os partidos, inclusive no Ceará, onde o PSDB tinha projeção política destacada desde seu nascimento. Foi evidente o processo de alinhamento partidário entre as candidaturas nos dois níveis (nacional e estadual), tendência que seria progressiva no Ceará nas eleições posteriores.

Em 1990, o PSDB possuía apenas um Governo estadual (o do Ceará) e passou a controlar os três maiores colégios eleitorais do país (São Paulo, Minas Gerais e Rio de Janeiro) com as eleições de 1994. Além disso, ampliou significativamente o tamanho de suas bancadas federais, principalmente no Ceará e em São Paulo, estados centrais nas estratégias organizacionais e eleitorais do partido. Com o domínio peessedebista no estado e no nível

federal, com a vitória de Fernando Henrique Cardoso (PSDB) para o pleito presidencial, a oposição cearense passaria a ter, cada vez mais, dificuldades de se articular.

Apesar do crescimento do PSDB no estado, Tasso Jereissati apontou, em entrevista concedida à *Folha de S. Paulo*, em 9 de outubro de 1994, que seu governo seria mais “amplo e participativo” e teria a colaboração de outras forças. Segundo o governador eleito: “[meu governo] será ao contrário do meu primeiro governo, que por ser de ruptura, era mais fechado”. Todavia, não foi o que ficou verificado na composição do governo em janeiro de 1995 (Quadro 4.4).

QUADRO 4.4 – PRIMEIRO GABINETE FORMADO POR TASSO JEREISSATI (TASSO II – 1) – CEARÁ (1995)

NOMEADOS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	SECRETARIAS	TIPOS DE SECRETARIA
EDNILTON GOMES DE SOAREZ	PSDB	FAZENDA	ECONÔMICO-ADMINISTRATIVA
PEDRO SISNANDO LEITE	Sem filiação	AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA	
ERNESTO SABOIA DE FIGUEIREDO JÚNIOR	Sem filiação	ADMINISTRAÇÃO	
ADOLFO DE MARINHO PONTES	PSDB	DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE	
FRANCISCO DE QUEIROZ MAIA JÚNIOR	PSDB	TRANSPORTES, ENERGIA, COMUNICAÇÕES E OBRAS	
ANTÔNIO CLÁUDIO FERREIRA LIMA	Sem filiação	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO	
HYPÉRIDES PEREIRA DE MACEDO	PDT <sup>1</sup>	RECURSOS HÍDRICOS	
FRANCISCO ARIOSTO HOLANDA	PSDB	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
RAIMUNDO JOSÉ MARQUES VIANA	PSDB	INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
FRANCISCO ASSIS MACHADO NETO	PSDB	GOVERNO	POLÍTICA
PAULO CARLOS SILVA DUARTE	PSDB	JUSTIÇA	SOCIAL
EDGAR FUQUES	Sem filiação	SEGURANÇA PÚBLICA	
ANTENOR MANOEL NASPOLINI	Sem filiação	EDUCAÇÃO BÁSICA	
ANASTÁCIO DE QUEIROZ SOUSA	Sem filiação	SAÚDE	
PAULO SÉRGIO BESSA LINHARES <sup>2</sup>	Sem filiação	CULTURA E DESPORTO	
JOSÉ ROSA ABREU VALE	PSDB	TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	

Fonte: Base elaborada pelo autor com base em informações fornecidas pelas Secretarias de Estado e pelo DOE-CE e dados sobre os partidos a partir da base de filiação do TSE e de candidaturas do TRE-CE.

<sup>1</sup> Não foi possível verificar com precisão, a partir dos dados do TSE, a informação partidária desses secretários. Com base em buscas realizadas em jornais, foi verificado que os mesmos seriam secretários filiados a esses partidos. <sup>2</sup> Paulo Sérgio Bessa Linhares foi candidato a deputado estadual em 1998 pelo PSDB. No entanto, não foi possível verificar a data de filiação do candidato ao partido.

O novo governo de Tasso Jereissati (1995-1998) foi marcado pelo controle da maioria das pastas pelo PSDB, que ficou com oito das 15 pastas (53,3% do total). Assim como os dois governos anteriores do grupo ligado ao CIC, Tasso distribuiu poucos cargos

para partidos aliados. O PDT obteve apenas uma pasta (de Recursos Hídricos).<sup>57</sup> Apesar do discurso de Tasso de incluir novas forças, era evidente que a concentração de pastas em filiados ao PSDB fazia parte da estratégia do grupo. Durante o governo Tasso Jereissati de 1995 a 1998, houve apenas um gabinete, mesmo com mudanças ocorridas no secretariado.<sup>58</sup> Sendo assim, o que se observa ao longo do segundo governo de Jereissati é a estabilidade do gabinete, o que indica que o governador não necessitou fazer concessões a outros partidos e políticos aliados a ponto de reconfigurar seu secretariado. O grupo peessedebista cearense tinha, naquele momento, completo controle do subsistema político estadual.

Em abril de 1998, devido à necessidade de desincompatibilização do cargo, quatro secretários pediram exoneração para concorrer para cargos proporcionais. Todos eram filiados ao PSDB nesse período: Francisco Ariosto Holanda (Secretaria de Ciência e Tecnologia) e Adolfo de Marinho Pontes (Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente) foram candidatos a deputado federal e Paulo Sérgio Bessa Linhares (Secretaria de Cultura e Desporto) e Paulo Carlos Silva Duarte (Secretaria de Justiça) a deputado estadual, uma vez eleitos, evidenciaram a importância da ocupação de cargos de primeiro escalão na construção de carreiras políticas, principalmente dos secretários ligados ao partido do governador.

Com a aprovação da reeleição para o pleito de 1998, o governador Tasso Jereissati passou a ser o candidato do PSDB, com completa possibilidade de manter a hegemonia de seu grupo no estado. A candidatura peessedebista mais uma vez opunha seu

---

<sup>57</sup> Hypérides Macedo foi secretário de Recursos Hídricos durante o governo de Ciro Gomes, no período de março de 1991 a maio de 1992 e secretário de Planejamento no período de abril a dezembro de 1994.

<sup>58</sup> Segundo os critérios utilizados, houve a presença de apenas um gabinete ao longo do governo, ainda que tenha havido mudanças. As principais ocorridas foram as seguintes: 1) a criação da Secretaria de Turismo em junho de 1995, dando prosseguimento ao projeto de modernização e desenvolvimento do estado do Ceará, com a nomeação da secretária Anya Ribeiro de Carvalho (não consta filiação); 2) troca de quatro secretários que concorreram à disputa proporcional, especificada acima, sendo todos filiados ao PSDB no período de exoneração do cargo; 3) mudança em duas Secretarias, em meados de 1997: saíram o economista do Banco do Nordeste (BNB), Antônio Cláudio Ferreira Lima (Secretaria de Planejamento e Coordenação), e o delegado da Polícia Federal, Edgar Fuques (Secretaria de Segurança Pública), e entraram, respectivamente, a analista de finanças e controle da Controladoria Geral da União (CGU) e economista Mônica Clark Nunes Cavalcante e o general do Exército Cândido Vargas de Freire (todos sem registro de filiação a partidos políticos, o que pode evidenciar razões não partidárias para essas mudanças). Apesar dessas alterações, não houve mudança em mais de 50% do gabinete e nem alteração em seu perfil partidário, o que configuraria outro gabinete.

discurso de desenvolvimento e modernidade *versus* a tradição, representada pela candidatura peemedebista de Gonzaga Mota. Como afirma Silva (2013, p. 92), a campanha “reeditou o embate entre ‘as forças do atraso’ e a ‘modernidade’ na histórica eleição de 1986”. Em termos discursivos, o PSDB utilizava como estratégia a defesa da “modernidade” para se contrapor aos opositores peemedebistas, extremamente enfraquecidos, como já foi demonstrado nos resultados de 1994. Em termos práticos, a disputa era entre uma oposição peemedebista frágil, sem projeto para o estado, e um PSDB hegemônico, sob uma política de cunho modernizante e extremamente vinculada ao projeto peessedebista no nível federal.

Esta polarização estadual histórica entre o grupo tassista e o grupo vinculado à “política dos coronéis” refletia na forma como o PSDB se relacionava com as forças oposicionistas. No nível nacional, o PSDB nacional tinha o PFL como principal aliado, o qual havia participado da coligação do PSDB na disputa presidencial de 1994 e da coalizão de governo de Fernando Henrique Cardoso após 1995, também sendo um dos principais aliados na disputa presidencial de 1998. Mas, no caso cearense, o PSDB não aceitava o apoio do PFL, fortemente ligado a grupos oligárquicos não somente no Ceará como em todo o Nordeste. A coordenação das candidaturas do PSDB no estado do Ceará era limitada por condicionantes estaduais que impunham restrições na associação entre o PSDB e o PFL.<sup>59</sup> Isso se refletia nos governos cearenses da “Era Tasso”, que nunca, até aquele momento, tinham incluído o PFL no gabinete.

Do lado do PSDB, portanto, estavam PPS, PTB, PSD e PPB. O PTB já tinha apoiado o PSDB estadual e nacional nas eleições de 1994. Já o PPS advinha do apoio dos Ferreira Gomes, principalmente de Ciro Gomes, que havia se lançado candidato à presidência pelo partido. Já o PPB (ex-PPR e ex-PDS) passou a fazer parte da base de apoio do PSDB, o que mostrava que a transformação do partido o tornou muito mais suscetível a fazer uma aliança com o grupo tassista.

---

<sup>59</sup> Nobre (2008) aponta outra possível causa do PSDB preferir o PFL cearense em sua coligação: “[...] a aliança nacional entre o PSDB e o PFL pouco refletiu nas articulações políticas no Ceará. Isto sucedeu, em primeiro lugar, porque o apoio desse partido (PFL) era dispensável, haja vista a tendência sempre crescente de infidelidade partidária que garantia, em muitos municípios do interior, o apoio de lideranças tradicionais abrigadas nessa agremiação e no PMDB” (p. 176).

Esses apoios não impediram o PSDB de lançar uma candidatura “puro-sangue”, ou seja, com candidatos a governador e a vice do partido. O candidato a vice-governador da chapa era Beni Veras, senador pelo PSDB-CE, com vínculos diretos ao governador. Assim, a candidatura peessedebista, novamente, mostrava-se fechada na abertura a aliados com maior potencial político. Diferentemente do discurso e flerte com as esquerdas, o PSDB, cada vez mais, aprofundava alianças com um grupo partidário localizado mais à direita do espectro ideológico. O mesmo processo ocorria com o PSDB nacional à frente da presidência da República.

O tradicional apoiador do PSDB no estado do Ceará, o PDT, coligou-se ao PT, seguindo a orientação da cúpula nacional do PDT, que lançou Leonel Brizola como candidato a vice-presidente e teve Lula, do PT, como pleiteante à presidência. Além disso, a principal liderança do PDT-CE, o senador Lúcio Alcântara, havia migrado para o PSDB em 1995.<sup>60</sup> Sendo assim, a candidatura estadual do PT, além do apoio do PDT, teve, em sua coligação, o PSB e o PCdoB, que o apoiou em 1986 e 1990, respectivamente. Esses dois partidos também apoiaram o PT nas disputas presidenciais desde as eleições de 1989. O partido contou também com a adesão do PCB e do PV.

Sendo assim, para a disputa de 1998, a candidatura do PT recebeu o apoio da maioria dos partidos de esquerda, com exceção de dois partidos: o PSTU e o PPS. O primeiro, desde sua fundação em 1994, lança candidato fora da frente ampla de esquerda coordenada pelo PT. Já o PPS, partido de centro-esquerda, passou a apoiar a candidatura de Tasso Jereissati.

O caso do PPS cearense é particular. Ciro Gomes, ex-governador do Ceará e ex-ministro da Fazenda no final do mandato de Itamar Franco, começou a fazer oposição aberta aos rumos econômicos tomados pelo governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Com isso, projetou-se como liderança de oposição (ainda que não tivesse cargo eletivo), migrando para o PPS. Já filiado ao PPS, o político foi lançado como candidato à presidência do país para o pleito de 1998. O PPS cearense, portanto, ganhou projeção, em grande medida, com a

---

<sup>60</sup> A informação acerca de filiação partidária de Lúcio Gonçalo de Alcântara ao PDT e ao PSDB inexistente na base de dados de filiados do TSE. Foi possível confirmar a informação sobre o período de migração do político ao PSDB através de pesquisa em jornais: <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/7/03/brasil/16.html>

entrada de Ciro Gomes e da família Ferreira Gomes no partido. A força do partido no estado, naquele momento, era representada pela força política de Ciro Gomes e dos vínculos que esse possuía com Tasso Jereissati.

A participação do PPS na coligação de Tasso Jereissati gerou conflitos entre a Executiva nacional e as lideranças estaduais do PSDB. O governador, candidato à reeleição, continuou apoiando a candidatura de Fernando Henrique Cardoso para a presidência, mas participou de palanques no interior do estado, especificamente em Sobral-CE (onde os Ferreira Gomes possuem bases eleitorais), cujos candidatos apoiavam a candidatura presidencial do PPS (NOBRE, 2008).

A candidatura de Gonzaga Mota (PMDB) possuía uma ampla coligação com oito partidos (PMDB, PST, PSL, PSC, PAN, PRN, PSDC e PFL), mas com reduzido capital político no estado. Com uma candidatura frágil politicamente, o candidato peemedebista foi derrotado no primeiro turno, obtendo apenas 21,92% contra 62,72% da chapa peessedebista. Já a candidatura petista, apesar de derrotada, saiu fortalecida do pleito. Ampliou a porcentagem de votos em comparação aos pleitos anteriores, conquistando 13,9%. Os novos apoios recebidos da candidatura petista, o crescimento do PT nacional e o enfraquecimento constante do PMDB e do PFL no estado podem ter sido as causas do crescimento do PT no Ceará (ver Tabela 4.6).

TABELA 4.6 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – CEARÁ (1998)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS	%
Tasso Ribeiro Jereissati	PSDB	PSDB – PPB – PPS – PTB – PSD	1.569.110	62,72
Luiz de Gonzaga Fonseca Mota	PMDB	PMDB – PST – PSL – PSC – PAN – PRN – PSDC – PFL	548.509	21,92
José Airton Félix Cirilo da Silva	PT	PT – PDT – PSB – PC do B – PV – PCB	347.671	13,90
Antônio Reginaldo Costa Moreira	PMN	Sem coligação	18.304	0,73
Valdir Alves Pereira	PSTU	Sem coligação	18.239	0,73
<b>TOTAL</b>			2.501.833	100,00

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará (TRE-CE).

\* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

Na arena legislativa, preponderou a força do PSDB, que elegeu 21 deputados estaduais (45,6% do total), ampliando uma cadeira em comparação à eleição anterior. O partido também elegeu o senador e 12 deputados federais (54,5% da bancada estadual na Câmara dos Deputados). Alguns políticos ligados ao PSDB acompanharam Ciro Gomes na migração do PSDB para o PPS e foram reeleitos para a Assembleia Legislativa em 1998: Carlos Mauro Benevides Filho, Manoel Beserra Veras e Francisco de Paula Rocha Aguiar. A outra eleita pelo partido para a Assembleia foi Patrícia Saboya Ferreira Gomes, esposa de Ciro Gomes naquele período. A aliança entre o PSDB, de Jereissati, e do PPS, dos Ferreira Gomes, mostrava que, mesmo em partidos diferentes, os dois grupos se mantinham unidos no cenário político cearense.

Dessa eleição, observa-se que o acordo entre as duas lideranças não foi submetido ao interesse da Executiva nacional do PSDB de isolar Ciro Gomes, que fazia oposição aberta ao governo federal. O mesmo ocorreu com aliança nacional entre PSDB e PFL, o qual não foi imposto para o PSDB cearense, tendo optado por receber o apoio de outros partidos. No nível nacional, o PFL era forte, porém, no Ceará, o partido definhava cada vez mais. Novamente, o partido elegeu apenas dois deputados estaduais em 1998. Sendo assim, nota-se a importância da trajetória de alianças entre os atores políticos estaduais como definidores da forma como os partidos se alinham ou não às imposições da Executiva nacional. Os partidos que buscam coordenar candidaturas presidenciais entendem que existe um limite (condicionantes regionais) para a imposição de alianças para os partidos nos estados.

Com a reeleição de Fernando Henrique Cardoso e de Tasso Jereissati, o PSDB saiu mais fortalecido das eleições de 1998. Com o fechamento das alianças do PSDB nacional com partidos mais à direita, qual seria a postura do PSDB cearense na formação de governos?

QUADRO 4.5 – PRIMEIRO GABINETE FORMADO POR TASSO JEREISSATI (TASSO III - 1)  
– CEARÁ (1999)

NOMEADOS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	SECRETARIAS	TIPOS DE SECRETARIA
ERNESTO SABÓIA DE FIGUEIREDO JÚNIOR	Sem filiação	ADMINISTRAÇÃO	ECONÔMICO-ADMINISTRATIVA
PEDRO SISNANDO LEITE	Sem filiação	AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA	
ANTÔNIO CRUZ VASQUES	PSDB	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
RAIMUNDO JOSÉ MARQUES VIANA	PSDB	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
EDNILTON GOMES DE SOAREZ	PSDB	FAZENDA	
FRANCISCO DE QUEIROZ MAIA JÚNIOR <sup>1</sup>	PSDB	TRANSPORTES, ENERGIA, COMUNICAÇÕES E OBRAS	
		DESENVOLVIMENTO URBANO E MEIO AMBIENTE	
MÔNICA CLARK NUNES CAVALCANTE	Sem filiação	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO	
HYPÉRIDES PEREIRA DE MACEDO <sup>2</sup>	Sem filiação	RECURSOS HÍDRICOS	
ANYA RIBEIRO DE CARVALHO	Sem filiação	TURISMO	
FRANCISCO ASSIS MACHADO NETO	PSDB	GOVERNO	POLÍTICA
EDILSON AZIM SARRIUNE	Sem filiação	TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	SOCIAL
NILTON MELO ALMEIDA	Sem filiação	CULTURA E DESPORTO	
ANTENOR MANOEL NASPOLINI	Sem filiação	EDUCAÇÃO BÁSICA	
SANDRA DOND FERREIRA	PSDB	JUSTIÇA	
ANASTÁCIO DE QUEIROZ SOUSA	PSDB	SAÚDE	
JOÃO CRISÓSTOMO DE SOUZA	Sem filiação	SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA DA CIDADANIA	

Fonte: Base elaborada pelo autor com base em informações fornecidas pelas Secretarias de Estado e pelo DOE-CE e dados sobre os partidos a partir da base de filiação do TSE e de candidaturas do TRE-CE.

<sup>1</sup> Em novembro de 1999, a Secretaria de Desenvolvimento Urbano e Meio Ambiente e a Secretaria de Transportes, Energia, Comunicações e Obras foram extintas, tendo atribuições incorporadas pela Secretaria de Infra-estrutura, criada pela Lei 12.961/1999. Francisco de Queiroz Maia Júnior, responsável pelas duas pastas, passou a ser o secretário de Infra-estrutura. <sup>2</sup> Não foi possível verificar se Hypérides Macedo continuava filiado ao PDT no momento em que assume a Secretaria de Recursos Hídricos. Nesse sentido, optou-se por deixá-lo sem filiação nesse gabinete, já que, conforme a base de dados do TSE, em outubro de 2001, ele se filiou ao PSDB.

O primeiro secretariado foi completamente controlado pelo PSDB, que ficou com oito das 17 Secretarias (cerca de 47% do total). Como tradicionalmente ocorria, o partido controlava a Secretaria de Governo (pasta relacionada à coordenação política) e tendia a concentrar, proporcionalmente, mais a distribuição de pastas nas Secretarias econômico-administrativas, ainda que o governador tivesse a preocupação de distribuir pasta para o seu partido na área social. Observa-se, portanto, a estratégia de ocupação do partido do governador (o PSDB) nos cargos de primeiro escalão, deixando espaço reduzido para os aliados. A estabilidade do gabinete formado pelo governador durou todo seu mandato, apesar

das trocas pontuais.<sup>61</sup> O que se observa é que o governador não precisava abrir mão de cargos do Secretariado para conseguir os apoios necessários no Legislativo e na arena eleitoral, já que a estrutura de dominação política do partido estava bem consolidada.

Aquele era o momento em que se configurava o maior controle de grupo político no estado do Ceará desde o retorno à democracia. A trajetória política tassista à frente do poder político estadual, iniciado em 1986, com sua ascensão ao poder devido ao apoio do governador do período, do PMDB e do CIC, tinha se concretizado e se estabilizado. O PSDB cearense conseguiu, até aquele período, controlar o mercado político cearense, deixando reduzido espaço para a oposição. Com a reeleição de Fernando Henrique Cardoso e o crescimento do PSDB nacional, o partido no estado tinha seu domínio plenamente estabelecido até aquele momento. As eleições de 2002 marcariam, no entanto, uma alteração desse quadro de plena estabilidade do domínio peessedebista no Ceará.

Com a proximidade das eleições de 2002, o PSDB cearense seria colocado em uma encruzilhada. Tasso Jereissati se desincompatibilizou do cargo para concorrer ao Senado Federal. Com isso, assumiu o vice-governador, Beni Veras (PSDB), em abril de 2002. Esse manteve o perfil partidário do gabinete do governo, contando somente com secretários filiados ao PSDB, que passou a controlar 10 das 18 pastas (55,5% do total). Mesmo com a possibilidade de se candidatar à reeleição, o candidato peessedebista às eleições de 2002 já tinha sido escolhido por Tasso: seria o senador Lúcio Alcântara (PSDB). Esse, no entanto, não possuía vínculos com o CIC e tinha um longo histórico de mudanças partidárias (PDS, PFL e PDT).

A disputa teve também um dos principais opositores de Tasso Jereissati, José Sérgio de Oliveira Machado, conhecido como Sérgio Machado (PMDB). O peemedebista, ligado ao CIC, tinha sido fundamental nas campanhas e nos governos Jereissati, desde 1986, ocupando, inclusive, a Secretaria de Governo (período de março de 1987 a abril de 1990) durante seu primeiro mandato. Após o rompimento com Tasso, o senador saiu do PSDB e se

---

<sup>61</sup> Francisco Ariosto (PSDB) assumiu a Secretaria de Ciência e Tecnologia em março de 1999 no lugar de Antônio Cruz Vasque (PSDB), que ficou apenas dois meses no cargo. Anya Ribeiro de Carvalho foi exonerada da Secretaria de Turismo, em abril de 2000, e foi substituída por Raimundo José Marques Viana, do PSDB, que ocupou a pasta de abril de 2000 a novembro de 2001. Posteriormente, Antônio Elbano Cambraia, também do PSDB, foi secretário de Turismo de novembro de 2001 a dezembro de 2002. Por fim, teve a mudança do general do Exército João Crisóstomo de Souza pelo, também general, Cândido Vargas de Freire.

filiou ao PMDB em outubro de 2001.<sup>62</sup> Claramente o controle do PSDB cearense era de Tasso Jereissati, o que criou um racha dentro do partido, gerando acirramento interno e rompimentos. Esse conflito também levou à saída de José Wellington Landim para o PSB (era deputado estadual do PSDB e presidente da Assembleia Legislativa do Ceará).<sup>63</sup> Com isso, o governo peessedebista perdeu o controle pleno que possuía da Assembleia Legislativa, como ressalta Filomeno Moraes (2002):

De repente, esvaindo-se a maioria governamental, na Assembléia se instalou comissão parlamentar de inquérito para investigar gestão temerária no Banco do Estado do Ceará, derrubaram-se vetos, discutiu-se o orçamento, entre outras mutações no comportamento do Legislativo. Quebrou-se, assim, o “pacto homologatório” entre governador e deputados estaduais, marcado pela vinculação partidária comum do governador e do partido e coalizão parlamentares majoritários, advinda das urnas. Em 2001, o curto-circuito político que provocou o rompimento – sobretudo pelo seu aspecto simbólico – do presidente da Assembléia Legislativa com o governo estadual trouxe na esteira a candidatura do mesmo presidente a governador (MORAES, 2002).

Duas candidaturas postas em oposição, do PSB e a do PMDB, surgiram de cisões no grupo tassista. Daí, surgiu um momento de inflexão na política cearense. A força política de Tasso não foi suficiente para manter o PSDB unido. Outros percalços surgiram na conjuntura de definições das candidaturas e na construção de palanques para as eleições presidenciais. Tasso Jereissati tinha sido preterido e José Serra foi escolhido como candidato à presidência da República pelo PSDB. Tasso Jereissati, dessa forma, como candidato ao Senado, deliberadamente não apoiou o candidato à presidência do próprio partido, que contou com o apoio do candidato peemedebista (e ex-peessedebista) Sérgio Machado para articular sua campanha no estado.<sup>64</sup> Além disso, Ciro Gomes (PPS), candidato à presidência, continuava vinculado ao grupo de Jereissati.<sup>65</sup> Sobre o não comprometimento com a

---

<sup>62</sup> A relação de Sérgio Machado e Tasso Jereissati já vinha estremeçada desde 1990, quando Tasso preteriu Sérgio Machado e optou por Ciro Gomes para ser o candidato do PSDB ao Governo do Estado, apesar de Machado ser ligado diretamente ao grupo do CIC, e ter sido um dos principais secretários da gestão. Novamente o nome de Sérgio Machado seria preterido, o que o fez romper com Jereissati e mudar de partido.

<sup>63</sup> Esse migrou para o PSB em 2001, quando se achou preterido para a disputa para o governo estadual.

<sup>64</sup> Duas matérias da *Folha de S. Paulo* elucidam esse imbróglio:

[www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2307200212.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2307200212.htm) e [www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2307200213.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2307200213.htm)

<sup>65</sup> “No Ceará, a verticalização dissolve a principal coligação partidária, entre o PSDB do governador Tasso Jereissati e o PPS do presidenciável Ciro Gomes. Os dois partidos, adversários no plano nacional, sempre seguiram unidos no Estado” (FOLHA DE S. PAULO, 28/02/2002).

candidatura de José Serra, Tasso Jereissati, em entrevista concedida à *Folha de S. Paulo*, em 26 de julho de 2002, afirmou:

[...] desde o início, eles, lá, tiveram grandes discussões sobre qual o palanque que iriam querer no Ceará para a campanha para a Presidência. [...] eles discutiam se o palanque do Serra seria o nosso ou seria o do nosso adversário direto, o PMDB. Agora, há sinais provados, comprovados e repetidos de ajuda concreta para o palanque do adversário. Quem me desobrigou de qualquer compromisso, portanto, foi o próprio comando da campanha majoritária (FOLHA DE S. PAULO, 26/07/2002).

Conforme o índice de presidencialização, a disputa eleitoral cearense em 2002 foi altamente coordenada por cima, conforme os critérios definidos no capítulo anterior. Por um lado, é perceptível que a coordenação entre o PSDB nacional e o PSDB estadual não funcionou de forma automática, ainda mais em um estado onde o PSDB teve um papel fundamental para o processo de organização do partido desde sua origem. Por outro lado, o PMDB era coligado na disputa presidencial, o que garantiu maior canal de diálogo entre a candidatura presidencial peessedebista e o PMDB cearense, rival histórico do PSDB. José Serra optou por coordenar a campanha no estado a partir da candidatura peemedebista, tendo em vista os custos de coordenação de campanha junto a um adversário interno do próprio PSDB, Tasso Jereissati (principal liderança do partido no estado). Nesse ponto, observa-se que o índice, por si só, não é capaz de captar as nuances do processo de coordenação de candidaturas presidenciais nos estados.

Assim, essa foi uma eleição extremamente disputada em comparação aos pleitos anteriores. Do lado governista, Lúcio Alcântara (PSDB), com a coligação PSDB-PPB-PSD-PV. Do lado oposicionista, dois candidatos saídos do PSDB, Sérgio Machado (PMDB), com a coligação PMDB-PFL, e Welington Landim (PSB), com a coligação que unia PSB, PSDC, PSC, PSL, PT do B, PHS, PAN, PGT e PRTB. Além dessas candidaturas, o PTB e o PDT, aliados nacionalmente à candidatura de Ciro Gomes, do PPS, lançaram candidaturas independentes no estado, sem estarem coligados a partidos, assim como o PSTU. Por fim, o PT lançou José Airton Felix Cirilo da Silva como candidato, tendo em sua coligação PC do B, PL, PMN e PCB. José Airton havia sido candidato pelo partido em 1998, e obteve 13,9% dos votos naquela ocasião.

Assim, o PSB, que, tradicionalmente, apoiava aos petistas, lançou candidato próprio, muito em virtude ao lançamento de Anthony Garotinho (PSB) para a presidência da República e das imposições da regra da verticalização das candidaturas que impunha restrições a coligações diferentes no nível estadual daquela estabelecida nacionalmente. As candidaturas de esquerda, portanto, apresentavam-se dispersas nessas eleições. No entanto, o clima mudancista que se apresentava na disputa presidencial foi importante fator para potencializar a força da campanha petista no Ceará.

O caráter competitivo da disputa ficou evidente no segundo turno. No primeiro, o candidato situacionista Lúcio Alcântara (PSDB) obteve 49,79% dos votos válidos, levando o pleito para o segundo turno, fato inédito no estado do Ceará. O candidato peemedebista, Sérgio Machado, obteve 12,12%, indicando que o PMDB continuava em seu processo de ampla derrocada no estado, pois, dessa vez, não conseguiu estar entre as duas candidaturas mais competitivas do pleito para governador, algo nunca ocorrido até aquele momento. O PT, pela primeira vez, foi a segunda candidatura mais bem votada do estado, com 28,33%, o que indicava um claro crescimento da esquerda em meio à “onda Lula” na conjuntura eleitoral de 2002.

No segundo turno, a eleição virou um plebiscito sobre a “Era Tasso”. Isso ficou claro nos rumos tomados pela campanha em 2002. Mesmo com o crescimento e modernização da máquina pública estadual promovida pela era tassista, o candidato de petista, José Airton, sintetizou os limites do modelo peessebista cearense em texto escrito por ele para a *Folha de S. Paulo*: “o tucanato concentrou exacerbadamente o poder. É um governo de poucos, que exclui o diálogo, que é arrogante com os movimentos sociais e não respeita as entidades da sociedade civil” (FOLHA DE S. PAULO, 24/10/2002). Em seu texto, o candidato de oposição ainda destacou os poucos avanços na área social, ponto esse fortemente defendido pelo PT naquelas eleições, tanto no Ceará quanto na eleição presidencial.

Se a campanha presidencial de José Serra (PSDB) não estava bem articulada à campanha de Lúcio Alcântara (PSDB) para o Governo do Estado e de Tasso Jereissati (PSDB) para o Senado, a campanha estadual de José Airton (PT) estava bem amarrada à campanha presidencial de Lula (PT). Apesar das disputas internas ao PSDB nacional, que

repercutiram na coordenação da candidatura serrista no estado, o pleito cearense replicou a mesma disputa configurada no nível presidencial.

O resultado da eleição foi a vitória do PSDB por uma margem de apenas 3.047 votos válidos, o que representou uma diferença de 0,08% entre os dois candidatos (ver Tabela 4.7). Chegava ao fim o governo de Tasso Jereissati, mas o domínio do PSDB continuava – porém, enfraquecido – frente à vitória de Lula e ao crescimento da candidatura oposicionista.

TABELA 4.7 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – CEARÁ (2002)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%	VOTOS 2º T	%
Lúcio Gonçalves de Alcântara	PSDB	PSDB – PPB – PSD – PV	1.625.202	49,79	1.765.726	50,04
José Airton Felix Cirilo da Silva	PT	PT – PC do B – PL – PMN – PCB	924.690	28,33	1.762.679	49,96
José Sérgio de Oliveira Machado	PMDB	PMDB – PFL	395.699	12,12		
José Wellington Landim	PSB	PSB – PSDC – PSC – PSL – PT do B – PHS – PAN – PGT – PRTB	240.189	7,36		
Cláudia Maria Meneses Brilhante	PTB	Sem coligação	37.658	1,15		
Pedro de Albuquerque Neto	PDT	Sem coligação	31.102	0,95		
Raimundo Pereira de Castro	PSTU	Sem coligação	9.707	0,30		
<b>TOTAL</b>			3.264.247	100,00	3.528.405	100,00

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará (TRE-CE).

\* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

Apesar da derrota no pleito presidencial e da vitória apertada para o Governo do Estado, o PSDB conseguiu eleger novamente a maior bancada na Assembleia Legislativa, mas perdeu quatro cadeiras se comparado a 1998, isto é, saiu de 21 para 17 cadeiras (36,9% do total). Ainda assim, conseguiu eleger o senador Tasso Jereissati (PSDB) para uma das duas vagas. A outra ficou com Patrícia Saboya (PPS), ex-mulher de Ciro Gomes. Conseguiu também eleger oito deputados federais, quatro a menos do que em 1998. A oposição conseguiu ampliar o número de cadeiras (o PT ampliou sua bancada de três para cinco deputados estaduais) e a Assembleia Legislativa também se tornou mais fragmentada. O PSDB, apesar de ter mantido do domínio, teve espaço corroído pela ampliação da oposição no estado.

O PMDB caiu de forma vertiginosa desde que o PSDB surgiu no Ceará. Depois que o grupo tassista saiu do partido, o PMDB declinou e, com as eleições de 2002, perdeu o

posto de segundo partido mais competitivo no pleito para o Governo do Estado. Isso seria decisivo no pleito seguinte, em que o PMDB passaria a ser, definitivamente, um partido coadjuvante no cenário político estadual. No entanto, as oposições unidas (PMDB, PT e outros partidos fora do governo peessedebista) teriam, a partir daquele momento, muito mais força para se opor ao PSDB cearense, como já começava a ficar demonstrado com essas eleições.

O governo de Lúcio Alcântara teve três gabinetes, com formações partidárias diferentes: o primeiro, formado em janeiro de 2003; o segundo, em agosto de 2005, em que um secretário migrou do PPS para o PSB; o terceiro, em fevereiro e março de 2006; e o último, composto em junho e julho de 2006. O primeiro gabinete, conforme Quadro 4.6, possuía 10 secretários filiados a partidos de um total de 19 (52,6%), sendo oito do PSDB (42,1% do total), um para o PDT e outro para o PPS (5,2% cada um).

QUADRO 4.6 – PRIMEIRO GABINETE FORMADO POR LÚCIO ALCÂNTARA (ALCÂNTARA 1) – CEARÁ (2003)

NOMEADOS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	SECRETARIAS	TIPOS DE SECRETARIA
CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO	PPS	ADMINISTRAÇÃO	ECONÔMICO-ADMINISTRATIVA
CARLOS MATOS LIMA	PSDB	DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	
ALEX ARAÚJO	Sem filiação	DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	
HELIO GUEDES DE CAMPOS BARROS	Sem filiação	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
FRANCISCO RÉGIS CAVALCANTE DIAS	Sem filiação	DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
PAULO RUBENS FONTENELE ALBUQUERQUE	Sem filiação	FAZENDA	
LUÍS EDUARDO BARBOSA DE MORAES	PSDB	INFRA-ESTRUTURA	
FRANCISCO DE QUEIROZ MAIA JÚNIOR	PSDB	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO	
EDINARDO XIMENES RODRIGUES	PSDB	RECURSOS HÍDRICOS	
ROBERTO MEIRA DE ALMEIDA BARRETO	Sem filiação	TURISMO	
LUIZ ALBERTO VIDAL PONTES	PSDB	GOVERNO	POLÍTICA
RAIMUNDO GOMES DE MATOS	PSDB	AÇÃO SOCIAL	SOCIAL
CLÁUDIA SOUSA LEITAO	Sem filiação	CULTURA	
SOFIA LERCHE VIEIRA	Sem filiação	EDUCAÇÃO BÁSICA	
JOSÉ EVANIO GUEDES	Sem filiação	JUSTIÇA E CIDADANIA	
JOSÉ VASQUES LANDIM	PSDB	OUVIDORIA GERAL E MEIO AMBIENTE	
JURANDI FRUTUOSO SILVA	PDT	SAÚDE	
FRANCISCO WILSON VIEIRA DO NASCIMENTO	Sem filiação	SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	
ROBERTO EDUARDO MATOSO	PSDB	TRABALHO E EMPREENDEDORISMO	

Fonte: Base elaborada pelo autor com base em informações fornecidas pelas Secretarias de Estado e pelo DOE-CE e dados sobre os partidos a partir da base de filiação do TSE e de candidaturas do TRE-CE.

<sup>1</sup> Em março de 2003, dois secretários foram nomeados para duas pastas novas: Esporte e Juventude e Controladoria. Para a primeira Secretaria, o nomeado foi André Peixoto Figueiredo Lima (PDT) e, para a segunda, Mônica Clark Nunes Cavalcante (sem filiação partidária).

A concentração de pastas para o PSDB e a distribuição de poucas Secretarias para aliados seguiam como padrão, ainda que Lúcio as tivesse distribuído a dois partidos, enquanto, no último governo Tasso, o governador não tinha distribuído Secretarias para nenhum partido aliado.

Outro traço estratégico dos governos da “Era Tasso” foi o controle da pasta de coordenação política (Secretaria de Governo). Novamente, no governo Lúcio Alcântara, a Secretaria ficou sob o domínio do partido do governador. De março de 1987 a fevereiro de 2006 (227 meses), a pasta foi controlada pelo partido do governador por 218 meses (96% do tempo), ficando somente do período de abril a dezembro de 1994 (nove meses) sem estar submetida ao partido do chefe do Executivo. Dessa forma, além de distribuir cargos para as Secretarias sociais e econômica-administrativas, os governos da “Era Tasso” controlavam, estrategicamente, a Secretaria de Governo. Esse padrão somente se modificou com a formação do segundo gabinete, já em meio à dinâmica prévia de formação de alianças eleitorais para as eleições de 2006.

Enquanto o primeiro gabinete teve estabilidade de um pouco mais de três anos (janeiro de 2003 a fevereiro de 2006), o segundo e o terceiro gabinetes duraram poucos meses (de fevereiro a junho de 2006 e o outro, de junho a dezembro de 2006). Os gabinetes em contexto pré-eleitoral tendem a ter modificações, como já tínhamos mostrado anteriormente, por conta das desincompatibilizações e, por vezes, devido às novas alianças partidárias formadas já contexto eleitoral.

Em agosto de 2005, o secretário de Administração, Carlos Mauro Benevides Filho, mudou de partido. Migrou do PPS para o PSB, acompanhando a mudança do grupo dos Ferreira Gomes, que fizeram o mesmo movimento nesse período. Ciro Gomes migrou para o PSB em julho de 2005 e Cid Gomes (irmão de Ciro Gomes e prefeito de Sobral-CE) em agosto do mesmo ano. A mudança de partido se deu depois que o PPS decidiu sair da base aliada do governo Lula, no final do ano de 2004, e, mesmo assim, Ciro Gomes, ministro da Integração Nacional no período, decidiu continuar no cargo. Ciro Gomes se manteve fiel ao governo federal e o PPS passou a ser um partido opositor. Com isso, precisaria migrar para um partido da base aliada do governo, mantendo sua participação no gabinete. O PSB

era um dos partidos mais fiéis ao governo federal e sua ida para o partido viabilizaria uma candidatura ligada ao Ciro Gomes no estado do Ceará.<sup>66</sup>

Os Ferreira Gomes, dessa forma, apontavam para um contínuo distanciamento da base peessedebista, aliando-se, cada vez mais, com a base governista coordenada pelo PT no nível federal. Esse processo vinha acontecendo desde a segunda metade da década de 1990, quando Ciro Gomes passou a criticar o governo de Fernando Henrique Cardoso (PSDB). Mesmo assim, o grupo de Ciro continuou a ser alinhado ao grupo tassista no Ceará. A dinâmica pós-2003, com o governo Lula, mudaria completamente a configuração da política cearense em 2006, como observaremos a seguir.

Sendo assim, com a mudança do grupo ligado aos Ferreira Gomes para o PSB, o gabinete de Lúcio Alcântara deixa de ter o PPS formalmente em detrimento da entrada do PSB gabinete. No entanto, a participação do PSB no governo foi temporária. Carlos Mauro Benevides Filho deixou a Secretaria de Administração sete meses depois de ter migrado para o PSB. Em fevereiro e março de 2006, Lúcio Alcântara formou um gabinete de 21 pastas<sup>67</sup>, sendo oito secretários filiados ao PSDB (38,1% do total) e um ao PDT (4,7%).

Já no início da campanha eleitoral (junho e julho de 2006), o último gabinete do governo de Lúcio Alcântara foi formado. O governador nomeou um secretário filiado ao PPS para uma secretaria (Ouvidoria Geral e Meio Ambiente), garantindo espaço para o partido que também compunha a coligação eleitoral da candidatura peessedebista à presidência de República e para o Governo do Estado do Ceará. Além disso, o PFL, que nunca havia participado de governos do PSDB no Ceará, pois era um rival histórico no estado, ocupou uma importante pasta nesse final de governo, a de Planejamento. Esse movimento de aproximação do PSDB ao PFL no Ceará também era coerente com a coligação entre os dois partidos na disputa eleitoral presidencial. O PSDB cearense, naquele momento, passava por disputas internas e transformações que findariam com a derrota no pleito eleitoral para governador em 2006.

---

<sup>66</sup> “A entrada de Ciro no PSB atende a dois objetivos. Primeiro, a necessidade pessoal do ministro de construir uma nova saída eleitoral para si próprio mais adiante. Segundo, reforçar uma das siglas fiéis ao Palácio do Planalto em meio a atual crise do chamado ‘mensalão’ – o suposto pagamento de ‘mesadas’ a deputados” (FOLHA DE S. PAULO, 29/06/2005).

<sup>67</sup> Foram criadas duas Secretarias (a Secretaria da Controladoria e a Secretaria de Esporte e Juventude) pela Lei nº 13.297 de 07 de março de 2003.

#### **4.2 Derrocada peessedebista e os rearranjos da esquerda no Ceará em 2006**

O pleito para o Governo do Estado do Ceará contou com seis candidatos: Cid Gomes (PSB), Lúcio Alcântara (PSDB), Renato Roseno (PSOL), José Maria de Melo (PL), Francisco Horário Gondim (PSDC) e Salete Maria da Silva (PCO). A esquerda estava distribuída em três candidaturas. O PCO se lançou sem coligação, enquanto o PSOL veio coligado ao PSTU e ao PCB. Enquanto isso, o PT foi coadjuvante na candidatura de Cid Gomes (PSB). Pela primeira vez, o PT não tinha candidato próprio em detrimento de uma candidatura do PSB, que, geralmente, era aliado ao PT, com exceção das eleições de 2002.

A candidatura peessebista foi costurada a partir da saída dos Ferreira Gomes do PPS em meados de 2005. A família, aliada ao governo Lula, paulatinamente, afastava-se do PSDB, aproximando-se de uma candidatura estadual que se alinhasse à candidatura presidencial do PT. A candidatura do PSB teve, em sua coligação, nove partidos, incluindo PT, PMDB, PC do B, PP e PV, todos participantes da coalizão do governo federal, conforme Anexo II. Devido às restrições da legislação eleitoral quanto à verticalização das coligações, PSB e PMDB não se coligaram à candidatura de Lula à presidência, mas deram o apoio informal à candidatura petista. Assim, a candidatura do PSB estava completamente alinhada à chapa petista na disputa presidencial.

O candidato do PSB foi Cid Gomes, irmão de Ciro Gomes e ex-prefeito de Sobral-CE. O candidato a vice-governador era Francisco Pinheiro, do PT. A indicação teve o apoio de Luizianne Lins, também do PT, prefeita da capital cearense eleita no pleito de 2004 (CARVALHO, 2010, p. 86). Embora essa posição do PT cearense se alinhasse às pretensões estratégicas do PT nacional de ter o apoio de uma candidatura mais competitiva, algumas lideranças petistas cearenses, como o ex-candidato José Airton, defendiam a candidatura própria do PT.<sup>68</sup> O PT estadual, pela primeira vez, alinhava-se aos Ferreira Gomes.

---

<sup>68</sup> “Entre os líderes do partido, há poucos descontentes com a hipótese de não lançar candidatura própria. Um deles é José Airton Cirilo, que já se lançou pré-candidato. Nas eleições passadas, ele perdeu para o atual governador, Lúcio Alcântara (PSDB), no segundo turno” (FOLHA DE S. PAULO, 08/04/2006).

A coligação peessebista contava ainda com o apoio do PMDB, que, desde o surgimento do PSDB, se opunha ao grupo tassista, mas nunca se aliara a partidos de esquerda no estado. A coligação peessebista contemplou tanto partidos de esquerda, como PT e PC do B, quanto partidos mais à direita no espectro, como o PMDB (de centro) e o PP (centro-direita). Por um lado, a aliança dos Ferreira Gomes a partidos aos quais nunca se aliara antes, como PT e PC do B, indicava uma tendência iniciada durante a década de 1990 com a migração de Ciro Gomes do PSDB para o PPS. Por outro, à medida que o PSDB nacional consolidava alianças partidárias com poucos partidos e mais à direita, com o PFL e com o PTB, os partidos à esquerda começaram a lançar mão de coligações mais amplas, contemplando partidos de centro-esquerda, centro, como o PMDB, e centro-direita, como o PP. Assim, o contexto eleitoral de 2006, no Ceará, apresentou o rearranjo do PSB e do PT, que optaram por uma coligação mais flexível ideologicamente. Partidos mais à esquerda, como PSTU, PSOL, PCB e PCO, preferiram lançar candidaturas menos inconsistentes ideologicamente, por isso, as coligações, quando existiam, eram menores e com partidos de esquerda.

Já o candidato do PSDB foi Lúcio Alcântara, governador do Ceará. No entanto, a indicação de seu nome não foi consensual dentro do partido. Tasso Jereissati, presidente nacional do PSDB no período, continuava próximo dos Ferreira Gomes e, por isso, sugeriu que o atual governador apoiasse a candidatura de Cid Gomes. Uma aliança PSB-PSDB manteria a união política entre Tasso e os Ferreira Gomes, impossibilitando uma aliança de Cid Gomes com o PT. No entanto, o poder do governador preponderou e Lúcio se colocou como candidato à reeleição pelo PSDB, tendo a adesão de mais de 50% dos prefeitos cearenses (CARVALHO, 2010, p. 85). Isso possibilitou a aliança entre os Ferreira Gomes e o PT e afastou a possibilidade de Tasso Jereissati controlar a sucessão estadual pelo lado do PSDB. Ficou configurada a cisão interna entre o grupo tassista e lucista (em referência a Lúcio Alcântara) dentro do PSDB cearense. Apesar de não apoiar a candidatura de Lúcio, Tasso Jereissati, sendo a maior liderança do partido no estado e presidente nacional do

partido, colaborou com a campanha no estado da candidatura de Geraldo Alckmin (PSDB) à presidência da República.<sup>69</sup>

Assim sendo, ainda que a disputa eleitoral cearense tenha sido presidencializada, ela se adaptou ao contexto de alianças entre os grupos políticos no estado. Esse movimento de imposição de restrições nacionais às alianças estaduais impediu que Tasso Jereissati apoiasse, de forma deliberada, a candidatura de Cid Gomes, ainda mais pelo papel que ele exercia dentro do PSDB, o de presidente nacional da sigla. Ainda seguindo os ditames da lógica presidencial de alianças, o PSDB cearense optou por se coligar com o PFL, fato nunca ocorrido no estado.

As eleições deram a vitória para Cid Gomes, do PSB, ainda no primeiro turno, com 62,38% dos votos válidos. Lúcio Alcântara teve apenas 33,87% dos votos (ver Tabela 4.8). O pleito de 2006 marcou a primeira vitória para a disputa estadual de uma candidatura de esquerda, caracterizada pela mudança do perfil de alianças do PSB e do PT estaduais. Enquanto isso, a eleição também marcou a primeira derrota do PSDB no estado desde sua fundação.

TABELA 4.8 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – CEARÁ (2006)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS	%
Cid Ferreira Gomes	PSB	PSB – PT – PC do B – PMDB – PRB – PP – PHS – PMN – PV	2.411.457	62,38
Lúcio Gonçalo de Alcântara	PSDB	PSDB – PTB – PTN – PSC – PPS – PFL – PAN – PTC	1.309.277	33,87
Renato Roseno de Oliveira	PSOL	PSOL – PSTU – PCB	106.184	2,75
Francisco Horácio Marques Gondim	PSDC	Sem coligação	19.491	0,50
José Maria de Melo	PL	PL – PDT – PRTB – PT do B	15.274	0,40
Saete Maria da Silva	PCO	Sem coligação	4.165	0,11
<b>TOTAL</b>			<b>3.865.848</b>	<b>100,0</b>

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará (TRE-CE).

\* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

A esquerda saiu fortalecida não somente pelo desempenho na eleição para governador, mas também pela vitória de Inácio Arruda (PC do B) para o Senado, que

<sup>69</sup> “O presidente nacional do PSDB, Tasso Jereissati, diz a quem quiser ouvir que não fará a campanha do correligionário Lúcio Alcântara no Ceará. Seu palanque – e o de Alckmin – no Estado será o do candidato ao Senado Moroni Torgan (PFL)” (FOLHA DE S. PAULO, 03/07/2006).

derrotou, dentre vários candidatos, Moroni Bing Torgan (PFL), candidato apoiado por Tasso Jereissati e pela coligação do PSDB. Nas eleições proporcionais, o maior avanço do PT se deu na bancada federal, com quatro deputados federais eleitos (em 2002, foram somente dois). O PSB elegeu com dois deputados federais e oito deputados estaduais. Em 2002, o partido não tinha elegido deputados federais pelo estado e, para a ALECE, somente tinham sido eleitos dois deputados.

Já na arena governamental, o primeiro gabinete formado por Cid Gomes possuía a maior diversidade de partidos, se comparado aos demais governos do período em análise. Participaram do primeiro gabinete cinco partidos: PSB, PT, PMDB e PC do B (partidos aliados na arena eleitoral) e PSDB (partido de oposição nas eleições) (ver Quadro 4.7).

QUADRO 4.7 – PRIMEIRO GABINETE FORMADO POR CID GOMES (CID I) – CEARÁ (2007)

NOMEADOS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	SECRETARIAS	TIPOS DE SECRETARIA
ALOÍSIO BARBOSA DE CARVALHO NETO	PMDB	CONTROLADORIA	ECONÔMICO-ADMINISTRATIVA
CÉSAR AUGUSTO PINHEIRO	PMDB	RECURSOS HÍDRICOS	
CARLOS MAURO BENEVIDES FILHO	PSB	FAZENDA	
FRANCISCO ADAIL CARVALHO FONTENELE <sup>2</sup>	Sem filiação	INFRA-ESTRUTURA	
BISMARCK COSTA LIMA PINHEIRO MAIA	PSDB	TURISMO	
CAMILO SOBREIRA DE SANTANA	PT	DESENVOLVIMENTO AGRÁRIO	
JOAQUIM CARTAXO FILHO	PT	DESENVOLVIMENTO LOCAL E REGIONAL	
SILVANA MARIA PARENTE NEIVA SANTOS	Sem filiação	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO	
RENÉ TEIXEIRA BARREIRA	Sem filiação	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E EDUCAÇÃO SUPERIOR	
ARIALDO DE MELLO PINHO	Sem filiação	CASA CIVIL	POLÍTICA
JOÃO ANANIAS VASCONCELOS NETO	PCdoB	SAÚDE	SOCIAL
MARCOS CÉSAR CALS DE OLIVEIRA <sup>1</sup>	PSDB	JUSTIÇA E CIDADANIA	
ARTUR JOSÉ VIEIRA BRUNO	PT	TRABALHO E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
FRANCISCO AUTO FILHO	PT	CULTURA	
MARIA IZOLDA CELA DE ARRUDA COELHO	Sem filiação	EDUCAÇÃO	
FERRÚCCIO PETRI FEITOSA	Sem filiação	ESPORTE E JUVENTUDE	
ROBERTO DAS CHAGAS MONTEIRO	Sem filiação	SEGURANÇA PÚBLICA E DEFESA SOCIAL	

Fonte: Base elaborada pelo autor com base em informações fornecidas pelas Secretarias de Estado e pelo DOE-CE e dados sobre os partidos a partir da base de filiação do TSE e de candidaturas do TRE-CE.

<sup>1</sup> O primeiro nomeado para a pasta foi Antônio Luiz Abreu Dantas (PSDB), mas esse ficou somente um mês no cargo, ocupando, posteriormente, o de secretário adjunto. Após assumir como deputado estadual, Marcos César Cals de Oliveira foi nomeado para a pasta de Justiça. <sup>2</sup> Francisco Adail Carvalho Fontenele pediu desfiliação ao PSDB em 15 de janeiro de 2007, logo após ter assumido o cargo. Por isso, não foi considerado como um secretário filiado ao partido.

O amplo governo de coalizão formado por Cid Gomes veio resolver os problemas que o Executivo estadual vinha enfrentando com a Assembleia Legislativa, depois dos fortes embates entre o ex-governador Lúcio Alcântara e a oposição legislativa.<sup>70</sup> O nível de partidização das secretarias foi de 62,5% (10 de um total de 16 Secretarias), de forma a contemplar os aliados políticos, inclusive o PSDB, que apesar de opositor nas eleições, obteve cargos de primeiro escalão, no governo, e, no legislativo, ficou com o controle da maior parte das Comissões e posições importantes na Mesa Diretoria da ALECE.<sup>71</sup>

Cid Gomes destinou duas pastas para filiados ao PSDB (Turismo e Justiça), duas para o PMDB (Controladoria e Recursos Hídricos), quatro para o PT (Trabalho, Cultura, Desenvolvimento Agrário e Desenvolvimento Local e Regional, que viria se tornar Secretaria das Cidades em fevereiro de 2007), uma para o PC do B (Saúde) e somente uma para o PSB (Fazenda). Essa foi a primeira vez que o partido do governador foi minoritário em um gabinete, sendo esse o padrão configurado durante todo o governo Cid Gomes (2007-2010).

Em agosto e setembro de 2007, respectivamente, os secretários Ferrúccio Feitosa (Esporte) e Francisco Adail (Infraestrutura) se filiaram ao PRB, partido aliado à candidatura de Cid Gomes em 2006 que tinha relações estreitas com o governador.<sup>72</sup> Com isso, houve a formação de outro gabinete, mesmo que não secretários não tenham sido trocados. O PRB passou a ser um partido da coalizão de governo, participando da gestão de Cid até o final do mandato.

Em março de 2010, Cid Gomes fez uma série de mudanças no seu gabinete, não se configurando na composição de um novo, conforme os critérios definidos, pois nem

---

<sup>70</sup> “Ao logo dos últimos quatro anos, a Assembléia foi um turbilhão político no qual surgiu e se organizou o bloco de oposição que derrotaria Lúcio Alcântara (PSDB) e elegeria Cid governador. Contudo, das urnas e sob a sombra da nova coalizão política que se tornou hegemônica no Estado, surge uma nova ordem política. As divergências de poucos meses atrás parecem sepultadas pelo resultado eleitoral. A palavra de ordem é a conciliação política” (O POVO, 31/01/2007).

<sup>71</sup> “Além de Marcos Cals participar do governo, juntamente com Adail Fontenele (ex-PSDB) – na pasta de Infra-estrutura – e Bismarck Maia (licenciado) – titular da Secretaria de Turismo –, os tucanos ocupam três posições na mesa diretora. Gony Arruda ficou na primeira vice-presidência, Fernando Hugo na 2º secretaria e Osmar Baquit na 4º” (O POVO, 01/02/2007).

<sup>72</sup> “Dentro do chamado Bloco de Esquerda, no qual se insere o PSB, uma sigla de vida recente no cenário político nacional, criada há apenas dois anos, funciona como forte base de apoio aos socialistas: o PRB. Este partido passa por uma fase de consolidação no Ceará e abriga membros com estreita ligação com o PSB. Entrando no jogo no contexto da campanha eleitoral do hoje governador Cid Gomes (PSB), em 2006, o partido busca se fortalecer com o apoio aos governos estadual e municipal” (O POVO, 15/09/2007);

mudou a composição partidária da coalizão e nem alterou mais 50% dos secretários. Com uma coalizão ampla, Cid Gomes se candidataria à reeleição, compondo uma coligação composta por grande número de partidos, contemplando quase todos os partidos da sua coalizão de governo: PSB, PRB, PT, PMDB e PC do B. Outros partidos se juntaram à coligação, como o PDT e o PSC. O candidato a vice-governador, dessa vez, seria do PMDB, Domingos Gomes de Aguiar Filho (presidente da ALECE). O PT tinha interesse na vaga do Senado, abrindo espaço para o PMDB na candidatura de vice-governador.

Dos partidos que detinham pastas no governo, somente o PSDB não tinha participação na coligação, pelo fato de ter lançado candidato de oposição nas eleições. Apesar disso, o PSDB detinha cargos de primeiro escalão no governo, o que indicava que, novamente, o partido veio dividido internamente para a disputa eleitoral.

O candidato pelo PSDB foi Marcos César Cals de Oliveira, filho de um dos coronéis da política cearense (César Cals), conhecido como Marcos Cals, e secretário de Justiça do governo Cid Gomes até março de 2010. A coligação peessedebista contava o DEM (ex-PFL), reforçando a aliança que já tinha se apresentado em 2006 tanto no nível estadual quanto nas eleições presidenciais. A disputa entre as duas candidaturas replicava o alinhamento estabelecido pelos partidos no nível nacional, evidenciado pelo alto grau de presidencialização da disputa (em torno de 0,85,) padrão já obtido nas duas eleições anteriores (2002 e 2006).

Cid Gomes (PSB) conseguiu repetir o desempenho das eleições anteriores, sendo reeleito com 61,27% dos votos válidos contra 19,5% de César Cals (PSDB) e 16,4% de Lúcio Alcântara, ex-governador que havia migrado para o PR em 2007, rompendo com o PSDB. Os três candidatos tinham algum tipo de ligação com Tasso Jereissati e, naquele pleito, o confronto entre eles indicava o esfacelamento do grupo tassista que, durante a década de 1990, possuiu a hegemonia política do estado cearense.

TABELA 4.9 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – CEARÁ (2010)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS	%
Cid Ferreira Gomes	PSB	PSB – PRB – PDT – PT – PMDB – PSC – PC do B	2.436.940	61,27
Marcos César Cals de Oliveira	PSDB	PSDB – DEM	775.852	19,51
Lúcio Gonçalo de Alcântara	PR	PR – PPS	654.035	16,44
Raimundo Marcelo Carvalho da Silva	PV	PV	66.271	1,67
Soraya Vanini Tupinambá	PSOL	Sem coligação	38.599	0,97
Francisco das Chagas Gonzaga	PSTU	Sem coligação	5.412	0,14
<b>TOTAL</b>			3.977.109	100,00

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará (TRE-CE).

\* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

Essas eleições marcaram o rompimento de Tasso Jereissati com os Ferreira Gomes. Tasso foi candidato à reeleição para o Senado, pelo PSDB, mas foi derrotado pelos candidatos da coligação governista, ficando em terceiro lugar na disputa. Em entrevista ao jornal *O Povo*, do Ceará, Cid Gomes, já reeleito para o Governo do Estado, tratou sobre o assunto:

[...] a gente tem uma relação histórica com o Tasso. Eu nunca escondi nada de ninguém. Eu tentei até a última hora fazer aqui uma composição em que se preservasse a candidatura do Tasso. [...] Ele se precipitou. Eu tava (*sic*) trabalhando quando sou surpreendido por uma declaração. Fiquei no pior dos mundos. [...] meu partido dizia: “Olha, vamos manter a aliança com o PT, o PT fica na vice, eu tenho um compromisso público com o Eunício (Oliveira, senador eleito, do PMDB). E a outra vaga, vamos votar no Tasso”. O meu partido disse isso em todas as reuniões. Fiz uma reunião no Cariri, fiz uma reunião em Sobral e fiz uma reunião em Baturité. Ouvi todas as seções nessas três reuniões. E o sentimento, é claro que isso não era uma opinião consensual, mas, majoritariamente, o sentimento do partido era esse. [...] Eu fui ao Lula e propus ao Lula isso. Achando eu, entendendo eu que era melhor para mim, claro, mas era pela eleição da Dilma (Rousseff, candidata do PT à Presidência) também, porque, de certa forma, a gente estaria neutralizando. [...] E depois a resposta veio pelo PT. O PT nacional: não, que já tinha tido muitos sacrifícios. O PT, em nome de composições, em vários lugares já tinha se sacrificado. Que o Senado era importante e essa vaga para o Senado era prioridade para o PT (O POVO, 11/10/2010).

A tentativa de preservar a candidatura de Tasso Jereissati passou por uma negociação com o PT nacional para compor a candidatura de vice-governador com PT estadual, abrindo uma vaga para Tasso Jereissati. O PT nacional barrou, tendo em vista que era estratégico para o partido ampliar sua bancada no Senado. Logo, observa-se, além do alinhamento entre as candidaturas governistas e oposicionistas no nível nacional e estadual,

uma estratégia do PT, junto às candidaturas estaduais, visando compor bancadas no Congresso mais favoráveis para o governo federal. As “racionalidades políticas” dos atores políticos estaduais foram, claramente, constrangidas pelas imposições das candidaturas presidenciais. Sendo assim, ainda que Cid Gomes tivesse proximidade histórica com Tasso, a relação entre os dois foi distanciada devido aos seus posicionamentos junto às candidaturas presidenciais de PT e PSDB, respectivamente, as candidaturas governista e a oposicionista mais competitiva.

Enfim, como resultado da força governista, a partir de um alinhamento nacional, Tasso Jereissati saiu ainda mais enfraquecido do pleito, assim como todo o PSDB, que, além de ter sido derrotado novamente nas eleições, teve sua bancada na ALECE diminuída de quinze para sete e sua bancada estadual na Câmara Federal de cinco para dois.

#### **4.3 Alinhamentos partidários no Ceará: conclusões**

As alianças partidárias no Ceará, paulatinamente, foram unindo elementos da dinâmica da disputa eleitoral nacional com a especificidade particular do subsistema político estadual. Já na transição do regime militar para a democracia, a disputa que marcou a década de 1980, principalmente no pleito de 1986, foi a disputa entre as forças políticas ligadas ao regime militar (PDS e PFL) e o grupo político que representava a democracia e a modernidade (o PMDB e o grupo tassista). No entanto, se, na arena nacional, PMDB e PFL tinham se unido em torno da candidatura de Tancredo Neves, no Ceará, o PFL era ligado umbilicalmente ao PDS, dinâmica similar em outros estados nordestinos. A diferença residia no posicionamento do PFL, mas a polarização reproduzia no estado a disputa entre PDS e PMDB. O subsistema político cearense passou de completamente controlado pelos chamados “coronéis” para um competitivo, que permitiu a mudança da elite dirigente estadual, em 1986, com a vitória do PMDB e do grupo tassista ligado ao CIC.

Com a migração do grupo político de Tasso Jereissati para o PSDB, o partido obteve vitórias eleitorais em 1990, 1994, 1998 e 2002. A dinâmica passou a ser amplamente presidencializada a partir de 1994, quando o índice de presidencialização da disputa estadual chegou ao patamar de 0,8, indicando grande proximidade com a disputa presidencial

nacional. Em 2002, a presidencialização chegou a 0,85, mantendo-se nas disputas até 2010 (ver Quadro 4.8).

QUADRO 4.8 – COLIGAÇÕES ELEITORAIS NA DISPUTA PARA O GOVERNO DO ESTADO – CEARÁ (1986-2010)

ELEIÇÕES	CANDIDATURA DE OPOSIÇÃO MAIS COMPETITIVA	CANDIDATO GOVERNISTA	CANDIDATURAS DO PT	OUTRAS CANDIDATURAS (ESQUERDA)	OUTRAS CANDIDATURAS	ÍNDICE Presid. Eleitoral
1986	<b>PFL</b> (PDS – PTB)	<b>PMDB</b> (PDC – PCB – PCdoB)	<b>PT</b> (PSB)	–	PSC – PL	N/A <sup>1</sup>
1990	<b>PDS</b> ( <b>PFL</b> – <b>PMDB</b> – PTR – PSD – PT do B)	<b>PSDB</b> (PDC – PDT)	<b>PT</b> (PCB – <b>PSB</b> – PC do B)	–	PRN	0,6
1994	<b>PMDB</b> ( <b>PPR</b> – <b>PFL</b> – PP – PSD)	<b>PSDB</b> (PTB – PDT)	<b>PT</b> (PPS – <b>PSB</b> – PC do B)	PSTU (PCB)	PRONA	0,8
1998	<b>PMDB</b> ( <b>PFL</b> – PST – PSL – PSC – PAN – PRN – PSDC)	<b>PSDB</b> ( <b>PPB</b> – PPS – PTB – PSD)	<b>PT</b> (PDT – <b>PSB</b> – PC do B – PV – PCB)	PSTU	PMN	0,8
ELEIÇÕES	CANDIDATURA DE OPOSIÇÃO MAIS COMPETITIVA	CANDIDATO GOVERNISTA	CANDIDATURAS DO PMDB	OUTRAS CANDIDATURAS (ESQUERDA)	OUTRAS CANDIDATURAS	ÍNDICE Presid. Eleitoral
2002	<b>PT</b> (PC do B – PL – PMN – PCB)	<b>PSDB</b> ( <b>PPB</b> – PSD – PV)	<b>PMDB</b> ( <b>PFL</b> )	PTB	<b>PSB</b> (PSDC – PSC – PSL – PT do B – PHS – PAN – PGT – PRTB)	0,85
				PDT		
				PSTU		
2006	<b>PSDB</b> (PTB – PTN – PSC – PPS – <b>PFL</b> – PAN – PTC)	<b>PSB</b> ( <b>PT</b> – PC do B – <b>PMDB</b> – PRB – <b>PP</b> – PHS – PMN – PV)	–	PSTU (PCB – PSOL)	PL (PDT – PRTB – PT do B)	0,85
				PCO	PSDC	
2010	<b>PSDB</b> ( <b>DEM</b> )	<b>PSB</b> (PRB – PDT – <b>PT</b> – <b>PMDB</b> – PSC – PC do B)	–	PSOL	PV	0,85
				PSTU	PR (PPS)	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Ceará (TRE-CE).

\* A sigla fora dos parênteses é refere ao partido do candidato, e as siglas dentro dos parênteses são dos coligados.

<sup>1</sup> Não se aplica. A primeira eleição presidencial direta ocorreu somente em 1989.

Nos pleitos de 1990 a 2002, ficou evidente a força de Tasso Jereissati e de seu grupo no subsistema político cearense. Durante os anos 1990, o maior adversário do PSDB foi o PMDB e seu maior aliado do período, o PFL. No caso nacional, o PFL, no caso nacional, no entanto, era o maior aliado do PSDB. No entanto, devido a razões regionais, os dois partidos não se aliavam. Já o PTB, aliado do partido no nível nacional, apareceu na coligação peessedebista em 1994 e 1998, seguindo os ditames dos alinhamentos partidários nacionais.

As disputas eleitorais, nesse tempo de hegemonia tassista, eram amplamente favoráveis ao PSDB, tanto nas eleições para o Governo do Estado quanto para os cargos proporcionais. O PMDB, apesar de apresentar constantemente candidaturas de oposição, era um partido que paulatinamente se enfraquecia, abrindo espaço para uma oposição mais articulada: o PT. No entanto, de 1986 a 1998, o partido, apesar de progredir em termos eleitorais, não fez frente ao poderio peessedebista no estado. Até aquele momento, o PT

apresentava a terceira candidatura mais competitiva nas disputas estaduais, tendo como seu principal apoiador o PSB.

Assim, ainda que reproduzisse a polarização PT-PSDB estabelecida nas disputas presidenciais e representada pelos altos índices de presidencialização apontados no período, o PT somente foi polarizar a disputa em 2002. É a partir dessas eleições que começa uma nova dinâmica eleitoral no estado. O PMDB perde o posto de partido de oposição mais competitivo para o PT, que, aliado a outros partidos de esquerda, e ao PL (replicando a aliança estabelecida nacionalmente), conseguiu tornar o pleito mais concorrido, levando-o para o segundo turno, mas foi derrotado por uma pequena margem de votos. Isso indicava que o tassismo estava se diluindo no estado, assim como a unidade do PSDB. Isso iria se consolidar em 2006, com a derrota do partido e a vitória do PSB, apoiado por uma aliança com PMDB e PT, além de PC do B.

Nos pleitos de 2002, 2006 e 2010, as eleições para governador passaram a replicar, quase integralmente, a dinâmica que se configurou no pleito presidencial, considerando os apoios informais recebidos pela candidatura de Lula, do PSB e do PMDB, diante das restrições da verticalização imposta pela Justiça eleitoral. Em 2006, a cabeça de chapa ficou com o PSB e o vice com o PT. Em 2010, a disputa foi semelhante, colocando, de um lado, a candidatura do PSDB-DEM e de outro, a coligação PSB-PMDB-PT e demais partidos aliados. Se, antes de 2002, a força do tassismo impediu o avanço da força oposicionista no estado, depois disso, os partidos à esquerda (PT e PSB) ampliaram sua força eleitoral e conseguiram fazer frente ao PSDB estadual, em meio às vitórias do PT nas eleições presidenciais (2002, 2006 e 2010).

Apesar do grau de contínuo alinhamento das disputas eleitorais estaduais com as disputas, na arena governamental, os governadores tenderam a formar gabinetes com poucos partidos, principalmente até 2006. Além disso, na maioria das vezes, não seguiram os alinhamentos nacionais para compor governos, tendência essa observada em todos os governos.

No primeiro governo Tasso Jeiressati (1987-1991), somente um dos três gabinetes contou com um partido aliado, o PDT. A presença desse partido foi constante até 2006, sendo aquele o aliado que mais recebeu pastas de primeiro escalão dos governos

peessedebistas. A aliança PSDB-PDT, no entanto, não teve nenhuma ocorrência durante o governo Fernando Henrique Cardoso (ver Anexo II). A distribuição de cargos seguiu mais os interesses políticos dos governadores, que tenderam a concentrar as pastas no seu partido. Na maioria das vezes, essa distribuição para os partidos não garantiu a obtenção de maiorias legislativas, o que indicava que outras moedas de troca (não somente a distribuição de Secretarias) foram utilizadas para obter apoio legislativo da maioria dos deputados estaduais em votações de interesse do governo (ver Tabela 4.10).

TABELA 4.10 – GABINETES DO GOVERNO DO ESTADO DO CEARÁ (1987-2010)

Gabinetes			Perfil das Coalizões		
Governador e Gabinete	Período do Gabinete	Partidos Representados no Gabinete (% de Pastas Ocupadas pelos partidos)	Apoio Legislativo oferecido pela totalidade de partidos aliados presentes no Gabinete (%)	Taxa de Coalescência	% de Secretários sem filiação partidária
Tasso Jereissati 1	mar/87 – mai/88	PMDB (33,3)	52,17	0,333	66,70
Tasso Jereissati 2	mai/88 – abr/90	PMDB (40,0) – PDC (6,67)	52,17	0,400	53,33
Tasso Jereissati 3	abr/90 – mar/91	PSDB (26,67)	30,43	0,267	73,33
<b>Média Governo Tasso I</b>			<b>44,92</b>	<b>0,333</b>	<b>64,45</b>
Ciro Gomes 1	mar/91 – nov/91	PSDB (40,0) – PDT (13,33) – PMDB (6,67)	54,43	0,587	40,00
Ciro Gomes 2	nov/91 – mai/92	PSDB (33,33) – PDT (13,33)	45,65	0,467	53,33
Ciro Gomes 3	mai/92 – mar/94	PSDB (46,67)	39,13	0,467	53,33
Ciro Gomes 4	abr/94 – jun/94	PSDB (18,75) – PDT (6,25)	45,65	0,250	75,00
Ciro Gomes 5	jul/94 – out/94	PSDB (18,75)	39,13	0,188	81,25
Francisco Aguiar 1	out/94 – dez/94	PSDB (12,5) – PDT (6,25)	45,65	0,188	81,25
<b>Média Gov.  Ciro/Aguiar</b>			<b>44,94</b>	<b>0,358</b>	<b>64,03</b>
Tasso Jereissati II – 1	jan/95 – dez/98	PSDB (52,94) – PDT (5,89)	52,17	0,588	41,17
Tasso Jereissati III - 1	jan/99 – mar/02	PSDB (47,06) – PDT (5,88)	50,00	0,529	47,06
<b>Média Gov. Tasso  Jereissati II e III</b>			<b>51,09</b>	<b>0,559</b>	<b>44,12</b>
Beni Veras 1	abr/02 – dez/02	PSDB (55,56)	45,65	0,556	44,44
Lúcio Alcântara 1	jan/03 – ago/05	PSDB (42,11) – PDT (5,26) – PPS (5,26)	47,82	0,519	47,37
Lúcio Alcântara 2	ago/05 – fev/06	PSDB (42,86) – PDT (4,76) – PSB (4,76)	43,47	0,524	47,62
Lúcio Alcântara 3	fev/06 – jul/06	PSDB (38,10) – PDT (4,76)	39,13	0,429	57,14
Lúcio Alcântara 4	jul/06 – dez/06	PSDB (38,10) – PDT (4,76) – PPS (4,76) – PFL (4,76)	50,00	0,516	47,62
<b>Média Gov. L  Alcântara</b>			<b>45,11</b>	<b>0,497</b>	<b>49,94</b>
Cid Gomes 1	jan/07 – ago/07	PSB (5,88) – PT (23,53) – PCdoB (5,88) – PMDB (11,76) – PSDB (11,76)	73,91	0,412	41,18
Cid Gomes 2	set/07 – dez/10	PSB (5,9) – PT (17,65) – PCdoB (5,9) – PMDB (11,76) – PSDB (11,76) – PRB (11,76)	73,91	0,412	35,29
<b>Média Governo Cid</b>			<b>73,91</b>	<b>0,412</b>	<b>38,24</b>

Fonte: Base de dados do autor. N dos gabinetes: 14 a 21 pastas. N da ALECE: 46 cadeiras.

<sup>1</sup> Foi verificada migração partidária de deputados estaduais para o PSDB após a criação do partido, a partir das bases de dados de filiação do TSE e de candidaturas do TRE-CE. Dos 14 deputados estaduais, 12 vieram do PMDB e dois do PFL. Não foi possível verificar se houve migração de cinco deputados.

A maioria legislativa foi obtida pelos governos Tasso Jereissati, de 1995 a 2002, e durante o governo Cid Gomes, de 2007 a 2010, quando o governador montou uma ampla coalizão para dar conta dos conflitos entre a Assembleia Legislativa e o Executivo estadual. Para isso, Cid Gomes diminuiu o número de secretários sem filiação partidária e ampliou a participação de outros partidos no gabinete, inclusive de partidos como do PT e do PSDB, que passaram a participar do mesmo governo. No caso cearense, isso foi possível pois o governador, Cid Gomes (PSB), possuía relações estreitas tanto com os petistas quanto com os peessedebistas.

Assim, os gabinetes formados seguiam muito mais os ditames da política estadual do que, propriamente, da nacional, diferentemente da arena eleitoral, a qual tinha forte influência das alianças partidárias em torno de PT e PSDB. Isso reforça a tese de que o processo de estreitamento entre as alianças nos dois níveis (federal e estadual) tende a ocorrer, fundamentalmente, na arena eleitoral, onde PT e PSDB possuem interesse no processo de coordenação de campanhas com a construção de palanques que viabilizem suas candidaturas nos estados. Já na arena governamental, preponderam os interesses das elites dirigentes estaduais, à luz dos elementos políticos contextuais.

Quanto à proporcionalidade da distribuição de cadeiras para partidos aliados, observa-se que a coalescência média do primeiro governo do período em análise, Tasso Jereissati I (1987-1991), indica a pouca proporcionalidade na distribuição dos cargos para os partidos e seus pesos na Assembleia Legislativa. Já no governo Cid Gomes (1991-1994), a proporcionalidade da distribuição de pastas para aliados aumentou, ficando em torno de 0,5. Esse padrão foi presente até a formação dos últimos gabinetes do mandato de Cid Gomes, quando, já no contexto pré-eleitoral (a partir de abril de 1994), o governo tendeu a diminuir a coalescência dos seus gabinetes, devido à nomeação de uma grande quantidade de secretários não filiados a partidos. Posteriormente a este momento, os gabinetes tenderam a continuar coalescentes (em torno de 0,5), tendo uma queda para 0,41 a partir do governo Cid Gomes, que, apesar de distribuir cargos para muitos partidos, não o fez de forma proporcional às bancadas partidárias na Assembleia Legislativa.

Observa-se que, enquanto na arena eleitoral, as lideranças políticas estaduais, muitas vezes, submetem-se a imposições da Executiva nacional dos partidos, na arena

governamental, o chefe do Executivo forma gabinetes na tentativa de privilegiar seu partido e os aliados mais próximos, sem se orientar, necessariamente, pelos alinhamentos partidários no nível federal. A “racionalidade política” dos atores políticos cearenses tem se orientado, na arena eleitoral, a partir dos constrangimentos impostos pela coordenação de candidaturas presidenciais, enquanto, na arena governamental, os mesmos atores políticos priorizam o contexto estadual.

## CAPÍTULO 5

### O CASO DO PIAUÍ: DA POLARIZAÇÃO PFL-PMDB À EMERGÊNCIA DA PRESIDENCIALIZAÇÃO (1986-2010)

O Piauí, assim como o Ceará, é um estado conhecido na literatura especializada por ter antecedentes oligárquicos, ou seja, pelo domínio e concentração do poder no estado em poucos grupos políticos até meados da década de 1980. Porém, o caso piauiense tem diferenças significativas frente ao cearense. O retorno à democracia e as primeiras eleições diretas para o estado (1982 e 1986) não marcou uma ruptura com o modelo “oligárquico”, mas representou uma continuidade, motivada pela força política do PFL e pela dificuldade do PMDB e de outros partidos vencerem eleições sem o apoio de outras lideranças políticas tradicionais, como o PDS, em 1986.

A mudança política no Piauí ocorreu já em dois momentos: em 1994, com a eleição do PMDB, em pleito disputado contra o PFL; e, em 2002, quando o PT elegeu o governador. Esses foram os dois marcos que determinaram a derrocada do grupo pefelista no estado do Piauí. Foi justamente quando o PT passou a ser um ator relevante no estado que o índice de presidencialização teve um aumento significativo, favorecendo a articulação entre campanhas presidenciais e estaduais. A polarização, a partir de 2002, passou a ser entre o PT e a oposição, liderada principalmente pelo decadente PFL-DEM e pelo PSDB, com pouca interiorização no estado, mas com significativo capital político na capital do estado.

Dos estudos mais relevantes sobre política piauiense, uma parte deles tende a destacar o aspecto oligárquico do subsistema político estadual (ARRAES FILHO, 2000; SILVA, 1999), cobrindo até o final dos anos 1990. Outros, realizados posteriormente e contemplando um período mais amplo e recente, destacam o aspecto dinâmico da política estadual, o que levou à eleição de novos atores políticos para cargos no Legislativo e no Executivo (SANDES-FREITAS, 2010; DE DEUS, 2006). Entretanto, apesar de destacar o caráter mudancista do subsistema, esses estudos não abordaram as possíveis relações com a dinâmica política nacional. Assim, não foram considerados os possíveis impactos da coordenação eleitoral na estratégia dos atores políticos estaduais. O que se verifica é que a presidencialização impacta sobre o Piauí, mesmo esse estado não sendo, necessariamente,

estratégico para o PT e o PSDB nacionais. Logo, as lideranças políticas piauienses desses partidos entendem que o alinhamento às candidaturas presidenciais é fundamental para alavancar seus candidatos no estado. Assim, a presidencialização ocorre tanto por imposições provocadas via coordenação eleitoral de cima para baixo, quanto pelo alinhamento de baixo para cima dos atores políticos estaduais.

Portanto, será analisada a trajetória de alianças eleitorais e governamentais estabelecidas no Piauí, verificando como a presidencialização impactou na política estadual, avaliando em que medida alianças partidárias nacionais influenciaram sobre os acordos estabelecidos para a formação de gabinetes. Para analisar o caso aqui posto, serão consideradas as coligações e coalizões estaduais a partir de 1986.

### **5.1 O novo período democrático: recomposições do PDS e do PMDB em um cenário de hegemonia pefelista (1986 a 1994)**

A história política piauiense é ligada ao domínio de poucos grupos políticos à frente do Governo do Estado. O grande fiador da política piauiense até o início da década de 1980 foi Petrônio Portella. O político surgiu ainda no primeiro experimento democrático brasileiro como deputado estadual da UDN, colocando-se em oposição ao governo estadual de oposicionista do coronel Jacob Manuel Gayoso e Almenda, do PSD, durante o período de 1955 a 1959. Ao se alinhar à família Freitas, do ex-inimigo e ex-governador Pedro Freitas, Portella foi eleito governador em 1962 (SANDES-FREITAS, 2010, p. 66). A partir daí, o político se tornou peça-chave na política estadual piauiense. Como afirmou De Deus (2006, p. 100), “Petrônio Portella foi o mentor do sistema oligárquico que só entrou em declínio em 1990”.

Assim, durante o regime militar, Portella continuou a controlar o acesso de novas lideranças ao poder no estado, mesmo quando esteve no Senado, como enfatiza Silva (1999, p. 230):

[...] o surgimento de novas lideranças políticas no Piauí, até a morte de Petrônio, em 1980, passava pelo seu crivo, em face o prestígio que ele adquiriu nas esferas decisórias do Poder Militar. Nenhuma delas tinha autonomia para conquistar

espaços de poder junto aos militares face à sua forte presença no cenário político estadual e nacional. Todas as questões relativas ao Piauí tinham que passar pelo seu crivo (1999, p. 230).

Durante o regime militar, Petrônio foi um influente político pela ARENA. Participava da indicação de governador do Piauí, sendo liderança importante nos quadros do Governo Federal. Teve apenas uma derrota política, em 1970, quando o governador nomeado não foi indicado por ele: o ex-deputado estadual pela UDN e engenheiro Alberto Tavares Silva. Esse foi indicado pelos políticos arenistas e cearenses César Cals e Virgílio Távora, ditos “coronéis” da política cearense, conforme a literatura discutida no capítulo quatro. Alberto Silva tinha relação próxima aos coronéis cearenses, por ter presidido a Companhia de Eletricidade do Ceará durante o governo cearense de Távora, (SILVA, 1999; CASTELO BRANCO, 2011).

Em 1974, no entanto, Portella conseguiu retomar o controle político da indicação dos governadores, empurrando Alberto Silva para fora da ARENA. No início dos anos 1980, Silva, filiado e líder do Partido Popular (PP) no estado do Piauí, incorporou-se ao PMDB, candidatando-se nas eleições diretas para governador em 1982. Petrônio faleceu em 1980, mas o grupo ligado ao político tinha raízes fincadas no estado, permanecendo no controle político do estado: seu irmão, Lucídio Portella, foi governador do estado de 1979 a 1983. Os “Portella”, ligados ao PDS (ex-ARENA) apoiaram o pedessista Hugo Napoleão do Rego Neto, que era pertencente a dois troncos familiares tradicionais do Piauí: os Almendra Freitas e Napoleão do Rego, que tinham controle de dois municípios próximos à capital do estado, respectivamente, José de Freitas e União (SILVA, 1999, p. 279).

Assim, a conjuntura política estadual em 1982 colocava, de um lado, um grupo político vinculado às famílias tradicionais piauienses, que tinham longa trajetória política no estado (Portella Nunes, Almendra Freitas e Napoleão do Rego) e, de outro, um político dissidente da ARENA, que, por falta de espaço político, optou pela oposição, Alberto Silva, do PMDB. O resultado das eleições deu a vitória a Hugo Napoleão, do PDS, por 58,7% dos votos válidos. O candidato peemedebista ficou com 40,43%. Aquele pleito ainda teve o PT, que lançou José Ribamar dos Santos como candidato, obtendo apenas 0,87% dos votos. Logo, a polarização PDS-PMDB ocupava todo o espaço político piauiense naquele momento.

Essa polarização formada no início dos anos 1980 seria modificada pela disputa sucessória presidencial, com a formação da Aliança Democrática, que uniu o PMDB com uma facção dissidente do PDS, a “Frente Liberal”, resultando na criação do PFL. Com isso, o governador Hugo Napoleão foi um dos fundadores do PFL no estado do Piauí, rompendo com o grupo pedessista piauiense liderado por Lucídio Portella. Com isso, o PDS, sem espaço no governo estadual, aliou-se ao opositorista Alberto Silva nas eleições de 1986, que teve como vice-governador, Lucídio, contra a candidatura governista de Antônio de Almendra Freitas Neto (PFL), conhecido como “Freitas Neto”, primo do governador Hugo Napoleão. A conjuntura das eleições de 1986 marcou “a ruptura de um esquema político considerado imbatível e que fora montado em 1962 por Petrônio Portella Nunes” (SILVA, 1999, p. 287).

A coligação do PMDB contou com a participação de partidos de esquerda (PCB e do PC do B), além do PDS. A aliança apresenta uma grande amplitude ideológica ao colocar partidos de esquerda, centro e direita na mesma coligação. Sobretudo, a coligação apresentava um aspecto muito particular do subsistema político piauiense naquele momento que contrapunha PFL ao PMDB, aliados no nível nacional. O resultado do pleito deu a vitória para o candidato opositorista, que obteve quase 50% dos votos válidos, com uma diferença de menos de 2% acima do candidato governista, Freitas Neto.

TABELA 5.1 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – PIAUÍ (1986)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS	%
Alberto Silva	PMDB	PMDB – PDS – PCB – PCdoB	440.218	49,55
Freitas Neto	PFL	PFL – PDT	425.490	47,89
Nazareno Fonteles	PT	PT	22.791	2,57
<b>TOTAL</b>			888.499	100,00

Fonte: Base de Dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí (TRE-PI).

\* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

As eleições de 1986 marcaram uma alteração importante no cenário político estadual, mas não representou uma ruptura definitiva com os grupos políticos tradicionais do estado, pois a vitória peemedebista somente foi possível com o apoio pedessista, que ainda possuía grande capital político no estado e foi capaz de definir a eleição a favor de Alberto

Silva. Mesmo com a união PMDB-PDS, o PFL obteve ampla maioria na Assembleia Legislativa, tendo eleito 16 dos 30 deputados estaduais. Os demais deputados ficaram com o PMDB (oito) e com o PDS (seis parlamentares). Assim sendo, mesmo com a derrota, o PFL era um ator político relevante no subsistema partidário estadual, o que manteve a polarização política PMDB- PFL, nos anos posteriores,<sup>73</sup> até as eleições de 2002, quando o PT obteve a vitória no pleito para governador.

O governo Alberto Silva teve, ao todo, cinco gabinetes. Em todos eles, o PDS teve pastas. O partido do governador, o PMDB, controlou a maior parte das pastas no primeiro gabinete formado, mas o PDS tinha espaço significativo, com três Secretarias (ver Quadro 5.1).

QUADRO 5.1 – PRIMEIRO GABINETE FORMADO POR ALBERTO SILVA (SILVA I) – PIAUÍ (1987)

NOMEADOS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	SECRETARIAS	TIPOS DE SECRETARIA
MURILO ANTÔNIO PAES LANDIM	Sem filiação	ADMINISTRAÇÃO	ECONÔMICO-ADMINISTRATIVA
JOSÉ DE ANCHIETA MOURA FÉ	Sem filiação	AGRICULTURA	
NILO ANGELINE DA SILVA	PMDB	FAZENDA	
MURILO FERREIRA DE REZENDE	PMDB	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
FRANCISCO DAS CHAGAS PEREIRA	Sem filiação	PLANEJAMENTO	
JOSÉ MARIA GONCALVES VIANA	PDS	INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
JOÃO HENRIQUE DE ALMEIDA SOUSA	PMDB	GOVERNO	POLÍTICA
ISRAEL JOSÉ NUNES CORREIA	PSC	CULTURA, DESPORTOS E TURISMO	SOCIAL
ANTÔNIO DE NORONHA PESSOA FILHO	PDS	EDUCAÇÃO	
PAULO BARBOSA DOS SANTOS ROCHA	PMDB	JUSTIÇA	
JOSÉ LUIZ DA PAZ	PMDB	SAÚDE	
REINALDO MENDES DE OLIVEIRA	Sem filiação	SEGURANÇA	
LUDGERO RAULINO DA SILVA NETO	PDS	TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	

Fonte: Base elaborada pelo autor com base em informações fornecidas pelas Secretarias de Estado e pelo DOE-PI e dados sobre os partidos a partir da base de filiação do TSE e de candidaturas do TRE-PI.

\* Classificação a partir de tipologia presente no Anexo IV.

O PMDB ficou com Secretarias importantes, como Fazenda e Obras (econômico-administrativas) e Justiça e Saúde (sociais), além da coordenação política (Secretaria de

<sup>73</sup> Em 1990, o PMDB participou da coligação peessedebista ao Governo do Estado, mas o candidato era um peemedebista histórico que havia se filiado ao PSDB para a disputa daquelas eleições.

Governo). Entretanto, o acordo selado nas eleições de 1986, impunha a condição de participação do PDS no governo, que também possuía significativo peso na Assembleia Legislativa. Sendo assim, o partido foi indicado para as duas pastas sociais (Educação e Trabalho e Ação Social) e uma econômico-administrativa (Indústria e Comércio).

Nos demais gabinetes formados, o PDS manteve sua participação significativa, acompanhado de outros aliados que compuseram, de forma não contínua, os gabinetes. O PSC saiu do gabinete em julho de 1988, o que deixou o PMDB e o PDS como únicos partidos a comporem o governo. No terceiro gabinete, iniciado em março de 1989, houve a entrada do PL e, em janeiro de 1990, a entrada do PDC. Em maio de 1990, o governador formou um gabinete sem filiados ao PMDB, que era seu partido, em virtude da saída de secretários para a disputa eleitoral daquele ano. Assim, o PFL passou a controlar uma pasta, mesmo não sendo aliado ao governo, o que indica, neste caso, que é possível a participação de secretários filiados a partidos que não são, necessariamente, aliados do Governo do Estado.

Apesar da participação contínua do PDS ao longo do governo Alberto Silva, Lucídio Portella, do PDS, rompeu com o governador, aliando-se ao PFL, nas eleições de 1990, recompondo o antigo grupo formado por Petrônio Portella. A chapa pefelista tinha Antônio de Almendra Freitas Neto, o “Freitas Neto”, como candidato a governador e o pedessista Guilherme Melo.

A eleição foi polarizada novamente entre o grupo pefelista, agora apoiado pelo PDS, e o grupo peemedebista que apoiava a candidatura do PSDB. Apesar de não ter o PMDB na cabeça de chapa, o candidato peessedebista, Wall Ferraz, era anteriormente filiado ao partido, mas por saiu do partido após conflito interno ao PMDB estadual.<sup>74</sup> A coligação teve como candidato a vice Paulo Afonso Lages Gonçalves, do PMDB, tendo o apoio do governador peemedebista Alberto Silva. Logo, a lógica de disputas se manteve entre peemedebistas e pefelistas, ao que se manteria nas eleições de 1994 e de 1998. Os dois partidos concentravam o capital político e ditavam as regras das disputas eleitorais no estado.

---

<sup>74</sup> Raimundo Wall Ferraz havia sido filiado à ARENA durante o regime militar e ao PMDB, durante a década de 1980. Foi prefeito de Teresina entre 1976 e 1979 e entre 1986 e 1989. Ingressou no PSDB após divergências internas ao PMDB estadual: Alberto Silva, governador do estado, se opôs à candidatura de Heráclito Fortes, do PMDB, à Prefeitura de Teresina. Além disso, nas eleições presidenciais, Silva apoiou a candidatura de Collor à Presidência da República. Uma série de peemedebistas decidiram, então, aderir ao PSDB.

A coligação pefelista tinha como aliados, além do PDS, PTB e PSC. Estava mais alinhada ao grupo do presidente Collor, enquanto a candidatura peessedebista, apoiada por PMDB, PDC, PL, PTR e PRN, tinha como pretensão beneficiar o senador Mário Covas (PSDB), que havia saído candidato nas eleições de 1989 à Presidência (FOLHA DE S. PAULO, 22/11/1990). Além dessas candidaturas, novamente o PT lançou candidato, tendo como apoiadores: PDT, PSB e PC do B. E, por fim, o PMN lançou o Francisco Macedo. A eleição foi decidida no segundo turno, dando a vitória a Freitas Neto (PFL) com 54,84% dos votos válidos contra 45,16% de Wall Ferraz (PSDB).

TABELA 5.2 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – PIAUÍ (1990)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%	VOTOS 2º T	%
Freitas Neto	PFL	PFL – PDS – PTB – PSC	466.406	52,49	571.652	54,84
Wall Ferraz	PSDB	PSDB – PMDB – PDC – PL – PTR – PRN	408.800	46,01	470.660	45,16
Antônio Neto	PT	PT – PDT – PSB – PCdoB	53.477	6,02		
Francisco Macedo	PMN	PMN	4.934	0,56		
<b>TOTAL</b>			888.499	100,00	1.042.312	100,0

Fonte: Base de Dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí (TRE-PI).

\* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

O PFL, além de ter sido vitorioso na disputa para o Governo do Estado, elegeu a maior bancada da Assembleia Legislativa, com doze cadeiras, perdendo quatro deputados em relação às eleições de 1986. O PDS também perdeu duas cadeiras, ficando com quatro deputados. Houve a ampliação da fragmentação partidária, com a inclusão de mais três siglas na Assembleia Legislativa: PDC, PL e o PT. Dos partidos que já tinham deputados estaduais, somente o PMDB ampliou sua bancada, de oito para nove parlamentares. Como afirma Sandes-Freitas (2010, p. 103): “o PMDB foi favorecido pelo capital político adquirido durante o período que esteve à frente da máquina pública estadual”. Ainda que a composição da Assembleia Legislativa tivesse se tornado mais fragmentada, PMDB e PFL permaneceram com o maior número de cadeiras e continuaram a coordenar as disputas políticas estaduais.

O governador eleito de Freitas Neto (PFL) formou o primeiro governo em março de 1991. O PFL concentrou a maior parte das Secretarias (nove pastas) e o PDS ficou com

somente duas. O nível de partidização foi alto em comparação aos gabinetes formados por Alberto Silva: 84,61% das Secretarias foram destinadas a filiados a partidos, nesse caso, ao PFL ou ao PDS. Com a maioria das pastas, o PFL concentrou as Secretarias dos três tipos (econômica-administrativa, política e social), controlando a coordenação política do governo também (Secretaria de Governo).

QUADRO 5.2 – PRIMEIRO GABINETE FORMADO POR FREITAS NETO (FREITAS NETO I) – PIAUÍ (1991)

NOMEADOS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	SECRETARIAS	TIPOS DE SECRETARIA
MUSSA DE JESUS DEMES	PFL	ADMINISTRAÇÃO	ECONÔMICO-ADMINISTRATIVA
JÚLIO CESAR DE CARVALHO LIMA	PFL	AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
MOISÉS ÂNGELO DE MOURA REIS	PFL	FAZENDA	
ELÓI PORTELA NUNES SOBRINHO	PDS	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
ELMANO FÉRRER DE ALMEIDA	Sem filiação	PLANEJAMENTO	
ANTÔNIO JOSÉ DE MORAES SOUZA	PFL	INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
ANFRÍSIO NETO LOBÃO CASTELO BRANCO	PFL	GOVERNO	POLÍTICA
SEBASTIÃO ROCHA LEAL JÚNIOR	PFL	COMUNICAÇÃO SOCIAL	
ÁTILA DE FREITAS LIRA	PFL	EDUCAÇÃO	SOCIAL
ANTÔNIO DE BARROS ARAUJO	PFL	JUSTIÇA	
ANTÔNIO TOMAS CAJUBÁ DE BRITO COSTA	Sem filiação	SAÚDE	
ISMAR AGUIAR MARQUES	PFL	SEGURANÇA	
JUDAS TADEU DE ANDRADE MAIA	PDS	TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	

Fonte: Base elaborada pelo autor com base em informações fornecidas pelas Secretarias de Estado e pelo DOE-PI e dados sobre os partidos a partir da base de filiação do TSE e de candidaturas do TRE-PI.

Ao longo do governo Freitas Neto foi formado apenas um gabinete, contando apenas com algumas mudanças pontuais, não caracterizando nem uma alteração no perfil partidário do governo, nem de mais de 50% dos secretários, conforme os critérios estabelecidos nesta pesquisa para considerar o início de um novo gabinete. O gabinete formado pelo governador pefelista durou até o final de março de 1994, quando se desincompatibilizou do cargo para se candidatar ao Senado, assumindo o vice, Guilherme Melo, do PPR (ex-PDS).

O novo governador fez algumas mudanças no gabinete, dada a saída de uma série de secretários que se candidataram nas eleições daquele ano. Dos candidatos que concorreram às eleições, seis compuseram o gabinete de Freitas Neto. Somente quatro

permaneceram no gabinete de Guilherme Melo. As mudanças ampliaram o espaço do PPR no governo, passando a ter quatro Secretarias, o mesmo número do PFL. Houve a ampliação, também, dos secretários sem filiação partidária, de dois para sete.

O PDS, com origens no regime militar, vinha se enfraquecendo paulatinamente no estado, dada o surgimento da polarização estadual PFL-PMDB. O PDS-PPR vinha perdendo cadeiras no Legislativo estadual e manter a aliança com o PFL, que era eleitoralmente mais forte no estado, possibilitava ao PPR manter o acesso aos recursos de poder necessários para as lideranças do partido.

Mantendo a aliança estabelecida desde as eleições de 1990, PFL e PPR lançaram o pefelista Átila Lira para a disputa de governador. A candidatura contou, também, do PTB, do PL e do PP. O candidato de oposição mais competitivo fora o peemedebista Francisco Moraes Souza, o “Mão Santa”, que havia sido prefeito de Parnaíba, segunda cidade mais populosa do Piauí. No entanto, o candidato havia sido, até pouco tempo antes das eleições, filiado ao PPR, tendo ampla trajetória política na ARENA e no PDS:

[...] o candidato pelo PMDB já havia sido preterido de se candidatar a Governador no início dos anos 90, quando ao externar sua vontade a Lucídio Portella, Presidente do PDS, foi duramente criticado por este, alegando que “Mão Santa” não tinha condições de governar o Piauí. O pretense candidato tinha sido prefeito de sua cidade, Parnaíba, na década de 70, pela ARENA e deputado estadual, pelo PDS, no início dos anos 80 e, nas duas ocasiões foi liderado por Lucídio Portella. Por conta disso, Moraes Souza rompeu com o PDS e aproximou-se de Alberto Silva, do PMDB. Este partido, por falta de quadros naquele momento, aceita “Mão Santa”, que é candidato praticamente sozinho no interior do partido (SILVA, 1999, p. 298).

Apesar dessa trajetória, a candidatura de Mão Santa representava o rompimento com a oligarquia dominante no Piauí. Com esse lema, sua coligação contava com o apoio dos seguintes partidos: PDT, PPS, PMN, PSDB e do PC do B. O acordo com o PSDB mantinha o estreitamento entre as duas agremiações estabelecido em 1990, distanciando-se do acordo nacional estabelecido com o PFL. Outro aspecto importante a ser destacado da candidatura peemedebista é que a coligação agregou alguns partidos de esquerda, com o PDT, o PPS e o PC do B.

Mão Santa contava também com o apoio de importantes lideranças que se posicionavam contra o domínio do grupo político PFL-PPR: Alberto Silva, do PMDB (ex-

governador do estado no período 1987-1991), Wall Ferraz, do PSDB (prefeito de Teresina) e Chagas Rodrigues, do PSDB (ex-governador no período 1959-1962 e senador no período 1987-1994). Já Átila Lira contava com o apoio da máquina pública estadual, sob o controle do governador do PPR, Guilherme Melo, além do apoio dos candidatos ao Senado (eleitos naquele pleito), os ex-governadores pefelistas Hugo Napoleão e Freitas Neto, além do apoio do ex-governador Lucídio Portella, do PPR.

A presidencialização obtida, de 0,65, apontava para uma dinâmica que, apesar de ter algum grau de alinhamento entre os níveis de competição, era condicionada, substancialmente, pela lógica eleitoral PFL-PMDB que predominava no estado. Logo, partidos de esquerda e o PSDB, devido à racionalidade política contextual, foram levados a fecharem acordo com o PMDB. Do PSDB saiu o candidato a vice-governador da chapa, Osmar Araújo. O PT, por outro lado, manteve sua estratégia de lançamento de candidaturas próprias, tendo o apoio somente do PSB naquele pleito. Já o PFL, marcado pela ligação com lideranças estaduais conservadoras, traço característico do partido no Nordeste, alinhou-se ao PPR, evitando aproximação de partidos, como o PSD.

O PFL, apesar de ter eleito os dois senadores e a maior bancada da Assembleia Legislativa (14 deputados contra cinco do PMDB), não conseguiu eleger o governador. O resultado deu a vitória, no segundo turno, para o candidato peemedebista, com 55,81% dos votos válidos contra 44,19% do PFL. Um ponto importante a ser considerado, nessas eleições, é que o PT teve um crescimento eleitoral significativo, obtendo 15,16% dos votos válidos (Tabela 5.3). Ademais, elegeu dois deputados estaduais, um a mais do que em 1990. Esse pleito marcou uma nova era na política piauiense: o início do declínio do PFL no estado.

TABELA 5.3 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – PIAUÍ (1994)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%	VOTOS 2º T	%
Átila Lira	PFL	PFL – PPR – PTB – PL – PP	378.947	44,86	487.635	44,19
Francisco Moraes Souza ("Mão Santa")	PMDB	PMDB – PDT – PPS – PMN – PSDB – PC do B	316.200	37,43	615.945	55,81
Nazareno Fonteles	PT	PT – PSB	128.054	15,16		
Marciano Silveira Neto	PRN	PRN	21.590	2,56		
<b>TOTAL</b>			844.791	100,00	1.103.580	100,00

Fonte: Base de Dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí (TRE-PI).

\* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

## 5.2 A “era Mão Santa” e a continuidade da polarização PFL-PMDB

Seguindo a tendência já observada nos gabinetes dos governos anteriores, o governo formado por Mão Santa teve a participação de aliados na arena eleitoral, dando prioridade à participação do partido do vice-governador, o PSDB, que participou de todos os gabinetes até o ano eleitoral de 1998. Nos governadores anteriores, os partidos do vice também haviam garantido espaço no gabinete, ainda que os aliados menores, sem peso legislativo, não tivessem composto cargos de primeiro escalão.

Logo, no primeiro gabinete formado pelo governador peemedebista, foram contemplados o PMDB e o PSDB, além do PL, que era aliado da candidatura pefelista em 1994. O chefe do Executivo concentrou a distribuição de pastas políticas para o PMDB, inclusive a Secretaria de Governo, responsável pela coordenação política, além da pasta de Articulação com os Municípios, importante por ter relação estreita com as Prefeituras.

QUADRO 5.3 – PRIMEIRO GABINETE FORMADO POR “MÃO SANTA” (MÃO SANTA I-1) – PIAUÍ (1995)

NOMEADOS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	SECRETARIAS	TIPOS DE SECRETARIA
CARLOS ALBERTO TELES DE SOUSA FRANCISCO HAROLDO ALVES VASCONCELOS PAULO DE TARSO DE MORAES SOUZA LUIZ GONZAGA DE OLIVEIRA ANTÔNIO JOSÉ GUERRA JOÃO VICENTE DE MACEDO CLAUDINO	PMDB Sem filiação Sem filiação Sem filiação Sem filiação Sem filiação	ADMINISTRAÇÃO AGRICULTURA E ABASTECIMENTO FAZENDA OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS PLANEJAMENTO INDÚSTRIA, COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	ECONÔMICO-ADMINISTRATIVA
CELSO BARROS COELHO CARLOS AUGUSTO DE ARAÚJO LIMA DOMINGOS BACELAR DE CARVALHO FRANCISCO TOMAZ TEIXEIRA	PMDB PSDB PMDB PMDB	GOVERNO COMUNICAÇÃO SOCIAL ARTICULAÇÃO COM OS MUNICÍPIOS EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS	POLÍTICA
LUIZ UBIRACI DE CARVALHO FRANCISCO DAS CHAGAS REGO DAMASCENO PAULO AFONSO LAGES GONÇALVES JUAREZ PIAUHYENSE DE FREITAS TAPETY WARTON FRANCISCO NEIVA DE MOURA SANTOS	PSDB PMDB Sem filiação PL PMDB	EDUCAÇÃO JUSTIÇA E CIDADANIA SAÚDE SEGURANÇA PÚBLICA TRABALHO E AÇÃO COMUNITÁRIA	SOCIAL

Fonte: Base elaborada pelo autor com base em informações fornecidas pelas Secretarias de Estado e pelo DOE-PI e dados sobre os partidos a partir da base de filiação do TSE e de candidaturas do TRE-PI.

<sup>1</sup> Valdílio de Souza Falcão foi secretário interino de Programas Especiais durante o mês de janeiro de 1995.

O segundo gabinete foi formado em janeiro de 1996 e impactado por duas alterações: a migração do secretário de Segurança Pública, Juarez Tapety, ao PMDB, o que representou a saída do PL do gabinete, e a entrada do PDT, que havia participado da coligação eleitoral peemedebista em 1994. Uma nova mudança no gabinete ocorreu em novembro de 1997, com a alteração de 50% dos quadros do secretariado, sem alterar o perfil partidário do gabinete.

No ano eleitoral, precisamente em abril de 1998, algumas mudanças ocorreram devido à desincompatibilização de secretários para a disputa eleitoral. Além disso, o PSDB, que decidiu lançar candidatura própria, aproveitando o capital político da capital do estado, Teresina, que controlara desde as eleições de 1992. Portanto, o partido deixou de participar do gabinete, dando lugar ao PTB, que apoiou a candidatura à reeleição de Mão Santa.

O padrão, ao longo do governo, foi a concentração de pastas no partido do governador, o PMDB, que ficou responsável por seis a oito Secretarias ao longo do governo. Mesmo no último gabinete, em que houve o aumento do número de não filiados a partidos, o PMDB ficou com seu maior número de Secretarias, oito ao todo, representando 50% de todos os cargos de primeiro escalão do Executivo estadual.

No ano de 1998, um fato novo marcou a política nacional, impactando sobre os pleitos estaduais: os políticos do Executivo passaram a poder se candidatar à reeleição. Sendo assim, Mão Santa, governador do estado, foi candidato, tendo, em sua coligação, além do PMDB, PDT e PTB, que eram aliados do governo, além do PL, que havia composto o primeiro gabinete de Mão Santa, além de PPS, PSDC, PRONA e do PC do B, que teve o candidato a vice-governador, Osmar Júnior.

A candidatura oposicionista foi do PFL, que lançou o senador Hugo Napoleão, governador do estado de 1983 a 1987. Lançara, então, um candidato com mais lastro eleitoral do que Átila Lira, candidato derrotado nas eleições de 1994. Ele havia sido também ministro da Educação no governo Sarney, sendo uma das principais lideranças do PFL nacional. Juntamente ao PFL, uniram-se PPB, PSL, PAN, PV, PRP e PT do B. Novamente, o grupo político ligado aos “Portella”, apoiou a candidatura pefelista, tendo o candidato a vice-governador da chapa, Felipe Mendes, do PPB.

Diferentemente, do caso nacional, o PTB e o PSDB não eram alinhados ao PFL. O PTB havia participado do governo Mão Santa e o apoiava formalmente nas eleições. O PSDB, mais próximo às forças políticas de esquerda no estado, estava distante politicamente do grupo pefelista, ligado às forças políticas tradicionais. Sendo assim, o PSDB lançou candidato próprio, Francisco Gerardo, Prefeito de Teresina entre 1995 e 1996, após a morte da maior liderança peessedebista do estado, Wall Ferraz. Apoiando o candidato peessedebista, estavam dois partidos à esquerda do espectro ideológico, PT e PSB, além do PSC. O PT contou com a participação de Antônio José Medeiros como vice na chapa.

Com a aliança PT-PSDB, o índice de presidencialização foi de zero, pois não era possível o alinhamento entre as candidaturas (nacional e estadual), indicando falha no processo de coordenação eleitoral. Além disso, diferentemente dos alinhamentos nacionais, PFL e PSDB não tinham qualquer possibilidade de aproximação naquele momento. Mais alinhado à plataforma de esquerda, os peessedebistas piauienses tinham alguns elementos de convergência com o PT. O caso piauiense, assim como do acriano, seguia os ditames da política estadual particular do período.

O engenheiro florestal Jorge Viana, 38 anos, é um petista que "diz sim" até para os tucanos. Candidato ao governo do Acre, Viana costurou uma aliança de dez partidos políticos, onde há espaço até para o PSDB do presidente Fernando Henrique Cardoso. [...] No Piauí, petistas e tucanos também estão juntos. O candidato ao governo é o ex-prefeito de Teresina Francisco Gerardo (PSDB). O vice é o petista Antônio Medeiros e o candidato ao Senado, Nazareno Fontelles, também do PT. "A coligação tem um aspecto regional. Nós vamos fazer a campanha do FHC, e o PT vai trabalhar por Lula. O importante é derrotar o PMDB e o PFL, que há anos se alternam no poder", explica Francisco Gerardo. Do lado do governador do Piauí, Francisco de Assis de Moraes (PMDB), o Mão Santa, estão PC do B e PDT, partidos que apóiam Lula, enquanto o governador está com Fernando Henrique (FOLHA DE S. PAULO, 01/07/1998).

Não sendo de interesse da Executiva Nacional de o PSDB e o PT intervir nas estratégias eleitorais dos seus Diretórios Estaduais no Piauí, diante do pouco peso eleitoral do estado na disputa presidencial, preponderava a racionalidade política contextual, possibilitando o estreitamento de laços entre os dois partidos para a construção de uma alternativa política, através do lançamento de candidatura única no estado. O objetivo era agrupar forças na tentativa de romper com a polarização PMDB-PFL estabelecida, desde

1986, nas disputas para o Governo do Estado. Apesar disso, a candidatura peessedebista obteve cerca 13% dos votos válidos.

O pleito ficou, novamente, entre os candidatos do PFL e do PMDB. O primeiro turno foi vencido por Hugo Napoleão por uma diferença de um pouco mais de dois por cento. No segundo turno, o PSDB declarou apoio a Mão Santa e o PT se manteve neutro. O governador, então, foi eleito com 50,96% dos votos válidos contra 49,04% do candidato pefelista (ver Tabela 5.4).

TABELA 5.4 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – PIAUÍ (1998)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%	VOTOS 2º T	%
Hugo Napoleão	PFL	PFL – PPB – PSL – PAN – PV – PRP – PT do B	444.043	43,74	613.331	49,04
Francisco Moraes Souza ("Mão Santa")	PMDB	PMDB – PDT – PTB – PL – PPS – PSDC – PRONA – PCdoB	411.984	40,58	637.232	50,96
Francisco Gerardo	PSDB	PSDB – PT – PSC – PSB	131.821	12,98		
Francisco Macedo	PMN	PMN	15.861	1,56		
Geraldo Carvalho	PSTU	PSTU	11.529	1,14		
<b>TOTAL</b>			1.015.238	100,00	1.250.563	100,00

Fonte: Base de Dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí (TRE-PI).

\* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

Os resultados das eleições deram vantagem ao PMDB não somente com a reeleição do governador, mas com a obtenção de quatro deputados estaduais a mais, conquistando nove cadeiras na Assembleia Legislativa, quase um terço do total. O PFL perdeu quatro cadeiras, ficando com dez. A fragmentação partidária no Legislativo estadual aumentou (o NEP foi de 5,0 para 5,6). O PPB definitivamente passou a ser um partido pequeno no estado, elegendo somente três deputados estaduais, o que abriu espaço para outras siglas, como o PDT, o PSB e o PSDB. Os peessedebistas ampliaram sua bancada de um deputado para quatro.

Com o declínio do PFL, mas com a necessidade de obter a maioria legislativa na Assembleia, o segundo mandato de Mão Santa contemplou mais aliados. No primeiro gabinete, o governador indicou secretários de quatro partidos. Diante do apoio no segundo

turno e bancada legislativa importante para implementar a agenda do governador, o PSDB ficou com três Secretarias. O PPS e o PTB, que participaram da coligação eleitoral, também tiveram participação no gabinete. O PMDB manteve o padrão de concentração de pastas já observado no governo anterior, ficando com sete Secretarias.

QUADRO 5.4 – PRIMEIRO GABINETE FORMADO POR “MÃO SANTA II” (MÃO SANTA II-1) – PIAUÍ (1999)

NOMEADOS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	SECRETARIAS	TIPOS DE SECRETARIA
MAGNO PIRES ALVES FILHO	PMDB	ADMINISTRAÇÃO	ECONÔMICO-ADMINISTRATIVA
FRANCISCO HAROLDO ALVES VASCONCELOS	Sem filiação	AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E IRRIGAÇÃO	
PAULO DE TARSO DE MORAES SOUZA	Sem filiação	FAZENDA	
JOSÉ RONCALLI COSTA PAULO	PSDB	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
ANTÔNIO CEZAR CRUZ FORTES	PSDB	PLANEJAMENTO	
CARLOS ALBERTO TELES DE SOUSA	PMDB	INDÚSTRIA, COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
PAULO DE TARSO TAVARES SILVA	PPS	MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	
JUAREZ PIAUHYENSE DE FREITAS TAPETY	PMDB	GOVERNO	POLÍTICA
JOÃO MADISON NOGUEIRA	PMDB	COMUNICAÇÃO SOCIAL	
VALDEMAR DOS SANTOS BARROS	PPS	INTERIOR E ASSUNTOS MUNICIPAIS	
ANTÔNIO UCHÔA DE OLIVEIRA	PTB	EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS	
LUIZ UBIRACI DE CARVALHO	PSDB	EDUCAÇÃO	SOCIAL
ANTÔNIO RIBEIRO DIAS	Sem filiação	JUSTIÇA E CIDADANIA	
PAULO AFONSO LAGES GONÇALVES	PMDB	SAÚDE	
CARLOS ALBERTO DE MELO LOBO	PMDB	SEGURANÇA PÚBLICA	
WARTON FRANCISCO NEIVA DE MOURA SANTOS	PMDB	TRABALHO E AÇÃO COMUNITÁRIA	

Fonte: Base elaborada pelo autor com base em informações fornecidas pelas Secretarias de Estado e pelo DOE-PI e dados sobre os partidos a partir da base de filiação do TSE e de candidaturas do TRE-PI.

<sup>1</sup> Roberto Broder (sem partido) e Gessivaldo Isaías de Carvalho Silva (PRONA) foram, respectivamente, secretários de Obras e Serviços Públicos e Trabalho e Ação Comunitária durante o mês de janeiro.

Diferentemente do governo anterior, o PMDB dividiu as pastas políticas com mais dois partidos (PPS e PTB). Ainda assim, o partido do governador ficou responsável pela coordenação política do Governo, tendo secretário nomeado para a pasta de Governo. O PSDB ficou com três importantes pastas (Obras e Serviços Públicos, Planejamento e Educação), tendo peso ainda maior nesse governo do que no anterior. O governador tentava ampliar sua força no Legislativo estadual, dando mais espaço ao PSDB.

O primeiro gabinete durou até março de 2000, quando o chefe do Executivo incluiu o partido do vice-governador, PC do B, e exonerou o secretário filiado ao PTB. Nesse novo secretariado, o PMDB ampliou seu número de pastas para nove, representando mais de metade do gabinete. O número de secretários sem filiação partidária caiu de três para um, indicando o alto grau de partidarização do gabinete e do ampliado número de compromissos políticos assumidos pelo governador na distribuição de pastas.

O governo de Mão Santa foi interrompido em 16 de novembro de 2001, quando seu mandato foi cassado por crime eleitoral nas eleições de 1998, após denúncia do segundo colocado das eleições, Hugo Napoleão (PFL). Tanto o governador quanto o vice tiveram seus mandatos cassados, após decisão do Tribunal Superior Eleitoral (TSE). Com esse resultado, o pefelista assumiu o cargo de governador tendo como vice Felipe Mendes, do PPB.

O gabinete formado pelo governador priorizou a nomeação de pefelistas e pepebistas, seguindo o padrão já adotado na gestão de Freitas Neto (1991-1994). Com o PPB mais enfraquecido, naquele momento, o chefe do Executivo nomeou dez secretários do PFL, maior número de pastas controladas por um partido desde o início da análise, em 1987. Todas as pastas políticas foram distribuídas para pefelistas, assim como importantes pastas sociais (Educação, Justiça, Saúde e Trabalho e Ação Comunitária).

Dos secretários que assumiram cargos,

[...] cinco eram deputados estaduais, sendo quatro do PFL (Sebastião Leal Júnior, Wilson Brandão, Fernando Monteiro e Homero Castelo Branco Neto) e um do PPB (Judas Tadeu Maia). Todos conseguiram se reeleger para a Assembleia Legislativa, nas eleições de 2002 (SANDES-FREITAS, 2010, p. 119).

Esses saíram dos cargos em março de 2002, assim como outros secretários que se candidataram, em virtude dos limites das regras eleitorais. Dessa maneira, no segundo e último gabinete pefelista, o PFL, apesar de ter concentrado a maior parte das Secretarias, ficou com apenas cinco pastas, e o PTC e o PT do B, um cada. O número de não filiados aumentou de três para nove, indicando o caráter do gabinete formado no contexto eleitoral.

A conjuntura de 2002, no entanto, marcou uma alteração profunda no quadro político piauiense. Se 1994 apontou para o início do declínio pefelista, 2002 foi o ano em que a trajetória de derrocada do partido no estado ganharia mais força.

### **5.3 A ruptura com o pefelismo e a ascensão do PT: presidencialização via petismo (2002-2010)**

As eleições de 2002 marcaram uma alteração profunda no quadro político piauiense. De um quadro polarizado entre PFL e PMDB, o pleito daquele ano marcou a ascensão do PT ao poder, unido a série de partidos de esquerda. Em teoria, naquela conjuntura, o partido a ocupar a terceira via seria o PSDB, pois detinha o controle da capital piauiense e possuía maior lastro eleitoral no estado do que PT, evidenciado pelo tamanho da bancada no legislativo. O PSDB era aliado ao PMDB desde as eleições de 1994, tendo participado do governo Mão Santa nos dois mandatos e o apoiado mesmo após a cassação do seu mandato de governador em 2001. No entanto, uma mudança repentina no quadro político que estava sendo desenhado ocorreu em 2002.

Com a cassação do mandato de Mão Santa, “o PMDB passou por grave desarticulação interna, o que ocasionou desempenho pífio na disputa para governador. Dessa forma, o partido deixara o caminho aberto para uma chapa de oposição melhor estruturada” (SANDES-FREITAS, 2010, p. 120). O possível candidato do PSDB seria Firmino Filho, prefeito de Teresina, reeleito em 2000. Teria o apoio de Mão Santa e das oposições unidas<sup>75</sup>, com exceção do PT, que havia decidido pela candidatura de Roberto John, professor da Universidade Federal do Piauí. Ao senado, o PT tinha indicado o deputado federal Wellington Dias. A eleição estadual iria contrapor o governador pefelista contra o prefeito peessedebista da capital. Entretanto, havia uma clara desarticulação entre a candidatura presidencial do PSDB, que tinha o PFL como o maior aliado, e a candidatura do partido no estado do Piauí.

Ainda que o estado do Piauí tivesse pouca densidade eleitoral, a cúpula do PSDB nacional esperava um pleito muito mais acirrado na disputa presidencial do que em 1998, levando à intervenção nas estratégias eleitorais do PSDB piauiense. Claramente operou a coordenação eleitoral de cima para baixo como forma de construir um palanque que

---

<sup>75</sup> “Mão Santa, cassado em novembro do ano passado por abuso do poder econômico na eleição de 1998, defendia a candidatura do prefeito Firmino Filho, que recusou o convite e se aliou ao PFL” (FOLHA DE S. PAULO, 18/09/2002).

favorecesse a candidatura presidencial peessedebista. O PSDB, assim, passou a apoiar a candidatura à reeleição do governador do estado, Hugo Napoleão. O acordo foi fechado em Brasília, que decidiu pelo apoio do PSDB à candidatura do PFL e, conseqüentemente, pelo apoio do PFL ao candidato peessedebista à presidência, José Serra: “o PFL do Piauí vai apoiar José Serra. O anúncio foi feito à tarde, depois de reunião entre Serra, o governador Hugo Napoleão (PFL) e o prefeito de Teresina, Firmino Filho (PSDB), em Brasília” (FOLHA DE S. PAULO, 19/06/2002).

Com o PMDB rachado e a decisão do PSDB de apoiar o PFL, houve a abertura do espaço para uma candidatura de oposição petista, naquela conjuntura. O PT contou com o apoio do governador cassado, Mão Santa, que possuía grande popularidade naquela época, e foi eleito senador no pleito de 2002.

A aliança informal com o ex-governador do Piauí Francisco de Assis de Moraes Souza (PMDB), o Mão Santa, e a inesperada troca de apoios entre dois ex-desafetos, o prefeito de Teresina, Firmino Filho (PSDB), e o governador e candidato à reeleição, Hugo Napoleão (PFL), levaram o PT a liderar pela primeira vez as pesquisas para o governo do Estado. [...] O PT, que em 98 havia se coligado ao PSDB para apoiar a candidatura a governador do engenheiro Francisco Gerardo, percebeu o vácuo na oposição e trocou o candidato aprovado nas prévias, o professor Roberto John (FOLHA DE S. PAULO, 18/09/2002).

O PT tinha a estratégia de ocupação de espaços nos estados. No Piauí, não era diferente. Havia participado de todos os pleitos para governador, lançando candidatos de 1982 a 1994 e participando da coligação peessedebista em 1998. Wellington Dias, deputado federal, havia se lançado à disputa para o Senado, mas devido aos bons resultados apresentados nas pesquisas eleitorais, o partido decidiu trocar os candidatos: Roberto John, passou a ser candidato ao Senado e Wellington Dias, ao Governo do Estado. Além dos apoios informais, como do ex-governador Mão Santa, o candidato foi apoiado por uma ampla coligação, mas de partidos de pequeno lastro eleitoral no estado (ver Tabela 5.5). O candidato à vice havia sido vice-governador no segundo mandato de Mão Santa: Osmar Júnior, do PC do B.

A candidatura pefelista formou coligação com seu histórico e decadente aliado, o PPB, com o PSDB, forte na capital do estado, e com outras pequenas agremiações. A

eleição estadual foi disputada entre os dois candidatos, concentrando a maior parte dos votos. O terceiro candidato mais votado, do PMDB, obteve apenas 3,1% dos votos válidos. Assim, as eleições foram decididas no primeiro turno, a favor do candidato petista que obteve 50,96% dos votos contra 44,06% do candidato pefelista à reeleição.

TABELA 5.5 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – PIAUÍ (2002)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%
Wellington Dias	PT	PT – PTN – PC do B – PL – PT do B – PAN – PCB – PMN	688.278	50,96
Hugo Napoleão	PFL	PFL – PSDB – PPB – PRTB – PSDC – PRP	595.200	44,06
Jonathas Nunes	PMDB	PMDB – PST	41.881	3,10
Acilino Ribeiro	PPS	PPS – PDT – PHS – PTB	11.900	0,88
Joaquim Saraiva	PSB	PSB	9.616	0,71
Judson Barros	PV	PV – PSD – PSC – PTC – PGT	1.836	0,14
José Avelá	PSL	PSL	1.038	0,08
Geraldo Carvalho	PSTU	PSTU	986	0,07
<b>TOTAL</b>			1.350.735	100,00

Fonte: Base de Dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí (TRE-PI).

\* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

Tendo de um lado, a candidatura PFL-PSDB e, do outro, do PT (apoiado pelo PC do B), o grau de alinhamento da disputa estadual à presidencial foi evidente, atingindo o índice de presidencialização de 0,85. Em 1998, o índice foi de zero, devido à aliança PT-PSDB. A hipótese do crescimento do índice em um pequeno espaço de tempo está atrelada às diferentes conjunturas das eleições presidenciais em 1998 e em 2002. No pleito de 1998, a Executiva nacional do PSDB não necessitava, necessariamente, da construção de palanques alinhados em estados com baixa densidade eleitoral. Em 2002, com a grande possibilidade da eleição de Lula, do PT, o PSDB nacional decidiu intervir nas estratégias estaduais do partido, mesmo em estados com pequeno eleitorado, como o Piauí. Essas eleições foram um marco na política piauiense, pois estabeleceu o fim da polarização PFL-PMDB, colocando o PT como o fiador da política estadual até 2010.

Wellington Dias começaria o governo em condições de extrema minoria na Assembleia Legislativa se contasse somente com os apoios da coligação. Os únicos partidos

da coligação que elegeu deputados foram o PT e o PC do B. O PT tinha eleito apenas três deputados estaduais e o PC do B, um. O PL também elegeu um deputado, mas não participou do primeiro gabinete, somente do segundo, a partir de junho de 2003. Contando com os apoios desses partidos, o governador não obteria o apoio da maioria do Legislativo. Assim, distribuiu cargos para PDT e PMDB, ampliando a bancada governista para doze deputados estaduais (40% do total). Além disso, distribuiu pastas para mais dois partidos que não eram aliados ao partido do governador: PFL e PSDB. Os filiados a esses partidos que participaram do governo eram dissidentes dos partidos que, em sua maioria, posteriormente, migraram para partidos da base aliada ao governo.

QUADRO 5.5 – PRIMEIRO GABINETE FORMADO POR WELLINGTON DIAS I (DIAS I-1) – PIAUÍ (2003)

NOMEADOS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	SECRETARIAS	TIPOS DE SECRETARIA
MARIA REGINA SOUSA	PT	ADMINISTRAÇÃO	ECONÔMICO-ADMINISTRATIVA
SÉRGIO LUIZ DE OLIVEIRA VILELA	PT	AGRICULTURA, ABASTECIMENTO E IRRIGAÇÃO	
WALBER JOSÉ DA SILVA	PT	FAZENDA	
JORGE ANTÔNIO PEREIRA LOPES DE ARAUJO	Sem filiação	INDÚSTRIA, COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
DALTON MELO MACAMBIRA	PC do B	MEIO AMBIENTE E RECURSOS HÍDRICOS	
BERTOLINO MARINHO MADEIRA CAMPOS	PFL	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
MERLONG SOLANO NOGUEIRA	PT	PLANEJAMENTO	
OSCAR DE BARROS SOUSA	PT	COMUNICAÇÃO SOCIAL	POLÍTICA
RODRIGO PARENTES FORTES FERRAZ	PSDB	EXTRAORDINÁRIA DE PROGRAMAS ESPECIAIS	
JOAQUIM BARBOSA DE ALMEIDA NETO	PT	GOVERNO	
ATAELSON SOUSA DE CARVALHO	PT	INTERIOR E ASSUNTOS MUNICIPAIS	
FLÁVIO RODRIGUES NOGUEIRA	PDT	DEFESA CIVIL	SOCIAL
ANTÔNIO JOSÉ CASTELO BRANCO MEDEIROS	PT	EDUCAÇÃO	
JOÃO HENRIQUE FERREIRA DE ALENCAR PIRES RÊBELO	PMDB	JUSTIÇA E CIDADANIA	
JOSÉ NAZARENO CARDEAL FONTELES	PT	SAÚDE	
FRANCISCO AIRTON FRANCO FILHO	PCdoB	SEGURANÇA PÚBLICA	
ROBERTO JOHN GONÇALVES DA SILVA	PT	SERVIÇO SOCIAL	
LUIZ UBIRACI DE CARVALHO	PSDB	TRABALHO E AÇÃO COMUNITÁRIA	

Fonte: Base elaborada pelo autor com base em informações fornecidas pelas Secretarias de Estado e pelo DOE-PI e dados sobre os partidos a partir da base de filiação do TSE e de candidaturas do TRE-PI.

<sup>1</sup> Ésio Fernandes da Costa Sousa, Maria da Conceição Castelo Branco Leite e Noélia de Carvalho e Silva Amorim (todos sem filiação partidária) foram secretários(as) das seguintes pastas durante o primeiro mês de governo Wellington Dias: Serviço Social, Educação e Justiça e Cidadania.

Mesmo com a distribuição de cargos para cinco partidos, o PT ficou com dez Secretarias, controlando as principais pastas sociais, econômico-administrativas e políticas, mas não perdeu a capacidade de formar um amplo governo de coalizão. Para contemplar os aliados, o governador distribuiu poucos cargos a não-filiados. Nos primeiros cinco gabinetes formados, no período de janeiro de 2003 a abril de 2006, o secretariado contava somente com um não filiado. O número aumentou para três no contexto eleitoral, no último gabinete formado no primeiro governo de Wellington Dias.

Mesmo após uma grande reforma administração realizada em agosto de 2004, em que o governador, diminuiu o número de Secretarias de 21 para 13, o padrão de concentração de pastas para o partido do governador se manteve. Isso apenas se modificou em março de 2005, quando o número de pastas caiu de oito para cinco, abrindo espaço para novos aliados: PSB e PTB. Com isso, aquele gabinete contou com a participação de seis partidos ao todo. Esse número caiu apenas em abril de 2006, quando grande parte dos secretários se desincompatibilizou dos seus cargos para poder disputar as eleições daquele ano.

Com pouca possibilidade de conquistar maioria legislativa, o governador tendeu a abrir o leque de alianças partidárias, inclusive incluindo filiados ao PFL e ao PSDB, ainda que os dois partidos não fossem formalmente aliados do governo estadual. Ainda assim, é válido observar que as alianças partidárias na arena governamental possuem menos constrangimentos externos, isto é, imposições das cúpulas dos partidos para a realização de indicações de filiados. Com a força do Executivo estadual frente ao Legislativo estadual e a prerrogativa de nomeação de secretários nas mãos do governador, as alianças tendem a seguir a racionalidade política do chefe do Executivo, que, por vezes, pode indicar secretários filiados a partidos que, dificilmente, poderiam participar das coligações eleitorais. Dessa forma, a tese da racionalidade política contextual parece ter mais validade para explicar alianças governamentais do que as eleições no contexto político estadual pós-1994.

Dos partidos aliados na arena governamental, PC do B, PSB, PTB e PL participaram da coligação eleitoral da candidatura à reeleição do governador petista Wellington Dias. Esses eram partidos que faziam parte da coalizão do governo Lula, no nível federal, assim como é evidenciado no Anexo II. O PMDB, que continuava rachado (uma

parte era oposição ao governo e outra, governista, inclusive no plano federal), lançou Mão Santa como candidato ao Governo do Estado. O senador vinha se apresentando como oposição ao Governo Lula no nível federal, e, por consequência, fazia o mesmo papel no estado. Mão Santa teve o apoio de PP (ex-PDS, PPR e PPB) e de outros pequenos partidos (ver Tabela 5.6). Como a candidatura de Mão Santa não era unanimidade dentro do partido, um segmento do PMDB que compunha a base governista no estado apoiou a reeleição do governador petista.

Outra candidatura de oposição foi do PSDB que lançou o ex-prefeito da capital do estado, Firmino Filho, como candidato. Teresina continuava sob controle do PSDB, sendo o principal reduto político do partido. A coligação peessedebista tinha o apoio formal do PPS, do PV e do PT do B. O PPS havia participado do governo Lula no início do mandato. Após romper com a coalizão governista, o partido se alinhou ao PSDB, compondo o bloco oposicionista. Com capital político concentrado na capital do estado, a candidatura obteve cerca de 12% dos votos válidos.

O pleito foi polarizado entre a candidatura de Wellington Dias e a de Mão Santa. No entanto, diferentemente das eleições anteriores, houve ampla dominância do candidato governista, que foi reeleito com 61,68% dos votos. O peemedebista alcançou apenas 25,26% da votação, ficando em segundo lugar (ver Tabela 5.6).

TABELA 5.6 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – PIAUÍ (2006)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%
Wellington Dias	PT	PT – PSB – PTB – PCdoB – PL	954.857	61,68
Francisco Moraes Souza (“Mão Santa”)	PMDB	PMDB – PP – PSC – PCB – PAN – PTC	391.083	25,26
Firmino Filho	PSDB	PSDB – PPS – PV – PTdoB	189.029	12,21
Edna Nascimento	PSOL	PSOL – PSTU	6.920	0,45
José Avelá	PSL	PSL – PHS	2.792	0,18
Francisco Macedo	PMN	PMN	1.985	0,13
José Jonas Moura	PSDC	PSDC	740	0,05
Maria de Lourdes Melo	PCO	PCO	715	0,05
<b>TOTAL</b>			1.548.121	100,00

Fonte: Base de Dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí (TRE-PI).

\* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

A presidencialização naquelas eleições diminuiu para 0,65, em grande parte pela ausência de alinhamento formal entre o PFL e o PSDB no estado. Porém, ainda que o PFL não tivesse participado de coligações nas eleições para governador, a candidatura presidencial de Alckmin contou o apoio tanto do PSDB estadual, que possuía candidato ao Governo do Estado, quanto de lideranças pefelistas (do senador Heráclito Fortes e dos ex-governadores e ex-senadores Hugo Napoleão e Freitas Neto). Teve o apoio, ainda, do ex-governador peemedebista e candidato Mão Santa. A coordenação eleitoral, por parte da candidatura presidencial do PSDB, desse modo, funcionou de forma satisfatória, ainda que não tivesse contato com a aliança formal no estado entre o PFL e o PSDB. Já pelo lado do PT, além de ter a candidatura favorita no pleito, a coligação reproduzia alianças com partidos como o PC do B, PSB, PL e PTB, seguindo a lógica de alianças no nível federal. Assim sendo, ainda que o índice tenha apresentado presidencialização moderada, os arranjos dos apoios aos principais candidatos presidenciais indicavam forte alinhamento entre os dois níveis de disputa (federal e estadual).

O PFL foi o principal derrotado das eleições. Já vinha em um amplo processo de enfraquecimento nacional e, no estado, após a derrota em 2002 e ascensão do PT, o partido perdera significativo espaço político no estado. Além de não lançar candidato ao Governo do Estado, também optou por não apoiar formalmente candidaturas para governador. Na disputa para os cargos legislativos, a agremiação se coligou ao PRONA, sigla sem qualquer projeção política no estado. Em processo de franco declínio, o partido não elegeu o ex-governador Hugo Napoleão ao Senado, ficou com apenas duas cadeiras na Câmara (20% do total) e, na Assembleia, obteve quatro cadeiras (13,3% do total), cinco a menos do que em 2002. O partido passava a ser um mero coadjuvante no cenário político estadual.

A política nacional alça ao comando do poder executivo federal o PSDB e PT, isto é, endereça a competição política aos partidos de centro. Esses dois fenômenos, gradativamente, minaram as bases pefelistas na quase totalidade dos Estados brasileiros. Sem renovar seus hábitos e costumes políticos, o PFL entra numa rota decadente. As conseqüências desse fato para o PFL piauiense são imediatas: sem chances ou possibilidades de distribuir cargos, recursos, serviços, etc., inicia-se o esfacelamento dum partido incapaz de sobreviver na oposição. O aparato estatal foi o grande mantenedor da política clientelista norteadora das ações do PFL em toda sua história (DE DEUS, 2009, p. 4).

A corrente governista do PMDB estadual saiu vitoriosa do pleito. O partido elegeu deputados estaduais em 2006: oito parlamentares (26,6% do total). Com isso, a parcela governista do PMDB voltou ao governo, enfraquecendo aquela ligada ao Mão Santa. Sem espaço no partido, o ex-governador peemedebista migrou do PMDB para o PSC em 2009, visando a candidatura ao Senado em 2010.

No primeiro gabinete, o governador distribuiu cargos para poucos partidos em comparação aos gabinetes formados no mandato anterior. Quatro partidos foram beneficiados. O PT concentrou a maioria das pastas, padrão similar aos demais governos estaduais piauienses, ficando com oito Secretarias. Nomeou ainda secretários filiados ao PSDB, ao DEM e ao PC do B, obtendo uma pasta cada (ver Quadro 5.6).

QUADRO 5.6 – PRIMEIRO GABINETE FORMADO POR WELLINGTON DIAS II (DIAS II-1) – PIAUÍ (2007)

NOMEADOS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	SECRETARIAS	TIPOS DE SECRETARIA
MARIA REGINA SOUSA	PT	ADMINISTRAÇÃO	ECONÔMICO-ADMINISTRATIVA
ÉLCIO MANOEL PORTELA MARTINS	PSDB	DESENVOLVIMENTO RURAL	
ANTÔNIO RODRIGUES DE SOUSA NETO	PT	FAZENDA	
BERTOLINO MARINHO MADEIRA CAMPOS	DEM	INFRAESTRUTURA	
DALTON MELO MACAMBIRA	PCdoB	MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS	
SÉRGIO GONÇALVES DE MIRANDA	PT	PLANEJAMENTO	
ULYSSES GONÇALVES NUNES MORAES	Sem filiação	TRABALHO, DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO, TECNOLÓGICO E TURISMO	
MERLONG SOLANO NOGUEIRA	PT	GOVERNO	POLÍTICA
JANAINA MAGALHÃES MAPURUNGA BEZERRA	PT	ASSISTÊNCIA SOCIAL E CIDADANIA	SOCIAL
REJANE RIBEIRO SOUSA DIAS	PT	INTEGRAÇÃO DA PESSOA PORTADORA DE DEFICIÊNCIA	
JOSÉ BARROS SOBRINHO	PT	EDUCAÇÃO E CULTURA	
CLÉIA COUTINHO MAIA	PT	JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS	
TATIANA VIEIRA SOUSA CHAVES	Sem filiação	SAÚDE	
RAIMUNDO NONATO LEITE BARBOSA	Sem filiação	SEGURANÇA PÚBLICA	

Fonte: Base elaborada pelo autor com base em informações fornecidas pelas Secretarias de Estado e pelo DOE-PI e dados sobre os partidos a partir da base de filiação do TSE e de candidaturas do TRE-PI.

O PT controlou as principais pastas sociais, políticas e econômico-administrativas. Nas sociais, somente duas pastas não ficaram com o PT, destinadas a não

filiados (Saúde e Segurança Pública). A coordenação política também foi controlada por um petista, assim como as principais Secretarias da área econômico-administrativa: Administração, Planejamento e Fazenda.

Com o controle da maior parte das pastas, o PT deixou pouco espaço para aliados. Assim sendo, o governador elaborou uma reforma administrativa criando novas Secretarias, na tentativa de acomodar os aliados na arena eleitoral, buscando, sobretudo, apoio legislativo. Em abril de 2007, após a aprovação da Lei Complementar nº 83/2007, o chefe do Executivo nomeou secretários do PMDB, do PTB e do PDT. O PMDB passou a controlar a pasta de coordenação política do Governo do Estado, além de uma pasta econômico-administrativa. O PTB também foi indicado para duas pastas, uma econômico-administrativa e outra social. O PDT compôs a outra pasta política do Governo (Cidades). Portanto, o PT, ainda que continuasse a controlar oito pastas, perdeu a posse das Secretarias de caráter eminentemente político do governo. Para acomodar os interesses das lideranças petistas, o governador acomodou o deputado estadual mais bem votado do PT, Francisco Assis Carvalho Gonçalves, na Secretaria de Saúde (ver Quadro 5.7).

**QUADRO 5.7 – MUDANÇAS NO PRIMEIRO GABINETE FORMADO POR “WELLINGTON DIAS II” – PIAUÍ (ABRIL - 2007)**

<b>JAN/07 – ABR/07</b>	<b>A PARTIR DE ABR/07</b>		<b>SECRETARIA</b>	<b>TIPO</b>
<b>SECRETÁRIO</b>	<b>SECRETÁRIO</b>	<b>PARTIDO</b>		
*	Valério José Carvalho	<b>PTB</b>	Desenvolvimento Econômico e Tecnológico	Econômico-Administrativa
Bertolino Marinho Madeira Campos ( <b>DEM</b> )	Antônio Avelino Rocha de Neiva	<b>PMDB</b>	Infraestrutura	
*	Sílvia Roberto Costa Leite	Sem filiação	Turismo	
*	Flávio Rodrigues Nogueira	<b>PDT</b>	Cidades	Política
Merlong Solano Nogueira ( <b>PT</b> )	Kléber Dantas Eulálio	<b>PMDB</b>	Governo	
Janaína Magalhães Mapurunga Bezerra ( <b>PT</b> )	Gilvana Nobre Rodrigues Gayoso Freitas	<b>PT</b>	Assistência Social e Cidadania	Social
*	Fernando Alberto de Brito Monteiro	<b>DEM</b>	Defesa Civil	
Tatiana Vieira Sousa Chaves ( <b>Sem filiação</b> )	Francisco de Assis Carvalho Gonçalves	<b>PT</b>	Saúde	
Raimundo Nonato Leite Barbosa ( <b>Sem filiação</b> )	Robert Rios Magalhães	<b>PCdoB</b>	Segurança Pública	
*	Hélio Isaías da Silva	<b>PTB</b>	Trabalho e Empreendedorismo	

Fonte: Base elaborada pelo autor com base em informações fornecidas pelas Secretarias de Estado e pelo DOE-PI e dados sobre os partidos a partir da base de filiação do TSE e de candidaturas do TRE-PI.

\* Secretaria criada pela Lei Complementar nº 83, de 12 de abril de 2007.

Nesse segundo gabinete, formado em abril de 2007, Wellington Dias passou a ter o apoio formal da maioria dos deputados estaduais da Assembleia Legislativa. Se considerarmos apenas os deputados de PTB, PDT, PMDB, PC do B e do PT (partidos governistas), o governador contaria com 19 parlamentares (63,3% do total). Em janeiro de 2009, o PSB, partido do vice-governador, foi indicado para uma Secretaria (Desenvolvimento Rural). O partido já era aliado ao governo, mas, com a participação no gabinete, contabilizou o apoio oficial de mais dois deputados, totalizando 21 ao todo (70% da Assembleia).

O governo continuou tendo com secretários filiados ao PSDB e ao DEM (ex-PFL). No entanto, esses não eram aliados ao governo, mas dissidentes do partido, não representando apoio formal dos legisladores desses partidos ao governador. À medida que as eleições de 2010 foram se aproximando, os secretários filiados a esses partidos foram deixando o governo. Em janeiro de 2009, o secretário filiado ao PSDB foi exonerado do Governo do Estado, e, em outubro do mesmo ano, o secretário de Defesa Civil, Fernando Monteiro, deputado estadual, migrou do DEM para o PTB, compondo, definitivamente, a base partidária de apoio ao Executivo estadual.

O último gabinete do governo Wellington Dias teria duração até março de 2010, quando se desincompatibilizou do cargo para poder disputar uma vaga no Senado. Com isso, o vice-governador, Wilson Martins (PSB), tornou-se chefe do Executivo estadual.<sup>76</sup> No entanto, com essa mudança, o bloco governista se dissolveu, levando à formação de dois grupos se lançaram à disputa estadual: 1) um liderado por PSB, apoiado por PT, PMDB e PC do B; e 2) outro organizado pelo PTB, tendo o apoio de PP e PDT. No primeiro grupo, o candidato seria o peessedebista, Wilson Martins, que se candidatou à reeleição. No segundo, o senador João Vicente Claudino (PTB) foi o candidato.

Aproveitando-se da divisão no bloco governista, o PSDB lançou o prefeito de Teresina como candidato, apoiado pelo DEM e pelo PPS. Sílvio Mendes e as demais lideranças oposicionistas acreditavam que aquele era o momento propício para conquistar a vitória no pleito eleitoral, principalmente devido aos seguintes fatores: 1) o bom desempenho

---

<sup>76</sup> Preservando o apoio do PT, o governador Wilson Martins manteve a maioria dos cargos sob controle do PT (seis ao todo). O PSB ficou com apenas duas Secretarias.

registrado nas pesquisas de intenção de voto ao longo do primeiro semestre de 2010, o que indicava a aceitação do discurso oposicionista pelo eleitorado; e 2) devido ao rompimento da base aliada ao governo estadual, o que diluía a força da chapa governista, abrindo espaço para a candidatura oposicionista do PSDB-DEM.

No entanto, ao longo da campanha, o governismo deu a tônica, reforçado pelo alinhamento entre a candidatura presidencial do PT e a estadual do PSB. Além disso, o apoio do PMDB e do PT, que possuíam lastro eleitoral no estado, permitiu que a candidatura de Wilson Martins decolasse. Além disso, a candidatura à reeleição do governador estava ancorada na imagem de Wellington Dias, ex-governador petista, candidato ao Senado.

A terceira candidatura mais votada foi a de João Vicente Claudino, que também se alinhou à candidatura presidencial petista. Sendo assim, Dilma Rousseff possuía dois palanques no estado. No entanto, ao mesmo tempo, posicionava-se como oposição ao atual governador, umbilicalmente ligado ao PT. A candidatura de terceira via de Claudino obteve, assim, 21,54% dos votos válidos.

A disputa foi decidida no segundo turno entre o candidato à reeleição Wilson Martins e o oposicionista, Sílvio Mendes. O candidato peesebista, apoiado, no segundo turno, por lideranças vinculadas à candidatura de Claudino, foi eleito com quase 59% dos votos válidos contra 41,07% do peessedebista.

TABELA 5.7 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – PIAUÍ (2010)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%	VOTOS 2º T	%
Wilson Nunes Martins	PSB	PSB – PRB – PT – PMDB – PTN – PR – PRP – PCdoB	725.563	46,37	921.313	58,93
Sílvio Mendes	PSDB	PSDB – PSC – PPS – DEM	470.660	30,08	642.165	41,07
João Vicente Claudino	PTB	PTB – PP – PDT – PRTB – PHS – PTC – PT do B	337.028	21,54		
Teresa Britto	PV	PV	24.820	1,59		
José Avelá	PSL	PSL	3.106	0,20		
Geraldo Carvalho	PSTU	PSTU	2.037	0,13		
José Romualdo Lopes de Sousa	PSOL	PSOL	1.445	0,09		
TOTAL			1.564.659	100,00	1.563.478	100,00

Fonte: Base de Dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí (TRE-PI).

\* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

A eleição estadual foi presidencializada em um grau maior do que as eleições de 2006, com 0,8. De um lado, a candidatura PSDB-DEM estava alinhada à candidatura de José Serra, do PSDB, à Presidência da República. Do outro, o PT apoiou a reeleição do governador do PSB, participando da coligação. Além disso, contou com o apoio formal do PC do B. O processo de coordenação eleitoral, dessa forma, ainda que não utilize o PT ou PSDB, necessariamente, como cabeça de chapa, utiliza partidos aliados nos estados para atrelar suas candidaturas presidenciais.

#### **5.4 Alinhamentos partidários no Piauí: conclusões**

O cenário político piauiense foi marcado por dois períodos: o primeiro, dominado pela polarização PFL-PMDB, de 1986 a 1998; e, o segundo, com a ascensão do PT como principal força política nas disputas estaduais, tendo como principais opositores o grupo político ligado ao PFL/DEM-PSDB. No primeiro momento, observa-se a alternância de poder entre PMDB e PFL. A cada eleição, um partido se apresentava como situação e outro como oposição, invertendo-se a cada pleito. O PT, até 1998, ainda que lançasse candidaturas oposicionistas, cumpria o papel de coadjuvante. A polarização PFL-PMDB definia as carreiras dos políticos no estado, dando pouco espaço para outros partidos.

A força legislativa do PFL e do PMDB demonstrava que, se não houvesse interferência de fatores externos (a presidencialização), os dois partidos continuariam a dominar a política estadual. Possuíam o maior número de prefeituras e deputados estaduais desde 1986 e revezavam o controle sobre o Governo do Estado. O aumento da fragmentação política no estado e o crescimento eleitoral de PT e PSDB deram condições para que o processo de coordenação eleitoral alavancasse as candidaturas estaduais das duas agremiações, a partir de 2002. A mudança política no Piauí, entretanto, levou um tempo para ser construída.

A capital do estado, Teresina, mostrava-se um ponto de oposição à polarização dada nos anos 1980 e 1990. O PSDB começou a construir sua hegemonia na capital em 1992, ficando fora apenas em 2010, quando o prefeito Sílvio Mendes se desincompatibilizou do

cargo para poder disputar o pleito de governador. Em 2012, o partido foi eleito novamente para a Prefeitura de Teresina. Porém, somente o controle da capital não seria suficiente para alavancar a candidatura de uma outra força política ao governo estadual.

QUADRO 5.8 – COLIGAÇÕES ELEITORAIS NA DISPUTA PARA O GOVERNO DO ESTADO – PIAUÍ (1986-2010)

ELEIÇÕES	CANDIDATURA DE OPOSIÇÃO MAIS COMPETITIVA	CANDIDATO GOVERNISTA	COLIGAÇÕES DO PT	OUTRAS CANDIDATURAS (ESQUERDA)	OUTRAS CANDIDATURAS	ÍNDICE Presid. Eleitoral
1986	PMDB (PDS – PCB – PCdoB)	PFL (PDT)	PT	–	–	N/A <sup>1</sup>
1990	PFL (PDS – PTB – PSC)	PSDB (PMDB – PDC – PL – PTR – PRN)	PT (PDT – PSB – PCdoB)	–	PMN	0,60
1994	PMDB (PDT – PPS – PMN – PSDB – PCdoB)	PFL (PPR – PTB – PL – PP)	PT (PSB)	–	PRN	0,65
1998	PFL (PPB – PSL – PAN – PV – PRP – PT do B)	PMDB (PDT – PPS – PMN – PSDB – PCdoB)	PSDB (PT – PSC – PSB)	PSTU	PMN	0,0
ELEIÇÕES	CANDIDATURA DE OPOSIÇÃO MAIS COMPETITIVA	CANDIDATO GOVERNISTA	TERCEIRA CANDIDATURA MAIS COMPETITIVA	OUTRAS CANDIDATURAS (ESQUERDA)	OUTRAS CANDIDATURAS	ÍNDICE Presid. Eleitoral
2002	PT (PTN – PCdoB – PL – PTdoB – PAN – PCB – PMN)	PFL (PSDB – PPB – PRTB – PSDC – PRP)	PMDB (PST)	PSB	PPS (PDT – PHS – PTB)	0,85
				PSTU	PV (PSD – PSC – PTC – PGT)	
2006	PMDB (PP – PSC – PCB – PAN – PTC)	PT (PSB – PTB – PCdoB – PL)	PSDB (PPS – PV – PTdoB)	PSOL (PSTU)	PSL (PHS)	
				PCO	PMN	
2010	PSDB (PSC – PPS – DEM)	PSB (PRB – PT – PMDB – PTN – PR – PRP – PCdoB)	PTB (PP – PDT – PRTB – PHS – PTC – PT do B)	PSTU	PV	0,80
				PSOL	PSL	

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Piauí (TRE-PI).

\* A sigla fora dos parênteses é do partido do candidato e as siglas dentro dos parênteses são dos coligados.

<sup>1</sup> Não se aplica. A primeira eleição presidencial direta ocorreu somente em 1989.

Em 2001, um fato novo surgiu na política estadual: a cassação do mandato de governador Mão Santa, do PMDB. Com isso, os peemedebistas não conseguiram chegar a um consenso, dividindo-se em dois grupos: um que apoiou informalmente a candidatura do PT e outro que conseguiu impor o lançamento de candidatura própria. Assim sendo, Mão Santa se engajou na candidatura petista, ampliando a capilaridade no estado da chapa petista.

Sem um candidato de peso no estado, o PMDB deixou de ser a principal força de oposição PFL, abrindo espaço para o PT estadual, que, associado à candidatura presidencial do seu partido, obteve a vitória ainda no primeiro turno, tornando-se o primeiro governador petista do Nordeste. Somando-se as duas ondas – Lula e Wellington – a lógica de disputas estaduais passou por uma profunda transformação no estado em 2002, tornando o PT um ator relevante no cenário político estadual (ver Quadro 5.8). Essa alteração no quadro político estadual ocorreu no momento em que as candidaturas estaduais se conectaram claramente com as presidenciais.

Se 1998 foi marcado por uma disputa que obedecia, em grande medida, aos ditames da política estadual, com a aliança PSDB-PT, os anos 2000 trouxeram a presidencialização a um patamar mais elevado, com picos nas eleições de 2002 e 2010. Além da ascensão do PT no estado, em 2002, a intervenção da cúpula nacional do PSDB na estratégia eleitoral do PSDB estadual, colocou o partido definitivamente ao lado do PFL-DEM e, por consequência, em oposição ao PT e ao PMDB. É por isso que o índice de presidencialização, a partir de 2002, passou a demonstrar um padrão mais claro de alinhamento com as candidaturas presidenciais.

De um lado, houve a convergência de dois grupos que eram antagônicos durante a década de 1990 no estado: PFL e PSDB. Do outro, ao longo dos anos 2000, o PT passou a atrair uma série de partidos que também se alinhavam no nível nacional: PSB e PC do B, aliados históricos do partido, além de PDT, PMDB e PTB. O PMDB, apesar de ter lançado candidatos em 2002 e 2006, participava constantemente do governo estadual. No entanto, esse posicionamento não era consensual dentro do partido, que conseguia emplacar candidaturas ao Governo do Estado, inclusive, em oposição ao PT. Já o PTB somente rompeu com o governo petista no contexto eleitoral de 2010, mas se aliou ao governo reeleito, mantendo a ampla coalizão governista formada durante os governos petista de Wellington Dias de 2003 a 2010.

Assim, não é somente o peso legislativo de PT e PSDB que define a capacidade de presidencializar as disputas, mas a forma com os dois partidos conseguem participar de grupos políticos antagônicos no estado. Ainda que os dois partidos tenham algum peso legislativo, isso não é suficiente para impor as condições de alinhamento estadual à dinâmica

nacional. A necessidade estratégica que as candidaturas estaduais têm de se ancorar nos candidatos presidenciais de PT e PSDB fazem com que os dois atores se coloquem de lados opostos. Do lado do PSDB, a imposição da cúpula nacional, impediu de vez a possibilidade de alinhamento eleitoral do partido com lideranças políticas ligadas ao PMDB e ao PT. Do lado do PT, a conquista do Governo do Estado deu suporte para o crescimento eleitoral da agremiação no estado.

Conforme a Tabela 5.8, é possível dividir a arena governamental em dois momentos separados por 2002. No primeiro momento, foram seis governadores de três partidos: PMDB, PFL e PPR. Nesses, os governadores seguiam os acordos estabelecidos na arena eleitoral, incluindo partidos que o apoiaram nos gabinetes governamentais. No governo Alberto Silva, o partido do governador e do vice, PMDB e PDS, respectivamente, tiveram cargos de primeiro escalão ao longo de quase todo o governo, com exceção do último gabinete (em contexto eleitoral), que, geralmente, tende a assumir uma configuração de governo provisório, tende em vista que a maior parte das lideranças políticas do estado estão disputando cargos eletivos. Os governos de Freitas Neto e Guilherme Melo seguem essa regra à risca, incluindo somente os dois principais partidos (do governador e do vice): PFL e PPR.

No primeiro governo Mão Santa (1995-1998), mesmo ampliando o número de aliados, o chefe do Executivo incluiu o partido do vice, PSDB, e o PDT, além do PTB, no último gabinete, que o apoio nas eleições de 1998, evidenciando conexão com os acordos estabelecidos no contexto eleitoral. A única exceção foi a inclusão, no primeiro gabinete, do PL, partido que apoiou a candidatura do PFL. Esse, porém, tratava-se de um dissidente, que acabou por migrar para o PMDB no final do primeiro ano de governo.

No segundo governo do peemedebista (1999-2001), o chefe do Executivo somente contemplou os partidos que o apoiaram nas coligações, sem exceções: PSDB, PPS, PTB, PC do B. Novamente, a tese de Golder (2006) se ratificava para o caso piauiense. Ainda que buscasse apoio legislativo, o governador priorizava a inclusão dos aliados na arena eleitoral. A partir da eleição de Wellington Dias, entretanto, há mudanças nesse padrão de distribuição de cargos a partir dos compromissos estabelecidos na arena eleitoral (ver Tabela 5.8).

TABELA 5.8 – GABINETES DO GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ (1987-2010)

Gabinetes			Perfil das Coalizões		
Governador e Gabinete	Período do Gabinete	Partidos Representados no Gabinete (% de Pastas Ocupadas pelos partidos)	Apoio Legislativo oferecido pela totalidade de partidos aliados presentes no Gabinete (%)	Taxa de Coalescência	% de Secretários sem filiação partidária
Alberto Silva 1	mar/87 – jul/88	PMDB (38,46) - PDS (23,08) - PSC (7,69)	46,67	0,615	30,77
Alberto Silva 2	jul/88 – mar/89	PMDB (35,71) - PDS (28,58)	46,67	0,643	35,71
Alberto Silva 3	mar/89 – jan/90	PMDB (28,57) - PDS (28,57) - PL (7,15)	46,67	0,571	35,71
Alberto Silva 4	jan/90 – abr/90	PMDB (21,43) – PDS (21,43) – PL (7,14) – PDC (7,14)	46,67	0,536	42,86
Alberto Silva 5	abr/90 – mar/91	PDS (7,14) – PFL (14,29) – PDC (7,14)	73,33	0,188	71,43
<b>Média Alberto Silva</b>			<b>52,00</b>	<b>0,510</b>	<b>43,30</b>
Freitas Neto 1	mar/91 – mar/94	PFL (69,23) - PDS (15,38)	53,3	0,846	15,39
Guilherme Melo 1	abr/94 – dez/94	PPR (26,67) - PFL (26,67)	53,3	0,517	46,66
<b>Média Freitas Neto / G. Melo</b>			<b>53,30</b>	<b>0,680</b>	<b>31,03</b>
Mão Santa I – 1	jan/95 – jan/96	PMDB (40,00) - PSDB (13,33) - PL (6,67)	23,33	0,600	40,00
Mão Santa I – 2	jan/96 – out/97	PMDB (40,00) – PSDB (6,67) – PDT (6,67)	20,00	0,467	46,66
Mão Santa I – 3	nov/97 – abr/98	PMDB (43,75) – PSDB (18,75) – PDT (6,25)	20,00	0,604	31,25
Mão Santa I – 4	abr/98 – dez/98	PMDB (50,00) – PDT (6,25) – PTB (6,25)	20,00	0,563	37,50
<b>Média Mão Santa I</b>			<b>20,83</b>	<b>0,560</b>	<b>38,85</b>
Mão Santa II – 1	jan/99 – mar/00	PMDB (43,75) - PSDB (18,75) - PPS (12,50) - PTB (6,25)	43,33	0,625	18,75
Mão Santa II - 2	mar/00 – nov/01	PMDB (56,25) - PSDB (18,75) - PPS (12,5) - PCdoB (6,25)	43,33	0,750	6,25
<b>Média Mão Santa II</b>			<b>43,33</b>	<b>0,690</b>	<b>12,50</b>
Hugo Napoleão 1	nov/01 – abr/02	PFL (62,5) - PPB (12,5) - PPS (6,25)	43,3	0,750	18,75
Hugo Napoleão 2	abr/02 – dez/02	PFL (31,25) - PTC (6,25) - PT do B (6,25)	33,3	0,313	56,25
<b>Média Hugo Napoleão</b>			<b>38,3</b>	<b>0,531</b>	<b>37,5</b>
Wellington Dias I – 1	jan/03 – jun/03	PT (55,57) - PCdoB (11,11) - PMDB (5,55) - PDT (5,55) – PSDB (11,11) – PFL (5,55)	80,00	0,403	5,56
Wellington Dias I – 2	jun/03 – set/03	PT (47,63) - PMDB (9,52) - PCdoB (19,05) - PDT (4,76) - PL (4,76) – PSDB (4,76) – PFL (4,76)	83,33	0,398	4,76
Wellington Dias I – 3	set/03 – ago/04	PT (47,63) - PMDB (9,52) - PCdoB (19,05) - PDT (9,52) - PL (4,76) – PFL (4,76)	70,00	0,429	4,76
Wellington Dias I – 4	ago/04 – mar/05	PT (61,53) - PMDB (7,7) - PCdoB (15,38) – PFL (7,7)	60,00	0,321	7,69
Wellington Dias I – 5	mar/05 – abr/06	PT (38,46) - PMDB (15,37) - PCdoB (15,37) - PTB (7,7) – PSB (7,7) – PFL (7,7)	63,33	0,441	7,70
Wellington Dias I – 6	abr/06 – dez/06	PT (43,75) - PCdoB (6,25) – PFL (6,25) – PSDB (6,25)	53,33	0,313	37,50
<b>Média Dias I</b>			<b>68,33</b>	<b>0,380</b>	<b>11,33</b>
Wellington Dias II - 1	jan/07 – abr/07	PT (57,15) - PCdoB (7,14) – DEM (7,14) – PSDB (7,14)	43,33	0,599	21,43
Wellington Dias II - 2	abr/07 – jan/09	PT (44,44) - PCdoB (11,11) – PMDB (11,11) - PTB (11,11) - PDT (5,56) – DEM (5,56) – PSDB (5,56)	86,66	0,585	5,55
Wellington Dias II - 3	jan/09 – out/09	PT (47,37) – PCdoB (10,53) – PDT (5,26) – PTB (10,53) – PMDB (10,53) – PSB (5,26) – DEM (5,26)	83,33	0,583	5,26
Wellington Dias II - 4	out/09 – mar/10	PT (47,37) – PCdoB (10,53) – PDT (5,26) – PTB (21,05) – PMDB (10,53) – PSB (5,26)	70,00	0,591	0,00
Wilson Martins 1	abr/10 – mai/10	PSB (10,5) - PT (31,58) - PMDB (5,26) - PCdoB (5,26) - PTB (5,26) - PP (5,26) – PRTB (5,26)	60,00	0,541	31,58
Wilson Martins I	jun/10 – dez/10	PSB (10,53) – PT (31,58) – PCdoB (5,26) – PTB (5,26) – PMDB (10,53) – PP (5,26) – PTdoB (5,26)	60,00	0,594	26,32
<b>Média Dias II- Martins</b>			<b>67,22</b>	<b>0,580</b>	<b>15,02</b>

Fonte: Base de dados do autor. N dos gabinetes: 13 a 21 pastas. N da ALEPI: 30 cadeiras.  
\* Não foi considerada a migração partidária ao longo do mandato e nem a entrada e saída de titulares e suplentes durante os mandatos.

O primeiro governo Wellington Dias (2003-2006), em situação de minoria legislativa, devido à pequena bancada petista na Assembleia, incluiu o PMDB, o PDT, o PTB e o PSB, partidos que não haviam participado da coligação eleitoral petista e que contaram com cargos de primeiro escalão em troca do apoio legislativo. Os únicos partidos da coligação que participaram do governo, além do PT, foram o PC do B e o PL. Além disso, secretários filiados a partidos não aliados ao governo tiveram espaço em gabinetes: o PFL e o PSDB. Assim sendo, ainda que a presidencialização eleitoral tivesse se apresentado forte a partir de 2002, principalmente por conta dos condicionantes externos, na arena governamental os acordos estabelecidos pelo governador tenderam a ampliar o número de partidos, tendo em vista a obtenção de maior apoio legislativo.

No segundo governo petista (2007-2010), novamente o PMDB, que continuava rachado, participou dos gabinetes de Wellington Dias assim como no primeiro governo. Contudo, PSB e PTB e PC do B, que haviam participado da coligação, foram contemplados com Secretarias. Apesar da maior conexão entre a coligação e a coalizão nesse governo do que no período anterior, os gabinetes continuaram contemplando partidos não aliados ao governo estadual, como o DEM e o PSDB. Ainda que não se configurasse em um apoio formal dos partidos, esse fato mostra que o custo de contemplar filiados a partidos opositoristas na arena de governo não é tão alto, pois as prerrogativas de nomeação e exoneração de secretários são exclusivas do chefe do Executivo. Logo, é possível afirmar que, apesar da maior presidencialização eleitoral, principalmente nos anos 2000, os acordos políticos contextuais existem, com alguma força, na arena governamental.

A maior distribuição de cargos para outros partidos nos governos Wellington Dias levou ao aumento da partidarização dos gabinetes durante o período, observado pelas baixas médias de não-filiados presentes nos dois governos petistas (ver Tabela 5.8). Ademais, a busca pelo apoio legislativo levou o chefe do Executivo a formar mais gabinetes do que os governos anteriores, principalmente pela entrada e saída de partidos, o que indica a dificuldade de manter os acordos partidários em um contexto de alta fragmentação política

no estado.<sup>77</sup> Sendo assim, os governadores no estado do Piauí tendem a incorporar mais os partidos com espaço no legislativo do que indicar filiados a pequenas agremiações que compuseram a coligação eleitoral. Os partidos da coligação que compõem cargos de primeiro escalão, em geral, também possuem peso legislativo e, conseqüentemente, eleitoral.

Quanto à distribuição de cargos, observa-se que os governadores tenderam a concentrar mais cargos para seu partido do que para os aliados. Apenas em três gabinetes, os governadores distribuíram menos pastas para seu partido, padrão observado nos demais estados analisados nesta pesquisa. Apesar disso, a coalescência dos gabinetes foi similar aos do governo federal, em torno de 0,5. Apenas dois gabinetes tiveram distribuição muito desproporcional: Alberto Silva 5, Hugo Napoleão 2 e Wellington Dias I – 2, 4 e 6.

Outro aspecto importante a ser destacado é que há uma diferença marcante nas alianças estabelecidas pelos governos do PT e do PFL. Enquanto o governo do PFL, partido à direita, tinha como seu principal aliado uma agremiação que também se encontra à direita, o PDS-PPR-PPB, o do PT, de esquerda, construiu alianças sistemáticas com partidos mais à esquerda, como o PC do B e o PDT, apesar de ter incorporado filiados a partidos como o DEM e o PSDB. Os governos pefelistas se mostraram mais fechados a alianças com partidos de esquerda. Já os governos peemedebistas, por estarem localizados no centro do espectro ideológico, conseguiram fazer alianças tanto com partidos de direita (o PDS, no governo Alberto Silva), quanto com partidos de centro e centro-esquerda, como o PC do B, o PSDB, nos governos Mão Santa.

Enfim, o subsistema político piauiense tem se mostrado conectado com a lógica de alianças partidárias estabelecidas nacionalmente pelos partidos. Ainda que existam particularidades do caso piauiense, não há uma desconexão entre os dois níveis (federal e estadual) como previa a tese da “racionalidade política contextual”. As estratégias eleitorais estaduais tendem a ser impactadas pela coordenação eleitoral das candidaturas presidenciais de PT e PSDB condicionando o relacionamento entre os partidos.

---

<sup>77</sup> Nos anos 2000, o NEP da Assembleia Legislativa do Estado do Piauí oscila em torno de 7,0, enquanto, nos anos 1990, esse fica abaixo de 6,0.

## CAPÍTULO 6

### O CASO DE RONDÔNIA: A FORÇA DOS INTERESSES POLÍTICOS ESTADUAIS (1986-2010)

A região geográfica de Rondônia passou por um longo processo de povoamento até o estabelecimento desse espaço como um Estado da federação. O estado de Rondônia, como uma unidade político-administrativa autônoma do Governo Federal, foi criado pela Lei complementar nº 21 de 22 de dezembro de 1981, nos fins do regime militar e já no período de transição à democracia. Antes disso, o estado passou por um longo período de construção de sua unidade política, datada da década de 1930 e 1940, quando houve o processo de criação de Territórios Federais no Brasil e foi instituída a unidade territorial de Rondônia. Conjuntamente a isso, houve uma série de ciclos econômicos que demarcaram o perfil da classe política rondoniense no período em análise nesta pesquisa. Sendo assim, é necessário retomar brevemente esse histórico do processo de formação do estado de Rondônia para compreender como os aspectos políticos construídos historicamente repercutem nos alinhamentos partidários nessa unidade federativa.

Antes de se tornar o estado de Rondônia, o território era denominado Território Federal de Rondônia, possuindo limitada autonomia política-administrativa frente ao Governo Federal. Da criação do Território Federal do Guaporé até se tornar Rondônia, levaram-se quase 40 anos. Antes de 1943, uma parte daquele espaço geográfico pertencia ao Mato Grosso ao Amazonas.

O “Território” apareceu como uma unidade constitutiva no Brasil na Constituição de 1934.<sup>78</sup> Com a Constituição do Estado Novo, promulgada em 1937, foi mantida a mesma separação dos entes federativos, aparecendo como “Território Federal”. Nessa, a função dos territórios federais se torna mais clara: “Art 6º - A União poderá criar, no interesse da defesa nacional, com partes desmembradas dos Estados, territórios federais, cuja administração será regulada em lei especial” (BRASIL, 1937). Sendo assim, na esteira

---

<sup>78</sup> “Art 1º - A Nação brasileira, constituída pela união perpétua e indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios em Estados Unidos do Brasil, mantém como forma de Governo, sob o regime representativo, a República federativa proclamada em 15 de novembro de 1889” (BRASIL, 1934).

do surgimento do Estado Novo, os territórios federais foram pensados como forma de ocupação e manutenção da unidade nacional.

Com o fim do Estado Novo e a instalação do regime democrático, uma nova Constituição foi promulgada em 1946, e, novamente, a federação foi dividida em Estados, Distrito Federal e Territórios. A redação foi mantida também pela Constituição de 1967, já no regime militar, determinando que a criação de novos Estados ou Territórios se daria por Lei Complementar (BRASIL, 1946; 1967).

Os Territórios Federais, assim, foram criados, em meio à Segunda Guerra Mundial, como forma de manter o controle de regiões pouco habitadas e fronteiriças, seguindo a política de caráter nacionalista varguista durante o Estado Novo. Como afirma Matias (1997, p. 87),

O principal objetivo do governo, ao pretender criar esses Territórios Federais em regiões localizadas mais no interior do País, era o de estimular a ocupação humana das áreas subaproveitadas economicamente, radicar o homem à terra e promover o comércio, como parte da política nacionalista de Getúlio Vargas.

Seguindo a lógica da manutenção do território nacional e da integração nacional, em setembro de 1943, Getúlio Vargas, através do decreto-lei nº 5.812, criou cinco territórios federais: Iguazú, na região Sul, onde hoje se localiza o oeste dos estados do Paraná e de Santa Catarina; Ponta-Porã, onde se localiza hoje parte do Mato Grosso do Sul; Amapá, atual estado de mesmo nome; Rio Branco, hoje denominado de Roraima; e do Guaporé, atual estado de Rondônia.

O Território Federal do Guaporé passou a ser denominado de Território Federal de Rondônia, com a Lei nº 2731 de 17 de fevereiro de 1956, em homenagem ao marechal Cândido Rondon, responsável pela Comissão Rondon, que desbravou, nas primeiras décadas do século XX, o território em que hoje se situa Rondônia, criando linhas e estações telegráficas, assim como tendo fundado o Serviço de Proteção aos Índios (SPI) e realizado pesquisas geográficas na região.<sup>79</sup>

---

<sup>79</sup> “[Com as eleições de 1954] o país iria reparar uma injustiça histórica, cometida ainda na Era Vargas, com a prisão do general Cândido Mariano da Silva Rondon e sua aposentadoria compulsória na patente de general de Exército, sem poder ascender à de Marechal. Por este motivo, o general R/1 Cândido Mariano da Silva Rondon

Durante o período em que foi Território Federal, os governadores eram nomeados. Por isso, a maioria deles foi de militares, sendo formado por 21 deles e apenas seis de civis. Até o surgimento do estado de Rondônia, em 1981, pode-se dividir a história política do Território Federal do Guaporé e de Rondônia em dois períodos: de 1946 a 1964 e de 1964 a 1981. O cargo objeto de maior disputa política do Território era o de deputado federal, pois só era permitido eleger um parlamentar pelo estado por legislatura. Durante o primeiro período, foram intensas as disputas entre o PSD e PTB, de um lado, e a UDN e o PSP, do outro. O primeiro grupo era liderado por Aluizio Ferreira e o segundo, por Joaquim Vicente Rondon e Renato Medeiros. Ao grupo de Ferreira, foi denominada a alcunha de “cutubas” e, ao grupo de Joaquim Rondon, “peles-curtas” (MATIAS, 1997, p. 97-104).<sup>80</sup>

Inicialmente, houve o domínio dos “cutubas”, com duas vitórias seguidas de Aluizio Ferreira para deputado federal, ficando de 1947 a 1955 na Câmara dos Deputados. A partir das eleições de 1954, houve a alternância dos grupos, com a vitória de Joaquim Rondon (pele-curta). Em 1958, Aluizio Ferreira (cutuba) venceu e, em 1962, Renato Medeiros (pele-curta) foi eleito. No entanto, o último teve curto mandato, uma vez que foi cassado diante da ascensão dos militares ao poder em 1964. Aluizio Ferreira se afastou da política e a era da polarização estadual entre “pele-curtas” e “cutubas” foi definitivamente encerrada, sendo que, sem seus maiores líderes, passou a ser dominada pela nova disputa imposta pelo regime militar: emedebistas *versus* arenistas. Com isso, findou o primeiro momento político do Território Federal e se inicia o segundo, com uma nova composição de forças.

Nesse segundo momento político, Hegel Morhy, primeiro suplente da chapa de Renato Medeiros, assumiu como titular na Câmara Federal. Em 1966, o deputado se candidatou à reeleição (pelo MDB) e perdeu o pleito para o ex-governador do Território, Paulo Nunes Leal, da ARENA. Em 1970, o arenista Emanuel Pontes Pinto concorreu à

---

não aceitou que o seu nome fosse dado ao Território [...]. Isto somente seria reparado através de uma ação política conjunta dos deputados federais Joaquim Vicente Rondon, PSP de Porto Velho, e Áureo Bringel de Mello, PTB de Manaus. O projeto de lei nº 252/1955, de autoria do deputado Áureo Bringel de Mello, tramitou no Congresso Nacional e transformou-se na lei complementar nº 2.731, de 17 de fevereiro de 1956, sancionada pelo presidente JK, que modificou a designação do Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia” (MATIAS, 2012).

<sup>80</sup> “Cutuba” se tornou uma denominação pejorativa para aqueles que eram ligados à elite do Território do Guaporé e de Rondônia. Já “pele-curta” era a forma pejorativa para indicar que seus partidários eram pertencentes à classe subalterna.

eleição de deputado federal e foi derrotado por Jerônimo Garcia de Santana, do MDB. O político emedebista venceu três pleitos consecutivos, com mandato de 1971 a 1983 na Câmara de Deputados. Nas eleições de 1978, o Território Federal de Rondônia passou a contar com dois deputados federais. O outro deputado eleito, juntamente com Jerônimo Santana, foi Isaac Newton Silva Pessoa, da ARENA, ficando à frente do mandato até 1983 (MATIAS, 1997).

O segundo período foi marcado pela hegemonia emedebista, que possibilitaria condições organizacionais para o PMDB se tornar um partido competitivo a partir do surgimento do estado de Rondônia, em 1981, quando esse ganhou autonomia político-administrativa. O processo de criação do estado marcaria um novo período político na região. As condições da criação do estado possibilitaram o controle do processo de ocupação dos espaços políticos pelo PDS, partido ligado ao regime militar.

O projeto de Lei nº 221-A/81, que dispunha sobre a criação do estado de Rondônia, foi aprovado com o apoio da bancada governista pedessista na Câmara dos Deputados. A bancada do PMDB não apoiou o projeto por não garantir que um novo governador fosse eleito por voto direto no pleito de 1982. O deputado federal peemedebista pelo Território, Jerônimo Santana, se absteve da votação. O projeto aprovado se transformou na Lei Complementar nº 41, de 22 de dezembro de 1981, a qual criou o estado de Rondônia e permitiu que o primeiro governador do estado fosse indicado e nomeado pelo presidente da República, àquela época, João Baptista Figueiredo (MATIAS, 1997, p. 140-141). Em 1982, o último governador do Território Federal de Rondônia, o coronel do Exército Jorge Teixeira, seria empossado como o primeiro governador do estado. O período que se inicia com a criação do estado de Rondônia colocaria Teixeira como o fiador da política estadual, principalmente diante da iniciativa dos militares de incentivar o processo de criação do Estado e, conseqüentemente, de controlá-lo.

[...] A criação do Estado de Rondônia fez parte de um projeto político do governo federal, em decorrência da necessidade do presidente João Baptista de Oliveira Figueiredo obter maioria parlamentar no Senado e na Câmara Federal, a partir das eleições de 15 de novembro de 1982. Naquele pleito, o Senado da República se renovava em apenas um terço de seus membros e o Estado de Rondônia, por ser recém-criado, iria eleger três senadores. Portanto, o governo federal precisava que os três representantes do novo Estado fossem do PDS, para contrabalançar uma

provável derrota do governo para o PMDB, nos Estados de Minas Gerais, São Paulo e Paraná, como de fato ocorreu. Por isso, a contrapartida política do governo Jorge Teixeira de Oliveira era eleger os três senadores e a maioria dos oito deputados federais. O governador sabia da tendência nacional para dar vitória aos partidos de oposição ao regime militar (MATIAS, 1997, p. 142).

A ocupação e controle dos postos políticos rondonienses faziam parte do cálculo político do PDS nacional. O domínio do partido frente o PMDB de Jerônimo Santana ficou claro com os resultados obtidos nas eleições de 1982. Santana, político tradicional do PMDB, foi derrotado por Odacir Soares Rodrigues, do PDS, na disputa para o Senado. O PDS obteve, assim, as três vagas do Senado, cinco das oito cadeiras destinadas ao estado na Câmara dos Deputados e 15 das 24 vagas da Assembleia Legislativa. Além disso, das nove prefeituras em disputa, o partido obteve êxito em todos os pleitos. Isso evidenciava a força pedessista no estado, liderado pelo coronel Jorge Teixeira. Dos outros partidos, apenas o PMDB conseguiu ter representantes eleitos.<sup>81</sup> Assim, na transição democrática, o subsistema partidário rondoniense seguia os ditames do bipartidarismo, com forte preponderância do PDS.

TABELA 6.1 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES ESTADUAIS – RONDÔNIA (1982)

<b>PARTIDOS</b>	<b>SENADORES ELEITOS</b>	<b>DEPUTADOS FEDERAIS ELEITOS</b>	<b>DEPUTADOS ESTADUAIS ELEITOS</b>	<b>PREFEITOS ELEITOS</b>
PDS	3	5	15	9
PMDB	0	3	9	0
Outros	0	0	0	0
<b>TOTAL</b>	3	8	24	9

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia (TRE-RO).

No entanto, o domínio do PDS no estado começou a apresentar sinais de fraqueza nas eleições em 1984 para dois municípios recém-criados: Rolim de Moura e Cerejeiras. Foram eleitos dois prefeitos do PMDB, Valdir Raupp, prefeito de Rolim de Moura, e Adelino Neiva de Carvalho, prefeito de Cerejeiras. Raupp viria a se tornar, posteriormente, uma das principais lideranças do estado do PMDB e do estado de Rondônia.

<sup>81</sup> “O PT lançou seus principais nomes para concorrerem ao cargo de senador, com o objetivo de avaliar suas potencialidades, haja vista ser um partido recém-criado no Estado e com poucas lideranças individuais. Os candidatos petistas foram Odacir Cordeiro, Airton Onofre Kojo e Josias Galvão de Lima” (MATIAS, 1997, p. 148).

O contexto dessas eleições evidenciava o desgaste político de Jorge Teixeira (PDS), provocado pela pouca disposição do governador em negociar com a Assembleia Legislativa. Sua situação se agravou ainda mais quando o PDS nacional começou a perder apoio e sofrer cisão dentro do próprio partido. Assim, Teixeira, alinhado aos militares, perdia força no estado, frente ao PMDB e a uma parcela pedeessista que se afastava do governador, liderada pelos senadores Odacir Soares e Galvão Modesto. Com a eleição indireta de Tancredo Neves e, posteriormente, com a posse de José Sarney na presidência do país, Teixeira perdeu importância política mediante a pressão interna da classe política rondoniense, já alinhada à Aliança Democrática, levando à exoneração do governador. Sarney nomeou Ângelo Angelim (PMDB) para ocupar o cargo de governador (MATIAS, 1997). A Aliança Democrática colocou lado a lado opositores históricos, tendo do lado do PMDB “Jerônimo Santana, Tomás Correia, Amir Lando, Ronaldo Aragão e cia. Do lado do PFL, José Bianco, Chiquilito Erse, Oswaldo Piana, Silvernani Santos e tantos outros filhotes políticos do governador Teixeirão, terror dos peemedebistas” (SPERANÇA, 2014).

Isso apontava para a existência de um entrelaçamento entre a lógica de disputas políticas em Rondônia e aquela que acontecia no nível nacional naquele momento de estruturação do subsistema político rondoniense. A “racionalidade contextual” dos atores era, assim, extremamente vinculada à dinâmica política nacional, unindo, inclusive, políticos que estavam de lados distintos no cenário estadual.

Em Rondônia, a “Aliança Democrática”, que uniu PMDB e PFL (originado de uma facção do PDS), no entanto, não teve vida longa. Sua dissolução ocorreu com as eleições para prefeito da capital de Rondônia, Porto Velho. O PFL não teve espaço no governo do PMDB no estado e logo a Aliança foi desfeita. PFL e PMDB se enfrentaram, e o último saiu vitorioso, elegendo Jerônimo Santana, político tradicional rondoniense.

Com isso, o PMDB passou a assumir o controle político do estado. Com as eleições de 1986, o PMDB iria consolidar seu domínio com a vitória no Governo do Estado, obtendo maioria na Assembleia Legislativa (13 deputados do total de 24), elegendo os dois senadores, Olavo Pires e José Ronaldo Aragão, além de ter eleito o maior número de deputados-constituintes (cinco do total de oito).

## 6.1 Eleições de 1986: o declínio do PDS e o retorno do PMDB

O pleito de 1986 foi a primeira eleição direta para governador do estado de Rondônia, sendo eleitos deputados de setes partidos: PMDB, PDT, PFL, PT, PSB, PTB e PH. A única candidatura com coligação foi de Odacir Soares, senador eleito em 1982, que uniu o PFL e o PDS após o esfacelamento da Aliança Democrática no estado de Rondônia. Soares, apesar de ter polarizado a campanha com o candidato peemedebista, foi o terceiro colocado das eleições com 18,05% dos votos válidos. Isso se deveu ao fraco desempenho do candidato na capital, Porto Velho, abrindo espaço para Jacob Atallah (PDT), que obteve 21,75% dos votos, ficando com a segunda colocação (ver Tabela 6.2). Os partidos à esquerda do espectro ideológico, PT e PSB, obtiveram fraco desempenho, conseguindo, respectivamente, 5,6% e 4,25% dos votos válidos.

O eleito foi Jerônimo Santa (PMDB), com 48,27% dos votos válidos. O candidato foi beneficiado pelo apoio do governador do partido, Ângelo Angelim, além do capital político obtido nas eleições para prefeito de Porto Velho. Das eleições de 1986, surgiu um PMDB fortalecido em meio ao declínio do PDS no estado. Como afirma Matias (1997, p. 179), “o PMDB ressurgia no pleito de 1986 escudado em sua forte tradição política de oposição ao regime militar, e com a vantagem de estar no poder a nível nacional e regional”.

TABELA 6.2 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – RONDÔNIA (1986)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS	%
Jerônimo Garcia de Santana	PMDB	Sem coligação	153.334	48,27
Jacob Freitas Atallah	PDT	Sem coligação	69.090	21,75
Odacir Soares	PFL	PFL - PDS	57.448	18,09
Manoel de Jesus Oliveira Izu	PT	Sem coligação	17.777	5,60
José Zuca Marcolino Sobrinho	PSB	Sem coligação	13.488	4,25
Flávio Donin	PTB	Sem coligação	3.351	1,06
José Alves da Silva	PH	Sem coligação	3.140	0,99
<b>TOTAL</b>			317.628	100,00

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia (TRE-RO).

\* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

O primeiro gabinete formado pelo governador Jerônimo Santana foi composto majoritariamente por secretários filiados a partidos (71,43% do total de 14 Secretarias de Estado). Das 10 cadeiras destinadas a filiados, apenas um secretário era filiado a outro partido, o PMN. O restante das Secretarias ficou concentrada em filiados ao PMDB, inclusive a Secretaria de coordenação política, a Casa Civil (ver Quadro 6.1).

QUADRO 6.1 – PRIMEIRO GABINETE FORMADO POR JERÔNIMO SANTANA (SANTANA 1) – RONDÔNIA (1987)

NOMEADOS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	SECRETARIAS	TIPOS DE SECRETARIA
ANTÔNIO MORIMOTO	PMDB	ADMINISTRAÇÃO	ECONÔMICO-ADMINISTRATIVA
JOSÉ PINTO DA SILVA	PMDB	AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
ERASMO GARANHÃO	PMDB	FAZENDA	
MARILDA COSTA TEIXEIRA	Sem filiação	INDÚSTRIA, COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
FRANCISCO DE ASSIS ARAÚJO	PMDB	MEIO AMBIENTE	
MANOEL FRANCISCO DAS CHAGAS NETO	PMDB	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
WILSON TIBÚRCIO NOGUEIRA	Sem filiação	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	
AMIR FRANCISCO LANDO	PMDB	CASA CIVIL	POLÍTICA
ABELARDO TOWNES DE CASTRO FILHO	PMDB	CULTURA, ESPORTE E TURISMO	SOCIAL
DENISE EUGÊNIA PAULO DA SILVA	Sem filiação	EDUCAÇÃO	
CÍCERO DANTAS DA ROCHA	PMDB	INTERIOR E JUSTIÇA	
CONFÚCIO AIRES MOURA	Sem filiação	SAÚDE	
EURÍPEDES MIRANDA BOTELHO	PMN	SEGURANÇA PÚBLICA	
DJAIR INDALÉCIO VALENSI PRIETO	PMDB	TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL	

Fonte: Base elaborada pelo autor com base em informações fornecidas pelas Secretarias de Estado e pelo DOE-RO e dados sobre os partidos a partir da base de filiação do TSE e de candidaturas do TRE-RO.

\* Classificação a partir de tipologia presente no Anexo IV.

Ao longo do governo, foram formados cinco gabinetes. O segundo gabinete foi iniciado em novembro de 1988 e teve duração até janeiro de 1990, já no período das desincompatibilizações para a disputa eleitoral. Esse gabinete foi montado um pouco mais de um ano do início do mandato do governador, tendo modificado mais de 50% do secretariado inicialmente formado no Executivo. Com essa mudança, incluiu mais secretários do PMN, diminuindo o número de pastas sob controle do PMDB. O PMDB, que tinha começado o governo com nove pastas, passou a ter cinco, e o PMN, que possuía apenas uma, foi indicado para três pastas de importante peso político (manteve a Secretaria de Segurança

Pública e passou a controlar a Secretaria de Saúde e da Casa Civil). O PMN era um partido de menor expressão nacional e não obteve cadeiras na Assembleia Legislativa. Assim, a indicação do governador não visava ampliar o apoio legislativo, mas articular novos acordos políticos com um partido que ainda buscava espaço no cenário político estadual.

A partir de janeiro de 1990 até o final do mandato do governador Jerônimo Santana, em março de 1991, foram três gabinetes formados em meio à dinâmica eleitoral. Sendo assim, a distribuição de cargos para filiados diminuiu de 10 do primeiro gabinete, 8 do segundo, para três no terceiro e quarto, ou seja, 21,43% de filiados, o que representava baixo grau de partidarização dos gabinetes. O último gabinete, que teve duração de dezembro de 1990 a março de 1991, passou a contar com quatro filiados (28,57% do total de secretários). Desses três últimos gabinetes, o PMN não participava dos gabinetes, mas passou a contar com a presença de um filiado ao PT, Cloter Saldanha Mota, no terceiro gabinete (na Secretaria de Trabalho e Promoção Social) e quinto gabinete (na pasta da Fazenda).

Apesar do PMDB possuir o maior número de cadeiras na Assembleia Legislativa, Jerônimo Santana sofreu oposição da Assembleia Legislativa e, no final do mandato, ficou isolado politicamente (MATIAS, 2004). A forma como o governador distribuiu cargos não foi suficiente para garantir o apoio político necessário para garantir maior longevidade política de Jerônimo Santana no estado de Rondônia. Em quatro anos, Santana perdeu o capital político e, conseqüentemente, o PMDB deixou de ser o fiador da política estadual em Rondônia.<sup>82</sup>

Com os novos partidos criados nos fins dos anos 1980, os partidos tradicionais perderam políticos tradicionais e, com isso, outras agremiações passaram a apresentar candidaturas competitivas, como o PTR e o PRN, que tinham pouca capilaridade no território nacional. Assim, com a derrocada do PMDB rondoniense, abriu-se espaço para novas lideranças ligadas a partidos que não necessariamente possuíam lastro político em todo território nacional.

---

<sup>82</sup> Jerônimo Santana se candidatou ao Governo do Estado em 1994 e a deputado federal em 1998 e não obteve êxito em nenhum dos dois pleitos.

## 6.2 Anos 1990: a força da “racionalidade política contextual” rondoniense

As eleições de 1990 apresentou um quadro diferente na política rondoniense. A polarização não residia entre o grupo ligado a Jerônimo Santana (emedebistas na origem) e aos pedessistas e pefelistas, originalmente ligados ao ex-governador Jorge Teixeira. Surgia uma dinâmica eleitoral completamente singular, em que partidos pequenos passariam a apresentar candidaturas competitivas. Isso evidenciava a força das variáveis contextuais na explicação da dinâmica eleitoral que surgia nas eleições de 1990.

O pleito contou com candidaturas de seis partidos: PTB, PRN, PTR, PSDB, PT e PMDB. O governador Jerônimo Santana (PMDB) apoiava formalmente Orestes Muniz Filho, vice-governador, que havia sido secretário de Educação de março a novembro de 1988 e de Planejamento de novembro de 1988 a dezembro de 1989. Muniz Filho, candidato pelo PMDB, foi apoiado por uma coligação de cinco partidos: PMDB, PL, PMN, PSB e PDC. A candidatura governista, no entanto, foi aquela que obteve a pior votação, com apenas 6,43% dos votos válidos. Isso foi atribuído ao mau desempenho do governo de Santana durante o final de seu mandato.<sup>83</sup> Isso também contribuiu para a perda de espaço do PMDB na Assembleia Legislativa, o qual elegeu apenas três deputados do total de 24 cadeiras em disputa. Como afirma Matias (1997, p. 209), “o governador, desgastado politicamente, não pode conduzir o processo político-eleitora, e seu partido, o PMDB, literalmente desapareceu como sigla partidária”. Abriu-se, então, uma dinâmica eleitoral com possibilidades de vitória para uma candidatura oposicionista.

Ainda pouco competitivos, PT e PSDB lançaram candidatos como estratégia de ocupação de espaços políticos nos mais variados estados. O PSDB tinha se aliado ao PFL e o PT havia se lançado sem estar vinculado a uma coligação. O PT era a única candidatura de esquerda com candidatura naquele pleito. O PSB, o outro partido de esquerda presente no pleito, havia se coligado na candidatura governista de Orestes Muniz (PMN).

---

<sup>83</sup> Em entrevistas, dois ex-secretários do governo Jerônimo Santana (Expedito Júnior, ex-secretário de Trabalho e Promoção Social do período julho de 1988 a janeiro de 1990, e Manoel das Chagas Neto, ex-secretário de Obras do período de março a novembro de 1987) comentam sobre os erros cometidos pelo governador, o que levou à perda de seu capital político para as eleições de 1990: <http://www.tudorondonia.com.br/noticias/expedito-junior-confucio-perdeu-o-comando-do-estado-e-errou-feio-ao-lotear-o-governo,44595.shtml> e <http://www.gentedeopiniaio.com.br/lerConteudo.php?news=29667>.

Sendo assim, das três candidaturas mais competitivas apresentadas nas eleições para governador, duas podem ser classificadas como de partidos à direita, conforme classificação adotada neste trabalho (ver Anexo 1): de Olavo Pires (PTB) e de Valdir Raupp (PRN). Ainda que a candidatura de Pires possuísse o PDT na coligação – considerado um partido de esquerda – o partido tinha importância reduzida no cenário político estadual rondoniense. Já a candidatura de Raupp não possuía coligação.

A outra candidatura competitiva era de Oswaldo Piana, do PTR, que havia se coligado a partidos pequenos: PSC e PRP. Piana era ligado ao grupo de políticos do velho PFL dos tempos da Aliança Democrática. Ainda que fosse vinculado a uma coligação de partidos de pouca expressividade nacional, o grupo de Piana possuía uma trajetória política importante no estado. Sendo assim, naquele momento, não era o vínculo aos grandes partidos nacionais (PMDB, PDS e PFL, por exemplo, ou do emergente PSDB) que garantiria uma candidatura competitiva em Rondônia. Ficava evidenciada a força da “racionalidade política contextual” naquela segunda eleição direta para governador.

O resultado do primeiro turno deu a vitória para Olavo Pires (PTB), com 24,48% dos votos válidos, contra 24,31% de Raupp (PRN) e 22,23% de Piana (PTR). No entanto, um fato marcou as eleições daquele ano. Pires foi assassinado, o que levou a Piana disputar o pleito, por ter sido o terceiro candidato mais votado no primeiro turno. Assim, o segundo turno foi disputado entre o PRN e PTR, dois partidos de pouco lastro político no território nacional.

Raupp havia sido prefeito da cidade de Rolim de Moura, em 1984, e tinha participado do governo de Santana como diretor do Departamento de Estradas e Rodagem (DER-RO), entre os anos de 1989 e 1990 (MATIAS, 1997, p. 217). Raupp era egresso do PMDB e possuía ligações com o governador Jerônimo Santana, que o apoiava no segundo turno. Piana, portanto, colocou-se como candidato de oposição:

[...] Oswaldo Piana capitalizou para seu projeto político as tendências oposicionistas daquele pleito. Utilizando-se de discursos firmes portando a bandeira nativista e com firmes propostas de amplas mudanças na condução político-administrativa de Rondônia, ele superava pouco a pouco [...] o candidato Valdir Raupp de Matos, cuja imagem foi imediatamente associada ao desgastado Jerônimo Santana (MATIAS, 1997, p. 217).

TABELA 6.3 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – RONDÔNIA (1990)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%	VOTOS 2º T	%
Olavo Pires <sup>1</sup>	PTB <sup>2</sup>	PDS – PTB – PDT – PST	79.456	24,48	-	-
Valdir Raupp	PRN	Sem coligação	78.893	24,31	147.033	44,59
Oswaldo Piana	PTR	PTR – PSC – PRP	72.155	22,23	182.736	55,41
José Guedes	PSDB	PSDB – PFL	44.245	13,63		
Inácio Lemke	PT	Sem coligação	28.917	8,91		
Orestes Muniz Filho	PMDB <sup>2</sup>	PMN – PL – PMDB – PSB – PDC	20.869	6,43		
TOTAL			324.535	100,00	329.769	100,00

Fonte: Base de Dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia (TRE-RO).

\* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

<sup>1</sup> O candidato Olavo Pires foi assassinado. Com isso, o candidato Oswaldo Piana, terceiro lugar do primeiro turno concorreu no segundo turno.

<sup>2</sup> Segundo os dados do TRE-RO, o candidato Orestes Muniz Filho foi candidato pelo PMN e Olavo Pires pelo PDS. No entanto, uma conferência dos dados permitiu verificar Muniz Filho foi candidato pelo PMDB e Olavo Pires pelo PTB.

Piana obteve a vitória no pleito com uma coligação composta por partidos de pouca envergadura nacional. Obteve 55,41% dos votos válidos contra 44,59% de Raupp (PRN) (ver Tabela 6.3).

A necessidade de eleger "um filho da terra" utilizado no Governo Piana, isto é, alguém nascido no Estado de Rondônia, foi assimilado de certa forma pelos rondonienses, numa época em que o discurso produzido era de que, num estado de migrantes [...]. Verifica-se a flutuação do conceito de migrante neste contexto: ora é convidado para vir e participar do desenvolvimento do Estado de Rondônia – através das propagandas ufanistas do Governo Jorge Teixeira (198-1985) “*Rondônia, a mais nova estrela no azul da União*”, “*Venha conhecer Rondônia, o novo Eldorado do Brasil*” e assim, preencher o suposto *vazio demográfico* existente. [...] Possivelmente, havia perfis pouco convencionais nestas “levas” de gente que ao Estado chegavam, e aí se incluem os políticos (NEVES, 2006).

Rondônia, estado novo e com população formada majoritariamente por nascidos em outros estados, desvinculou-se da polarização da década de 1980 entre o grupo pedessista de Teixeira *versus* o peemedebista de Santana para uma nova, derivada da anterior: governistas (grupo vinculado a Santana) *versus* opositoristas (grupo que unia ex-pefelistas e ex-pefelistas filiados a novos partidos surgidos na segunda metade da década de 1980). O

acirramento político entre candidatos de partidos pouco expressivos nacionalmente no primeiro turno, a derrocada do PMDB e a vitória do PTR indicava que os atores políticos, após os anos iniciais de instituição do estado de Rondônia e da estruturação do subsistema político rondoniense, passaram a se seguir os ditames particulares da política estadual, ou seja, da racionalidade política própria condicionada pelos conflitos políticos internos ao subsistema político estadual.

Com essa nova dinâmica estabelecida no cenário político estadual rondoniense, a Assembleia Legislativa se tornou extremamente fragmentada, tendo o PMDB conquistado apenas três cadeiras, o PDS e o PFL duas, cada um. Isto é, os três partidos com maior força política no estado durante a década de 1980 elegeram apenas sete deputados estaduais total de 24 (29,16%) O restante das vagas ficou entre sete partidos (PL, PTB, PSB, PSC, PT, PSDB e PRN). O PTB, partido do candidato a governador assassinado, Olavo Pires, foi o partido que obteve melhor desempenho entre esses partidos, elegendo cinco deputados estaduais. O PTB ainda elegeu todos os oito deputados federais do estado. O subsistema partidário rondoniense, assim, passava a ser de quase bipartidário durante dos anos 1980 para altamente fragmentado a partir de 1990.

O governo Oswaldo Piana (PTR) teve quatro gabinetes ao longo do período de março de 1991 a dezembro de 1994. No primeiro gabinete, o governador distribuiu duas pastas para o PDS (Administração, Casa Civil e Justiça). Para os demais partidos, o chefe do Executivo distribuiu uma para cada: o PTR (Agricultura e Abastecimento), PDT (Planejamento) e PFL (Saúde). O PDS foi o maior beneficiado com cargos de primeiro escalão, detendo, inclusive, a Secretaria de articulação política do governo, a Casa Civil. Seu partido, inexpressivo na Assembleia Legislativa, ficou com apenas uma pasta. Sendo assim, é possível que outras “moedas de troca” (cargos e políticas) estivessem em jogo para a obtenção do apoio legislativo, pois, com esses partidos, o governador possuía apenas 16,67% de apoio dos deputados estaduais. O gabinete do governador não possuía um padrão ideológico claro, já que possuía um partido de esquerda, o PDT, e outros partidos que estariam à direita como o PTR, o PDS e o PFL.

No total, o governador distribuiu pastas para seis filiados (42,86% do total de Secretarias). A maior parte dos cargos, portanto, foi ocupada por secretários sem filiação partidária<sup>84</sup> (ver Quadro 6.2).

QUADRO 6.2 – PRIMEIRO GABINETE FORMADO POR OSWALDO PIANA (PIANA 1) – RONDÔNIA (1991)

NOMEADOS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	SECRETARIAS	TIPOS DE SECRETARIA
RUBENS MOREIRA MENDES FILHO	PDS	ADMINISTRAÇÃO	ECONÔMICO-ADMINISTRATIVA
ASSIS CANUTO	PTR	AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
FRANCISCO JOSÉ SILVEIRA PEREIRA	Sem filiação	DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL	
HAMILTON ALMEIDA SILVA	Sem filiação	FAZENDA	
PAULO HENRIQUE DE ALMEIDA	Sem filiação	INDÚSTRIA, COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
ANTÔNIO LOPES BALAU FILHO	Sem filiação	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
HAROLDO CRISTOVAM TEIXEIRA LEITE	PDT	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	
JONATHAS HUGO PARRA MOTTA	PDS	CASA CIVIL	POLÍTICA
EURO TOURINHO FILHO	Sem filiação	CULTURA E TURISMO	SOCIAL
MARIA ANTONIETA DOS SANTOS COSTA	Sem filiação	EDUCAÇÃO	
MANOEL FLÁVIO MÉDICI JURADO	PDS	JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA	
VICTOR SADECK FILHO	PFL	SAÚDE	
EDSON SIMÕES DE SOUZA	Sem filiação	SEGURANÇA PÚBLICA	
LUZINETE MARIA BUCARTH MARTINS	Sem filiação	AÇÃO COMUNITÁRIA	

Fonte: Base elaborada pelo autor com base em informações fornecidas pelas Secretarias de Estado e pelo DOE-RO e dados sobre os partidos a partir da base de filiação do TSE e de candidaturas do TRE-RO.

O único partido que manteve pastas no gabinete ao longo de todo o mandato de Piana foi o PDS (denominado a partir de abril 1993 de PPR). No entanto, a configuração partidária dos gabinetes se modificou ao longo do tempo. O segundo gabinete se iniciou em abril de 1992, com a saída do PDT e a diminuição do número de pastas do PDS, de três para duas. O gabinete, assim, diminuiu a proporção de filiados a partidos frente os não filiados (28,57%). Esse padrão permanece no terceiro gabinete, iniciado em agosto de 1992, com a saída do PFL, diminuindo ainda mais o número de filiados no gabinete (23,07%). O quarto gabinete, iniciado em março de 1993, ampliou o número de filiados para 46,15% do total do

<sup>84</sup> É possível que alguns dos secretários sem filiação partidária aqui considerados fossem filiados a partidos naquele período, pois as informações oficiais utilizadas como fonte (dados do TSE e do TRE-RO) não são tão precisas para o período anterior à década de 2000.

secretariado. Nesse, houve a ampliação das pastas controladas pelo PDS, de duas para quatro, houve o retorno do PDT, com duas pastas, e a saída do PTR. Por fim, o quinto e último gabinete foi formado já no contexto pré-eleitoral e contou com a diminuição das pastas controladas por PPR (ex-PDS) e PDT e a entrada de PFL e do PMN. De todos os partidos, o PDS-PPR foi aquele que, de fato, mais participou dos gabinetes de Piana.

O governador, no entanto, passou a ter uma oposição sistemática, liderada pelo PMDB, que havia se enfraquecido no pleito de 1990. Os discursos em oposição ao governo estadual repercutiam inclusive entre os representantes do estado no Congresso. Em pronunciamento realizado em fevereiro de 1993, no Senado, o senador Ronaldo Aragão (PMDB-RO) alertava para os problemas administrativos que o Governo do Estado passava naquele momento. Durante o discurso, o senador Odacir Soares Rodrigues (PFL-RO) corroborou com o argumento de Aragão, demonstrando que a oposição ao governo de Piana não partia apenas do PMDB, mas de outros partidos que estavam fora do poder no estado.<sup>85</sup> Marcando oposição, dias depois, o deputado federal Maurício Calixto<sup>86</sup> pronunciou discurso na Câmara dos Deputados tecendo críticas ao governo de Piana. Calixto comentava sobre as estratégias do governador de conter a oposição, diante do quadro político adverso encontrado por ele:

O requerimento encaminhado pelo Deputado [estadual] Wilson Stecca, do PMDB, referendado na primeira hora por outros nove Parlamentares da Oposição, antes mesmo de ser rechaçado na Comissão de Justiça, caiu no vazio. Dois dos signatários do requerimento que pedia a cabeça do Governador foram os primeiros a ser chamados para “compor” o novo *staff* governamental: os Deputados Willian Cury e Reginaldo Monteiro, ambos do PDT, até então considerados os mais aplicados opositoristas na Assembléia de Rondônia. Mas Piana foi ainda mais longe: para acomodar possíveis arestas no já cooptado Ministério Público, ele chamou o promotor José Carlos Vitachi para responder nada menos que pela Secretaria de Administração (CALIXTO, 1993, p. 5201).<sup>87</sup>

---

<sup>85</sup> Cf. Diário do Congresso Nacional, Anais do Congresso Nacional. 17/02/1993. Disponível em: [http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/Anais\\_Republica/1993/1993%20Livro%203.pdf](http://www.senado.gov.br/publicacoes/anais/pdf/Anais_Republica/1993/1993%20Livro%203.pdf)

<sup>86</sup> O deputado foi eleito pelo PFL, mas migrou para o PTB durante o mandato. Não foi possível verificar o período da mudança de partido.

<sup>87</sup> Cf. Diário do Congresso Nacional. Ano XLVIII, nº 41, Brasília-DF, 16 de março de 1993. Disponível em: <http://imagem.camara.gov.br/Imagem/d/pdf/DCD16MAR1993.pdf>

Dessa forma, enquanto a oposição, liderada pelo PMDB, e demais oposicionistas dispostos em outros partidos se agrupavam visando as eleições de 1994, o governador tentava manter a base governista na Assembleia e compor um grupo que possibilitasse a continuidade no poder. No entanto, os partidos presentes nos gabinetes formados não contemplavam a variedade de agremiações com cadeiras na Assembleia Legislativa.<sup>88</sup> Isso evidenciava que o subsistema político, emergido nas eleições de 1990 em Rondônia, abriu espaço para muitas frentes oposicionistas. Sendo assim, o PMDB, como líder oposicionista do estado, teria uma nova chance de retornar ao poder.

O pleito para governador de 1994 teve candidatos de seis partidos: PMDB, PDT, PT, PFL, PPR e PRONA. O governador estava desgastado, diante dos problemas administrativos durante seu mandato e da dificuldade de coordenar dos diversos atores políticos que compunham o fragmentado quadro político rondoniense. Como afirma Matias (1997, p. 243), havia “uma crescente força oposicionista e a total inaptidão do governador para conduzir o processo político eleitoral”.

Os partidos à direita tinham candidatos de três partidos: o PFL, o PPR e o PRONA. Dessas candidaturas, é válido destacar as candidaturas do senador Odacir Soares e do ex-governador Jerônimo Santana. Soares disputava o pleito pelo PFL, coligado ao PSD, e teve um pouco mais de 5% dos votos válidos. Já o PPR (ex-PDS) lançou o ex-governador Jerônimo Santana como candidato, tendo na coligação o PV. Com a perda de capital político durante seu governo (1987-1991) pelo PMDB, o candidato ficou apenas em quinto lugar na disputa com 3% dos votos válidos.

A esquerda contava com duas candidaturas: do PT e do PDT. Fazendo parte da estratégia do PT nacional, o partido sempre contava com candidaturas no estado. Naquele pleito, houve divergências internas quanto àquela decisão do partido, pois uma ala preferia a aliança à candidatura peemedebista de Valdir Raupp (CHIOVETTI, 1997, p. 119). O partido, no entanto, decidiu lançar candidatura própria, seguindo a estratégia do partido nas arenas estaduais, colaborando com a candidatura presidencial de Lula (PT). Dessa vez, o candidato

---

<sup>88</sup> Não foi possível verificar a data/período de migração partidária de deputados estaduais. Sendo assim, não buscou-se aqui verificar se o governo conseguia alcançar a maioria legislativa com distribuição de cargos de primeiro escalão, mas descrever o perfil dos partidos dispostos no gabinete como *proxy* para aliança partidária no governo.

petista era o sindicalista Jorge Streit, em uma candidatura sem coligação, assim como nos pleitos anteriores. O PSB, que era um aliado regular em outros estados, nunca havia se aliado formalmente ao PT em Rondônia. Nesse pleito, o partido obteve porcentagem similar ao do pleito anterior: um pouco mais de 8% dos votos válidos. Foi a terceira candidatura mais votada.

Já o PDT lançou Chiquilito Erse, tendo, em sua coligação, o PTB, PL e o PP, além do partido do candidato. O candidato foi ligado, nos anos 1980, ao grupo político de Teixeira, tendo histórico de filiações ao PDS e ao PFL. Migrou para o PTB e depois para o PDT. Seu partido em Rondônia, assim, era marcado pela presença de lideranças não alinhadas com os propósitos de esquerda do partido nacional. A agremiação estava rachada internamente no estado, por isso o candidato do PDT “teve a candidatura ameaçada e hostilizada pelos membros mais antigos e radicais da agremiação” (MATIAS, 1997, p. 244). O PDT havia participado do governo estadual com cargos de primeiro escalão do governo Piana e, por isso foi, durante a campanha, associado ao governo de Piana, o que fortaleceu a candidatura oposicionista mais competitiva do pleito: a de Valdir Raupp, do PMDB.

O candidato peemedebista, Valdir Raupp, contava com o apoio formal de PSDB e do PSB. O candidato a vice-governador era o deputado federal Aparício Carvalho, do PSDB. Com isso, a candidatura estava alinhada à campanha de Fernando Henrique Cardoso à presidência. Além disso, a campanha de Raupp fazia parte da estratégia do PMDB nacional de ampliar sua força nos estados.<sup>89</sup> Raupp representava a candidatura de oposição mais competitiva, pois além da melhor organização do PMDB no estado de Rondônia, esse foi o partido que se articulou melhor como oposição ao governo Piana.

O resultado do primeiro turno deu a vitória a Raupp (PMDB) com 42,5% dos votos válidos contra 38,89% de Chiquilito Erse (PDT). No segundo turno, a candidatura peemedebista recebeu o apoio de PT e PFL, criando uma frente oposicionista ainda mais forte

---

<sup>89</sup> “A formação de brigadas de apoio integradas pelas principais lideranças nacionais é uma das estratégias que o PMDB vai adotar para ajudar candidatos do partido que disputam o governo nos Estados onde haverá segundo turno. ‘Vamos convocar os companheiros dos Estados onde não há mais eleição para ajudarem o partido a vencer nos sete Estados onde o PMDB tem chances’, disse ontem o presidente do PMDB, Luiz Henrique da Silveira. Os sete Estados são: Santa Catarina, Rio Grande do Sul, Goiás, Paraíba, Rondônia, Piauí e Acre. O segundo turno foi o principal tema da reunião de líderes do PMDB realizada ontem à tarde em Santo Amaro da Imperatriz (SC)” (FOLHA DE S. PAULO, 14/10/1994).

contra a candidatura de Chiquilito (MATIAS, 1997; CHIOVETTI, 1997). Raupp foi o vitorioso na disputa, com 63,11% dos votos válidos, e, assim, o PMDB retornou ao Governo do Estado (ver Tabela 6.4)

TABELA 6.4 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – RONDÔNIA (1994)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%	VOTOS 2º T	%
Valdir Raupp de Matos	PMDB	PMDB – PSB – PSDB	159.847	42,50	248.148	63,11
Francisco José Chiquilito Erse	PDT	PDT – PTB – PL – PP	146.259	38,89	145.037	36,89
Jorge Alfredo Streit	PT	Sem coligação	32.766	8,71		
Odacir Soares	PFL	PFL – PSD	20.624	5,48		
Jerônimo Santana	PPR	PPR – PV	11.281	3,00		
Edgar Manoel Azevedo	PRONA	PRONA	5.343	1,42		
TOTAL			376.120	100,00	393.185	100,00

Fonte: Base de Dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia (TRE-RO).

\* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

O PMDB conseguiu eleger cinco deputados estaduais (cerca de 20% do total). Rondônia também passou por uma nova reformulação nos seus quadros na Câmara dos Deputados, tendo sido o estado com maior renovação: sete deputados são novos (87,5% do total). Contabilizando somente os aliados na arena eleitoral (PSB, PSDB, PFL e PT), o governador teria o apoio de 41,66% dos deputados da Assembleia Legislativa.

As alianças na arena eleitoral, dessa forma, agregavam partidos que não se aliarão no nível nacional: de um lado, partidos à esquerda (PT e PSB), e, de outro, um partido mais ao centro, o PSDB, e outro, à direita, o PFL. O PSDB e o PT, por terem estratégias de coordenação das candidaturas presidenciais, limitavam os possíveis parceiros da coligação nas eleições, mas permitiam que os dois participassem (mesmo que informalmente, como no caso do PT) da mesma campanha no segundo turno em Rondônia. Sendo assim, quando os constrangimentos externos aos subsistemas políticos estaduais deixam de existir, alianças não previstas no nível nacional podem ocorrer nos estados, à medida que os interesses das lideranças partidárias estaduais converjam.

Tendo em vista cumprir os acordos estabelecidos na arena eleitoral, o primeiro gabinete montado por Raupp, em 1995, foi mais partidário do que os gabinetes do

governo Piana (1991-1994): 66,66% dos secretários eram filiados a partidos, enquanto no governo anterior, nenhum gabinete teve mais de 50% de partidização. O gabinete montado por Raupp contemplou quatro partidos: o partido do governador, PMDB; o partido do vice-governador, PSDB; e os dois partidos que declararam apoio à candidatura de Raupp no segundo turno, PFL e PT. O PMDB e o PSDB concentraram quase todas as Secretarias sociais, enquanto as pastas econômico-administrativas ficaram, em sua maioria, com os outros partidos aliados (ver Quadro 6.3).

QUADRO 6.3 – PRIMEIRO GABINETE FORMADO POR VALDIR RAUPP (RAUPP 1) – RONDÔNIA (1995)

NOMEADOS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	SECRETARIAS <sup>1</sup>	TIPOS DE SECRETARIA
MAURÍCIO CALIXTO DA CRUZ	PFL	ADMINISTRAÇÃO	ECONÔMICO-ADMINISTRATIVA
OSVALDO LUIZ PITTALUGA E SILVA	PT	AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
RENATO DA COSTA MELLO	Sem filiação	DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL	
JOÃO CLOSS JÚNIOR	Sem filiação	FAZENDA	
LUIZ MALHEIROS TOURINHO	PFL	INDÚSTRIA, COMÉRCIO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
TOMÁS GUILHERME CORREIA <sup>2</sup>	PMDB	OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
EMERSON TEIXEIRA	PT	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	
JOSÉ DE ALMEIDA JÚNIOR	Sem filiação	CASA CIVIL	POLÍTICA
DOMÊNICO LAURITO	PMDB	EDUCAÇÃO	SOCIAL
JORGE MUNIZ BARRETO	PSDB	JUSTIÇA E CIDADANIA	
APARÍCIO CARVALHO DE MORAES	PSDB	SAÚDE	
WANDERLEY MARTINS MOSINI	Sem filiação	SEGURANÇA PÚBLICA	

Fonte: Base elaborada pelo autor com base em informações fornecidas pelas Secretarias de Estado e pelo DOE-RO e dados sobre os partidos a partir da base de filiação do TSE e de candidaturas do TRE-RO.

<sup>1</sup> A Secretaria de Cultura, Esporte e Turismo deixou de ser Secretaria de Estado em fevereiro de 1995. <sup>2</sup> Altair Schons (PSDB) foi secretário de Obras e Serviços Públicos somente durante o mês de janeiro de 1995, não sendo incluído no primeiro gabinete do governo Raupp (PMDB).

A participação do PT rondoniense no governo de Raupp do PMDB foi um fato novo dentro do próprio PT nacional. O partido ocupava uma posição de destaque dentro do governo, pois contou com duas pastas centrais: a de Agricultura e Abastecimento, importante no contexto rondoniense, por ter como principal atividade econômica a agropecuária; e a de Planejamento, responsável, de forma geral, pela gestão dos recursos destinados ao Executivo e demais atividades relacionadas ao acompanhamento e execução de políticas públicas estaduais.

O PT está participando oficialmente, pela primeira vez, de um governo estadual encabeçado pelo PMDB. O "laboratório" petista ocorre em Rondônia, Estado dirigido pelo peemedebista Valdir Raupp. Raupp entregou para o PT a Secretaria da Agricultura – a mais importante de um Estado com atividade industrial insignificante –, a Secretaria do Planejamento e cargos relevantes em diversos órgãos da administração estadual. A adesão a um governo do PMDB não é o único traço inédito do episódio: no governo de Rondônia, o PT participa do poder ao lado de um adversário histórico como o PFL, e compartilha decisões com o Prona, contemplado por Raupp com cargos no segundo escalão. Não se pense que foi fácil a conversão petista a um projeto encabeçado por um partido que para muitos seguidores de Lula representa a personificação dos males da política brasileira. O PT de Rondônia desobedeceu um veto da direção nacional do partido e entrou para o governo de Raupp, que já pertenceu ao PRN, sabendo que poderia sofrer intervenção da cúpula [...] [a cúpula nacional do PT] trocou a tradicional intervenção no diretório estadual – ameaça sempre usada em casos de rebeldia a uma determinação de instância partidária superior – pela aposta que em Rondônia abriu-se um espaço para, sem o ranço ideológico, fazer o "laboratório" da participação em governos sem o carimbo de esquerda. "Estamos aprendendo a ocupar espaço mesmo quando não estamos na cabeça", afirma Gilberto Carvalho, secretário-geral do PT. [...] Carvalho enfatiza que a experiência é pioneira também porque a "realidade local" está sendo respeitada. O PT de Rondônia já queria se coligar com Raupp no primeiro turno da eleição estadual, mas foi obrigado pela cúpula nacional do partido a lançar a candidatura de Streit, que terminou a disputa em terceiro lugar (FOLHA DE S. PAULO, 11/04/1995).

O veto à aliança do PT-RO ao PMDB ocorreu no momento de estabelecimento das coligações, mas não na participação do governo na coalizão de governo. Na arena eleitoral era estratégico para o partido não participar de uma coligação com o PMDB e com o rival PSDB, já que os mesmos possuíam candidaturas para a presidência. No entanto, mesmo em um partido com organização centralizada na cúpula nacional, as lideranças nacionais do partido não conseguiram (e nem mostraram interesse em) barrar a participação do PT rondoniense no governo peemedebista, juntamente com o PFL e o PSDB.

Assim, na arena governamental, a tese de Lima Júnior (1983; 1997) se confirma na medida em que os interesses das lideranças partidárias estaduais agem seguindo os ditames da "racionalidade política contextual", diante dos menores constrangimentos institucionais impostos pelos partidos. No momento do lançamento de candidaturas e coligações, no entanto, as imposições da cúpula nacional parecem ser maiores do que aqueles estabelecidos para a formação de coalizões de governo, pois envolve interesses diretos da cúpula do partido (e, neste caso, do PT) na coordenação de campanhas nos estados, limitando os alcances da tese de Lima Júnior para a análise da dinâmica eleitoral.

Seguindo a lógica própria da política estadual, o governador distribuiu cargos para uma série de partidos, visando garantir apoio ao seu projeto político no estado. Com base nas pastas distribuídas para o PT, PSDB, PMDB e PFL, o governador conseguiu deter o apoio legislativo de 10 deputados estaduais (41,66% do total), não sendo o suficiente para garantir maioria legislativa. Por isso, certamente, outras moedas de troca (cargos de segundo e terceiro escalão e políticas) estavam em jogo para a obtenção de maioria no Legislativo estadual.

Até aquele momento, o governo Raupp foi o que contou com mais gabinetes ao longo de um mandato: foram nove em quatro anos. Os únicos partidos a se manterem durante todo o governo foram o PMDB (partido do governador) e o PFL (aliado no segundo turno das eleições de 1994). Outras agremiações também tiveram participação nos gabinetes, além de PMDB, PFL, PT e PSDB: o PDT e o PSB. O PSB estava coligado à candidatura de Raupp. Já o apoio do PDT, rival da candidatura de Raupp nas eleições, aponta para o fato de que, dentro do governo, é possível firmar alianças mais amplas, sem as restrições impostas pelas estratégias eleitorais. O PDT, com isso, passou a ser um parceiro do governo peemedebista, participando, inclusive, da coligação da candidatura peemedebista nas eleições de 1998.

A primeira mudança no gabinete de Raupp ocorreu ainda no primeiro ano de governo, em junho e julho, com a entrada de PDT e PSB no gabinete. Na sequência, um importante fato levou ao rompimento entre PT e o governador: o “massacre de Corumbiara”, em agosto de 1995, que consistiu em um conflito armado entre a Polícia Militar do Estado de Rondônia (PM-RO) e trabalhadores sem-terra na Fazenda Santa Elina, no município de Corumbiara em Rondônia. No conflito, o PT estadual responsabilizou o Governo do Estado pelo evento – que resultou na morte de, pelo menos, uma dezena de trabalhadores rurais – o que marcou o rompimento entre o partido e o governador. Em entrevista à *Folha de S. Paulo*, em 25 de agosto de 1995, sobre as invasões às propriedades privadas em Rondônia, Raupp afirmou que “isso aí estava preparado pelo PT em todo o Brasil. Ninguém prepara um movimento desses da noite para o dia”. Com isso, o PT deixou os cargos, mantendo apenas

os dissidentes do partido que preferiram manter seus cargos, como no caso de Emerson Teixeira, secretário de Planejamento, que migrou, posteriormente, para o PSB.<sup>90</sup>

Mesmo com a saída do PT, os gabinetes do governo Raupp se mantiveram amplamente partidarizados. O segundo gabinete do governo Raupp se tornou mais partidarizado do que o primeiro (69,23% dos secretários eram filiados a partidos). Este padrão de alta presença de filiados se manteve ao longo de todo o governo, atingindo seu ápice em 1997, quando os gabinetes atingiram 84,61% de secretários filiados a partidos políticos. Isso só diminuiu em meio ao contexto pré-eleitoral, quando, em abril de 1998, houve a desincompatibilização de alguns secretários que se lançaram como candidatos. Mesmo assim, um pouco mais de 50% do secretariado continuava a ser filiado a partidos.

Diante dos apoios estabelecidos na arena governamental, o governo passou a contar com novos aliados no seu gabinete: PSB, aliado na arena eleitoral, e PDT, que eram rivais no pleito de 1994. No entanto, o PFL, que havia apoiado a candidatura de Raupp no segundo turno das eleições e que teve cargos de primeiro escalão do governo, optou por lançar candidatura de oposição ao Governo do Estado. Além disso, o PT, que também havia apoiado a candidatura do PMDB, no segundo turno de 1994, e participado do governo até agosto de 1995, lançou candidatura própria. A dinâmica eleitoral de 1998 apresentava de oposição entre PMDB e PFL, assim como em 1986. No entanto, a dinâmica da década de 1990 trouxe uma série de novos atores políticos e a possibilidade de se montar amplas coligações.

O governador Valdir Raupp beneficiando-se da possibilidade de se candidatar à reeleição, lançou sua candidatura pelo PMDB, tendo como partidos aliados: PDT, PTB, PPS, PRN e PSDB. Diferentemente das eleições anteriores, em que o vice foi do PSDB, dessa vez o PMDB indicou Carlos Alberto Camurça, do PDT, que era um partido com mais lastro político no estado de Rondônia do que o PSDB. A candidatura estadual de Raupp estava alinhada à de Fernando Henrique Cardoso do PSDB para a presidência. Sendo assim, o PSDB novamente abriu mão de lançar candidatura própria no estado, de forma a garantir o apoio de uma candidatura mais competitiva no estado, nesse caso, do governador peemedebista Valdir

---

<sup>90</sup> Devido à ausência da informação sobre a migração partidária de Emerson Teixeira ao PSB, não foi possível verificar a data ou período em que o secretário mudou de partido.

Raupp.<sup>91</sup> A estratégia de coordenação de candidaturas por parte do PSDB também incluiu retroceder no lançamento de candidaturas próprias nos estados, criando constrangimentos institucionais ao Diretório Estadual do partido em traçar estratégias eleitorais de forma autônoma.

Já o PFL lançou candidatura sem compor uma coligação. A maior parte dos possíveis aliados já estavam coligados à candidatura de Raupp, inclusive o PSDB, que era aliado ao partido no nível nacional. Dentro do PFL, no entanto, existiam divergências sobre o posicionamento do partido nas eleições. O senador pefelista Odacir Soares, candidato ao Governo do Estado pelo partido no pleito anterior, era a favor do partido se aliar à candidatura de Raupp, mantendo a aliança estabelecida desde o segundo turno das eleições de 1994. No entanto, o senador José Bianco, do mesmo partido era contrário à manutenção da aliança e favorável ao lançamento de candidatura própria ao Governo do Estado, em oposição a Raupp.

[...] Bianco não escondeu as divergências políticas com o senador Odacir Soares (PFL-RO). "O partido precisa de mudanças no Estado, e vamos fazer isso da forma menos traumática possível. Para isso, basta que o senador Odacir Soares sente para conversar." Soares é favorável ao apoio do PFL ao governador Waldir Raupp (PMDB). Bianco é contra (FOLHA DE S. PAULO, 02/07/1997).

Logo após o conflito com Bianco, em agosto de 1997, o senador Odacir Soares migrou para do PFL para o PTB, partido que se coligou à candidatura de Raupp. Foi candidato e reeleito para o Senado no ano de 1998. Sendo assim, o candidato do PFL para o Governo do Estado, então, foi o senador José Bianco e o vice, Miguel de Souza, do mesmo partido. Além das candidaturas do PMDB e do PFL, o pleito contou com candidatos de mais três partidos: PSC, PT e PPB. A candidatura de Melki Donadon, do PSC, possuía sete partidos na coligação, sendo a maioria de pequenos partidos, localizados à direita do espectro ideológico. Foi o terceiro colocado, com 18,8% dos votos válidos. Outra candidatura localizada à direita era de Ernandes Santos Amorim, do PPB (ex-PPR e ex-PDS). O partido foi o último colocado do pleito, com cerca de 4% dos votos. O PT, única candidatura de

---

<sup>91</sup> Segundo matéria publicada na *Folha de S. Paulo* (17/10/1997), “[...] Raupp estaria prometendo apoio à reeleição de FHC em troca de recursos para o Estado. Também estaria cobrando da Executiva Nacional do PSDB a retirada da candidatura de José Guedes (PSDB) ao governo de Rondônia”

esquerda do pleito, seguindo o padrão estabelecido pelo partido desde 1986, lançou novamente candidatura própria, tendo, desta vez, permitido alianças com outros partidos: o PV e o PC do B. Foi o quarto colocado das eleições, com 7,55% dos votos válidos (ver Tabela 6.5).

A disputa foi polarizada entre as candidaturas do PMDB e do PFL. No primeiro turno, a diferença percentual foi de um pouco mais de 1% dos votos válidos a favor de Bianco (PFL). No segundo turno, mesmo com Raupp contando com o apoio de Melki Donadon, não foi suficiente para obter a vitória. O candidato opositorista, com o apoio do PPB, conseguiu ampliar a vantagem no segundo turno e obteve 53,6% dos votos contra 46,4% de Raupp (Tabela 6.5). Assim, como nas eleições de 1990 e 1994, novamente o governador não tinha conseguido eleger o sucessor do seu grupo, mesmo com a possibilidade de reeleição.

TABELA 6.5 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – RONDÔNIA (1998)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%	VOTOS 2º T	%
José Bianco	PFL	Sem coligação	161.831	35,31	268.624	53,60
Valdir Raupp	PMDB	PMDB – PDT – PTB – PPS – PRN – PSDB	157.226	34,30	232.579	46,40
Melki Donadon	PSC	PSC – PST – PTN – PRTB - PSD – PRP – PRONA	86.171	18,80		
José Neumar	PT	PT – PV – PC do B	34.607	7,55		
Ernandes Santos Amorim	PPB	Sem coligação	18.484	4,03		
TOTAL			458.319	100,00	501.203	100,00

Fonte: Base de Dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia (TRE-RO).

\* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

Com a vitória, novamente um político ligado ao antigo grupo pedessista do início dos anos 1980 retornou ao poder em Rondônia. Nesse pleito, predominou a antiga polarização PMDB-PFL dos anos 1980 em Rondônia. Junto ao PFL, uniu-se o PPB (ex-PPR e ex-PDS), para formar o primeiro gabinete do governo Bianco, que contou com 84,61% de filiados a partidos, sendo 10 ao PFL, um ao PPB e dois não filiados. Assim, houve grande concentração de pastas no partido do governador (ver Quadro 6.4). Uma hipótese é que sem o apoio formal de outras siglas partidárias na arena eleitoral, o governador ofereceu

recompensas de pequeno valor político para os apoiadores de outros partidos. Com essa distribuição, o governador possuía o apoio legislativo de apenas cinco deputados (20,83% do total) e, novamente, reforça a tese de que o governador obteve a aprovação de sua agenda de governo através de outros recursos disponibilizados para os parlamentares.

QUADRO 6.4 – PRIMEIRO GABINETE FORMADO POR JOSÉ BIANCO (BIANCO 1) – RONDÔNIA (1999)

NOMEADOS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	SECRETARIAS <sup>1</sup>	TIPOS DE SECRETARIA
ADEMAR MARCOL ALFREDO SUCKEL <sup>1</sup>	PFL	ADMINISTRAÇÃO PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	ECONÔMICO- ADMINISTRATIVA
MARCOS ANTÔNIO DALTIBA <sup>2</sup>	PFL	AGRICULTURA E ABASTECIMENTO DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL INDÚSTRIA, COMÉRCIO, MINAS E ENERGIA	
JOSÉ LUCIANO LEITÃO DE LAVOR JÚNIOR RENATO ANTÔNIO DE SOUZA LIMA	PFL Sem filiação	FAZENDA OBRAS E SERVIÇOS PÚBLICOS	
EUDES MARQUES LUSTOSA OSCAR ILTON DE ANDRADE	PFL PFL	CASA CIVIL COMUNICAÇÃO SOCIAL	POLÍTICA
SANDRA MARIA VELOSO CARRIÓ MARQUES CARLOS JORGE CURY MANSILLA WALDEREDO PAIVA DOS SANTOS REGINA MARIA MALTA DA SILVA VILAS BOAS	Sem filiação PPB PFL PFL	EDUCAÇÃO SAÚDE SEGURANÇA PÚBLICA TRABALHO E AÇÃO SOCIAL	SOCIAL

Fonte: Base elaborada pelo autor com base em informações fornecidas pelas Secretarias de Estado e pelo DOE-RO e dados sobre os partidos a partir da base de filiação do TSE e de candidaturas do TRE-RO.

<sup>1</sup> Ademar Marcol Alfredo Suckel ficou responsável por duas pastas: Administração e Planejamento e Coordenação Geral. <sup>2</sup> Marcos Antônio Daltiba ficou responsável por três Secretarias: a de Agricultura e Abastecimento, a de Desenvolvimento Ambiental e a de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia.

Em quatro anos, o governador José Bianco montou cinco gabinetes. Durante o primeiro ano, foram dois. A primeira alteração ocorreu em abril e maio de 1999, quando mudou os responsáveis por sete das 12 Secretarias. Nessa mudança, o governador retirou o PPB da Secretaria de Administração e pôs o PFL. Assim, o gabinete se tornou unipartidário, tendo 10 Secretarias com filiados ao partido do governador (83,33%). Comparando aos demais gabinetes do período em análise, desde 1987, somente Jerônimo Santana, em 1990, formou um gabinete unipartidário, mas com baixo grau de partidarização (21,14% de filiados do PMDB). No caso do governo Bianco, uma hipótese é de que, por ter disputado a eleição

sem ser apoiado formalmente por nenhum partido (tendo o apoio do pequeno PPB, somente no segundo turno), deu condições de concentrar pastas em seu partido, não respondendo a compromissos selados na arena eleitoral. Nesse sentido, a hipótese de Golder se confirma aqui: coligações explicam coalizões. No entanto, ao concentrar pastas no PFL, o governador não obtinha o apoio legislativo apenas com a distribuição de pastas do gabinete. Isso evidencia, novamente, que as Secretarias não são as únicas moedas em jogo para a obtenção de apoio legislativo.

Em fevereiro de 2000, o governador realizou uma grande reforma administrativa (Lei Complementar nº 224 de 4 de janeiro de 2000), reduzindo o número de pastas do gabinete de doze para nove. Com essa lei, foram extintas as seguintes Secretarias: de Administração; Comunicação Social; Agricultura e Reforma Agrária; Obras de Serviços Públicos; Indústria e Comércio, Minas e Energia; e de Trabalho e Ação Social.

A Casa Civil recebeu as atribuições da Secretaria de Comunicação Social e as da Administração passou para a Secretaria de Planejamento, Coordenação Geral e Administração. Já as competências da Secretaria do Trabalho e Ação Social foram distribuídas entre a Secretaria de Agricultura, Produção e do Desenvolvimento Econômico e Social e a Fundação de Assistências Social do Estado de Rondônia. A pasta de Agricultura, ainda, recebeu as atribuições da Secretaria de Indústria, Comércio, Minas e Energia. Por fim, a Secretaria de Obras teve suas competências transferidas para o Departamento de Viação e Obras Públicas de Rondônia. Criou ainda a Secretaria de Esportes, Cultura e Lazer.<sup>92</sup>

Essa mudança na estrutura administrativa, em fevereiro de 2000, também diminuiu o tamanho do PFL no gabinete (de 83,33% para 44,44%), além de trazer dois novos partidos: PPB, que havia participado do primeiro gabinete), e PDT. Os dois partidos possuíam apenas uma pasta. A participação do PPB no gabinete (na Secretaria de Saúde), novamente, dura pouco tempo (oito meses). Já a participação do PDT ocorre até o momento em que o secretário Assis Canuto, secretário-chefe da Casa Civil, era filiado ao partido. Em

---

<sup>92</sup> Em janeiro de 2000, como parte do programa de reestruturação do Estado, o governador Bianco realizou uma série de demissões de funcionários públicos, como forma de limitar os gastos com folha de salários. Conforme a *Folha de S. Paulo* (30/01/2000), “O corte de 9.131 funcionários públicos anunciado no fim-de-semana passado pelo governo de Rondônia vai atingir principalmente as áreas de educação (5.000 demissões) e saúde (2.000). Os demitidos representam 23% do número total de servidores estaduais (cerca de 40 mil).”

outubro de 2001, o pedetista migrou para o PFL, tornando o gabinete, novamente, unipartidário até o final do governo de Bianco.

### **6.3 Eleições de 2002: o crescimento do PT, vitória de Cassol e o impacto sobre as “racionalidades políticas contextuais”**

Nas eleições de 2002, o PFL não contou com o apoio do PPB, que lançou candidatura própria: do ex-secretário de Saúde, Natanael Silva, que foi apoiado por PTB, PPS e do PST. O PFL lançou a candidatura de Bianco à reeleição, contando apenas com o apoio do PL. Além do PPB, o governador iria enfrentar mais cinco candidaturas: do PRONA, do PRTB, do PSB, do PDT e do PSDB. Dentre essas, as mais competitivas eram de Ivo Cassol (PSDB), de Acir Gurgacz (PDT) e de Mauro Nazif (PSB). Dessas três, apenas o PDT tinha se coligado: ao PAN. Eram duas candidaturas à esquerda – PDT e PSB –, quatro candidaturas à direita – PRTB, PPB, PFL e PRONA – e uma ao centro, do PSDB.

Nem PMDB e PT não lançaram candidatos ao Governo do Estado. No entanto, os partidos lançaram candidaturas para os demais cargos: Senado, Deputado Federal e Estadual. Era a primeira vez que os dois partidos não lançavam candidaturas para o Governo do Estado desde 1986, quando as eleições diretas para governador foram permitidas para Rondônia.

O PMDB e o PSDB já haviam sido aliados durante o governo Raupp (1995-1998) e nas eleições de 1998. O incentivo da aliança PMDB-PSDB no pleito presidencial poderia levar ao lançamento de uma candidatura conjunta dos dois partidos no estado. No entanto, os dois partidos não chegaram a um acordo quanto a quem encabeçaria a candidatura estadual.

Para os tucanos, não foi possível repetir a aliança nacional com o PMDB porque as diferenças começaram já no lançamento das candidaturas. As divergências impediram a união das legendas e o fortalecimento da chapa. A idéia inicial era lançar o presidente do PMDB, Amir Lando, para governador, e Cassol, para vice. No entanto, os dois queriam encabeçar a chapa, e o PMDB acabou não lançando candidato ao governo do Estado (FOLHA DE S. PAULO, 27/10/2002).

Ivo Cassol (PSDB), que havia sido prefeito de Rolim de Moura, utilizou seu capital político no interior e a força do PSDB nacional para alavancar sua candidatura, mesmo

sem contar com o apoio de outros partidos. Com isso, obteve 29,62% dos votos válidos, contra 20,23% do governador José Bianco (PFL). A disputa foi para o segundo turno.

TABELA 6.6 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – RONDÔNIA (2002)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%	VOTOS 2º T	%
Ivo Cassol	PSDB	Sem coligação	184.085	29,62	348.081	59,07
José de Abreu Bianco	PFL	PFL – PL	125.739	20,23	241.206	40,93
Acir Gurgacz	PDT	PDT – PAN	105.000	16,89		
Mauro Nazif	PSB	Sem coligação	96.758	15,57		
Ernandes Santos Amorim	PRTB	PRTB – PTN – PGT – PTC	65.235	10,50		
Natanael José da Silva	PPB	PPB – PTB – PPS – PST	43.787	7,05		
Edgar Azevedo	PRONA	Sem coligação	895	0,14		
TOTAL			621.499	100,00	589.287	100,00

Fonte: Base de Dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia (TRE-RO).

\* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

A eleição no primeiro turno foi altamente disputada. A diferença entre os dois primeiros colocados foi de apenas 9% e o terceiro e quarto candidatos obtiveram, respectivamente, 16,89% e 15,57%. O resultado dessas eleições apontava para um quadro de fragmentação política em torno de uma série de lideranças que possuíam grande capital político no estado. Isso diminuía as chances de recondução de governadores.

No segundo turno, o governador José Bianco (PFL) obteve o apoio do PMDB, do PTB e de alguns setores do PDT. Nesse momento, declarou apoio à candidatura de Lula (PT) para a Presidência, como forma de alavancar seus votos para o segundo turno. Como estratégia para o segundo turno, Ivo Cassol (PSDB) obteve o apoio do PRTB e evitou se vincular à candidatura de José Serra (PSDB).<sup>93</sup> Mesmo com os apoios obtidos pelo governador, Cassol conseguiu se eleger com 59,07% dos votos válidos contra 40,93% do governador José Bianco.

<sup>93</sup> “De olho no voto petista, Bianco resolveu apoiar Luiz Inácio Lula da Silva para a Presidência da República. Segundo o irmão do governador, Antônio, colaborador da campanha, ‘Lula é o melhor candidato para Rondônia.’ Já Cassol não pediu votos para o presidenciável José Serra durante sua campanha. ‘A campanha para governador é uma, para presidente é outra. Eu estou fazendo a minha campanha’, disse o tucano para justificar a falta de pedido de votos para o presidenciável” (FOLHA DE S. PAULO, 27/10/2002).

Assim sendo, é importante destacar que a coordenação eleitoral das candidaturas estaduais em Rondônia não ocorreu de forma evidente. Além do pouco peso eleitoral para o pleito presidencial, há uma grande presença de lideranças políticas com condições de ocupar papel importante na disputa estadual, como foi observado na disputa para governador. Pelo perfil das alianças do primeiro e do segundo turno, assim como pela ausência de uma candidatura do PT para governador (ou mesmo de sua participação em uma coligação), continuou operando a “racionalidade política contextual”, na medida em que os acordos entre os partidos obedecem, em maior medida, aos ditames da política estadual.

Ainda que houvesse a preponderância de fatores estaduais na forma como os partidos se associaram no estado, a disputa presidencial daquele ano foi importante no incremento da esquerda no estado. Influenciado pela “onda Lula”, o PT de Rondônia elegeu uma senadora, Fátima Cleide. Além disso, diferentemente de 1998, em que não elegeu deputados federais, o PT, em 2002, obteve duas cadeiras, representando 25% da bancada rondoniense na Câmara, além de ter conseguido eleger quatro deputados estaduais (dois a mais do que em 1998). O fortalecimento do PT em 2002, em um contexto de forte presença de lideranças políticas ligadas a partidos à direita e ao centro, levará o subsistema político rondoniense a abrir espaços para candidaturas de esquerda a partir daquele momento.

Juntamente ao crescimento do PT, ocorreu a vitória de Ivo Cassol no pleito para governador. Além de político, o governador era empresário do ramo da produção de energia elétrica e da exploração de madeira, tendo fortes vínculos com setores de direita do estado de Rondônia, apesar de ser filiado a um partido ao centro, o PSDB. O governador e o PT rondoniense eram de grupos distintos e, em 2006, essa oposição ficaria mais clara.

O primeiro gabinete formado por Ivo Cassol, em janeiro de 2003, teve a seguinte configuração partidária: PSDB-PPB-PL-PPS. O PSDB ficou com três pastas (33,33% do total), e os demais partidos ficaram com uma Secretaria cada (11,11% para cada). Assim sendo, o gabinete teve partidarização de 66,66%. Para a Secretaria de coordenação política, a Casa Civil, foi destinada ao PPS (ver Quadro 6.5). Se for levado em conta o apoio obtido somente pela distribuição de pastas, o governador possuía somente 1/3 do apoio do legislativo. Novamente, há o indício de que outros recursos poderiam estar em jogo para a obtenção de apoio da parte majoritária dos deputados estaduais.

QUADRO 6.5 – PRIMEIRO GABINETE FORMADO POR IVO CASSOL (CASSOL 1) – RONDÔNIA (2003)

NOMEADOS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	SECRETARIAS <sup>1</sup>	TIPOS DE SECRETARIA
LUIZ CLÁUDIO PEREIRA ALVES	PSDB	AGRICULTURA, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	ECONÔMICO-ADMINISTRATIVA
HAMILTON NOBRE CASARA	PSDB	DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL	
JOSÉ GENARO DE ANDRADE	Sem filiação	FINANÇAS	
EDMUNDO LOPES DE SOUZA	Sem filiação	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	
JOÃO APARECIDO CAHULLA	PPS	CASA CIVIL	POLÍTICA
CÉSAR LICÓRIO	PSDB	EDUCAÇÃO	SOCIAL
MIGUEL SENA FILHO	PPB	SAÚDE	
PAULO ROBERTO OLIVEIRA DE MORAES	PL	SEGURANÇA PÚBLICA	
LUIZ CARLOS VENCESLAU	Sem filiação	ESPORTES, CULTURA E LAZER	

Fonte: Base elaborada pelo autor com base em informações fornecidas pelas Secretarias de Estado e pelo DOE-RO e dados sobre os partidos a partir da base de filiação do TSE e de candidaturas do TRE-RO.

Ao longo do governo Cassol foram formados sete gabinetes. O único partido a se manter ao longo de todos os gabinetes foi o PSDB. O PPB saiu do gabinete com a migração de Miguel Sena Filho para o PSDB em setembro de 2003. Outra mudança importante foi a entrada do PDT no gabinete em setembro de 2005, ficando até o final do governo. Durante o período, a agremiação controlou, em períodos não simultâneos, as Secretarias de Administração e Planejamento. O PPS e o PL foram outros partidos que tiveram pastas de primeiro escalão durante o período. O PPS não ocupou pastas em apenas cinco meses, durante o ano de 2005 (de abril a setembro). Depois disso, retornou ao comando da Casa Civil até o final do governo. Já o PL controlou, até dezembro de 2005, a Secretaria de Segurança Pública.

Considerando os partidos presentes nos gabinetes de Cassol, observa-se que o PSDB possuiu maior controle das pastas do gabinete, mesmo no período imediatamente após a migração de partido pelo governador para o PPS, ocorrida, formalmente, em setembro de 2005.<sup>94</sup> Somente em abril de 2006, já no contexto de montagem de candidaturas e coligações,

<sup>94</sup> A migração de Ivo Cassol, do PSDB para o PPS, foi uma manobra para que o mesmo não fosse expulso do partido, impedindo que o mesmo se candidatasse à reeleição. Conforme a *Folha de S. Paulo*: “Alvo de investigação pelo PSDB, o governador Ivo Cassol (RO), pediu antontem seu desfiliamento do partido alegando razões de ‘foro íntimo’. A Folha apurou que o pedido de Cassol foi uma manobra para evitar sua expulsão. A

o gabinete passou a contar com mais filiados ao PPS (duas pastas) do que ao PSDB (uma Secretaria). Sendo assim, havia grande variedade ideológica entre os partidos aliados do governo Cassol, tendo preponderância os dois partidos opositores ao PT no nível nacional: o PSDB e o PPS.

Assim, novamente, observa-se que, na arena governamental, as alianças partidárias tendem a ter outras configurações, diante dos baixos constrangimentos institucionais presentes para a distribuição de cargos pelo governador. Novamente, as alianças entre as agremiações no governo tendem a seguir, em maior parte, os ditames da política estadual.

No entanto, é válido afirmar que existe algo de nacional na estratégia das lideranças políticas estaduais, não sendo, possível, portanto, afirmar que somente a tese de Lima Júnior é suficiente para explicar a dinâmica política estadual. Mesmo com a mudança de Cassol para o PPS, o governador continuou alinhado ao bloco opositor no nível nacional, diante do rompimento do partido com o governo Lula, durante no final de 2004. O pleito de 2006 foi o primeiro em que o alinhamento à lógica de disputa presidencial ocorreria de forma mais evidente no caso de Rondônia e isso se deveu ao crescimento do PT, de um lado, e à consolidação de Ivo Cassol, de outro.

#### **6.4 Adaptações da coordenação eleitoral ao contexto rondoniense (2006-2010)**

O PT, partido inexpressivo até 2002 em Rondônia, foi alavancado pela dinâmica nacional, ampliando a bancada federal rondoniense, seu espaço na Assembleia Legislativa, conquistando, também, uma vaga no Senado. Com o crescimento do PT no estado, em 2004, o partido elegeu o prefeito da capital de Rondônia, Porto Velho, e, em 2006, beneficiando-se dessa conjuntura, apresentou candidatura mais competitiva para o pleito de governador.

O PT emerge como partido de relevância estadual com a eleição de Lula em 2002. Até então, o partido era inexpressivo no estado. A famosa onda Lula, que ocorreu em vários estados em 2002, deu-se de forma significativa em Rondônia. A partir daí o PT tornava-se uma das maiores legendas na ALE/RO, atingia 25% de

---

Executiva Tucana havia criado, em 23 de junho, uma comissão para investigar a atuação de Cassol frente ao governo de Rondônia” (FOLHA DE S. PAULO, 07/07/2005).

representação da bancada do Estado na Câmara dos Deputados e uma senadora. Ao lado do histórico PMDB, o PT era a força partidária mais forte de Rondônia. Isso pode ser observado claramente em 2004 com a eleição de Sobrinho para a prefeitura da capital (VIANA, 15/03/2010).

O PT, então, lançou a senadora Fátima Cleide, eleita em 2002, como candidato a governadora. Sua coligação contou com os apoios de PSC, PRTB e PC do B. Além da candidatura petista, a esquerda foi representada por candidaturas de mais dois partidos: PSB e PSOL. Carlos Camurça foi o candidato do PSB, tendo o apoio, na coligação, de PDT, PTB e PL. O PSB também indicou a candidata a vice-governadora da chapa: Maria Inês Zanol. Já o PSOL, surgido a partir de uma corrente interna ao PT, lançou Adilson Siqueira. Como esperado, o partido não apoiaria o PT nas eleições. No entanto, a ausência de alianças PT-PSB no estado é um aspecto importante a ser considerado. O PSB era um dos parceiros mais fiéis ao PT nacional até aquele momento e, constantemente, apoiava candidaturas petistas nos estados. Dos aliados mais constantes, o PT contou com o apoio do PC do B, que teve o candidato a vice-governador da chapa, Júlio Olivar Benedito.

O PMDB, que não havia lançado candidatos e nem participado de coligações para o pleito para governador em 2002, teve o senador Amir Lando como pleiteante ao Governo do Estado, em uma ampla coligação, contando com PMDB, PP, PHS, PMN, PTC, PRP, PSDB e PT do B. O PSDB, que era a sigla do governador, optou por se alinhar novamente ao PMDB, a exemplo do que havia ocorrido nas eleições de 1994 e 1998, além do apoio concedido ao governo Raupp no período 1995-1998.<sup>95</sup> Do PSDB, saiu o candidato a vice-governador, Hamilton Casara.

A candidatura de Ivo Cassol (PPS) à reeleição foi apoiada formalmente por PTN, PFL, PAN, PV e PRONA. Ainda que o PPS fosse um partido à esquerda, esse possuía uma gama de partidos à direita na sua coligação, como o PFL e PRONA. O candidato à vice-governador era João Cahulla, também do PPS, o que indica que Cassol teve total controle no processo de formação da chapa, permitindo pouca concessão aos partidos que compunham a coligação. Assim, Cassol apresentava uma candidatura de continuidade, tendo como principais concorrentes duas candidaturas de esquerda, do PT e do PSB, e uma ao centro, do

---

<sup>95</sup> Durante o governo Cassol (2003-2006), que foi eleito pelo PSDB, o PMDB não teve participação no gabinete com cargos de primeiro escalão.

PMDB. De um lado, Cassol se alinhou, de forma definitiva à candidatura de Alckmin (PSDB) somente no segundo turno.

O alinhamento às candidaturas presidenciais de PT e PSDB teve a candidatura de PT estadual alinhado à candidatura petista de Lula, de um lado, e, do outro lado, a candidatura de Amir Lando (PMDB) alinhada à candidatura de Geraldo Alckmin, do PSDB. O coordenador estadual da candidatura presidencial do PSDB era o vice-governador peessedebista da chapa, Hamilton Casara. Assim, a presidencialização funcionaria, apesar de contemplar as particularidades estaduais, em que o PMDB estaria aliado ao PSDB, diferentemente do nível nacional, onde PT e PMDB participaram da mesma coligação. Apesar de o PPS de Cassol ser alinhado ao PSDB no nível nacional, Alckmin preferiu se manter afastado da candidatura do governador rondoniense, pelo fato de que o mesmo estava implicado em um caso de corrupção no estado com repercussão nacional, o que poderia afetar sua candidatura presidencial.<sup>96</sup> Ainda assim, no segundo turno, Cassol, já eleito, e Alckmin, em disputa pela Presidência, firmaram um acordo de apoio para a candidatura presidencial peessedebista.

Mesmo com a força da candidatura presidencial petista e do seu crescimento, desde 2002, Cassol foi reeleito, mesmo sem ter o apoio formal da candidatura de Alckmin. Obteve a vitória no primeiro turno, contabilizando 54,14% dos votos válidos, contra 25,9% de Fátima Cleide (PT), 12,5% de Carlos Camurça (PSB) e 6,17% de Amir Lando (PMDB). (ver Tabela 6.7).

---

<sup>96</sup> “[...] pisando em Rondônia, onde 22 dos 24 deputados estaduais são acusados de fraudes que incluem obras superfaturadas e uma folha de pagamentos paralela, Alckmin teve sua visita blindada. Apesar de apoiar oficialmente o senador Amir Lando (PMDB) ao governo do Estado, nenhum deputado estadual do PMDB foi convidado para a carreata. O carro de um deles chegou a engrossar o ato, mas foi retirado do aeroporto pouco antes do desembarque. A idéia era livrar o candidato do constrangimento de ser surpreendido por investigadores num corpo-a-corpo. O coordenador da campanha no Estado, Hamilton Casara, disse que impôs um "freio" à aproximação de Alckmin com o governador Ivo Cassol (PPS), candidato à reeleição. Por ser do PPS, Cassol integra a base de apoio do tucano. ‘O público dele [do agronegócio] está com Alckmin’, afirmou Casara. A campanha de Alckmin, porém, considera o apoio de Cassol perigoso. O vice na chapa de Cassol, o ex-chefe da Casa Civil, Carlos Magno Ramos, renunciou após ser preso durante a Operação Dominó” (FOLHA DE S. PAULO, 27/08/2006).

TABELA 6.7 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – RONDÔNIA (2006)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%
Ivo Cassol	PPS	PPS – PTN – PFL – PAN – PV – PRONA	387.208	54,14
Fátima Cleide	PT	PT – PSC – PRTB – PCdoB	185.272	25,90
Carlos Camurça	PSB	PSB – PDT – PTB – PL	89.426	12,50
Amir Lando	PMDB	PMDB – PP – PHS – PMN – PTC – PRP – PSDB – PT do B	44.155	6,17
Adilson Siqueira	PSOL	Sem coligação	7.984	1,12
Edgard Nilo Tonial	PSDC	Sem coligação	1.185	0,17
TOTAL			715.230	100,00

Fonte: Base de Dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia (TRE-RO).

\* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

Foi a primeira vez em que um governador conseguiu se reeleger no estado de Rondônia. Somente em 1986 um chefe do Executivo estadual havia conseguido fazer um sucessor, quando Ângelo Angelim (PMDB) foi substituído por Jerônimo Santana, do mesmo partido. Assim, as eleições estaduais em Rondônia apresentaram, de 1990 a 2002, reiteradas conjunturas de mudança, levando a uma constante reorganização do subsistema político estadual. Em 2006, a eleição garantiu a continuidade do grupo de Cassol no poder.

No governo, Cassol montou oito gabinetes ao longo do segundo mandato. Assim, como o primeiro governo, os gabinetes contemplaram uma ampla variedade de partidos. O partido do governador, o PPS, esteve presente em todos os gabinetes do período 2007-2010. Outros aliados, na arena eleitoral, tiveram cargos de primeiro escalão durante o mandato: o PTN, o PFL e o PV. No entanto, não controlaram Secretarias no primeiro gabinete do governo, formado em janeiro de 2007. Nesse, o PPS controlou duas Secretarias (Agricultura, Produção e Desenvolvimento e Desenvolvimento Ambiental), ambas do tipo econômico-administrativa. O PDT, apesar de não ter participado da coligação vitoriosa, também obteve duas Secretarias econômico-administrativas importantes: Administração e Planejamento. Os demais aliados (PRP e PSDC) obtiveram uma pasta cada um (ver Quadro 6.6). Com essa distribuição no primeiro gabinete, o governador obtinha apenas 16,66% do apoio legislativo, obtido pelo apoio de deputados do PPS e do PSDC. Com isso, reforça-se a ideia de que, no

caso rondoniense, outras formas recompensas são destinadas aos aliados, não somente a distribuição de cargos em Secretarias de Estado.

QUADRO 6.6 – PRIMEIRO GABINETE FORMADO POR IVO CASSOL (CASSOL II - 1) – RONDÔNIA (2007)

NOMEADOS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	SECRETARIAS <sup>1</sup>	TIPOS DE SECRETARIA
VALDIR ALVES DA SILVA	PDT	ADMINISTRAÇÃO	ECONÔMICO-ADMINISTRATIVA
MARCO ANTÔNIO PETISCO	PPS	AGRICULTURA, PRODUÇÃO E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E SOCIAL	
ANÍBAL DE JESUS RODRIGUES	Sem filiação	AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
AUGUSTINHO PASTORE	PPS	DESENVOLVIMENTO AMBIENTAL	
JOSÉ GENARO DE ANDRADE	Sem filiação	FINANÇAS	
JOÃO CARLOS GONÇALVES RIBEIRO	PDT	PLANEJAMENTO E COORDENAÇÃO GERAL	
JOAREZ JORGE JARDIM	PSDC	CASA CIVIL	POLÍTICA
EDINALDO DA SILVA LUSTOZA	PRP	EDUCAÇÃO	SOCIAL
MILTON LUIZ MOREIRA	Sem filiação	SAÚDE	
EVILÁSIO SILVA SENA JÚNIOR	Sem filiação	SEGURANÇA PÚBLICA	
JUCÉLIS FREITAS DE SOUZA	Sem filiação	ESPORTES, CULTURA E LAZER	
GILVAN CORDEIRO FERRO	Sem filiação	ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	

Fonte: Base elaborada pelo autor com base em informações fornecidas pelas Secretarias de Estado e pelo DOE-RO e dados sobre os partidos a partir da base de filiação do TSE e de candidaturas do TRE-RO.

Em setembro de 2007, um secretário de Administração, Valdir Alves, migrou para o PV, colaborando para a ampliação do apoio legislativo, já que o PV possuía dois deputados na Assembleia. Em maio de 2008, uma nova mudança no gabinete trouxe Odacir Soares, do PMDB, para a Casa Civil, fundamental para a articulação política do governo. No entanto, os vínculos de Soares ao PMDB não eram sólidos, diante da sua carreira em vários partidos (PDS, PFL, PTB e PPS), tendo, um ano após assumir o cargo, migrado novamente de partido, para o PSL. Em julho de 2008, o governador incluiu o DEM e o PHS no seu gabinete, chegando a sete partidos. Um ano após essa mudança, em junho de 2009, um novo gabinete foi formado, com a entrada de mais um partido, o PP, totalizando oito partidos no gabinete. É nesse momento que o governador Ivo Cassol, já desfiliado ao PPS, filiou-se ao PP, por isso houve a entrada do partido no gabinete. Em setembro e outubro de 2009, o partido

passou a ocupar três pastas mais, totalizando quatro (Saúde, Planejamento, Finanças e Assistência Social).<sup>97</sup>

Já no contexto pré-eleitoral, com as desincompatibilizações de secretários para a disputa das eleições, um novo gabinete foi formado em abril de 2010, com a saída de alguns partidos do gabinete (PSDC, PV, DEM e PSL), entrando o PTB e o PTN. Aquele gabinete já foi formado pelo novo governador, João Cahulla (PPS), que havia assumido o cargo diante da desincompatibilização de Ivo Cassol (PP) para a disputa do Senado. Ainda durante o mandato de Cahulla, houve o retorno do PHS ao gabinete, em agosto de 2010, coerente ao poio concedido ao partido à candidatura do governador à reeleição.

A coligação de Cahulla para o pleito de 2010 foi composta de dez partidos (PPS, PP, PTB, PSL, PTN, PSDC, PHS, PMN, PV e PRP), a maior já formada em Rondônia. Desses partidos, somente o PMN não havia participado do gabinete do governo Cassol-Cahulla. Sendo assim, a participação na coalizão de governo também pode ser um elemento importante para se entender a formação de coligações eleitorais.

Além da candidatura governista, o pleito contou com mais quatro candidaturas: do PMDB, do PT, do PSOL e do PSDB. A candidatura de Expedito Júnior (PSDB) foi composta por seis partidos: PSDB, PRB, PSC, PR, PTC e PT do B. No entanto, a candidatura foi indeferida pelo TSE com base na Lei da Ficha Limpa e seus votos foram considerados nulos. Sendo assim, a candidatura estadual alinhada à do presidencial José Serra (PSDB) foi a de Cahulla, do PPS, que ocorreu somente no segundo turno. Já em 2006, a candidatura de Cassol, do PPS, tinha se alinhado à candidatura presidencial peessedebista.

As candidaturas oposicionistas de esquerda eram representadas por candidatos do PT e do PSOL. Eduardo Valverde foi o candidato do PT, que teve, pela primeira vez, o apoio do PSB. No entanto, o PC do B, que, recorrentemente, apoiava o PT, coligou-se ao PMDB. Marcos Augusto Sussuarana foi o candidato do PSOL naquele pleito.

O PMDB, que havia tido um desempenho pífio no pleito para governador em 2006, tinha como candidato o ex-deputado federal e ex-prefeito de Ariquemes-RO, Confúcio

---

<sup>97</sup> A entrada do PP no governo se deu com a migração do secretário João Carlos Ribeiro (Planejamento) do PDT para o PP, de Tânia Terezinha (Assistência Social), do PHS para o PP, e da filiação de Milton Luiz Moreira (Saúde) ao PP.

Moura. A coligação teve, além do PMDB, o PDT, PRTB, PC do B e o DEM. Confúcio (PMDB) foi o candidato de oposição mais bem votado, obtendo 43,99% dos votos válidos, contra 37,14% de Cahulla (PPS). Assim, as eleições foram para o segundo turno.

TABELA 6.8 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – RONDÔNIA (2010)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%	VOTOS 2º T	%
Confúcio Aires de Moura	PMDB	PMDB – PDT – PRTB – PC do B – DEM	291.765	43,99	422.707	58,68
João Aparecido Cahulla	PPS	PPS – PP – PTB – PSL – PTN – PSDC – PHS – PMN – PV – PRP	246.350	37,14	297.674	41,32
Eduardo Valverde Araújo Alves	PT	PT – PSB	120.462	18,16		
Marcos Augusto Gomes Sussuarana	PSOL	Sem coligação	4.641	0,70		
Expedito Júnior **	PSDB	PSDB – PRB – PSC – PR – PTC – PT do B	-----	-----		
TOTAL			663.218	100,00	720.381	100,00

Fonte: Base de Dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Rondônia (TRE-RO).

\* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

\*\* Candidatura de Expedito Júnior, do PSDB, foi impugnada e seus votos foram considerados nulos pelo TSE.

A candidatura petista obteve 18,16% dos votos válidos, desempenho inferior ao das eleições de 2006. Naquelas eleições, o PT apresentou a candidatura de oposição mais competitiva. Além disso, a senadora petista Fátima Cleide não foi reeleita. O partido teve mau desempenho nas eleições devido, em alguma medida, à má avaliação da segunda gestão petista em Porto Velho, a partir de 2009. Viana, em entrevista concedida sobre as perspectivas acerca das eleições de 2010, afirmou que:

[O desempenho do candidato petista] será afetado diretamente pelo caos e pela ingovernabilidade que tomou conta de porto velho. Os outros candidatos com certeza ligarão a candidatura de Valverde com a administração de Roberto Sobrinho. O que faz sentido, visto que pertencem ao mesmo partido. Valverde corre o sério risco de sair prejudicado pelo caos que se tornou Porto Velho (VIANA, 15/03/2010).

No segundo turno, o PT rondoniense apoiou oficialmente o candidato peemedebista em troca do apoio de Confúcio Moura à candidatura de Dilma Rousseff (PT)

no pleito presidencial. Sendo assim, o PT-RO seguiu uma orientação da cúpula nacional do partido de firmar acordo com o PMDB (aliado nacional do partido).<sup>98</sup> Além disso, Confúcio Moura obteve o apoio do PSB estadual e de uma ala do PSDB de Rondônia, inclusive do candidato peessedebista Expedito Júnior. Entretanto, o PSDB estadual, pressionado pela cúpula nacional do partido, alinhou-se à candidatura do PPS de Cahulla.

O PSDB de Rondônia anunciou, na tarde desta sexta-feira (15), apoio à candidatura de João Cahulla (PPS) ao governo de Rondônia. O objetivo do PSDB local foi garantir um palanque para a candidatura do tucano José Serra (PSDB) no Estado. O outro candidato, Confúcio Moura (PMDB), apoia a petista Dilma Rousseff. Apesar do anúncio, membros do partido afirmam que a decisão de apoiar Cahulla foi isolada e "partiu do comando nacional" do PSDB – a maioria dos tucanos do Estado, assim como o candidato do PSDB ao governo, Expedito Júnior, estão do lado de Confúcio. "O Cahulla era o único que podia oferecer palanque para o Serra. Foi uma encruzilhada", diz Astrobaldo Casara, membro da Executiva Estadual do PSDB (FOLHA DE S. PAULO, 15/10/2010).

O PSDB estadual, dessa forma, mostrou-se pouco coeso em torno da candidatura de José Serra, apesar do apoio oficial da cúpula peessedebista à candidatura de Cahulla. Assim, apoiado pelas candidaturas oposicionistas mais competitivas, no segundo turno, Confúcio Moura ampliou a vantagem sobre o governador Cahulla e obteve a vitória com 58,68% dos votos válidos contra 41,32% do candidato do PPS (Tabela 6.8).

### **6.5 Alinhamentos partidários em Rondônia: conclusões**

Observa-se que, no cenário político estadual, houve constante mudança na elite dirigente estadual. Com exceção do pleito de 2006, os demais aqui analisados foram baseados em uma conjuntura de mudança. Alguns aspectos demarcam a trajetória do subsistema político rondoniense desde a década de 1980, sintetizados no quadro 6.7 abaixo:

---

<sup>98</sup> “O PT de Rondônia, que teve candidato próprio ao governo no primeiro turno se aliou a Confúcio no início deste mês em troca do apoio do peemedebista a Dilma. A petista perdeu para José Serra (PSDB) na votação do dia 3 em Rondônia: teve 40% dos votos válidos, contra 45% do tucano” (FOLHA DE S. PAULO, 22/10/2010).

QUADRO 6.7 – COLIGAÇÕES ELEITORAIS NA DISPUTA PARA O GOVERNO DO ESTADO  
– RONDÔNIA (1986-2010)

ELEIÇÕES	CANDIDATURA(S) DE OPOSIÇÃO MAIS COMPETITIVA	CANDIDATO GOVERNISTA	CANDIDATURAS DO PT	OUTRAS CANDIDATURAS (ESQUERDA)	OUTRAS CANDIDATURAS	ÍNDICE Presid. Eleitoral
1986	PDT	PMDB	PT	PSB	PH PTB PFL (PDS)	N/A <sup>1</sup>
1990 <sup>2</sup>	PTB (PDS – PDT – PST) PRN PTR (PSC – PRP)	PMDB (PMN – PL – PSB – PDC)	PT	–	PSDB (PFL)	0,6
1994	PMDB (PSB – PSDB)	PDT (PTB – PL – PP)	PT	–	PFL (PSD) PPR (PV) PRONA	0,35
1998	PFL	PMDB (PDT – PTB – PPS – PRN – PSDB)	PT (PV – PC do B)	–	PPB PSC (PST - PTN - PRTB - PSD - PRP - PRONA)	0,5
2002	PSDB	PFL (PL)	–	PSB	PRTB (PTN - PGT - PTC) PPB (PTB - PPS - PST) PRONA PDT (PAN)	0,15
ELEIÇÕES	CANDIDATURA DO PMDB	CANDIDATO GOVERNISTA	CANDIDATURAS DO PT	OUTRAS CANDIDATURAS (ESQUERDA)	OUTRAS CANDIDATURAS	ÍNDICE Presid. Eleitoral
2006	PMDB (PP – PHS – PMN – PTC – PRP – PSDB – PT do B) [4º colocado]	PPS (PTN – PFL – PAN – PV – PRONA)	PT (PSC – PRTB – PC do B) [2º colocado]	PSOL	PSDC PSB (PDT – PTB – PL)	0,65
2010	PMDB (PDT – PRTB – PC do B – DEM) [1º colocado]	PPS (PP – PTB – PSL – PTN – PSDC – PHS – PMN – PV – PRP)	PT (PSB) [3º colocado]	PSOL	PSDB (PRB – PSC – PR – PTC – PT do B)	0,75

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do Rondônia (TRE-RO).

\* A sigla fora dos parênteses é do partido do candidato e as siglas dentro dos parênteses são dos coligados.

<sup>1</sup> Não se aplica. A primeira eleição presidencial direta ocorreu somente em 1989. <sup>2</sup> Diante do pleito acirrado no primeiro turno entre os três primeiros colocados, preferiu-se enquadrar todas as candidaturas competitivas neste pleito.

Durante a década de 1980, houve a polarização entre PMDB e PDS-PFL, embora no subsistema político estadual já havia a emergência de outros atores políticos, que já se colocavam como possíveis alternativas aos grupos de Teixeira e Santana nos primeiros anos de existência do estado de Rondônia. Dentre esses partidos, destacam-se o PDT e o PT. Nenhum desses se tornou protagonista no cenário político rondoniense, mas apontavam para uma clara dispersão do poder que se iniciou com o esfacelamento dos grupos que se concentravam em torno do PDS-PFL e do PMDB.

O PDT e o PT, apesar de serem partidos à esquerda no espectro ideológico, tiveram diferenças na forma de se associarem a outros partidos no estado. O PDT foi um

partido mais flexível nas alianças, formando coligações dos tipos mais variados possíveis. Já o PT foi um partido mais fechado em suas alianças. Até o pleito de 1994, o partido nunca havia se coligado, lançando candidaturas “puras”, sem aliados formais. Em 1998 e 2006, coligou-se ao PC do B, aliado recorrente em outros estados, abrindo o leque de alianças para outros partidos, como o PV, o PRTB e o PSC. Em 2010, o PC do B se coligou ao PMDB e o PT montou uma coligação com somente um aliado: o PSB. Diferentemente de outros estados, o PSB não se aliava constantemente ao PT. Além desses partidos, o PSOL tem apresentado candidaturas desde 2006, porém com desempenho inexpressivo. Assim sendo, os partidos de esquerda em Rondônia têm tido pequeno espaço no cenário político estadual, devido à melhor organização de políticos ligados aos partidos localizados ao centro e à direita do espectro ideológico.

O PMDB tem sido o partido com maior preponderância no estado de Rondônia, apesar de oscilações durante o período. Foi vitorioso em 1986, 1994 e 2010, sob diferentes lideranças. Durante a década de 1980, o partido foi liderado por Jerônimo Santana, político tradicional desde os tempos do MDB, quando Rondônia ainda era Território Federal. Posteriormente, Raupp, que disputou as eleições de 1990, passou a ser uma liderança importante do PMDB, sendo eleito governador em 1994 e senador em 2002 e reeleito em 2010. É também uma liderança nacional importante do partido. No pleito de 2010, Confúcio Moura, alinhado a Raupp, foi eleito governador, sendo reconduzido ao cargo em 2014.

O PDS (PPR e PPB) e PFL foram aliados nos anos 1980, mas se afastaram ao longo dos anos 1990 e 2000. Isso limitou a consolidação da força do PFL no estado de Rondônia, quando o mesmo teve o governador eleito em 1998. No entanto, o partido não era amparado por uma ampla coligação, nem mesmo quando se recandidatou em 2002. O partido também não conseguiu replicar a coligação nacional estabelecida com o PSDB, disputando e perdendo as eleições de 2002 para o peessedebista Ivo Cassol.

O PSDB, apesar da vitória em 2002, nunca foi protagonista no cenário político estadual rondoniense. Isso se observa pelo fraco vínculo que o governador eleito tinha em relação ao partido, migrando, pouco tempo depois, para o PPS. Todavia, o partido é mais um dos atores políticos coadjuvantes que compõem o intrincado cenário político rondoniense, fortemente fragmentado politicamente.

Dessa forma, as particularidades internas ao subsistema político rondoniense limitaram o processo de replicação das alianças nacionais no estado. As candidaturas presidenciais do PSDB tinham que se adaptar à realidade local para poder alinhar suas candidaturas, respeitando as especificidades políticas do estado. Esse era um problema que não ocorria com o PT, que mantinha candidaturas no estado – à exceção de 2002, quando o processo de coordenação no estado, via candidatura para governador, foi mal sucedido. Essa foi a razão do índice atingir o menor nível: 0,15. Porém, as candidaturas para os outros cargos (Senado, Assembleia e Câmara dos Deputados) cumpriram o papel de “cabo eleitoral” da candidatura presidencial do partido, tendo eleito, inclusive, a primeira senadora petista do estado naquele pleito.

Nas eleições de 2006 e 2010, o índice apresentou crescimento, chegando a patamares com nível significativo de presidencialização. Em 2006, foi de 0,65 e, em 2010, de 0,75. O índice apresentou crescimento devido ao retorno da candidatura do PT com mais força política (a exemplo, principalmente, de 2006) e de seu alinhamento aos aliados nacionais: PC do B e/ou PSB. Além disso, o PSDB se apresentou nas eleições: ora coligado, ora com candidato próprio.

Porém, a presidencialização eleitoral tem limites no estado de Rondônia devido aos seguintes fatores: à limitada força política do PSDB no estado e à dificuldade de alinhamento entre PSDB e PFL; à grande fragmentação política em torno de uma série de lideranças com poder de interferência na formação de alianças eleitoral; além da força do PMDB, que, apesar das oscilações ao longo do período, tem papel fundamental no subsistema político rondoniense, sendo ora um dos condutores da oposição, ora da situação. Assim, a coordenação eleitoral das candidaturas realizada por PT e PSDB não ocorre de forma automática, a partir das candidaturas estaduais encabeçadas pelos seus partidos, mas se orientam à luz da movimentação das lideranças políticas estaduais em torno das alianças que obedecem, fortemente, a fatores conjunturais no estado de Rondônia. Assim, a tese de Lima Júnior (1983, 1997) tem validade para explicar o caso de Rondônia. Seguindo os testes já realizados no terceiro capítulo, o contexto político rondoniense é desfavorável para a presidencialização, pois possui pouco peso eleitoral no pleito presidencial, pouca força política de PT e, principalmente, do PSDB, apresentando um PMDB estadual forte. Assim,

as disputas eleitorais tenderam a ser fortemente contextuais, ainda que a presidencialização tenha ocorrido, em algum grau, nos últimos pleitos analisados (2006 e 2010), principalmente pelo lançamento de candidaturas pelo PT estadual. Na arena governamental, a tese de Lima Júnior é ainda mais forte, pois os constrangimentos impostos pelas candidaturas presidenciais de PT e PSDB, na arena eleitoral, deixam de existir, imperando somente o interesse da elite dirigente estadual.

TABELA 6.9 – GABINETES DO GOVERNO DO ESTADO DE RONDÔNIA (1987-2010)

Gabinetes			Perfil das Coalizões		
Governador e Gabinete	Período do Gabinete	Partidos Representados no Gabinete (% de Pastas Ocupadas pelos partidos)	Apoio Legislativo oferecido pela totalidade de partidos aliados presentes no Gabinete (%)	Taxa de Coalescência	% de Secretários sem filiação partidária
Jerônimo Santana 1	mar/87 - nov/88	PMDB (64,29) – PMN (7,14)	54,16	0,643	28,57
Jerônimo Santana 2	nov/88 - jan/90	PMDB (35,71) – PMN (21,43)	54,16	0,357	42,86
Jerônimo Santana 3	jan/90 - abr/90	PMDB (14,29) – PT (7,14)	62,50	0,214	78,57
Jerônimo Santana 4	abr/90 - dez/90	PMDB (21,43)	54,16	0,267	78,57
Jerônimo Santana 5	dez/90 - mar/91	PMDB (21,43) – PT (7,14)	62,50	0,313	71,43
<b>Média Gov. Santana</b>			<b>57,50</b>	<b>0,359</b>	<b>60,00</b>
Oswaldo Piana 1	mar/91 - fev/92	PTR (7,14) – PDS (21,43) – PDT (7,14) – PFL (7,14)	16,67	0,286	57,14
Oswaldo Piana 2	abr/92 - jun/92	PTR (7,14) – PDS (14,29) – PFL (7,14)	16,67	0,214	71,43
Oswaldo Piana 3	ago/92 - jan/93	PTR (7,7) – PDS (15,38)	8,33	0,154	76,92
Oswaldo Piana 4	mar/93 - jan/94	PDS (30,77) – PDT (15,38)	8,33	0,308	53,85
Oswaldo Piana 5	mar/94 - dez/94	PDS (7,69) – PDT (7,69) – PFL (7,69) – PMN (7,69)	16,67	0,231	69,24
<b>Média Gov. Piana</b>			<b>13,33</b>	<b>0,239</b>	<b>65,72</b>
Valdir Raupp 1	jan/95 - jun/95	PMDB (16,67) – PFL (16,67) – PSDB (16,67) – PT (16,67)	41,67	0,667	33,32
Valdir Raupp 2	jul/95 - out/95	PMDB (7,7) – PFL (15,38) – PDT (7,7) – PSB (7,7) – PSDB (15,38) – PT (15,38)	54,17	0,615	30,76
Valdir Raupp 3	out/95 - abr/96	PMDB (33,34) – PFL (16,67) – PSDB (8,33) – PT (8,33) – PSB (8,33)	41,67	0,667	25,00
Valdir Raupp 4	abr/96 - set/96	PMDB (33,34) – PFL (16,67) – PSDB (8,33) – PT (8,33)	41,67	0,667	33,33
Valdir Raupp 5	out/96 - fev/97	PMDB (41,67) – PFL (16,67) – PT (8,33)	33,33	0,667	33,33
Valdir Raupp 6	fev/97 - jul/97	PMDB (58,33) – PFL (16,67) – PSB (8,33)	25,00	0,750	16,67
Valdir Raupp 7	jul/97 - mar/98	PMDB (53,84) – PFL (15,38) – PSB (7,7) – PSDB (7,7)	33,33	0,731	15,38
Valdir Raupp 8	abr/98 - out/98	PMDB (38,46) – PFL (7,695) – PDT (7,695)	37,50	0,538	46,15
Valdir Raupp 9	out/98 - dez/98	PMDB (38,46) – PFL (7,7) – PDT (7,7) – PSDB (15,38)	45,83	0,600	30,76
<b>Média Gov. Raupp</b>			<b>39,35</b>	<b>0,656</b>	<b>29,41</b>
José Bianco 1	jan/99 - abr/99	PFL (76,92) – PPB (7,7)	29,17	0,791	15,38
José Bianco 2	mai/99 - jan/00	PFL (83,33)	20,83	0,833	16,67
José Bianco 3	fev/00 - out/00	PFL (44,45) – PDT (11,11) – PPB (11,11)	54,17	0,607	33,33

José Bianco 4	out/00 - out/01	PFL (33,33) – PDT (11,11)	45,83	0,444	55,56
José Bianco 5	out/01 - dez/02	PFL (44,44)	20,83	0,444	55,56
<b>Média Gov. Bianco</b>			<b>34,17</b>	<b>0,624</b>	<b>35,30</b>
Ivo Cassol I-1	jan/03 - set/03	PSDB (33,33) – PPS (11,11) – PPB (11,11) – PL (11,11)	33,33	0,667	33,34
Ivo Cassol I-2	set/03 - abr/05	PSDB (44,44) – PPS (11,11) – PL (11,11)	25,00	0,667	33,33
Ivo Cassol I-3	abr/05 - jul/05	PSDB (30,0) – PFL (10,0) – PL (10,0)	29,17	0,500	50,00
Ivo Cassol I-4	jul/05 - set/05	PSDB (30,0) – PFL (10,0) – PL (10,0) – PDT (10,0)	41,67	0,600	40,00
Ivo Cassol I-5	set/05 - jan/06	PSDB (30,0) – PPS (10,0) – PL (10,0) – PDT (10,0)	37,50	0,600	40,00
Ivo Cassol I-6	jan/06 - abr/06	PSDB (27,28) – PPS (9,09) – PDT (18,18) – PV (9,09)	29,17	0,545	36,36
Ivo Cassol I-7	abr/06 - dez/06	PSDB (8,33) – PPS (16,67) – PDT (16,67) – PV (8,33) – PRP (8,33)	29,17	0,393	41,67
<b>Média Gov. Cassol I</b>			<b>32,14</b>	<b>0,567</b>	<b>39,24</b>
Ivo Cassol II-1	jan/07 - set/07	PPS (16,67) – PDT (16,67) – PSDC (8,33) – PRP (8,33)	16,67	0,250	50,00
Ivo Cassol II-2	set/07 - abr/08	PPS (15,38) – PDT (7,7) – PSDC (7,7) – PRP (7,7) – PV (7,7)	25,00	0,308	53,86
Ivo Cassol II-3	mai/08 - jul/08	PPS (7,69) – PDT (7,69) – PSDC (7,69) – PRP (7,69) – PV (7,69) – PMDB (7,69)	41,67	0,308	53,86
Ivo Cassol II-4	jul/08 - jun/09	PPS (7,69) – PDT (7,69) – PSDC (7,69) – PV (7,69) – PMDB (7,69) – DEM (7,69) – PHS (7,69)	45,83	0,385	46,17
Ivo Cassol II-5	jul/09 - set/09	PPS (7,69) – PDT (7,69) – PSDC (7,69) – PV (7,69) – PSL (7,69) – DEM (7,69) – PHS (7,69) – PP (7,69)	37,50	0,462	38,48
Ivo Cassol II-6	out/09 - mar/10	PP (30,77) – PPS (7,69) – PSDC (7,69) – PV (7,69) – PSL (7,69) – DEM (7,69)	37,50	0,496	30,78
Cahulla-1	abr/10 - dez/10	PPS (15,38) – PP (23,08) – PTB (7,69) – PTN (7,69)	33,33	0,433	46,16
Cahulla-2	ago/10 - dez/10	PPS (15,38) – PP (23,08) – PTB (7,69) – PTN (7,69) – PHS (7,69)	33,33	0,433	38,47
<b>Média Cassol II / Cahulla</b>			<b>33,85</b>	<b>0,384</b>	<b>44,72</b>

Fonte: Base de dados do autor. N dos gabinetes: 9 a 14 pastas. N da ALERO: 24 cadeiras. \* Não foi considerada a migração partidária ao longo do mandato e nem a entrada e saída de titulares e suplentes durante os mandatos.

Conforme a Tabela 6.9, que apresenta todos os gabinetes formados no Governo do Estado de Rondônia do período 1987 a 2010, somente sete de um total de 39 gabinetes foram majoritários, evidenciando que os governadores não tinham como forma de obtenção de apoio legislativo apenas a distribuição de cargos do gabinete para os partidos. Desses governos, apenas o de Jerônimo Santana (1987-1991) obteve maioria ao longo de todo o mandato, mesmo assim o governador teve uma série de conflitos com os deputados estaduais. Dessa forma, é válido afirmar que, na política estadual, existem outras moedas em jogo para a obtenção de apoio do Legislativo pelo Executivo. Outra evidência disso é que a taxa de coalescência tem oscilado muito durante o período, sugerindo que os governadores não têm a preocupação, em última instância, de formar governos com níveis de proporcionalidade esperados pelos partidos aliados.

Apesar da distribuição não contemplar o apoio legislativo de 50% dos partidos com representação na Assembleia Legislativa, os governos foram, em sua maioria, de coalizão, ou seja, compostos por mais de um partido. Somente três gabinetes foram de um só partido: um, durante o governo de Jerônimo Santana (1987-1991) e dois, durante o governo de Bianco (1999-2002). De todos os governadores do período, aquele que mais distribuiu cargos para outros partidos foi Ivo Cassol durante seu segundo mandato (2007-2010), chegando a contemplar oito partidos (ver gabinete Ivo Cassol II-5). Em síntese, isso quer dizer que os governadores se preocuparam em contemplar aliados na distribuição de cargos, mesmo quando esses não representassem, necessariamente, apoio no Legislativo estadual.

Sobre o tipo de alianças estabelecidas pelos partidos na arena governamental, podem-se ressaltar alguns aspectos sobre o caso rondoniense. É essencial destacar o processo de desenvolvimento do subsistema partidário rondoniense a partir dos anos de 1980, quando o estado sai de uma polarização PMDB-PDS pura para um ambiente de múltiplas forças políticas com poder de interferência e decisão no cenário político estadual durante a década de 1990.

No governo Jerônimo Santana (1987-1991), ainda influenciado pela baixa fragmentação partidária dos anos 1980, o governo teve, no máximo, três partidos no gabinete: além do PMDB, PT e PMN. Essa distribuição para poucos partidos seguia o padrão polarizado de disputas políticas no estado de Rondônia que opunha PMDB ao PDS-PFL. O governador ainda tinha a liberdade de concentrar as pastas, em sua maioria, para o seu partido, distribuindo cargos para agremiações pouco expressivos no nível estadual. Esse padrão ainda seguia a herança do bipartidarismo do período anterior e da transição à democracia, o que evidenciava uma forte conexão entre o cenário político estadual e o nacional naquele momento de formação do subsistema partidário rondoniense.

No governo Piana (1991-1994), a vitória da oposição trouxe o PDS e o PFL para o governo, junto o PDT, que já tinha apresentado uma candidatura competitiva nas eleições de 1986. Embora o governador fosse do PTR, o PDS controlou, durante a maior parte do tempo, a maior parte das pastas do gabinete. Assim, ainda que o pleito de 1990 tivesse sido muito mais acirrado, com mais candidaturas oposicionistas competitivas, as alianças estabelecidas seguiam a lógica estadual de alianças, estabelecida durante a década de 1980.

O governo peemedebista de Valdir Raupp (1995-1998) trouxe maior diversidade de aliados do que o primeiro governo do partido, de Jerônimo Santana, e o governo de Oswaldo Piana, do PTR. Assim, participaram do governo, além do PMDB: PSDB, PT, PSB, PDT e PFL. O PMDB, naquele momento, possuía maior flexibilidade nas alianças, trazendo para o governo partidos rivais na arena eleitoral. O desenvolvimento particular do subsistema partidário estadual levou à transformação da polarização pura PMDB-PDS, estabelecida no início dos anos 1980, para uma mais plural e focada na própria lógica de disputas locais, que, nos fins dos anos 1990 e início dos anos 2000, ainda era claramente influenciada pela trajetória política do estado.

Durante o governo Bianco (1999-2002), o chefe do Executivo, ainda baseado nessa velha bipolaridade política estadual, conduziu seu governo com o antigo aliado, o PPB (antigo PDS), além de ter o PDT. O PSDB, aliado do PFL no nível nacional, colocou-se em oposição ao governador, levando a uma disputa entre os dois partidos em 2002. As eleições estaduais daquele ano, inclusive, obtiveram o menor nível de presidencialização do período em análise. Assim sendo, Rondônia seguia uma lógica própria no estabelecimento de alianças, conforme os ditames da “racionalidade política contextual”, influenciada pela bipolarização dos anos 1980. A coordenação de candidaturas presidenciais no estado, sob essas condições, não funcionaria até 2002.

A presidencialização começou a ocorrer de forma mais clara a partir de 2006, quando o PT lançou uma candidatura mais competitiva para o pleito de governador. Isso ocorreu devido ao crescimento do partido no estado, a partir de 2002, levando-o a ser a agremiação oposicionista mais forte no estado durante o governo de Ivo Cassol.

Em contraposição ao crescente PT e visando consolidar seu domínio à frente do Governo do Estado, o governador contemplou uma série de partidos no seu governo. No primeiro mandato, distribuiu cargos principalmente para o PSDB, PPS e PDT, além de PL, PFL e PV. No segundo mandato, Cassol ampliou o número de parceiros, distribuindo cargos para vários partidos sem expressividade no cenário político nacional (PRP, PHS, PTN e PSL, por exemplo). Além disso, manteve a distribuição para os seus partidos (PPS e depois o PP) e outros parceiros do governo anterior: PDT e PV.

Outro fato importante a ser destacado nos gabinetes do segundo mandato de Cassol é que o PSDB não controlou Secretarias, sugerindo que o partido deixou de ser um aliado, principalmente em virtude de seu posicionamento junto à candidatura peemedebista em 2006, em oposição a Cassol. Sendo assim, os acordos traçados na arena eleitoral podem impactar sobre as alianças futuras, gerando incentivos ou restrições a determinadas coalizões de governo. Nesse sentido, PT e PSDB estiveram de fora do último governo de Cassol e, em 2010, ambos apresentaram candidaturas oposicionistas, estando alinhadas também às candidaturas presidenciais dos seus partidos. No entanto, a disputa foi polarizada não entre as duas agremiações, mas entre o PPS, governista, e o PMDB, oposicionista. No segundo turno, as candidaturas presidenciais tiveram que fazer uma nova rodada de negociações junto aos candidatos do PPS e do PMDB no estado. Assim, a coordenação realizada por PT e PSDB ocorreu apesar das limitações impostas pelo mau desempenho de suas candidaturas no estado.

A presidencialização eleitoral, portanto, cresceu nas eleições de 2006 e 2010. No entanto, a alternância dos governos, ao longo do tempo, e a influência da polarização da década de 1980 no cenário político rondoniense da década de 1990 criou restrições ao crescimento de PT e PSDB no estado. Dos partidos que estiveram à frente do Governo do Estado desde a fundação do estado, apenas do PMDB conseguiu se manter forte, vencendo pleitos em 1986, 1994, 2010 e, mais recentemente, em 2014. Assim, a coordenação das campanhas eleitorais presidenciais em Rondônia ocorreu sob as condicionantes políticas locais, que impõem restrições à atuação de PT e PSDB no nível estadual.

Sendo assim, o argumento de Lima Júnior tem validade para explicar o caso rondoniense, principalmente, até 2002. Após isso, há confluência entre as duas racionalidades políticas (a contextual e a nacional), tornando compatível a tese da presidencialização para a compreensão do processo de alinhamento das disputas estaduais aos ditames dos pleitos presidenciais, mesmo diante das particularidades do caso de Rondônia.

## **CAPÍTULO 7**

### **O CASO DE SÃO PAULO: DE UM PMDB DECADENTE AO PSDB DOMINANTE (1986-2010)**

O processo de presidencialização possui suas origens na trajetória de disputa política tomada no estado de São Paulo desde o retorno à democracia. Os dois partidos envolvidos nesse processo, PT e PSDB, nasceram no estado, polarizando as últimas três eleições analisadas neste trabalho: 2002, 2006 e 2010. Além de ser o maior colégio eleitoral do país, o estado de São Paulo é aquele que concentra a maior parcela do PIB brasileiro, sendo, sobretudo, fonte de recursos fundamentais para o desenvolvimento de carreiras políticas e, conseqüentemente, dos partidos políticos.

Como destacam Meneguello e Bizzarro-Neto (2012), mesmo se configurando em um subsistema político fortemente competitivo, “são poucas as agremiações que estruturam o voto, e que constituem, ao longo do tempo, espaços de tendências e redutos resistentes à alta fragmentação que o estado possibilita.” O PMDB, que era hegemônico até os anos 1980, foi perdendo espaço em São Paulo para outras agremiações, principalmente para PT e PSDB, que se tornaram protagonistas no período pós-1994.

Para compreender a fundo a presidencialização, cabe aprofundar a análise sobre o caso paulista, por ter replicado fortemente a dinâmica de disputas presidenciais entre PT e PSDB. Por isso, cabe retomar às bases que estruturaram a política estadual no atual contexto democrático, desde a queda do “malufismo” e do “quercismo” e, conseqüentemente, a perda de força política por PDS e PMDB no estado e, em paralelo, a ascensão do PSDB, como partido hegemônico no estado, tendo como principal adversário, o PT. Por isso, a análise aqui realizada tomará os resultados eleitorais e as alianças realizadas pelos partidos nas coligações e as coalizões de governo formadas pelos governadores vitoriosos.

#### **7.1 Anos 1980: a polarização PDS-PMDB e a fundação do PSDB**

Assim como ocorreu nos demais estados brasileiros, a polarização reinante na política brasileira no início dos anos 1980 era entre PDS e PMDB. O PDS paulista tinha como

maior liderança política do estado, Paulo Maluf, também importante liderança política no cenário nacional, tendo disputado e sido derrotado na eleição indireta para presidente do país contra Tancredo Neves. O partido foi perdendo espaço político no estado de São Paulo, com o crescimento do PMDB, principalmente a partir de 1986, mantendo-se às custas do malufismo, que teve a capital paulista como base de sustentação eleitoral. Ao longo das décadas de 1980 e 1990, o eleitorado paulistano malufista (ou pedessista) passou a ser de concentrado nas regiões mais pobres para se difundir entre as classes sociais e regiões da capital paulista (PIERUCCI; LIMA, 1991; 1993), culminando no longo domínio do PDS (PPR e PPB) à frente da Prefeitura a partir da vitória nas eleições de 1992.

Já o PMDB era o partido de oposição ao regime militar e tinha suas bases políticas fincadas no estado de São Paulo. Era um partido mais urbano no período de sua fundação na transição à democracia (sua votação se concentrava em mais prósperas e urbanizadas), mas, com o crescimento eleitoral, o partido passou por uma mudança em suas bases eleitorais, principalmente a partir de 1986, quando começou a ter votação expressiva em bases menos urbanizadas e industrializadas (SADEK, 1989). Foi a partir de 1986 que o partido se espalhou no território paulista, minando as bases do PDS (MENEGUELLO; BIZZARRO-NETO, 2012). No entanto, com o surgimento do PSDB e sua consolidação no cenário político paulista, o PMDB perdeu força e espaço no estado de São Paulo, tornando-se ator coadjuvante nas disputas para o Governo do Estado, principalmente a partir de 1994.

Outros partidos devem ser considerados na análise, como o PT, o PFL e o PTB. O PT passa a ter algum espaço na política estadual a partir de 1988, com a eleição da prefeita de São Paulo, Luiza Erundina. O partido, no entanto, teria dificuldade de se consolidar no estado de São Paulo, devido à força do malufismo na capital até o fim dos anos 1990 e do PSDB, quando ocupou os principais postos de poder no estado a partir de 1994.

Já PFL e PTB comporiam o cenário dos partidos com poder de influência no estado nos anos iniciais de redesenho do quadro político paulista nos anos 1980. Apesar de ter eleito Jânio Quadros para a Prefeitura de São Paulo, o PTB não teria grande projeção no estado. No período de 1986 a 2010, o PFL (e o DEM) e o PTB foram partidos que não conseguiram ampliar suficientemente suas bases locais, de tal forma a sustentar candidaturas

ao Governo do Estado (MENEGUELLO; BIZZARRO-NETO, 2012). Assim, passam a ser partidos coadjuvantes no subsistema partidário paulista.

Em 1986, foram lançadas candidaturas de cinco partidos: PMDB, PTB, PDS, PT e PH. O PMDB, o PT e o PH tiveram candidatos sem coligação, enquanto o PTB contou com o PL e o PSC como aliados. Aquele pleito ainda possuía influências da dinâmica polarizada estabelecida em âmbito nacional para a disputa indireta à presidência entre PMDB e PDS.

O PMDB vinha ocupando os espaços pedessistas desde 1982, quando elegeu Franco Montoro para governador. O crescimento do partido vinha acontecendo desde os tempos de MDB, com o processo de interiorização da organização partidária (BIZZARRO-NETO, 2013). Por isso o PMDB, que herdou a estrutura partidária e o capital político emedebista, mostrou-se tão competitivo contra o partido que herdara a organização arenista, o PDS. O candidato do partido foi Orestes Quércia, que emergiu como importante liderança política após ser prefeito de Campinas, ainda no regime militar desbancando um grupo político que tinha o controle político do município. Dentro do PMDB, tornou-se forte liderança, estreitando laços com lideranças intermediárias e locais do PMDB (MELHEM, 1998). A candidatura peemedebista não possuía coligados, a exemplo do que aconteceu em muitos pleitos estaduais naquele ano.

Já o PDS tinha perdido espaço para o PMDB em 1982 e no cenário nacional passava por um processo de corrosão, devido à saída dos membros vinculados à Frente Liberal, que veio a se tornar o PFL. O PDS e, particularmente, Paulo Maluf saíram bastante enfraquecidos politicamente após a derrota para Tancredo Neves, do PMDB, no Colégio Eleitoral para a eleição indireta para presidente da República. No entanto, o PDS ainda conservava bases eleitorais no estado. Sendo assim, o partido ainda era forte em São Paulo, principalmente pela figura de Paulo Maluf, principal representante da direita no estado e no país até aquele momento. Conforme Limongi e Mesquita,

A cartada decisiva para Paulo Maluf foi jogada em 1986, primeiro ao inviabilizar a candidatura de Olavo Setúbal pelo PFL e, depois, ao longo da campanha, ao atacar seguidamente o também empresário Antônio Ermírio de Moraes, candidato pelo PTB que até então liderava a disputa segundo as pesquisas de opinião. Paulo Maluf matou as esperanças de uma direita renovada e mais organicamente

vinculada ao mundo empresarial. [...] o PDS-PP não aceitou qualquer apelo em favor de um acordo no interior da direita e, muito menos, com forças de outro campo. Paulo Maluf construiu a reputação de um candidato obstinado, aguerrido e radical. A estratégia surtiu efeito, garantindo para seu partido o controle sobre o eleitorado de direita (LIMONGI; MESQUITA, 2008, p. 54).

Sendo assim, a direita foi rachada para as eleições com duas candidaturas: uma vinculada ao grupo pedessista de Maluf, tendo, em sua coligação, PPB, PFL e PDC; e, outra, do PTB, que possuía o prefeito da capital paulista, Jânio Quadros, e teve como candidato o empresário Antônio Ermírio de Moraes em uma coligação com o PL e o PSC. Já a esquerda foi para as eleições com uma única candidatura; a de Eduardo Suplicy, do PT, não tendo outros partidos coligados.

Quércia (PMDB) saiu vitorioso com 40,72% dos votos válidos, contra 26,82% de Antônio Ermírio de Moraes (PTB), 19,62% de Maluf (PDS) e 11,01% de Suplicy (PT) (ver Tabela 7.1). Aproveitando-se da dispersão da oposição em candidaturas de direita e esquerda, o PMDB manteve sua hegemonia no estado.

TABELA 7.1 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – SÃO PAULO (1986)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%
Orestes Quércia	PMDB	Sem coligação	5.578.795	40,72
Antônio Ermírio de Moraes	PTB	PTB – PL –PSC	3.675.176	26,82
Paulo Maluf	PDS	PDS – PPB <sup>1</sup> – PFL – PDC	2.688.425	19,62
Eduardo Suplicy	PT	Sem coligação	1.508.589	11,01
Francisco Teotônio Simões Neto	PH	Sem coligação	250.657	1,83
TOTAL			13.701.642	100,00

Fonte: Base de Dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (TRE-SP).

\* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

<sup>1</sup> Partido do Povo Brasileiro.

O PMDB elegeu o governador, os dois senadores (Covas e Fernando Henrique Cardoso) e 37 deputados estaduais (cerca de 44% do total), evidenciando o domínio peemedebista no estado de São Paulo. Com os apoios obtidos do PFL e do PTB, ao longo do governo, Quércia obteve o apoio formal de 70% dos parlamentares da Assembleia

Legislativa. Os partidos de oposição a Quércia, PT e PDS, possuíam, respectivamente, dez e onze deputados.

**QUADRO 7.1 – PRIMEIRO GABINETE FORMADO POR ORESTES QUÉRCIA (QUÉRCIA 1) – SÃO PAULO (1987)**

<b>NOMEADOS</b>	<b>FILIAÇÃO PARTIDÁRIA</b>	<b>SECRETARIAS</b>	<b>TIPOS DE SECRETARIA</b>
ANTÔNIO ARNALDO DE QUEIROZ E SILVA	Sem filiação	ABASTECIMENTO	ECONÔMICO-ADMINISTRATIVA
JOSÉ DE CASTRO COIMBRA	PFL	ADMINISTRAÇÃO	
ANTÔNIO TIDEI DE LIMA	PMDB	AGRICULTURA	
LUIZ CARLOS BRESSER GONÇALVES PEREIRA	PMDB	CIÊNCIA E TECNOLOGIA	
FREDERICO MATHIAS MAZZUCHELLI	Sem filiação	ECONOMIA E PLANEJAMENTO	
JOSÉ MACHADO DE CAMPOS FILHO	PMDB	FAZENDA	
JOÃO BASTOS SOARES	PMDB	INDÚSTRIA E COMÉRCIO	
GETÚLIO KIYOTOMO HANASHIRO	PMDB	NEGÓCIOS METROPOLITANOS	
JOÃO OSWALDO LEIVA	PMDB	OBRAS	
WALTER BERNARDES NORRY	PMDB	TRANSPORTES	
ANTÔNIO CARLOS MESQUITA	PMDB	GOVERNO	POLÍTICA
UEBE REZECK	PMDB	INTERIOR	
TIMÓTEO MOYA SANCHES	PMDB	AÇÃO COMUNITÁRIA	SOCIAL
OSWALDO DE OLIVEIRA RIBEIRO	PMDB	ASSUNTOS FUNDIÁRIOS	
ELIZABETE MENDES DE OLIVEIRA	PMDB	CULTURA	
PAULO SALVADOR FRONTINI	Sem filiação	DEFESA DO CONSUMIDOR	
CHOPIN TAVARES DE LIMA	PMDB	EDUCAÇÃO	
WAGNER GONÇALVES ROSSI	PMDB	ESPORTES E TURISMO	
MÁRIO SÉRGIO DUARTE GARCIA	Sem filiação	JUSTIÇA	
JORGE WILHEIM	PMDB	MEIO AMBIENTE	
ALDA MARCO ANTÔNIO	PMDB	MENOR	
VERGÍLIO DALLA PRIA NETTO	PMDB	PROMOÇÃO SOCIAL	
JOSÉ LINCOLN DE MAGALHÃES	PMDB	RELAÇÕES DO TRABALHO	
JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI	Sem filiação	SAÚDE	
ADRIANO MURGEL BRANCO	Sem filiação	HABITAÇÃO	
LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO	PMDB	SEGURANÇA PÚBLICA	

Fonte: Base elaborada pelo autor com base em informações fornecidas pelas Secretarias de Estado e pelo DOE SP e dados sobre os partidos a partir da base de filiação do TSE e de candidaturas do TRE-SP.

\* Classificação a partir de tipologia presente no Anexo IV.

Foram quatro os gabinetes formados ao longo do governo de Quércia (ver Quadro 7.1). O primeiro gabinete, formado com 26 pastas, teve o PMDB com a maioria das Secretarias (19 pastas ou 73,08% do total) e o PFL obteve uma apenas (3,85%). Apenas seis secretários não eram filiados a partidos, configurando-se um gabinete com forte partidarização, sendo o mais partidarizado de todo o governo Quércia. Esse gabinete durou de março de 1987 a dezembro de 1988, quando o governador realizou uma reforma

administrativa, reduzindo o número de cargos para 20, além de modificar mais de 50% do secretariado. A partidarização desse segundo gabinete ainda se manteve alta (70%), mas abaixo dos quase 77% do gabinete anterior. O PFL permaneceu no gabinete com uma pasta, e incluiu o PTB (na Secretaria de Promoção Social), passando a compor a bancada governista na Assembleia Legislativa.<sup>99</sup> Quércia diminuiu a proporção de pastas ocupadas pelo PMDB (60% do total), ainda mantendo sobre controle peemedebista.

O terceiro gabinete, formado em janeiro de 1990, manteve os três partidos (PMDB, PFL e PTB), mas diminuiu drasticamente a partidarização do gabinete (de 70% para 36,84%). Isso ocorreu devido à desincompatibilização de secretários que saíram como candidato nas eleições de 1990. Na mudança, Quércia privilegiou secretários ligados pessoalmente a ele, enfraquecendo o vice-governador Almino Affonso. A diminuição de partidários, no entanto, afetou somente o PMDB, mantendo o apoio legislativo necessário ao governo.<sup>100</sup>

No último gabinete, iniciado em junho de 1990, Quércia exonerou Ernesto Trentin, do PTB, pelo fato do partido do secretário ter apoiado a candidatura de Paulo Maluf (PDS) à eleição para governador, compondo formalmente a coligação oposicionista. No lugar do secretário petebista, o chefe do Executivo nomeou Joaquim Bevilacqua, do PST. Mesmo participando oficialmente do governo e compondo a base de apoio legislativa, o PTB era fortemente malufista na base municipal, justificando o apoio ao PDS e não ao PMDB.

Quércia tem um acordo com o PTB, que ocupa cargos na administração em troca do apoio da bancada do partido ao governo. Até o mês passado, ele ainda tentou obter a adesão do partido a Fleury, forçando prefeitos petebistas a anunciarem o aval. “Mas a maior parte do PTB é mesmo malufista”, afirmou Barros Munhoz [deputado estadual do PTB] (FOLHA DE S. PAULO, 19/06/1990, p. A-4).

---

<sup>99</sup> “Com a indicação do deputado estadual Wilson Toni para a Secretaria de Promoção Social, o PTB selou ontem o acordo com o governo estadual. Agora os deputados petebistas darão apoio a Quércia na Assembléia. Além de Wilson Toni, que toma posse terça-feira, o PTB indicará os presidentes da Comgás e da FEBEM” (FOLHA DE S. PAULO, 24/12/1988, p. A-5).

<sup>100</sup> “Na reforma do secretariado, o governador teve ainda a preocupação de manter intacta a aliança com o PTB e o PFL. As bancadas desses dois partidos mais os deputados do PMDB lhe asseguraram a maioria na Assembléia. [...] Outra preocupação de Quércia foi manter a abertura com setores intelectuais de centro-esquerda, convidando para o secretariado o reitor da USP, José Goldemberg, e o sociólogo Carlos Estevam Martins. Goldemberg vai para a Educação e Martins para a Administração” (FOLHA DE S. PAULO, 07/01/1990, p. A-9).

O grau de partidarização se manteve abaixo dos 50% (atingindo 42,1% do secretariado), mas manteve a aliança com o PFL, que continuou a ocupar um cargo. O último gabinete, portanto, foi composto pelo PMDB e PFL, além do PST. Essa aliança permanente entre PMDB e PFL perdurou nas eleições, em que os dois partidos se apresentaram coligados na disputa para governador. A coligação contou ainda com o apoio do PL<sup>101</sup> e lançou o ex-secretário de Segurança Pública do governo Quércia, Luiz Antônio Fleury Filho (PMDB), para o cargo de governador.

A eleição contou com candidaturas de mais seis partidos. Dessas, destacam-se três: a de Paulo Maluf (PDS), a de Mário Covas (PSDB) e de Plínio de Arruda Sampaio (PT). Maluf saiu candidato por uma coligação com quatro partidos (PDS, PRN, PTB e PDC). O PTB, que havia participado do governo Quércia, tinha o candidato a vice-governador pela chapa. Obteve também o apoio do PRN, partido do presidente Fernando Collor, e do PDC.

Além da candidatura malufista, essa foi a primeira eleição em que PSDB e PT lançaram, simultaneamente, candidatos ao Governo do Estado de São Paulo. O PSDB nasceu para ser um partido protagonista no cenário político estadual. Surgiu em junho de 1988, a partir de uma ruptura de um grupo de políticos do PMDB, em virtude de disputas internas ao partido, inclusive dentro da Assembleia Nacional Constituinte. Ao se tornar partido, a sigla se tornou a terceira com maior quantidade de deputados constituintes, atrás apenas do PMDB e do PFL. Além disso, lideranças peemedebistas paulistas importantes como Fernando Henrique Cardoso, Franco Montoro e Mário Covas participaram do processo de criação da agremiação. Tendo que competir com Quércia pelo controle do PMDB no estado, a saída para o PSDB representou a oportunidade de se livrar do controle quercista. Com isso, o PSDB passou a ser um dos grandes rivais do Quércia. O candidato ao Governo do Estado pelo PSDB foi Mário Covas, sem ter tido o apoio formal de outras agremiações.

O PT, por outro lado, já havia lançado candidatos ao Governo do Estado em 1982 e 1986. São Paulo era um estado estratégico nas pretensões do partido, por isso lançou candidatura novamente, dessa vez coligado a outros partidos: PSB, PC do B e PCB. O PT

---

<sup>101</sup> A participação do PL na coligação se deu em troca do apoio do PMDB à candidatura de Guilherme Afif Domingos (PL) ao Senado, apesar de ter uma série de malufistas dentro do partido que se opuseram à aliança à candidatura peemedebista.

vinha crescendo no estado, tendo eleito a prefeita Luiza Erundina na capital paulista em 1988. No entanto, a base eleitoral do partido se restringia, em grande parte, à São Paulo, tendo pouco espaço no interior do estado, onde havia predominância do PMDB e do PDS.

Sendo assim, nem o recém-criado PSDB e nem o PT eram ainda organizações partidárias estruturadas a ponto de fazer frente às duas principais forças predominantes no estado, movidos pelo quercismo e pelo malufismo. Logo, a eleição foi polarizada entre PMDB e PDS, decidida no segundo turno com a vitória do peemedebista Luiz Antônio Fleury Filho, com 51,77% dos votos válidos. O pouco crescimento do PDS no segundo turno, em comparação com o crescimento dos votos no PMDB, evidenciou a dificuldade da direita e do malufismo de serem protagonistas no estado (ver Tabela 7.2).

TABELA 7.2 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – SÃO PAULO (1990)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%	VOTOS 2º T	%
Paulo Maluf	PDS	PDS – PRN – PTB – PDC	5.872.252	43,50	6.865.158	48,23
Luiz Antônio Fleury Filho	PMDB	PMDB – PFL – PL	3.803.077	28,17	7.368.726	51,77
Mário Covas	PSDB	Sem coligação	2.050.573	15,19		
Plínio de Arruda Sampaio	PT	PT – PSB – PCB – PCdoB	1.636.058	12,12		
Adhemar de Barros Filho	PRP	PRP – PCN – PD	63.115	0,47		
Sônia Maria Ishikawa	PLH	Sem coligação	45.916	0,34		
Miguel Mendonça	PST	Sem coligação	27.573	0,20		
TOTAL			13.498.564	100,00	14.233.884	100,00

Fonte: Base de Dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (TRE-SP).

\* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

Com essa vitória, o grupo quercista se perpetuou no estado, dando prosseguimento ao domínio peemedebista em São Paulo. Fleury era o representante do grupo e Quércia passaria a ocupar, a partir de 1991, a presidência do PMDB nacional na tentativa de se projetar para as eleições presidenciais de 1994.

O governo de Fleury teve seis gabinetes de 1991 a 1994. Em todos os gabinetes, o PMDB, partido do governador, esteve presente, concentrando a maior parte das pastas. Outros partidos que participaram com frequência dos gabinetes foram o PFL e o PTB, além do PL e do PPR, no último ano de mandato.

No primeiro gabinete, o PTB teve participação no primeiro gabinete na Secretaria de Agricultura e Abastecimento, apesar de ter apoiado a candidatura de Maluf nas eleições. No entanto, o secretário petebista, Barros Munhoz, migraria para o PMDB, sendo, no pleito seguinte, o candidato governista ao Governo do Estado. Além disso, o gabinete contou com um aliado do governo Quércia e da coligação eleitoral: o PFL. Apesar da distribuição de cargos para outros partidos, o PMDB concentrou a maior parte dos cargos de primeiro escalão, obtendo 52,63% das Secretarias, cinco pastas econômico-administrativas e cinco sociais (ver Quadro 7.2). Dessa forma, Fleury, assim como Quércia, utilizou o gabinete como forma de manter o domínio político do partido sobre as políticas sob responsabilidade do Governo do Estado. No entanto, o contexto política paulista já indicava a ampliação da fragmentação partidária e o surgimento de atores políticos no estado com capacidade de fazer frente ao PMDB na arena eleitoral.

QUADRO 7.2 – PRIMEIRO GABINETE FORMADO POR LUIZ ANTÔNIO FLEURY FILHO (FLEURY 1) – SÃO PAULO (1991)

NOMEADOS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	SECRETARIAS	TIPOS DE SECRETARIA
MIGUEL TEBAR BARRIONUEVO	PMDB	ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	ECONÔMICO-ADMINISTRATIVA
JOSÉ ANTÔNIO BARROS MUNHOZ	PTB	AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
SEVERO FAGUNDES GOMES	PMDB	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
JOSÉ FERNANDO DA COSTA BOUCINHAS	Sem filiação	ENERGIA E SANEAMENTO	
FREDERICO MATHIAS MAZZUCHELLI	Sem filiação	FAZENDA	
JOSÉ MACHADO DE CAMPOS FILHO	PMDB	HABITAÇÃO	
WAGNER GONÇALVES ROSSI	PMDB	INFRA-ESTRUTURA VIÁRIA	
EDUARDO MAIA DE CASTRO FERRAZ	Sem filiação	PLANEJAMENTO E GESTÃO	
WAGNER GONCALVES ROSSI	PMDB	TRANSPORTES	
CLÁUDIO FERRAZ DE ALVARENGA	Sem filiação	GOVERNO	POLÍTICA
ADILSON MONTEIRO ALVES	PMDB	CULTURA	SOCIAL
FERNANDO GOMES DE MORAIS	PMDB	EDUCAÇÃO	
VALDEMAR CORAUCCI SOBRINHO	PFL	ESPORTES E TURISMO	
MANUEL ALCEU AFFONSO FERREIRA	Sem filiação	JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA	
ALAOR CAFFÉ ALVES	Sem filiação	MEIO AMBIENTE	
ALDA MARCO ANTÔNIO	PMDB	MENOR	
NADER WAF AE	PMDB	SAÚDE	
PEDRO FRANCO DE CAMPOS	Sem filiação	SEGURANÇA PÚBLICA	
ANTÔNIO ADOLPHO LOBBE NETO	PMDB	TRABALHO E PROMOÇÃO SOCIAL	

Fonte: Base elaborada pelo autor com base em informações fornecidas pelas Secretarias de Estado e pelo DOE SP e dados sobre os partidos a partir da base de filiação do TSE e de candidaturas do TRE-SP.

O primeiro gabinete durou de março de 1991 a janeiro de 1993, quando o governador alterou mais de 50% do secretariado (a mudança foi realizada nos últimos meses de 1992, finalizando no início de 1993). Essa mudança manteve o perfil partidário do gabinete (PMDB, PTB e PFL), e o mesmo número de Secretarias sob controle pelos partidos. Outras alterações ocorreram com a saída definitiva do PTB, com a migração de Barros Munhoz para o PMDB (não foi possível obter a data da migração). No entanto, o PTB continuou na base de apoio no Legislativo estadual, apesar de não ter mais cargos no gabinete.

Em janeiro de 1994, uma nova mudança ocorreu no gabinete, com a saída do PFL e a entrada do PL. Isso ocorreu devido a um conflito interno ao PFL paulista, ocasionado pela eleição de um novo presidente do Diretório Estadual do partido em São Paulo. O conflito se iniciou em novembro de 1993 quando o ex-ministro da Agricultura do governo Collor, Antônio Cabrera, foi eleito presidente estadual do PFL, provocando um racha dentro do partido em São Paulo, pois Cabrera não era favorável à aliança do PFL ao governo peemedebista no estado de São Paulo que já vinha ocorrendo desde o governo Quéricia (FOLHA DE S. PAULO, 20/11/1993). Assim, os deputados estaduais do PFL, em sua maioria, migraram para o PL, inclusive o secretário de Esportes e Turismo, o deputado estadual Arthur Alves Pinto (FOLHA DE S. PAULO, 7/01/1994). Dessa forma, o PFL paulista se afastou do gabinete e do PMDB paulista e se aproximou do PSDB, alinhamento que vinha ocorrendo no nível nacional.

Os dois últimos gabinetes do governo (iniciado em junho e agosto de 1994, respectivamente) foram formados no momento eleitoral, ou seja de composição de chapas. Contou com a participação novamente do PTB, com Vicente Bayard Prieto (Secretaria de Recursos Hídricos) e de um filiado do PPR, José Pilon (Secretaria de Agricultura e Abastecimento). O PPR não era da base aliada do governador e nem participou da coligação eleitoral da candidatura peemedebista em 1994. Sendo assim, não era uma indicação partidária, não resultando em apoio legislativo. Já o PTB participava da base de apoio ao

governo, mas se afastou do gabinete do governo após a decisão da Executiva do partido de apoiar a candidatura de Mário Covas, em agosto de 1994.<sup>102</sup>

Por fim, observa-se que os dois últimos gabinetes possuíram número reduzido de filiados a partidos, cerca de 1/3 do gabinete apenas. O PMDB reduziu a concentração de pastas pela metade, alteração que já havia ocorrido no antepenúltimo gabinete do governo, iniciado em janeiro de 1994. O PMDB, assim, chegou no momento eleitoral tendo gabinetes com poucos partidos aliados, mesmo no ambiente de ampliada fragmentação, resultante das eleições de 1990.

## **7.2 O pós-1994: da hegemonia peemedebista à peessedebista**

A década de 1990 marcou mudanças no quadro político paulista. Houve a concentração de forças nas eleições majoritárias, sucessivamente favoráveis ao PSDB, a partir de 1994, e um incremento na fragmentação partidária nas disputas proporcionais (BRAGA; KINZO, 2007; MENEGUELLO; BIZZARRO-NETO, 2012). Esse ambiente de ampliação do número atores políticos relevantes no subsistema partidário paulista iria oferecer obstáculos aos interesses do grupo quercista e do PMDB paulista.

Em 1994, duas forças se colocaram como centrais na política brasileira, delineando uma trajetória de polarização das disputas presidenciais: PT e PSDB. O primeiro, partido com importância no cenário político estadual paulista e nacional, havia participado da primeira eleição direta para a presidência em 1989, com chances de obter a vitória, apesar de ter sido derrotado no segundo turno. Apesar da derrota, o partido saiu fortalecido das eleições, pois, além de ter concentrado significativa porcentagem de votos, foi o partido de esquerda mais competitivo nas eleições.

Já o PSDB foi se consolidando no cenário político nacional, tendo grande projeção a partir do momento em que compôs ministérios importantes do governo Itamar

---

<sup>102</sup> “O único secretário estadual filiado ao PTB, Vicente Bayard Prieto, pediu demissão ontem alegando não ter condições de permanecer no governo Fleury depois da decisão da executiva do PTB. Ele foi secretário estadual de Recursos Hídricos, Saneamento e Obras durante três meses. [...] Durante o anúncio da adesão, Covas disse que os partidos que o apóiam – PFL e PTB – devem ter representantes em seu secretariado” (FOLHA DE S. PAULO, 30/08/1994).

Franco, ganhando capital político no estado de São Paulo, alinhando-se, posteriormente, a partidos que eram aliados dos governos peemedebistas paulistas: o PFL e o PTB.

Além disso, é válido destacar que o PDS (PPR e PPB) malufista ocupou um importante espaço na capital paulista, obtendo a vitória para a Prefeitura de São Paulo em 1992. O PT, apesar de ter sido derrotado, ocupou o Executivo estadual no período anterior, tendo importantes bases eleitorais na capital. Com a vitória malufista na capital, o malufismo ocuparia durante quase uma década o domínio político na capital paulista, empurrando o PMDB para o interior, espaço que o partido vinha ocupando desde 1986.

A movimentação política de PT, PSDB e PDS-PPR em São Paulo gerou impactos no desempenho eleitoral do PMDB a partir de 1994. Com a ocupação dos espaços à esquerda pelo PT, ao centro pelo PSDB e do espaço à direita pelo malufismo, e o desgaste dos governos peemedebistas em São Paulo, ao longo dos sete anos em que esteve à frente do Governo do Estado, o PMDB teria sua importância diminuída no cenário político estadual. A derrota em 1994 tornaria um marco na nova fase da política estadual e na derrocada do partido no estado.

A disputa eleitoral de 1994 foi a primeira em que os pleitos foram “casados”, ou seja, em que as eleições presidencial e estadual passariam a ocorrer conjuntamente, tanto para a escolha do chefe do Executivo (presidente e governadores) quanto dos parlamentares (deputados estaduais, federais e senadores). Foi a partir da conjuntura de 1994 que a política estadual passou a ser impactada pelos alinhamentos desenhados nacionalmente. O PSDB lançou como candidato Mário Covas, com o apoio formal do PFL e informal do PTB. Ambos os partidos participavam da coligação do PSDB para a disputa presidencial. O PT teve como candidato José Dirceu e, em sua coligação, uma série de partidos de esquerda como o PSTU, o PPS, o PSB e o PC do B. Os dois últimos já haviam sido aliados ao PT do pleito estadual de 1990 e também participavam da coligação do partido para a disputa presidencial. Assim, PT e PSDB se alinhavam às suas candidaturas à Presidência como estratégia de coordenação das candidaturas e formação de palanques com candidaturas competitivas no estado de São Paulo, maior colégio eleitoral do país.

O PMDB lançou o deputado estadual e ex-secretário de Agricultura e Abastecimento do governo Fleury, Barros Munhoz (PMDB). No entanto, uma série de

problemas afetou a candidatura peemedebista estadual e a própria candidatura presidencial do PMDB, que teve Orestes Quércia como candidato.

Em 1994 o partido lançou José Antônio de Barros Munhoz, então aliado de Quércia ao cargo de governador. As denúncias de corrupção que afetaram a popularidade de Quércia e o mau desempenho do governador Fleury Filho nas avaliações junto à opinião pública, aliadas ao impulso dado pelo Plano Real aos candidatos do PSDB, prejudicaram a candidatura Munhoz que conquistou, no primeiro turno, apenas 11,25% dos votos válidos em todo o Estado na eleição vencida, no segundo turno, por Mário Covas (BIZZARRO-NETO, 2013, p. 112).

Além disso, os principais aliados do PMDB durante os governos anteriores, o PFL e o PTB, apoiaram a candidatura peessedebista. Logo, a candidatura peemedebista foi esvaziada, apoiada por dois partidos de menor porte eleitoral: o PL e o PSD. Por fim, a outra candidatura competitiva do pleito foi de Francisco Rossi, prefeito de Osasco (da região metropolitana de São Paulo) por duas vezes, apoiado por PV e pelo PRP.

No segundo turno, Mário Covas (PSDB) contou com o apoio de vários partidos e lideranças, inclusive do PT e de Paulo Maluf, do PPR, e de setores do PMDB. Segundo a decisão aprovada no encontro estadual do PT, “os petistas estão liberados para subir nos palanques ao lado do tucano Mário Covas [...] mas nenhum petista deve participar de um eventual governo tucano e o partido se manterá na oposição” (FOLHA DE S. PAULO, 24/10/1994).

Já Francisco Rossi (PDT) obteve o apoio de quercistas (apesar de Quércia não ter declarado formalmente apoio ao candidato), inclusive do candidato do PMDB derrotado, Barros Munhoz, e de alguns deputados estaduais do partido. Oficialmente, o PMDB paulista decidiu pela neutralidade, liberando seus partidários a votar em qualquer um dos dois candidatos.

O resultado deu a vitória para o candidato peessedebista, Mário Covas, com 56,12% dos votos válidos contra 43,88% de Francisco Rossi, do PDT (ver Tabela 7.3). Com a vitória no estado de São Paulo e na Presidência da República, o PSDB sairia duplamente fortalecido daquelas eleições no estado, ocupando o espaço político que antes era do PMDB.

TABELA 7.3 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – SÃO PAULO (1994)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%	VOTOS 2º T	%
Mário Covas	PSDB	PSDB – PFL	6.574.517	46,84	8.661.960	56,12
Francisco Rossi	PDT	PDT – PV – PRP	3.119.592	22,23	6.771.454	43,88
José Dirceu	PT	PT – PSTU – PPS – PMN – PSB – PCdoB	2.085.193	14,86		
Barros Munhoz	PMDB	PMDB – PL – PSD	1.584.397	11,29		
Luiz Antônio de Medeiros	PP	PP – PPR	317.593	2,26		
Álvaro Brandão Soares Dutra	PRONA	Sem coligação	144.196	1,03		
Eduardo Antônio Resstom	PSC	Sem coligação	134.064	0,96		
Ciro Tiziani Moura	PRN	Sem coligação	75.727	0,54		
TOTAL			14.035.279	100,00	15.433.414	100,00

Fonte: Base de Dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (TRE-SP).

\* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

A vitória do PSDB no nível federal e estadual foi um marco na política paulista, porque significou a derrota do grupo quercista (já que Quércia também foi derrotado nas eleições presidenciais pelo PSDB). O PSDB, então, passou a ser força hegemônica no estado de São Paulo, e o grupo quercista se tornou oposição ao governo de Covas. Apesar do PMDB ter eleito 23 deputados estaduais, o PSDB ampliou substantivamente sua participação na Assembleia Legislativa, com 17 parlamentares, oito a mais do que a bancada eleita em 1990.

O governo de Mário Covas se iniciou em janeiro de 1995 com 22 Secretarias de Estado no gabinete. O partido do governador ficou com 50% das pastas e o PFL, partido coligado ao PSDB nas eleições, com duas pastas (9,09% do total). As secretarias econômico-administrativas foram concentradas em secretários não filiados a partidos, apesar de que os secretários de Fazenda, de Recursos Hídricos e de Ciência e Tecnologia se filiaram ao PSDB posteriormente à posse. O PSDB passou a controlar todas as pastas políticas (Casa Civil e de Governo) ao longo do mandato de Covas, além de ter atribuído a todas Secretarias sociais, secretários com vínculos partidários, se considerarmos as filiações *a posteriori*. Das dez pastas sociais, somente uma ficou com o PFL e as outras nove com secretários filiados ao PSDB. Assim, Covas criou uma estratégia de ocupação de cargos na administração pública, priorizando a indicação de secretários ligados ao PSDB, abrindo espaço também para o PFL,

que passou a ser um aliado político do partido tanto no estado quanto no Governo Federal peessedebista.

QUADRO 7.3 – PRIMEIRO GABINETE FORMADO POR MÁRIO COVAS (COVAS - 1) – SÃO PAULO (1995)

NOMEADOS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	SECRETARIAS	TIPOS DE SECRETARIA
ANTÔNIO CABRERA MANO FILHO	PFL	AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	ECONÔMICO-ADMINISTRATIVA
MIGUEL REALE JUNIOR	PSDB	ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	
EMERSON KAPAZ *	Sem filiação	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
YOSHIKI NAKANO *	Sem filiação	FAZENDA	
PLÍNIO OSWALDO HASSMANN	Sem filiação	TRANSPORTES	
ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO	PSDB	ECONOMIA E PLANEJAMENTO	
DAVID ZYLBERSZTAJN	Sem filiação	ENERGIA	
HUGO VINÍCIUS SCHERER MARQUES DA ROSA *	Sem filiação	RECURSOS HÍDRICOS, SANEAMENTO E OBRAS	
CLÁUDIO DE SENNA FREDERICO	Sem filiação	TRANSPORTES METROPOLITANOS	
ROBSON RIEDEL MARINHO	PSDB	CASA CIVIL	POLÍTICA
ANTÔNIO IGNÁCIO ANGARITA FERREIRA DA SILVA	PSDB	GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA	
MARCOS RIBEIRO MENDONÇA	PSDB	CULTURA	SOCIAL
MARTA TERESINHA GODINHO	PSDB	CRIANÇA, FAMÍLIA E BEM-ESTAR SOCIAL	
TERESA ROSERLEY NEUBAUER DA SILVA *	Sem filiação	EDUCAÇÃO	
WALTER BARELLI	PSDB	EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO	
SÉRGIO BARBOUR	PSDB	ESPORTES E TURISMO	
ANTÔNIO DUARTE NOGUEIRA JÚNIOR	PFL	HABITAÇÃO	
BELISÁRIO DOS SANTOS JÚNIOR *	Sem filiação	JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA	
		ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	
FÁBIO JOSÉ FELDMANN	PSDB	MEIO AMBIENTE	
JOSÉ DA SILVA GUEDES	PSDB	SAÚDE	
JOSÉ AFONSO DA SILVA	PSDB	SEGURANÇA PÚBLICA	

Fonte: Base elaborada pelo autor com base em informações fornecidas pelas Secretarias de Estado e pelo DOE SP e dados sobre os partidos a partir da base de filiação do TSE e de candidaturas do TRE-SP.

\* Cinco secretários se filiaram ao PSDB ao longo do exercício à frente de seus cargos: Belisário dos Santos Júnior (pastas de Justiça e de Administração Penitenciária), Emerson Kapaz (Ciência e Tecnologia), Teresa Roserley Neubauer da Silva (Educação), Yoshiaki Nakano (Fazenda) e Hugo Vinícius Scherer Marques da Rosa (Recursos Hídricos, Saneamento e Obras).

Mesmo com a adesão do PFL, o governo Covas possuía apenas 23,4% do apoio legislativo, o que indicava o uso de outras moedas de troca para a obtenção de maioria na Assembleia. No segundo gabinete, iniciado em dezembro de 1995, Covas incluiu o PTB, partido que apoiou sua candidatura, ampliando o apoio para 29% da bancada. Nos demais

gabinetes, a única alteração significativa foi a presença do PMDB, que não representava apoio legislativo do partido ao governo, já que a agremiação se posicionava em oposição ao governo peessedebista no estado.

Os gabinetes não eram a única forma de obter o apoio legislativo, como ficou evidenciado em um ofício enviado às empresas estatais pelo Governo do Estado que solicitava “tratamento privilegiado aos pedidos dos deputados que o apoiam. [...] O ofício relaciona os nomes dos 55 deputados do PSDB, PDT, PL, PFL, PTB, PSD e PPR que compõem a base de apoio do governador Mário Covas (PSDB)” (FOLHA DE S. PAULO, 31/08/1995). Desses, apenas o PSDB, o PFL e o PTB tiveram cargos nos gabinetes do governo, indicando que os apoios no Legislativo podiam estar sustentados com a distribuição de outros cargos e políticas de interesse para os deputados estaduais de outros partidos.

Dos aliados, apenas o PTB participou da coligação de Mário Covas, na sua candidatura à reeleição. O PFL, no entanto, saiu do governo, em julho de 1996, quando optou por participar da coligação de Celso Pitta (PPB), candidato malufista à Prefeitura de São Paulo. Pitta foi eleito prefeito com o PFL ficando com o cargo de vice. O PFL, assim, alinhou-se ao malufismo também na coligação pepebista de Paulo Maluf ao Governo do Estado em 1998. A racionalidade política contextual levou ao PSDB e PFL se distanciarem naquele momento no estado de São Paulo, mesmo os dois partidos sendo aliados no pleito presidencial.

Sendo assim, nas eleições estaduais de 1998, Paulo Maluf, do PPB, contou com o apoio de PST, PL, PFL, PRN e PSL. Sua candidatura tinha o suporte político da estrutura política montada na capital paulista, que era fortemente malufista, após as vitórias nos pleitos de 1992 e 1996. Era a principal candidatura à direita. Já o candidato mais competitivo ao centro, era do governador Mário Covas, do PSDB, que pleiteava a reeleição e contou com o apoio do PTB e do PSD.

Das candidaturas de esquerda, o PT era aquele que mais contemplava, em sua coligação, partidos à esquerda do espectro ideológico: PCB, PPS e PC do B. Já o PDT lançou Francisco Rossi (PDT), segundo candidato mais bem votado na eleição para governador de São Paulo em 1994. Foi apoiado por partidos à esquerda (PDT e PSB) e pequenos partidos à direita (PTN, PAN e PSN). Os dois partidos de esquerda da chapa de Rossi participaram da

candidatura petista à Presidência da República. Assim, o alinhamento e coordenação da candidatura petista no estado não replicou completamente as ligações presidenciais, devido aos condicionantes políticos estaduais, que atenuaram os efeitos da presidencialização no estado. Assim, o índice de presidencialização desta eleição foi de 0,8, menor do que a do pleito de 1994: 0,95.

O PMDB também lançou candidato ao Governo do Estado, tendo como candidato Orestes Quércia. Os apoios obtidos pela candidatura peemedebista foram feitos com partidos sem projeção política no estado: PGT, PRP e PT do B. A candidatura quercista obteve apenas 4,3% dos votos válidos, evidenciando que o PSDB tinha conseguido ocupar o espaço do PMDB ao centro e, por consequência, demonstrou a fraqueza eleitoral de Quércia no estado. O PMDB conseguiu eleger apenas oito deputados estaduais em 1998, 15 a menos do que em 1994.

Segundo Bizzarro-Neto (2013), o declínio do PMDB pode ser atribuído à dificuldade do partido de se situar frente às mudanças do subsistema partidário paulista, que colocou novos atores na cena política, em uma eleição que passou a ser, cada vez mais, articulada com os pleitos presidenciais.

Com a transição política e a centralidade do PMDB no processo, principal opositor ao regime militar, o partido pode então vencer todas as eleições estaduais entre 1982 e 1990. A superação da agenda da transição e a instalação de uma nova lógica de competição estadual, associada à disputa presidencial deixaram o PMDB “deslocado”, com uma organização fortemente voltada para a política local e que em parte mobilizava a herança da luta contra a ditadura para disputar uma competição presidencializada que superou a oposição entre autoritarismo e democracia e se estruturou em torno de uma nova disputa estabelecida toda ela sob o marco do regime democrático (BIZZARRO-NETO, 2013, p. 25-26).

Sem o PMDB como ator político relevante nas eleições estaduais, essas foram acirradas entre os candidatos de três partidos: PPB, PSDB e PT. No primeiro turno, Maluf foi vitorioso com 32,21% dos votos contra 22,95% de Mário Covas, do PSDB, e 22,51% de Marta Suplicy, do PT.

No segundo turno, Mário Covas obteve o apoio de uma frente de partidos de esquerda, PSB, PPS e de algumas lideranças do PT, que marcavam uma posição anti-malufista. Já Maluf teve o apoio de Francisco Rossi, que se afastou do PDT para poder apoiar

a candidatura pepebista, já que o partido de Rossi estava alinhado à candidatura petista no pleito presidencial, rechaçando o apoio ao malufismo em São Paulo. Como resultado, Covas foi reeleito com 55,37% dos votos válidos contra 44,63% de Maluf (ver Tabela 7.4).

TABELA 7.4 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – SÃO PAULO (1998)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%	VOTOS 2º T	%
Paulo Maluf	PPB	PPB – PST – PL – PFL – PRN – PSL	5.351.026	32,21	7.900.598	44,63
Mário Covas	PSDB	PSDB – PTB – PSD	3.813.186	22,95	9.800.253	55,37
Marta Suplicy	PT	PT – PCB – PPS – PMN – PC do B	3.738.750	22,51		
Francisco Rossi	PDT	PDT – PTN – PAN – PSN - PSB	2.843.515	17,12		
Orestes Quéricia	PMDB	PMDB – PGT – PRP – PT do B	714.097	4,30		
Outros candidatos <sup>1</sup>	-	-	151.427	0,91		
TOTAL			16.612.001	100,00	17.700.851	100,00

Fonte: Base de Dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (TRE-SP).

\* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

<sup>1</sup> Candidatura de PRONA, PSTU, PSDC, PSC e PRTB.

Apesar do apoio dos partidos de esquerda no segundo turno, o PT, maior partido oposicionista ao PSDB no cenário nacional, descartou a possibilidade de participar do governo, mesmo após o resultado do segundo turno.

A direção nacional do PT descartou, em caráter definitivo, a participação do partido na administração do governador reeleito Mário Covas (PSDB-SP). Em reunião do Diretório Nacional realizada no sábado, o PT ratificou posição unânime do diretório estadual da legenda, que, em resolução, manifestou-se contrariamente à presença do partido no segundo mandato do governador tucano. Conforme o deputado federal José Genoíno (PT-SP), a presença do PT no governo de São Paulo se limitará à discussão sobre a eventual adoção de políticas sociais do partido por Covas, reeleito com o apoio de lideranças petistas [...] "Vamos dialogar sem participar da administração. Será uma postura diferente da que temos em relação ao presidente Fernando Henrique Cardoso, que é de oposição sistemática", declarou Genoíno (FOLHA DE S. PAULO, 30/11/1998)

Assim, São Paulo, apesar das particularidades políticas contextuais, apresentava forte grau de alinhamento entre o contexto federal e estadual, o que mantinha PT e PSDB

afastados de alianças políticas formais, devido às estratégias políticas dos partidos, condicionadas pela disputa política nacional entre as agremiações.

O segundo governo peessedebista teve apenas dois gabinetes, evidenciando a estabilidade na composição do secretariado ao longo de seu mandato. Não houve mudança no perfil partidário dos gabinetes, que se manteve composto por PSDB e PTB.

**QUADRO 7.4 – PRIMEIRO GABINETE FORMADO POR MÁRIO COVAS (COVAS II - 1) – SÃO PAULO (1999)**

<b>NOMEADOS</b>	<b>FILIAÇÃO PARTIDÁRIA</b>	<b>SECRETARIAS</b>	<b>TIPOS DE SECRETARIA</b>
FERNANDO GOMES CARMONA	Sem filiação	ADMINISTRAÇÃO E MODERNIZAÇÃO DO SERVIÇO PÚBLICO	ECONÔMICO-ADMINISTRATIVA
JOÃO CARLOS DE SOUZA MEIRELLES <sup>1</sup>	Sem filiação *	AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
JOSÉ ANIBAL PERES DE PONTES	PSDB	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
ANDRÉ FRANCO MONTORO FILHO	PSDB	ECONOMIA E PLANEJAMENTO	
MAURO GUILHERME JARDIM ARCE	Sem filiação *	ENERGIA	
YOSHIAKI NAKANO	PSDB	FAZENDA	
ANTÔNIO CARLOS DE MENDES THAME	PSDB	RECURSOS HÍDRICOS, SANEAMENTO E OBRAS	
MICHAEL PAUL ZEITLIN	Sem filiação	TRANSPORTES	
CLÁUDIO DE SENNA FREDERICO	Sem filiação	TRANSPORTES METROPOLITANOS	
JUSCELINO CARDOSO DE SÁ	PSDB	CASA CIVIL	POLÍTICA
ANTÔNIO IGNÁCIO ANGARITA FERREIRA DA SILVA	PSDB	GOVERNO E GESTÃO ESTRATÉGICA	
JOÃO BENEDICTO DE AZEVEDO MARQUES	PSDB	ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	SOCIAL
MARTA TERESINHA GODINHO	PSDB	CRIANÇA, FAMÍLIA E BEM-ESTAR SOCIAL	
MARCOS RIBEIRO MENDONÇA	PSDB	CULTURA	
TERESA ROSERLEY NEUBAUER DA SILVA	PSDB	EDUCAÇÃO	
WALTER BARELLI	PSDB	EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO	
MARCOS ARBAITMAN	Sem filiação	ESPORTES E TURISMO	
FRANCISCO PRADO DE OLIVEIRA RIBEIRO	PTB	HABITAÇÃO	
BELISÁRIO DOS SANTOS JÚNIOR	PSDB	JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA	
JOSÉ RICARDO ALVARENGA TRIPOLI	PSDB	MEIO AMBIENTE	
JOSÉ DA SILVA GUEDES	PSDB	SAÚDE	
MARCO VINICIO PETRELLUZZI	PSDB	SEGURANÇA PÚBLICA	

Fonte: Base elaborada pelo autor com base em informações fornecidas pelas Secretarias de Estado e pelo DOE SP e dados sobre os partidos a partir da base de filiação do TSE e de candidaturas do TRE-SP.

\* Dois secretários se filiaram ao PSDB ao longo do exercício à frente de seus cargos: João Carlos de Sousa Meirelles (Agricultura e Abastecimento) e Mauro Guilherme Jardim Arce (Energia). <sup>1</sup> Foi nomeado em fevereiro de 1999.

Conforme o Quadro 7.4, o primeiro gabinete do governo Mário Covas, formado em janeiro de 1999, manteve a concentração de pastas no PSDB, já observado no primeiro

governo peessedebista: 15 Secretarias ficaram com o partido do governador, representando 68,18% do total. O PTB ficou com apenas uma pasta do total de 22 Secretarias estaduais. Covas priorizou a distribuição de Secretarias sociais, controlando nove das onze pastas desse tipo. Ademais, as Secretarias políticas foram, novamente, controladas pelo PSDB durante todo o mandato. Com as Secretarias sociais e políticas e a maior bancada da Assembleia Legislativa (23 deputados eleitos em 1998), o PSDB construía as bases de seu domínio no estado de São Paulo.

Já o segundo gabinete foi formado por Geraldo Alckmin, em janeiro de 2002, vice-governador peessedebista que havia assumido o cargo de chefe do Executivo após o falecimento de Mário Covas em março de 2001. As mudanças ocorridas se deram em virtude da desincompatibilização de alguns deputados que tentariam a reeleição. Mesmo com as alterações, o governador manteve o padrão de concentração de pastas no PSDB, elevando de 68% do primeiro gabinete para um pouco mais de 71% (o PTB continuou controlando a Secretaria de Habitação).

Os dois governos peemedebistas e nos dois peessedebistas analisados até este momento tiveram como um dos principais aliados o PTB, que esteve presente nos governos de Quéricia, Fleury e Covas. Outro aliado ao governo Covas/Alckmin, apesar de não ter ocupado Secretarias de Estado nesse segundo mandato, o PFL, também esteve presente nos gabinetes peemedebistas aqui analisados. Assim sendo, tanto PTB e PFL participaram dos governos paulistas, evidenciando que a mudança de protagonista (do PMDB para o PSDB) não implicou necessariamente alteração nos parceiros. O PSDB, no entanto, construiu um governo fortemente conectado com o Governo Federal peessedebista. As eleições de 2002 iriam reforçar o estreitamento entre as duas arenas (estadual e federal).

### **7.3 De 2002 a 2010: continuidade da hegemonia peessedebista e a polarização PT-PSDB**

As eleições de 2002 foram um marco na política nacional, pois levou o PT à vitória, após oito anos de governo peessedebista na Presidência da República. Juntamente a isso, São Paulo passava também por uma transformação política: 1) o PMDB tinha deixado de ser um ator político relevante nas disputas eleitorais; 2) o PSDB disputou e ocupou o lugar

do centro na política estadual, controlando o Governo do Estado e a Assembleia Legislativa; 3) na capital paulista, Maluf e seu grupo pepebista tinham deixado de ser força política predominante, após ser derrotado pelo PT, evidenciando o enfraquecimento da direita na capital.

A esses fatores, adiciona-se que, naquele momento, a conjuntura política nacional se abria para a mudança no Governo Federal. Naquele pleito, a candidatura petista acenou ao mercado ao defender um posicionamento mais ao centro, além de ter flexibilizado o leque de parceiros, tendo como candidato a vice-presidente o empresário e político José Alencar (PL).

O candidato à reeleição, Geraldo Alckmin (PSDB), teve em sua coligação PFL e o PSD. O PFL, dessa vez, lançou o candidato a vice-governador na chapa, diferentemente de 1994 e 1998, em que o PSDB ficou com essa posição na coligação. O PFL ganhou importância na coligação em 2002 após pressão da Executiva nacional do partido, que também apoiava a candidatura peessedebista à presidência.<sup>103</sup> Já o PPS e o PTB, aliados ao PSDB paulista, estavam na coligação de apoio à Ciro Gomes na disputa presidencial e, em virtude da “verticalização das coligações”, optaram por lançar candidatura própria no estado, fazendo palanque à candidatura de Gomes.

Paulo Maluf, que havia sido derrotado nas eleições para a Prefeitura de São Paulo em 2000, era o candidato do PPB, apoiado pelo PL, PSDC e PTN. O grupo malufista vinha perdendo força na capital e, no estado, seu melhor desempenho havia sido nas eleições de 1990, quando foi o mais votado no primeiro turno. No entanto, em dez anos, as bases do voto malufista no estado e na capital tinham sido dissolvidas, principalmente devido às acusações de corrupção e da consolidação do grupo peessedebista no estado e da ampliação bases do PT na capital paulista.

A candidatura de oposição mais competitiva naquele pleito foi de José Genoíno, do PT. Naquele pleito, o partido estava mais fortalecido. Detinha o controle da capital

---

<sup>103</sup> "Na última hora, Alckmin convidou o presidente estadual do PFL, Cláudio Lembo, para o cargo de vice na chapa formada pelos dois partidos. O convite foi feito na noite de ontem, no Palácio dos Bandeirantes. [...] Os tucanos tentavam encontrar uma solução que conciliasse as alas do partido e as aspirações dos aliados. [...] O PSDB enfrentou um dilema: o governador preferia manter o cargo de vice com um tucano, como fizera em 1994 e 1998 o governador Mário Covas, morto em março de 2001. Mas o PFL pressionou e condicionou o seu apoio a Alckmin à indicação de vice" (FOLHA DE S. PAULO, 29/06/2002).

paulista e havia eleito a segunda maior bancada na Assembleia Legislativa de São Paulo, com 14 deputados. Logo, o partido rivalizou a eleição com o PSDB, polarizando-a assim como no pleito presidencial e obteve o maior índice de presidencialização possível (1,0).

A candidatura de direita do PPB, ainda que tivesse obtido percentual significativo de votos (21,37%), não conseguiu desbancar a polarização formada entre PT e PSDB naquelas eleições, o que evidenciava o processo de desintegração das bases do domínio malufista. O candidato petista foi o segundo colocado no primeiro turno, obtendo 32,45% dos votos válidos contra 38,28% de Geraldo Alckmin, do PSDB.

No segundo turno, a candidatura peessedebista contou com o apoio do PPS e do PTB, enquanto o candidato do PT foi apoiado pelo PSB e PL, o qual apoiava a candidatura presidencial petista. Mesmo com a vitória de Lula para presidente, o Governo do Estado de São Paulo ficou novamente como o PSDB de Geraldo Alckmin, eleito com 58,64% dos votos válidos contra 41,36% do candidato petista (ver Tabela 7.5).

TABELA 7.5 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – SÃO PAULO (2002)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%	VOTOS 2º T	%
Geraldo Alckmin	PSDB	PSDB – PFL – PSD	7.505.486	38,28	12.008.819	58,64
José Genoíno	PT	PT – PCB – PC do B	6.361.747	32,45	8.470.863	41,36
Paulo Maluf	PPB	PPB – PL – PSDC – PTN	4.190.706	21,37		
Carlos Apolinário	PGT	PGT – PHS – PST	703.858	3,59		
Lamartine Posella	PMDB	Sem coligação	259.317	1,32		
Carlos Roberto Pittoli	PSB	Sem coligação	216.369	1,10		
Antônio Cabrera Mano Filho	PTB	PTB – PDT – PPS	200.839	1,02		
Outros candidatos <sup>1</sup>	-	-	168.377	0,86		
TOTAL			19.606.699	100,00	20.479.682	100,00

Fonte: Base de Dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (TRE-SP).

\* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

<sup>1</sup> Candidaturas de PV, PRONA, PSTU, PTC (em coligação com PRP, PSC e PT do B), PRTB, PSL, PCO e PAN.

Na sua terceira gestão consecutiva, o PSDB formou quatro gabinetes ao longo do período 2003-2006. Nesses, o governador contemplou partidos que o apoiaram na arena

eleitoral, como o PFL, coligado formalmente ao PSDB, e o PTB, que o apoiou no segundo turno. Esses aliados também participaram, constantemente, das coalizões dos governos Fernando Henrique Cardoso (PSDB) na Presidência.

QUADRO 7.5 – PRIMEIRO GABINETE FORMADO POR GERALDO ALCKMIN (ALCKMIN 1) – SÃO PAULO (2003)

NOMEADOS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	SECRETARIAS	TIPOS DE SECRETARIA
ANDREA SANDRO CALABI	PMDB	ECONOMIA E PLANEJAMENTO	ECONÔMICO-ADMINISTRATIVA
ANTÔNIO DUARTE NOGUEIRA JÚNIOR	PSDB	AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	
JOÃO CARLOS DE SOUZA MEIRELLES	PSDB	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO	
MAURO GUILHERME JARDIM ARCE	PSDB	ENERGIA RECURSOS HÍDRICOS, SANEAMENTO E OBRAS	
JURANDIR FERNANDO RIBEIRO FERNANDES	PSDB	TRANSPORTES METROPOLITANOS	POLÍTICA
EDUARDO REFINETTI GUARDIA	Sem filiação	FAZENDA	
ARNALDO DE ABREU MADEIRA	PSDB	CASA CIVIL	SOCIAL
LARS SCHMIDT GRAEL *	Sem filiação	JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	
ALEXANDRE DE MORAES *	Sem filiação	JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA	
MARIA HELENA GUIMARÃES DE CASTRO *	Sem filiação	ASSISTENCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
SAULO DE CASTRO ABREU FILHO *	Sem filiação	SEGURANÇA PÚBLICA	
NAGASHI FURUKAWA	PSDB	ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	
CLÁUDIA MARIA COSTIN	PSDB	CULTURA	
GABRIEL BENEDITO ISSAAC CHALITA	PSDB	EDUCAÇÃO	
BARJAS NEGRI	PSDB	HABITAÇÃO	
FRANCISCO PRADO DE OLIVEIRA RIBEIRO	PTB	EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO	
DÁRIO RAIS LOPES	Sem filiação	TRANSPORTES	
JOSÉ GOLDEMBERG	Sem filiação	MEIO AMBIENTE	
LUIZ ROBERTO BARRADAS BARATA	Sem filiação	SAÚDE	

Fonte: Base elaborada pelo autor com base em informações fornecidas pelas Secretarias de Estado e pelo DOE SP e dados sobre os partidos a partir da base de filiação do TSE e de candidaturas do TRE-SP.

\* Quatro secretários se filiaram a partidos ao longo do exercício à frente de seus cargos: ao PSDB, os secretários Saulo de Castro Abreu Filho (Segurança Pública) e Maria Helena Guimarães de Castro (Assistência e Desenvolvimento Social) e, ao PFL, os secretários Lars Grael (Juventude, Esporte e Lazer) e Alexandre de Moraes (Justiça).

Conforme o Quadro 7.5, o primeiro gabinete formado por Alckmin também concentrou pastas no PSDB, assim como nos gabinetes peessedebistas anteriores, obtendo 50% de secretários filiados ao partido do governador. Se contabilizados as quatro filiações realizadas *a posteriori*, o PSDB detinha o controle de 70% das Secretarias. Além disso, Alckmin priorizou a ocupação das pastas econômico-administrativas para filiados ao PSDB, mas, também, preocupou-se em controlar Secretarias sociais importantes como Educação,

assim como a pastas de coordenação política do governo – Casa Civil – prática política constante nos governos peessedebistas paulistas. O PTB participou de todos os gabinetes do governo, mantendo sob seu controle, em todos os gabinetes do período, a pasta de Emprego e Relações do Trabalho, reafirmando o papel do partido como um dos principais aliados ao PSDB paulista, ao lado do PFL. Os pefelistas, que já possuíam a vice-governadoria, passaram a ter pastas com a filiação de dois secretários em março de 2003 ao partido – Lars Graell (Juventude, Esporte e Lazer) e Alexandre de Moraes (Justiça e Defesa da Cidadania) – o que caracterizou o início do segundo gabinete. Os dois partidos mantiveram cargos de primeiro escalão ao longo de todo o governo Alckmin.

Os dois primeiros gabinetes também contaram com um secretário filiado ao PMDB, Andrea Calabi (Economia e Planejamento), mas isso não significou a busca de apoio do partido na Assembleia Legislativa ou do cumprimento de acordos estabelecidos na arena eleitoral. O secretário foi uma indicação de José Serra, pois o mesmo havia sido secretário-executivo do Ministério do Planejamento durante o governo Fernando Henrique Cardoso, além de ter sido presidente do Banco do Brasil e do BNDES na mesma gestão peessedebista (FOLHA DE S. PAULO, 17/09/2002). Esse é um dos casos em que um partido presente no gabinete não representava uma aliança formal entre os partidos.

O início do terceiro gabinete se deu com a saída de Calabi (PMDB) do gabinete em fevereiro de 2005 e a entrada de Martus Antônio Tavares, do PSDB. O gabinete ficou, então, somente com o PSDB, concentrando a maior parte das pastas, com o PFL, com duas pastas, e o PTB, com uma. A mesma configuração partidária se manteve até o final do governo, apesar da mudança ocorrida, em abril de 2006, com a desincompatibilização de secretários para a disputa eleitoral daquele ano. Assim, o PSDB, que controlava no terceiro gabinete 63,16% das pastas teve participação reduzida para 40%.

Seguindo o padrão dos governos anteriores, a exemplo do governo federal, os grupos partidários PSDB-PFL-PTB e PT-PSB-PCdoB se apresentaram como excludentes, ou seja, não houve alianças formais entre os dois grupos tanto na arena eleitoral quanto governamental. Isso evidencia o estreitamento nas estratégias de PT e PSDB nos dois níveis de disputa política. São Paulo é a principal arena de disputa estadual entre os partidos. Ao PSDB, cabia manter o domínio e os parceiros costumeiros ao partido no estado. Ao PT, tentar

combater o domínio peessedebista, ampliando sua força eleitoral no estado, algo que já vinha ocorrendo, tendo, inclusive, elegido a maior bancada da Assembleia Legislativa em 2002, com 23 deputados estaduais contra 18 do PSDB. Com a ausência do PMDB como força política relevante, que havia minguado após as eleições de 1994, as duas agremiações passaram a ser as alternativas políticas com maior lastro eleitoral no estado.

Em abril de 2006, Cláudio Lembo (PFL) assumiu o cargo de governador após a desincompatibilização de Geraldo Alckmin (PSDB) do Executivo estadual para a disputa presidencial. O PFL manteve o apoio ao candidato do PSDB no estado em nome do acordo nacional entre os partidos de repetir a “dobradinha” nos dois níveis de competição (estadual e federal). Com reduzido capital político no estado, o PFL abriu mão de ter o candidato na disputa pela reeleição para que o PSDB lançasse José Serra (prefeito de São Paulo de janeiro 2005 a março de 2006) ao Governo do Estado.

Assim, em meio à consolidação da polarização PT-PSDB no estado, as eleições de 2006 tiveram, como candidaturas mais competitivas, a do peessedebista José Serra e a do petista Aloízio Mercadante. O PSDB obteve o apoio do PFL, do PTB e do PPS. A última agremiação havia participado da coalizão do governo Lula no início do mandato, mas rompeu e passou a fazer oposição à gestão petista no nível federal. Logo, o PPS se aproximou do PSDB nacional, replicando a aliança em São Paulo.

Já o PT lançou Aloízio Mercadante, apoiado pelo PRB, PL e PC do B. O PRB e o PC do B também participaram da coligação da candidatura petista para a Presidência da República. Assim sendo, houve um forte grau de alinhamento entre as candidaturas estaduais, mantendo o índice de presidencialização em seu patamar das eleições de 2002 (1,0).

Além dessas duas candidaturas competitivas, Quércia foi candidato pelo PMDB, tendo, em sua coligação, o PP. No entanto, o acordo não foi costurado com Maluf, mas, com outra liderança do PP: Celso Russomano.<sup>104</sup> A tentativa era unir as duas siglas para fortalecer

---

<sup>104</sup> “O PMDB de São Paulo anunciou ontem a aliança formal com o PP de Paulo Maluf. O evento foi marcado tanto pela ausência do ex-prefeito quanto pelo esforço dos partidos para que Maluf não tenha espaço na campanha. Orestes Quércia, candidato ao governo de São Paulo pela coligação, afirmou, inclusive, que não se aliou a Maluf. ‘Estou com o PP que é comandado pelo Celso Russomano. Ele pertence a uma ala majoritária que nem se dá bem com Maluf.’ De acordo com membros do PMDB e do PP, Maluf se opôs à aliança. Com a maioria no partido, Russomano fechou o acordo e fez do irmão, o vereador paulistano Atila Russomano, candidato a vice-governador” (FOLHA DE S. PAULO, 30/06/2006).

o apoio eleitorado, aproveitando-se do histórico que os dois partidos possuíam em São Paulo. No entanto, a estratégia de ambos os partidos não funcionou e a candidatura de Quéricia alcançou somente 4,57% dos votos válidos.

Com candidaturas fortemente alinhadas nacionalmente e com a fraqueza dos demais partidos, e lideranças tradicionais no estado, PT e PSDB polarizaram a eleição. A disputa eleitoral foi decidida no primeiro turno, garantido a continuidade do grupo peessedebista por 57,93% dos votos válidos contra 31,68% do candidato petista (ver Tabela 7.6).

TABELA 7.6 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – SÃO PAULO (2006)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%
José Serra	PSDB	PSDB – PFL – PTB – PPS	12.381.038	57,93
Aloízio Mercadante Oliva	PT	PT – PRB - PL – PCdoB	6.771.582	31,68
Orestes Quéricia	PMDB	PMDB – PP	977.695	4,57
Plínio Soares de Arruda Sampaio	PSOL	PSOL – PCB – PSTU	532.470	2,49
Carlos Alberto Eugênio Apolinário	PDT	Sem coligação	430.847	2,02
Cláudio Antônio de Mauro	PV	Sem coligação	186.097	0,87
Outros candidatos <sup>1</sup>	-	-	93.411	0,44
TOTAL			21.373.140	100,00

Fonte: Base de Dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (TRE-SP).

\* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

<sup>1</sup> Candidaturas de PTN, PCO, PSL, PTC, PAN, PSDC, PSC e PSB.

A nova dinâmica paulista, iniciada em 1994, com a derrocada peemedebista e a ascensão do PSDB, assim como o enfraquecimento do malufismo, tem sido os responsáveis por criar as condições para uma dinâmica eleitoral presidencializada no estado, tendo PT e PSDB como principais atores políticos, principalmente no pós-2002, quando os dois partidos passam a polarizar as disputas estaduais. A capital paulista também vem sofrendo o impacto das estratégias eleitorais dos dois partidos, pois o município possui peso eleitoral fundamental para as eleições estaduais. O eleitorado da capital, assim como do estado, tem se posicionado mais ao centro e à centro-esquerda, conforme a preferência eleitoral estabelecida nos pleitos. Assim, PT e PSDB tem na capital importante capital político para

as eleições estaduais, descendo para o nível municipal a presidencialização da disputa eleitoral. Sobre isso, Limongi e Mesquita afirmam que:

A ascensão do PSDB é uma consequência direta da retirada de cena do PDS-PP. Na disputa entre PSDB e PT, o primeiro tem levado vantagem sobre o segundo, tendo sido derrotado em um confronto direto apenas na eleição presidencial de 2002, quando José Serra perde de Lula nos dois turnos na cidade. Nos demais embates, o PSDB derrotou o PT na cidade. O rol de vitórias inclui a de Alckmin sobre José Genoíno (nos dois turnos) em 2002, a de Serra sobre Mercadante na eleição para o governo do estado em 2006, e também nos dois turnos da eleição presidencial do mesmo ano. No entanto, a maioria destas disputas tem mostrado um equilíbrio de forças. Ou seja, a vantagem do PSDB não lhe garante a vitória de antemão, sobretudo porque a competição PSDB-PT é mais equilibrada nas seções em que se concentra a maioria dos eleitores. Uma pequena perturbação na distribuição das preferências das seções com educação mediana pode decidir a eleição (LIMONGI; MESQUITA, 2008, p. 67).

O governo José Serra teve dois gabinetes: o primeiro, iniciado em janeiro de 2007 e, o segundo, formado em junho de 2009, com duração até sua desincompatibilização, em abril de 2010, para a disputa para a Presidência da República. O primeiro foi composto pelo PSDB (partido do governador), o DEM (ex-PFL) e o PTB (aliados dos governos anteriores e na arena eleitoral) e o PMDB, que não participava de uma aliança formal ao governo no Legislativo (ver Quadro 7.6). Daí, observa-se a importância das alianças eleitorais para a construção e manutenção de apoios partidários no governo, confirmando a tese de Golder (2006). O segundo governo incluiu o PV, garantindo o apoio legislativo do partido, que tinha eleito oito deputados estaduais em 2006.

As pastas econômico-administrativas ficaram sob o controle do PSDB e os aliados, com as pastas sociais. Além disso, como marca das gestões peessedebistas no estado de São Paulo, as pastas políticas foram destinadas a filiados do PSDB, o que evidencia a importância dessas na condução e articulação política do Governo, tanto entre Secretarias quanto na relação com Legislativo.

No primeiro gabinete, o PSDB concentrou a maior parte das pastas (34,78%), mas em uma proporção menor do que nos governos anteriores, devido ao aumento do número de secretários sem filiação partidária (43,48%) e da distribuição de Secretarias para os partidos aliados: três para o DEM (13,04%) e uma para o PTB (4,35%). O segundo gabinete manteve a mesma quantidade de filiados a partidos (13 secretários filiados a partidos), mas

ampliou a participação do PSDB (uma pasta a mais), diminuiu do DEM (duas a menos) e incluiu o PV, com a pasta de Assistência e Desenvolvimento Social.

QUADRO 7.6 – PRIMEIRO GABINETE FORMADO POR JOSÉ SERRA (SERRA 1) – SÃO PAULO (2007)

NOMEADOS	FILIAÇÃO PARTIDÁRIA	SECRETARIAS	TIPOS DE SECRETARIA
JOÃO DE ALMEIDA SAMPAIO FILHO	Sem filiação	AGRICULTURA E ABASTECIMENTO	ECONÔMICO-ADMINISTRATIVA
ALBERTO GOLDMAN	PSDB	DESENVOLVIMENTO	
FRANCISCO VIDAL LUNA	Sem filiação	ECONOMIA E PLANEJAMENTO	
DILMA SELI PENA	Sem filiação	ENERGIA, RECURSOS HÍDRICOS E SANEAMENTO	
MAURO RICARDO MACHADO COSTA	Sem filiação	FAZENDA	
SIDNEY ESTANISLAU BERALDO	PSDB	GESTÃO PÚBLICA	
MAURO GUILHERME JARDIM ARCE	PSDB	TRANSPORTES	
JOSÉ LUIZ PORTELLA PEREIRA	PSDB	TRANSPORTES METROPOLITANOS	
ALOYSIO NUNES FERREIRA FILHO	PSDB	CASA CIVIL	POLÍTICA
HUBERT ALQUERES	PSDB	COMUNICAÇÃO	
ANTÔNIO FERREIRA PINTO	Sem filiação	ADMINISTRAÇÃO PENITENCIÁRIA	SOCIAL
ROGÉRIO PINTO COELHO AMATO	DEM	ASSISTÊNCIA E DESENVOLVIMENTO SOCIAL	
JOÃO SAYAD	PMDB	CULTURA	
MARIA LUCIA MARCONDES CARVALHO VASCONCELOS	Sem filiação	EDUCAÇÃO	
GUILHERME AFIF DOMINGOS	DEM	EMPREGO E RELAÇÕES DO TRABALHO	
JOSÉ ARISTODEMO PINOTTI	DEM	ENSINO SUPERIOR	
CLAURY SANTOS ALVES DA SILVA	PTB	ESPORTE, LAZER E TURISMO	
LAIR ALBERTO SOARES KRAHENBUHL	Sem filiação	HABITAÇÃO	
LUIZ ANTÔNIO GUIMARÃES MARREY	Sem filiação	JUSTIÇA E DEFESA DA CIDADANIA	
FRANCISCO GRAZIANO NETO	PSDB	MEIO AMBIENTE	
JOSÉ HENRIQUE REIS LOBO	PSDB	RELAÇÕES INSTITUCIONAIS	
LUIZ ROBERTO BARRADAS BARATA	Sem filiação	SAÚDE	
RONALDO AUGUSTO BRETAS MARZAGÃO	Sem filiação	SEGURANÇA PÚBLICA	

Fonte: Base elaborada pelo autor com base em informações fornecidas pelas Secretarias de Estado e pelo DOE SP e dados sobre os partidos a partir da base de filiação do TSE e de candidaturas do TRE-SP.

Em abril e maio de 2010, o secretariado passou por uma mudança relacionada às alianças políticas a serem costuradas para as eleições daquele ano. Naquele mês, o vice-governador, Alberto Goldman, do PSDB, assumiu o Governo do Estado, visto que José Serra seria o candidato peessedebista à Presidência da República e precisaria se desincompatibilizar do cargo. As principais mudanças no perfil partidário do gabinete foram a saída do PV e do PTB, além da nomeação de dois secretários do PMDB, que marcou o

apoio quercista à candidatura de Alckmin, do PSDB, ao Governo do Estado. Em troca disso, o PSDB apoiou a candidatura de Quércia ao Senado em 2010 (FOLHA DE S. PAULO, 02/05/2010). Com isso, o PMDB passou a controlar duas Secretarias: Luiz Carlos Delben Leite (Assistência e Desenvolvimento Social) e Almino Monteiro Álvares Affonso (Relações Institucionais).

Sendo assim, essa foi a primeira eleição em que o PMDB não lançou candidatura ao Governo do Estado. Marcou também a aproximação dos quercistas aos tucanos, que estiveram separados desde a fundação do PSDB. O PMDB estadual, controlado por Quércia, seguia, assim, uma direção diferente da tomada pela cúpula nacional do partido, presidida por Michel Temer.

Por ter optado por apoiar a candidatura de Quércia ao Senado, Romeu Tuma, do PTB, ficou sem espaço e lançou candidatura sem o apoio dos peessedebistas. O PTB tinha sido, ao lado do PFL-DEM, um dos aliados preferenciais do PSDB no estado até aquele momento. O PMDB estadual fazia o movimento inverso ao tomado historicamente ao se aliar com o PSDB paulista. Por outro lado, o PMDB nacional continuava aliado ao governo petista, compondo a coligação às eleições presidenciais, tendo, na condição de candidato a vice-presidente, Michel Temer. Diferentemente do PT e do PSDB nacionais, que possuíam a estratégia de coordenação eleitoral, o PMDB no estado tinha autonomia para definir sua própria linha de atuação política, inclusive quanto às alianças eleitorais a serem feitas.

Assim como em 2006, as eleições de 2010 foram completamente polarizadas entre PT e PSDB. O terceiro candidato mais competitivo do pleito foi Celso Russomano, do PP, que obteve 5,42% dos votos. As candidaturas petista e peessedebista foram aquelas que mais agregaram aliados em suas coligações. O candidato do PSDB foi o ex-governador do estado, Geraldo Alckmin, que tinha seis partidos em sua coligação, além de sua agremiação: PMDB, PSC, PPS, DEM, PHS e PMN. O DEM (ex-PFL) teve o candidato a vice-governador dessa chapa, Guilherme Afif Domingos. Já o petista Aloízio Mercadante teve, além do PT, nove partidos coligados: PRB, PDT, PTN, PR, PSDC, PRTB, PRP, PC do B e PT do B. Não contou com o apoio do PSB. O resultado da disputa garantiu, novamente, a vitória para o PSDB no primeiro turno, com 50,59% dos votos contra 35,21% do candidato do PT (Tabela 7.7).

TABELA 7.7 – RESULTADO DAS ELEIÇÕES PARA O GOVERNO DO ESTADO – SÃO PAULO (2010)

CANDIDATOS	PARTIDOS	COLIGAÇÃO	VOTOS 1º T	%
Geraldo Alckmin	PSDB	PSDB – PMDB – PSC – PPS – DEM – PHS – PMN	11.519.314	50,59
Aloízio Mercadante Oliva	PT	PT - PRB – PDT – PTN - PR – PSDC – PRTB – PRP – PCdoB – PT do B	8.016.866	35,21
Celso Russomanno	PP	PP – PTC	1.233.897	5,42
Paulo Antônio Skaf	PSB	PSB – PSL	1.038.430	4,56
Fábio José Feldmann	PV	Sem coligação	940.379	4,13
Outros candidatos <sup>1</sup>	-	-		0,09
TOTAL			22.769.983	100,00

Fonte: Base de Dados de Jairo Nicolau e Tribunal Regional Eleitoral do Estado de São Paulo (TRE-SP).

\* Nesta tabela, somente foram contabilizados os votos válidos.

<sup>1</sup> Candidaturas de PSTU e PCO.

Observa-se, então, que nesse último período (2002-2010), a polarização PT-PSDB se tornou predominante nas eleições para o Governo do Estado, algo que também ocorreu nos pleitos para a Prefeitura da capital paulista, replicando a lógica presidencial de disputas. Ainda que fique mais clara a partir de 2002, é evidente que há a influência da estratégia de ambos os partidos a partir de 1994, como afirmam Meneguello e Bizzarro-Neto (2012, p. 164): “a partir de 1994, a política paulista se orienta pela dinâmica que estrutura a política nacional, e o terreno de preferências, ao final do período, constitui uma clara partilha entre o PSDB e o PT”.

#### 7.4 Alinhamentos partidários em São Paulo: conclusões

O PMDB dominou o cenário político paulista durante a década de 1980 e início dos anos 1990. As eleições de 1994 marcaram o declínio do partido, a partir da derrota no pleito para governador para o PSDB, que havia surgido a partir de uma disputa interna no PMDB. Desde o pleito que elegeu Mário Covas, o PSDB não perdeu eleições para o Governo do Estado, consolidando-se como principal força política paulista, dando suporte político à agremiação nas disputas presidenciais. A partir de 1998 e, principalmente, de 2002, o PT

passou a ser a maior força política de oposição ao PSDB no estado, replicando completamente a lógica de disputas presidenciais (ver Quadro 7.7).

QUADRO 7.7 – COLIGAÇÕES ELEITORAIS NA DISPUTA PARA O GOVERNO DO ESTADO – SÃO PAULO (1986-2010)

ELEIÇÕES	CANDIDATURA(S) DE OPOSIÇÃO MAIS COMPETITIVA(S)	CANDIDATO GOVERNISTA	CANDIDATURAS DO PT	OUTRAS CANDIDATURAS (ESQUERDA)	OUTRAS CANDIDATURAS	ÍNDICE Presid. Eleitoral				
1986	PTB (PL – PSC)	PMDB	PT	-	PDS (PFL – PDC)	N/A <sup>1</sup>				
					PH					
1990 <sup>2</sup>	PDS (PRN – PTB – PDC)	PMDB (PFL – PL)	PT (PSB – PCB – PCdoB)	-	PSDB	0,15				
					PRP (PCN – PD)					
					PLH					
					PST					
1994	PDT (PV – PRP)	PMDB (PL – PSD)	PT (PSTU – PPS – PMN – PSB – PC do B)	-	PP (PPR)	0,95				
	PSDB (PFL)				PRONA					
					PSC					
					PRN					
ELEIÇÕES	CANDIDATURA(S) DE OPOSIÇÃO MAIS COMPETITIVA(S)	CANDIDATO GOVERNISTA	CANDIDATURAS DO PMDB	OUTRAS CANDIDATURAS (ESQUERDA)	OUTRAS CANDIDATURAS	ÍNDICE Presid. Eleitoral				
1998	PPB (PST – PL – PFL – PRN – PSL)	PSDB (PTB – PSD)	PMDB (PGT – PRP – PT do B)	PSTU	PDT (PTN – PAN – PSN – PSB)	0,80				
	PT (PCB – PPS – PMN – PC do B)				PRONA					
2002		PT (PCB – PC do B)	PSDB (PFL – PSD)	PMDB	PSB		PSDC	1,0		
	PPB (PL – PSDC – PTN)						PSTU		PSC	
		PCO			PRTB					
					PGT (PHS – PST)					
		2006			PT (PRB – PL – PC do B)	PSDB (PFL – PTB – PPS)	PMDB (PP)		PSOL (PCB – PST)	PTB (PDT – PPS)
	PSB									PV
PDT			PRONA							
	PCO		PTC (PRP – PSC – PTdoB)							
2010		PT (PRB – PDT – PTN – PR – PSDC – PRTB – PRP – PC do B – PT do B)	PSDB (PMDB – PSC – PPS – DEM – PHS – PMN)	-	PSTU	PSL	0,85			
	PCO					PP (PTC)				
						PV				

Fonte: Tribunal Regional Eleitoral do Estado do São Paulo (TRE-SP).

\* A sigla fora dos parênteses é do partido do candidato e as siglas dentro dos parênteses são dos coligados.

<sup>1</sup> Não se aplica. A primeira eleição presidencial direta ocorreu somente em 1989.

Além do enfraquecimento do PMDB e, conseqüentemente, do quercismo, outro fator foi importante para a consolidação do quadro de presidencialização no estado de São Paulo: o declínio do malufismo e do seu partido no estado (PDS-PPR-PPB-PP), tendo como principal marca a derrota na Prefeitura de São Paulo em 2000 para o PT. Com

enfraquecimento da direita, a força oposicionista foi deslocada, definitivamente, para a esquerda, tendo como principal ator político o PT.

O PMDB, pela sua força hegemônica no estado, controlava a maior parte das prefeituras e das cadeiras na Assembleia Legislativa durante da década de 1990, possuindo dois aliados preferenciais: PFL e PTB. O PFL participou da aliança eleitoral no pleito de 1990, e dos governos Quéricia (1987-1991) e Fleury (1991-1994). Juntamente com o PTB, também compôs cargos de primeiro escalão.

Nos pleitos de 1986 e 1990, o PT apareceu como a única opção de esquerda, mas com poucas possibilidades de desbancar o quercismo ou se apresentar como força política oposicionista mais forte do que o malufismo. No entanto, a força de esquerda, com a liderança em torno do PT, já começava a ser desenhada a partir de 1990, quando as agremiações esquerdistas se aglutinavam em torno de candidaturas petistas. Em 1990 e 1994, o PT teve como aliados o PSB e o PC do B, formando o bloco de esquerda que daria sustentação ao Governo Lula nos anos 2000.

O marco político do estado de São Paulo ocorreu em 1994, com a ascensão do PSDB ao Governo do Estado e à Presidência da República. Com aquela vitória, o PMDB perderia o espaço ao centro para os peessedebistas, mantendo, como principais opositores ao Governo, o malufismo e o petismo. Todavia, ao ocupar o espaço do PMDB frente ao Governo do Estado, o PSDB também carregou seus aliados – PFL e PTB – que passaram a apoiá-lo, constantemente, em coligações e nas coalizões de governo. Esse alinhamento também foi similar ao ocorrido no nível federal, em que os dois partidos participaram das coalizões do governo Fernando Henrique Cardoso (ver Anexo II). O PFL-DEM se coligou ao PSDB nas eleições de 1994, 2002, 2006 e 2010 e o PTB, nos pleitos de 1998 e 2006.

À medida que o malufismo foi perdendo força no estado e, principalmente na capital, o PT foi crescendo como força oposicionista mais relevante no estado de São Paulo. Em 1998, o PPB ainda foi a segunda candidatura mais competitiva, acompanhado pelo PT, por pouca diferença de votos. Em 2000, o partido perdeu o controle da capital paulista para o PT. Em 2002, o PT ocupou o posto de segunda candidatura mais competitiva do estado, replicando completamente a lógica de disputas presidenciais. Aquele pleito marcaria a

derrocada do PPB (ex-PDS e ex-PPR) e a configuração de pleitos plenamente presidencializados.

Com o declínio do PDS-PPR-PPB malufista e do PMDB quercista, o PSDB se torna o grande protagonista do cenário político estadual a partir de 1994. Nesse ano, houve a eleição de Mário Covas e, em 1998, sua reeleição. Em 2002, Geraldo Alckmin foi eleito. Em 2006, José Serra e, em 2010, novamente, Alckmin.

O predomínio do PSDB sobre o governo do Estado é simultâneo a sua emergência como principal ator da política local no Estado. O PSDB é o partido que mais elege prefeitos em São Paulo desde 1996 – primeira eleição após a vitória na disputa pelo governo estadual – e tem se mantido muito à frente dos concorrentes desde então, conquistando sozinho mais de um terço das prefeituras paulistas no período. O PT tem apresentado relativa dificuldade em penetrar nas disputas locais do estado, tendo conquistado menos de 10% dos votos totais para prefeito nos municípios paulistas. Ainda assim, o partido tem conquistado prefeituras em importantes regiões do estado, principalmente na grande São Paulo, berço organizativo e eleitoral do partido. [...] a reconfiguração do sistema eleitoral-partidário em São Paulo significou a superação da oposição entre autoritarismo e ditadura que marcou a disputa no estado desde pelo menos 1974. Após uma fase de transição na década de 90, em que o declínio do PMDB foi bastante acentuado mas o malufismo ainda resistiu, os anos 2000 instituíram para a política paulista uma nova situação, na qual PT e PSDB dominam por volta metade dos votos nas eleições legislativas estaduais, a maior parte dos votos para o governo do Estado, e no qual o PSDB emerge como principal partido nas disputas locais (BIZZARRO-NETO, 2013, p. 100).

A polarização das disputas estaduais distinguiu, de forma mais clara, os grupos partidários em São Paulo: de um lado, PSDB e seus aliados preferenciais, DEM e também PTB (que, apesar de não ter participado da coligação do PSDB, participa, com frequência, dos governos peessedebistas desde 1995); e, do outro lado, PT e seu aliado preferencial, PC do B. Em 2002 e 2006, o índice obteve o maior patamar possível (1,0), indicando o alto grau de alinhamento das disputas estaduais às presidenciais. O estado de São Paulo apresentou, naqueles pleitos, algumas condições já evidenciadas no terceiro capítulo: fraqueza do PMDB, PT e PSDB fortes e alta densidade eleitoral. O PT e o PSDB estaduais davam suporte às suas candidaturas presidenciais, tendo poucos empecilhos internos ao trabalho de coordenação eleitoral e, conseqüentemente, de composição das coligações conforme os interesses políticos das Executivos nacionais.

Mesmo com a polarização das disputas no estado, houve forte dominância do PSDB no período em análise. Foram quatro governadores eleitos pelo partido: Mário Covas, eleito para dois mandatos (1995-1998 e 1999-2002), e falecido em 2001. Seu vice-governador, Geraldo Alckmin, ocupou o cargo em 2001 e foi reeleito em 2002 para um mandato (2003-2006). Na sequência, José Serra foi eleito para um mandato (2007-2010), tendo saído em abril de 2010 para disputar as eleições presidenciais daquele ano. Alberto Goldman era seu vice e ocupou o cargo até o final do mandato.

As alianças governamentais em São Paulo podem ser separadas em dois momentos, marcados pelo declínio do PMDB e ascensão do PSDB (ver Tabela 7.8 a seguir). De 1987 a 1994, as alianças governamentais predominantes se deram entre o PMDB (partido do governador) e o PFL e o PTB. A diferença ocorrida, dentro dos governos do PMDB, é que, no governo Quéricia, somente com os cargos distribuídos nos gabinetes o governador conseguia obter apoio legislativo superior a 50%. Com as eleições de 1990, houve a ampliação da fragmentação partidária na Assembleia Legislativa se comparado ao pleito de 1986 (o NEP passou de 3,81 para 7,29) e o PMDB, que possuía 37 cadeiras, passou a ter 19. Logo, manter os mesmos aliados do governo anterior não bastaria para conseguir a maioria legislativa. O governador Fleury, com a distribuição de cargos realizada, não obteve o apoio de mais de 50% do legislativo estadual.

No entanto, desconsiderando os anos eleitorais, em que alguns secretários se desincompatibilizam dos cargos para disputar as eleições, os governos peemedebistas tenderam a ter considerável apoio legislativo (pelo grande peso na Assembleia Legislativa do PMDB, PFL e do PTB), alta concentração de pastas no partido do governador e gabinetes com elevada coalescência (acima de 0,5). Esse, no entanto, é um padrão que se mantém nos gabinetes paulistas, mesmo nos governos peessedebistas. Somente no governo de José Serra/Goldman (2007-2010) é que há uma discreta alteração no padrão de controle de pastas pelo PSDB, pois o governador passou a concentrar menos pastas no seu partido, atribuindo mais pastas a secretários de outros partidos e, também, para secretários sem filiação partidária.

TABELA 7.8 – GABINETES DO GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO (1987-2010)

Governador e Gabinete	Período do Gabinete	Partidos Representados no Gabinete (% de Pastas Ocupadas pelos partidos)	Perfil das Coalizões		
			Apoio Legislativo oferecido pela totalidade de partidos aliados presentes no Gabinete (%)	Taxa de Coalescência	% de Secretários sem filiação partidária
Orestes Quércia 1	ago/87 – dez/88	PMDB (73,08) – PFL (3,85)	54,76	0,769	23,07
Orestes Quércia 2	dez/88 – jan/90	PMDB (60,00) – PFL (5,00) – PTB (5,00)	70,24	0,700	30,00
Orestes Quércia 3	jan/90 – jun/90	PMDB (26,32) – PFL (5,26) – PTB (5,26)	70,24	0,368	63,16
Orestes Quércia 4	jun/90 – mar/91	PMDB (31,58) – PFL (5,26) – PST (5,26)	54,76	0,368	57,90
<b>Média Gov. Quércia</b>			<b>62,50</b>	<b>0,551</b>	<b>43,53</b>
Fleury 1	mar/91 – jan/93	PMDB (52,63) – PFL (5,26) – PTB (5,26)	45,24	0,605	36,85
Fleury 2	jan/93 – jun/93	PMDB (47,62) – PFL (4,76) – PTB (4,76)	45,24	0,571	42,86
Fleury 3	jun/93 – jan/94	PMDB (50,00) – PFL (4,55)	32,14	0,545	45,45
Fleury 4	jan/94 – jun/94	PMDB (28,57) – PL (4,76)	25,00	0,333	66,67
Fleury 5	jun/94 – ago/94	PMDB (23,81) – PTB (4,76) – PPR (4,76)	48,81	0,333	66,67
Fleury 6	ago/94 – dez/94	PMDB (23,81) – PPR (4,76)	35,71	0,420	71,43
<b>Média Gov. Fleury</b>			<b>38,69</b>	<b>0,468</b>	<b>54,99</b>
Mário Covas I - 1	jan/95 – dez/95	PSDB (50,00) – PFL (9,09)	23,40	0,591	40,91
Mário Covas I - 2	dez/95 – jul/96	PSDB (45,45) – PFL (9,09) – PTB (4,55)	30,85	0,591	40,91
Mário Covas I - 3	ago/96 – dez/97	PSDB (63,64) – PTB (4,55)	25,53	0,682	31,81
Mário Covas I - 4	dez/97 – out/98	PSDB (68,18) – PMDB (4,55)	42,55	0,470	27,27
Mário Covas I - 5	out/98 – dez/98	PSDB (59,09) – PTB (4,55)	25,53	0,636	36,36
<b>Média Gov. Covas I</b>			<b>29,57</b>	<b>0,594</b>	<b>35,45</b>
Mário Covas II - 1	jan/99 – jan/02	PSDB (68,18) – PTB (4,55)	27,66	0,727	27,27
Alckmin I - 1	jan/02 – dez/02	PSDB (71,43) – PTB (4,76)	27,66	0,762	23,81
<b>Média Gov. Covas II / Alckmin I</b>			<b>27,66</b>	<b>0,745</b>	<b>25,54</b>
Geraldo Alckmin II - 1	jan/03 – mar/03	PSDB (50,00) – PMDB (5,00) – PTB (5,00)	28,72	0,600	40,00
Geraldo Alckmin II - 2	mar/03 – fev/05	PSDB (50,00) – PFL (10,00) – PTB (5,00) – PMDB (5,00)	35,11	0,700	30,00
Geraldo Alckmin II - 3	fev/05 – abr/06	PSDB (63,16) – PFL (10,53) – PTB (5,26)	30,85	0,779	21,05
Cláudio Lembo 1	abr/06 – dez/06	PSDB (40,00) – PFL (10,00) – PTB (5,00)	30,85	0,550	45,00
<b>Média Gov. Alckmin II / Lembo</b>			<b>31,38</b>	<b>0,657</b>	<b>34,01</b>
José Serra 1	jan/07 – jun/09	PSDB (34,78) – DEM (13,04) – PTB (4,35) – PMDB (4,35)	45,74	0,565	43,48
José Serra 2	jun/09 – abr/10	PSDB (37,50) – DEM (4,17) – PTB (4,17) – PMDB (4,17) – PV (4,17)	52,13	0,541	45,82
Goldman 1	mai/10 – dez/10	PSDB (33,33) – DEM (4,17) – PMDB (8,33)	41,49	0,458	54,17
<b>Média Gov. Serra / Goldman</b>			<b>46,45</b>	<b>0,521</b>	<b>47,82</b>

Fonte: Base de dados do autor. N dos gabinetes: 19 a 26 pastas. N da ALESP: 84 cadeiras (eleições de 1986 e 1990) e 94 cadeiras (eleições 1994, 1998, 2002, 2006, 2010). \* Não foi considerada a migração partidária ao longo do mandato e nem a entrada e saída de titulares e suplentes durante os mandatos.

Nos governos peessedebistas, dos 14 gabinetes (incluindo o gabinete formado por Cláudio Lembo, do PFL), apenas um (José Serra 2, em 2009) obteve o apoio de partidos,

passando a deter a maioria legislativa. Assim, governadores no estado de São Paulo não têm utilizado a distribuição de cargos de primeiro escalão como forma de obter apoio de maioria no Legislativo.<sup>105</sup> Massonetto (2014), analisando os governos paulistas de 1995 a 2010, constatou que, apesar do apoio minoritário obtido a partir da distribuição de cargos no gabinete, os governadores conseguiam aprovar sua agenda devido a outros recursos utilizados:

De fato, seja com gabinetes minoritários ou minimamente majoritários, os governadores paulistas não apenas foram bem sucedidos na aprovação de sua agenda legislativa, como coordenaram o processo decisório na Alesp: construíram sólidas maiorias (prioritariamente, com suas “caixas de ferramentas”); controlaram o processo legislativo, inclusive quanto à deliberação e aprovação da agenda própria do Legislativo; e limitaram (senão bloquearam) a atividade fiscalizatória do parlamento. Não quer dizer que não haja conflito e nem negociações. [...] Já as tradicionais pressões foram solucionadas com moedas mais “baratas”. Tanto os conflitos mais intensos, quanto as pressões foram, via de regra, marcadas por demandas do tipo *pork barrels* (MASSONETTO, 2014, p. 253).

Os principais aliados do PSDB na arena governamental durante todo o período foram o PFL e o PTB. O único distanciamento entre o PSDB e o PFL de 1995 a 2010 ocorreu durante o período de 1996 a 1998, com a aproximação do PFL ao grupo de Maluf, em virtude das eleições de 1996 na capital paulista, levando o PFL a participar da coligação malufista em 1998 para o Governo do Estado. Isso repercutiu no governo Covas II/Alckmin I (1999-2002), pois o PFL não possuiu cargos de primeiro escalão no período. No entanto, posteriormente a esse período, o PFL passou a ser o maior aliado do PSDB, tendo tido, inclusive, o vice-governador pefelista, Cláudio Lembo, a assumir o Governo do Estado em 2006.

O estreitamento reforçado entre o PFL-DEM e o PSDB, principalmente, a partir das eleições de 2002, ocorria paralelamente à movimentação dos partidos no cenário nacional, evidenciando que a tese de Lima Júnior (1983;1997) não se confirmava no caso paulista. PSDB e PFL utilizavam o estado de São Paulo como principal base de sustentação política de seus partidos. O PFL havia se aproximado do PSDB, em prol da eleição de

---

<sup>105</sup> Uma hipótese para a obtenção de maiorias legislativas no caso de governos minoritários é que os governadores façam acordos *ad hoc* com os deputados estaduais, seja negociando cargos (de segundo e terceiro escalão) e políticas.

Fernando Henrique Cardoso, participando, posteriormente, das coalizões de governo no nível federal. Já nos anos 2000, o PFL sofreu uma perda substancial de espaço político, fundamentalmente, no seu principal *locus* de atuação política – o Nordeste – passando a ter a aliança com o PSDB em São Paulo como estratégica para sua sobrevivência política. Nesse sentido, nota-se que a racionalidade política dos atores políticos peessedebistas e do pefelistas foi fortemente afetada pela dinâmica de alianças partidárias nacional. Isso é explicado, em grande medida, por São Paulo ser o estado de maior densidade eleitoral do país e por ser a principal base política do PSDB.

Nota-se, também, que mesmo quando o PTB passou a ocupar cargos de primeiro escalão durante o primeiro governo Lula (ver Anexo II), o partido se manteve fiel à aliança com o PSDB em São Paulo. A tese da presidencialização no estado, nesse caso, apesar de ter grande poder explicativo sobre a dinâmica de competição eleitoral estadual, permite abertura para que a racionalidade política dos atores políticos estaduais siga também a lógica própria da política estadual quando preciso. Isso ocorreu, pois, diferentemente do caso nacional, em São Paulo, o PSDB continuou a ser governo em 2003, mantendo, dessa maneira, o PTB como aliado do governo estadual.

É possível concluir que os alinhamentos partidários estabelecidos por PSDB e PT seguem, em grande medida, aqueles realizados no nível nacional. Além disso, a força política de ambos os partidos garante alto grau de alinhamento entre as disputas, principalmente a partir de 2002. Mesmo com a alta fragmentação partidária, os partidos têm poucos aliados preferenciais e, mesmo o PSDB, que formou governos estaduais, destinou pastas a poucos partidos, concentrando as nomeações de aliados para o PFL-DEM e o PTB. De tal modo, o PSDB abria mão de formar maiorias com distribuição de cargos no gabinete para compor alianças partidárias que condiziam com as estratégias políticas nacionais do partido. Igualmente, os governadores peessedebistas optaram por formar coalizões minoritárias a ter que distribuir cargos para partidos não-aliados no nível nacional, com partidos de esquerda e centro-esquerda. São as estratégias nacionais dos partidos, portanto, que criaram incentivos para que a disputa política no estado seja presidencializada, tanto na arena eleitoral quanto na governamental.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

O sistema eleitoral brasileiro combina eleições majoritárias (Executivo federal, estadual e municipal, além do Senado) e proporcionais (Câmara Federal, Assembleia Legislativa e Câmara de Vereadores). Utilizando a teoria duvergeriana para compreender a relação entre o sistema eleitoral e o sistema partidário no Brasil, verifica-se que haveria a dificuldade da entrada de novos partidos nas eleições majoritárias para o Executivo. Já no caso das eleições proporcionais, existiria a tendência à escolha de múltiplos partidos para a ocupação de cargos no Legislativo. Dessa forma, no Brasil possui uma dupla tendência: por um lado, a presença de poucas candidaturas com chances de obter vitória eleitoral para o Executivo e, por outro, a presença de uma grande quantidade de partidos com representação legislativa. Haveria, portanto, muitos partidos e poucas vagas nas eleições majoritárias. Considerando que no Brasil existe a possibilidade de se agregar partidos na arena eleitoral através das coligações, observa-se a presença de amplas alianças eleitorais para o Executivo, principalmente em torno das candidaturas que possuem maior chance de obter sucesso eleitoral.

Mesmo com a tendência à emergência de uma infinidade de partidos políticos na arena eleitoral, a competição para os cargos do Executivo estadual tem se organizado em torno de poucos partidos. A diminuição das opções políticas tem sido uma marca das eleições presidenciais, que tem imprimido uma lógica bipolarizada nas disputas eleitorais. Isso afetaria as estratégias eleitorais das candidaturas estaduais, principalmente a partir de 1994, quando as eleições presidenciais passaram a ocorrer simultaneamente à escolha de governadores, deputados e senadores. Ao contrário da tese que defende a particularidade dos subsistemas políticos estaduais, ou seja, da existência de “racionalidades políticas” próprias de cada contexto, observou-se que os partidos têm seguido, em grande parte, os alinhamentos partidários nacionais, que têm sido, em muito, influenciadas pela lógica de disputas eleitorais para a presidência, que colocam as candidaturas petistas e peessedebistas como as mais competitivas.

Apesar disso, é válido afirmar ainda que essa não é a única variável que intervém nos contextos estaduais. Não se pode afastar a hipótese de que nos estados operam dinâmicas

particulares, mas sabe-se que essas são interdependentes da forma como os partidos se articulam eleitoralmente no nível nacional. A coordenação eleitoral realizada por PT e PSDB não impõe a polarização nos estados, porém cria constrangimentos à formação de coligações não alinhadas às candidaturas presidenciais desses partidos.

Em linhas gerais, os achados desta pesquisa apontam para duas conclusões. A primeira, para um entrelaçamento entre as dinâmicas eleitorais presidencial e estadual, levando ao processo de “presidencialização” da competição eleitoral, a partir de 1994, diante da estratégia de coordenação de candidaturas por PT e PSDB. Com isso, a tese de Lima Júnior não seria suficiente para explicar a dinâmica dos subsistemas partidários, que deveriam obedecer, seguindo seu argumento, às racionalidades puramente contextuais.

A segunda conclusão geral desta pesquisa é que, no governo, as alianças partidárias – verificadas a partir da inclusão de partidos no gabinete – tendem a ser impactadas por diversas variáveis destacadas pela literatura. Primeiramente, as coligações eleitorais têm poder de influência sobre a formação das coalizões de governo, o que pode contemplar, por consequência, a arranjos partidários presidencializados. Segundo, os acordos partidários no governo podem ser definidos, também, a partir da conquista de apoio legislativo, o que indica a importância da tese do “presidencialismo de coalizão” aplicada aos estados. No entanto, na forma como essa tese originalmente foi pensada, ela não foi capaz de explicar a existência de coalizões minoritárias, como em São Paulo, em que o governador não obteve a maioria do apoio na Assembleia somente com distribuição de Secretarias. Dessa maneira, evidencia-se a importância de se analisar outros cargos e políticas podem ser utilizados pelo Executivo como moedas de troca junto aos parlamentares para a obtenção de apoio junto ao Legislativo. Por fim, em consonância com a tese de Lima Júnior, o elemento contextual tende a aparecer nas alianças de governo para explicar o relacionamento particular entre os partidos nos subsistemas políticos estaduais.

Quanto ao último ponto, é possível afirmar que os governadores possuem menos constrangimentos da cúpula nacional do partido para nomear os secretários a partir dos seus interesses. Ademais, como centro de gravidade da política estadual, o governador tem maior autonomia e poder para distribuir cargos para filiados a partidos que não necessariamente são aliados ao seu partido, isto é, seguindo acordos políticos contextuais.

Apesar das coligações eleitorais não serem replicadas completamente na coalizão governamental formada, há uma relação entre as alianças estabelecidas na arena eleitoral e as formadas na arena governamental. As duas arenas, portanto, não podem ser tratadas separadamente, reafirmando a tese de Golder (2006). Por isso, ao investigar como os governos se tornam permeáveis aos partidos, devem-se compreender os tipos de alianças mais comuns entre os partidos. A partir disso, percebeu-se que PT e PSDB, em geral, possuem diferentes aliados, segundo seus posicionamentos no espectro ideológico. O PMDB, por outro lado, é mais flexível quanto ao estabelecimento de alianças tanto com partidos à direita ou à esquerda do espectro ideológico.

No entanto, há diferenças entres os estados. Dentre os casos analisados, o PSDB teve governos nos estados do Ceará, Rondônia e São Paulo. Nos três estados, notou-se que governos peessedebistas não fizeram alianças sistemáticas com o PMDB. Em São Paulo e no Ceará, os dois partidos lideravam grupos antagônicos, por isso não há a presença da aliança PSDB-PMDB. Nesses estados, o PSDB cresceu politicamente desde o seu surgimento, ocorrido a partir de uma disputa com o PMDB.

O PSDB em Rondônia, no entanto, não disputou espaços de poder com lideranças peemedebistas do estado, pois a agremiação teve pouca projeção política ao longo dos anos 1990. Com o governo peemedebista de Valdir Raupp (1995-1998), o PSDB teve participação no governo e no gabinete do Executivo. Nesse mesmo período, no Piauí, o PSDB compôs formalmente o governo de Mão Santa (PMDB), estendendo sua participação até a cassação do seu mandato em 2001. A partir daí, o PSDB rompeu com o PMDB no estado, empurrando o partido para o grupo político petista. Já em Rondônia, o distanciamento entre os dois partidos ocorreu durante o governo Ivo Cassol, em 2003. Com a migração do governador para o PPS, o PSDB se aliou novamente ao PMDB nas eleições de 2006.

Os governos peessedebistas dos estados analisados apresentaram também diferentes padrões de relacionamento com o PFL-DEM. Somente em São Paulo, governos peessedebistas (1995-2010) tinham os pefelistas como aliados. No Ceará, a aliança entre PSDB e PFL foi estabelecida apenas nas eleições de 2006, quando o grupo peessedebista estava em nítida desvantagem contra o grupo governista ligado ao governo federal petista. Dessa forma, a aliança foi possível quando os custos contextuais para o estreitamento entre

as agremiações se tornaram muito baixo, preponderando os interesses da Executiva nacional do PSDB em impor a aliança nacional entre os partidos. Já em Rondônia, PSDB e PFL são ligados a grupos distintos. Somente se aliaram nas eleições de 1990. Desde então, compuseram alianças eleitorais distintas, culminando na disputa entre candidatos dos dois partidos em 2002, mesmo quando a presidencialização eleitoral já era uma realidade em outros estados brasileiros, o que evidencia o alto custo presente naquele momento de impor a coordenação eleitoral no estado nos moldes das alianças entre os partidos.

Os governos petistas nos estados selecionados ocorreram apenas no Piauí. Nesses, apesar da participação de filiados a partidos que não apoiavam formalmente o governo, como PSDB e PFL-DEM, preponderou o apoio de partidos que estavam alinhados à coalizão no nível federal (PDT, PTB, PMDB, PC do B e PSB). O PSB, da base aliada ao PT no nível federal, teve governador eleito no Ceará em 2006.

Por fim, o PMDB teve governos eleitos nos quatro estados durante o período em análise. No Ceará e em São Paulo, os peemedebistas governaram os estados na década de 1980. No primeiro estado, apenas durante o primeiro mandato de Tasso Jereissati (1987-1991) e, em São Paulo, nas gestões de Quéricia (1987-1991) e Fleury (1991-1994). No Ceará, Jereissati distribuiu cargos apenas para o PDC. Já em São Paulo, o PMDB teve, constantemente, o apoio de PFL e PTB, partidos localizados à direita do espectro ideológico. Nesses estados, então, o partido tinha maior propensão a fazer alianças com partidos mais à direita e menos com os de esquerda.

Em Rondônia, o PMDB atuou de forma diferente. O primeiro governo do partido (1987-1991) incluiu filiados ao PT e ao PMN. Já o segundo, de Valdir Raupp, seu primeiro gabinete colocou PFL e PT no mesmo gabinete, implicando um padrão particularmente contextualizado de relacionamento entre os partidos. Além disso, incluiu PSDB, PDT e PTB no seu secretariado, evidenciando o pouco entrelaçamento entre as dinâmicas nacional e estadual de alianças partidárias.

No Piauí, foram dois os governadores pelo PMDB: Alberto Silva e Mão Santa. O primeiro, que governou o estado de 1987 a 1991, teve como principal aliado o PDS, partido de lideranças políticas tradicionais do estado. Em 1995, quando Mão Santa assumiu o governo estadual, PMDB e PDS já havia rachado e o partido passou a ter como principais

aliados o PSDB, o PDT e o PTB, além de PC do B, no segundo mandato. Assim sendo, o partido se aproximou de partidos localizados à esquerda. A aproximação entre PMDB e PT se deu com a ascensão de Lula à Presidência em 2003, quando o PMDB passou a compor a coalizão de governo no nível federal. O mesmo movimento ocorreu no estado que incluiu parte dos peemedebistas que tendiam ao governismo nos gabinetes do Executivo estadual.

Outro achado importante da pesquisa é que, apesar da disposição para a distribuição de pastas para aliados pelos governadores, observado pela grande quantidade de coalizões formadas, o partido do governador tende a ser o maior beneficiado na distribuição de Secretarias. A especificidade da relação Executivo-Legislativo nos estados pode explicar isso. O Executivo estadual concentra poderes orçamentários, e o Legislativo, por outro lado, legisla sobre questões pouco relevantes (SOUZA, 2003; ABRUCIO, 1998). Ainda que o Executivo necessite formar maiorias, os deputados estaduais podem conceder o apoio necessário com moedas de troca menos valiosas, como cargos de segundo escalão e políticas de interesse dos partidos e dos parlamentares. Como não foi objeto desta pesquisa, essa hipótese necessita de verificação em um futuro trabalho sobre relação Executivo-Legislativo nos estados.

Apesar da preponderância do Executivo estadual nos estados, os governadores têm lançado mão do apoio dos partidos tanto na arena eleitoral quanto na governamental. Para verificar isso, foi fundamental a formalização da análise a partir do modelo proposto para se medir e testar a presidencialização. A partir disso, observou-se que a presidencialização tem ampliado seu espaço nos estados, mesmo naqueles que não possuem peso eleitoral substantivo nos pleitos presidenciais.

Observou-se, no entanto, que as próprias lideranças políticas estaduais agem estrategicamente para alinhar suas estratégias às candidaturas presidenciais. Os partidos compreendem que o alinhamento eleitoral é fundamental para alavancar seus candidatos nos estados. Dessa forma, a presidencialização ocorre tanto em razão do processo de imposições de cima para baixo quanto da disposição das lideranças estaduais de alinharem estratégias tendo em vista a aproximação com a lógica de disputas presidenciais. Dessa forma, o custo da coordenação eleitoral, paulatinamente, tende a diminuir na medida em que há disposição dos atores políticos envolvidos para negociarem a formação de palanques nos estados.

Para alcançar os achados desta tese, foi imprescindível casar a discussão teórica sobre coordenação e presidencialização eleitoral com métodos que abarcassem análise quantitativa e qualitativa. Por isso, a Análise Qualitativa Comparativa (QCA), método ainda pouco utilizado pela Ciência Política brasileira, permitiu tratar desse tema de forma sistemática, possibilitando o tratamento de conceitos de difícil mensuração e abordagem pelas técnicas estatísticas tradicionais, além de conectar teoria aos casos, sem perder de vista os aspectos qualitativos dos estados, mostrando-se, assim, uma alternativa metodológica para a pesquisa empírica na Ciência Política no país.

O tratamento teórico e metodológico formatado nesta tese permitiu não apenas abordar, adequadamente, a presidencialização, mas reavaliar e atualizar a tese da “racionalidade política contextual”. Esta pesquisa ofereceu uma contribuição para o entendimento da dinâmica política recente do Brasil, sem perder de vista as particularidades políticas regionais. Ainda que se afirme que “cada caso é um caso”, a análise evidenciou que, durante o período em análise, houve um contínuo processo de alinhamento entre a política estadual e a nacional. Não se pode, portanto, tratar os dois níveis de competição (federal e estadual) de forma dissociada: as estratégias eleitorais e políticas nos estados brasileiros têm sido construídas à luz da movimentação dos partidos nas disputas presidenciais.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRANCHES, S. O presidencialismo de coalizão: o dilema institucional brasileiro. **Dados**, Rio de Janeiro, vol. 31, n. 1, p. 05-33, 1988.

ABRUCIO, F. L. O ultrapresidencialismo estadual. In: ANDRADE, R. de C. (Org.). **Processo de governo no município e no estado**: uma análise a partir de São Paulo. São Paulo: Edusp, 1998, p. 87-116.

\_\_\_\_\_; SAMUELS, D. A nova política dos governadores. **Lua Nova**, São Paulo, n. 40-41, p. 137-166, Ago. 1997.

AMES, B. **Os entraves da democracia no Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2003.

AMARAL, O. E. do. **A estrela não é mais vermelha**. São Paulo: Ed. Garçon, 2003.

AMORIM NETO, O. Gabinetes presidenciais, ciclos eleitorais e disciplina legislativa no Brasil. **Dados**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, 2000. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0011-52582000000300003&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582000000300003&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 29 out. 2009.

\_\_\_\_\_. O Presidencialismo de coalizão revisitado: novos dilemas, velhos problemas. In: TAVARES, J. A. G. (Org.). **O sistema partidário na consolidação da democracia brasileira**. Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003.

\_\_\_\_\_. O Poder Executivo, centro de gravidade do sistema político brasileiro. In: AVELAR, L.; CINTRA, A. O. (Org.). **Sistema político brasileiro**: uma introdução. 2º ed. Rio de Janeiro: Konrad-Adenauer-Stiftung; São Paulo: Unesp, 2007, p. 131-141.

AQUINO, J. A. de. **Processo decisório no governo do estado do Ceará (1995-1998)**: o porto e a refinaria. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2000.

ARRAES FILHO, M. R. **Oligarquias e elites políticas no Piauí**: 1982-1995. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 2000.

BÄCK, H.; DUMONT, P. Making the first move: A two-stage analysis of the role of formateurs in parliamentary government formation. **Public Choice**, n. 135, p. 353–373, 2008.

BARDI, L.; MAIR, P. Os parâmetros dos sistemas partidários. **Revista Brasileira de Ciência Política**, Brasília, n° 4, p. 227-253, 2010.

BIZZARRO NETO, F. A. A. **PMDB: organização e desenvolvimento em São Paulo (1994-2010)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Estadual de Campinas Campinas, 2013.

BLONDEL, J. Party government: myth or reality? **Reihe Politikwissenschaft - Institut für Höhere Studie**, n. 20, p. 1-16, dez. 1994.

BONFIM, W. L. de S. **Qual Mudança?** Os empresários e a americanização do Ceará. Rio de Janeiro. Tese (Doutorado em Ciência Política). Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

\_\_\_\_\_. Reforma do Estado e desenvolvimento econômico e social no Ceará: singularidade e contexto histórico. In: HERMANNNS, Klaus; MORAES, Filomeno. **Reforma do Estado e outros estudos**. Fortaleza: Konrad Adenauer, 2004, p. 59-86.

BRAGA, M. do S. **O processo partidário-eleitoral brasileiro: padrões de competição política (1982-2002)**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas/Fapesp, 2006.

\_\_\_\_\_. O processo político-partidário brasileiro e as eleições de 2006. **Política & Sociedade**, Curitiba, v. 6, p. 53-90, abr. 2007.

\_\_\_\_\_; KINZO, M. D. G.. Sistema Eleitoral, Competição Partidária e Representação Parlamentar nos Legislativos Estaduais. In: BRAGA, M. S; KINZO, M. D. G. (Org.). **Eleitores e Representação Partidária no Brasil**. São Paulo: Associação Editorial Humanitas, 2007, p. 159-178.

BROWNE, E. C. e FRANKLIN, M. N. Aspects of coalition payoffs in European Parliamentary Democracies. **American Political Science Review**, n. 67, p. 453-468, 1973.

BUDGE, I; KEMAN, H. **Parties and democracy: coalition formation and functioning in twenty states**. Oxford: Oxford Univ. Press, 1990.

CARVALHO, R. V. A. de (Org.). **O Ceará na década de 1980 – atores políticos e processo sociais**. Campinas/Fortaleza: Pontes, 2009.

\_\_\_\_\_. Fronteiras simbólicas borradas na transição de ciclos políticos: a campanha para o governo do Ceará em 2006. In: CORTEZ, H.; SPINELLI, J. A (org). **Nordeste 2006: os sentidos do voto: análises interpretativas dos resultados eleitorais nos estados do Nordeste**. Natal: EDUFRN, 2010, p. 69-108.

CASTELO BRANCO, C. M. A. A. **Albertismo: tradição, carisma e conservação**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política), Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2011.

CHIOVETTI, S. P. Mudanças políticas na Amazônia: o PT e as administrações municipais. **Lutas Sociais**, vol. 2, n. 1, p. 111-124, 1997. Disponível em: <[http://www.pucsp.br/neils/downloads/v2\\_artigo\\_chiovetti.pdf](http://www.pucsp.br/neils/downloads/v2_artigo_chiovetti.pdf)>. Acesso em: 10 dez. 2014.

CHEIBUB, J. A.; PRZEWORSKI, A.; SAIEGH, S. Government coalitions and legislative success under presidentialism and parliamentarism. **British Journal of Political Science**, vol. 34, p. 565-87, 2004.

CORTEZ, R. **Eleições majoritárias e entrada estratégica no sistema partidário-eleitoral brasileiro (1989-2006)**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2009.

\_\_\_\_\_. Estratégias partidárias e eleições presidenciais no sistema político brasileiro (1989-2006). **Revista Liberdade e Cidadania**, ano II, n. 7, p. 1-22, jan./mar. 2010.

COX, G. W. Electoral rules and electoral coordination. **Annual Review of Political Science**, vol. 2, p. 145–161, 1999.

\_\_\_\_\_. **Making votes count**: strategic coordination in the world's electoral systems. Cambridge Univ. Press, 1997.

D'ARAÚJO, M. C. **Os ministros da Nova República**: notas para entender a democratização do Poder Executivo. Paper apresentado ao II Consad, Brasília, 6 a 8 de maio de 2009.

DE DEUS, C. **O novo arranjo federativo brasileiro, o regime multipartidário e a competição política municipal no Ceará e no Piauí em 1996, 2000 e 2004**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

\_\_\_\_\_. A reeleição de Wellington Dias (PT) em 2006 e o surgimento do neo-conservadorismo na política piauiense. **Observanordeste – Análises de Conjuntura**, Recife, n. 9, dez. 2009.

DEHEZA, G. I. **Coaliciones de gobierno en el sistema presidencial**: America Latina. *Paper* apresentado no XIX Congreso Internacional del Latin American Studies Association, Washington DC, 28-30 de setembro, 1995.

DIERMEIER, D.; ERASLAN, H.; MERLO, A. Bicameralism and government formation. **Quartely Journal of Political Science**, 2, p. 227-252, 2007.

DIÓGENES, G. **Ciro Gomes: percursos de uma imagem**. In: PARENTE, J.; ARRUDA, J. M. (Org.). **A Era Jereissati**: modernidade e mito. vol. 1. Fortaleza: Edições Demócrito Rocha, 2002.

DOWNS, W. **Coalition government, subnational style**: multiparty politics in Europe's regional Parliaments. Columbus: Ohio State University Press, 1998.

DUVERGER, M. **Os Partidos Políticos**. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.

ECHEGARAY, F. Eleições no Brasil: a caminho de um sistema político moderno. **Política & Sociedade**, n. 10, p. 13-24, abr. 2007.

FARRELL, D. **Electoral Systems**: a comparative introduction. New York: Palgrave Macmillan, 2001.

FERREIRA, D. P. **PFL x PMDB**: marchas e contramarchas (1982-2000). Goiânia: Alternativa, 2002.

FIGUEIREDO, A.; LIMONGI, F. **Executivo e Legislativo na nova ordem constitucional**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1999.

FLEISCHER, D. A política de coligações no Brasil – antes e depois da verticalização (1994 e 1998 vs. 2002 e 2006): impactos sobre os partidos. **Série Ceppac**, 6, p. 1-21, 2007.

\_\_\_\_\_. Coligações Eleitorais. In: AVRITZER, L.; ANASTASIA, F. (Org.). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 142-146.

GERRING, J. What is a case study and what is it good for? **American Political Science Review**, v. 98, n. 2, p. 341-354, 2004.

\_\_\_\_\_. **Case study research**: principles and practices. Cambridge: Cambridge University Press, 2007.

\_\_\_\_\_. **Social Science Methodology**: a criterial framework. Mimeo, 2009.

GOLDER, S. N. **The logic of pre-electoral coalition formation**. Ohio State University Press, 2006.

GONDIM, L. Quando "outros" novos personagens entram em cena: o modelo de gestão da social-democracia cearense. **Revista de Administração Pública**, vol. 28, n. 3, p. 1994.

HICKEN, A.; STOLL, H. Electoral rules and the size of the prize: how political institutions shape presidential party systems. **The Journal of Politics**, vol. 70, n. 4, p. 1109-1127, out. 2008.

KATZ, R.; MAIR, P. Changing models of party organization and party democracy: the emergence of the cartel party. **Party politics**, London/New Delhi, vol. 1, n.1, p. 5-28, 1995.

\_\_\_\_\_. The cartel party thesis: a restatement. **Perspectives on Politics**, vol. 7, p. 753-766, 2009.

KELLAM, M. **Why preelectoral coalitions in presidential systems?** Paper apresentado na Conferência Annual da American Political Science Association - APSA, Seattle, 1-4 de setembro de 2011.

\_\_\_\_\_. Coligações: o estado e os desafios da arte. In: KRAUSE, S.; DANTAS, H.; MIGUEL, L. F. (Org.). **Coligações partidárias na nova democracia brasileira: perfis e tendências**. Rio de Janeiro/São Paulo: Konrad-Adenauer-Stiftung/UNESP, 2010, p. 9-21.

KRAUSE, S.; SCHMITT, R. (Org.). **Partidos e coligações eleitorais no Brasil**. Rio de Janeiro: Fundação Konrad Adenauer; São Paulo: Ed. Unesp, 2005.

LAAKSO, M.; TAAGEPERA, R. Effective number of parties: A measure with application to West Europe. **Comparative political studies**, 12.1, 1979, p. 3-27.

LAVER, M. Models of government formation. **Annual Review of Political Science**. v.1, p. 1-25, 1998.

\_\_\_\_\_; SCHOFIELD, N. **Multiparty Government: The Politics of Coalition in Europe**. New York: Oxford University Press, 1990.

LEMENHE, M. A. **Família, tradição e poder: o(caso) dos coronéis**. São Paulo: Annablume/EUFC, 1995.

LIMA JÚNIOR, O. B. de (Org.). **O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências (1982-1994)**. Rio de Janeiro: FGV, 1997.

\_\_\_\_\_. **Partidos políticos brasileiros: a experiência federal e regional: 1945/64**. Rio de Janeiro: Graal, 1983.

LIMONGI, F. O Novo institucionalismo e os estudos legislativos: a literatura norte-americana recente. **Boletim Informativo Bibliográfico - BIB**, n. 37, p. 3-38, 1994.

\_\_\_\_\_. Presidencialismo e Governo de Coalizão. In: AVRITZER, L.; ANASTASIA, F. (Org.). **Reforma política no Brasil**. Belo Horizonte: UFMG, 2006, p. 237-257.

\_\_\_\_\_; CORTEZ, R. As eleições de 2010 e o quadro partidário. **Novos estudos - CEBRAP**, n. 88, p. 21-37, dez. 2010.

\_\_\_\_\_; MESQUITA, L. Estratégia partidária e preferência dos eleitores: as eleições municipais em São Paulo entre 1985 e 2004. **Novos estudos - CEBRAP**, São Paulo, n. 81, jul. 2008, p. 49-67.

- LINZ, J. The perils of presidentialism. **Journal of Democracy**. vol. 1. n. 1, p. 51-69, 1990.
- LIPSET, S. M.; ROKKAN, S. Cleavage structures, party systems, and voter alignments: an introduction. In: LIPSET, S. M.; ROKKAN, S. (eds.). **Party systems and voter alignments: cross-national perspectives**. New York: Free Press, 1967, p. 1-64.
- MACIEL, N. **Velhas raposas, novos governistas: o PMDB e a democracia brasileira**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2014.
- MAINWARING, S. Democracia presidencialista multipartidária: o caso do Brasil. **Lua Nova – Revista de Cultura Política**, São Paulo, nº 23/24, p. 25-73, mai/jun. 1993.
- \_\_\_\_\_. Multipartyism, robust federalism, and presidentialism in Brazil. In: MAINWARING, S; SHUGART, M. S. (Eds.). **Presidentialism and democracy in Latin America**. Nova York: Cambridge University Press, 1997, p. 55-109.
- \_\_\_\_\_. **Repensando os sistemas partidários na terceira onda da democracia: o caso do Brasil**. Rio de Janeiro: Ed. FGV; Porto Alegre: Mercado Aberto, 2001.
- MAIR, P. **Party system change: approaches and interpretations**. New York: Oxford, 1997.
- MARTÍNEZ-GALLARDO, C. Out of the cabinet: what drives defections from the government in presidential systems? **Comparative Political Studies**, 45 (1), p. 62-90, set. 2011.
- MASSONETTO, A. P. **Presidencialismo estadual em São Paulo: o que une os partidos na coalizão**. Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) – Fundação Getúlio Vargas do Estado de São Paulo, São Paulo, 2014.
- MATIAS, F. Áureo de Mello – Biografia. **Gente de Opinião**. 13/05/2012. Disponível em: <<http://www.gentedeopinioao.com.br/lerConteudo.php?news=96171>>. Acesso em: 16 nov. 2014.
- \_\_\_\_\_. O legado de Jerônimo Santana 2014. **Gente de Opinião**. 13/09/2014. Disponível em: <<http://www.gentedeopinioao.com.br/lerConteudo.php?news=129766>> Acesso em: 31 dez. 2014.
- \_\_\_\_\_. **Pioneiros: ocupação humana e trajetória política de Rondônia**. Porto Velho: Gráfica e Editora Maia Ltda., 1997.
- MARTIN, I. **Os empresários no poder: o projeto político do CIC (1878/1986)**. Fortaleza: Omni Editora Associados Ltda, 2002.

MELO, C. R. Nem tanto ao mar, nem tanto a terra: elementos para uma análise do sistema partidário brasileiro. In: MELO, C. R.; SÁEZ, M. A. (Org.), **A democracia brasileira: balanço e perspectivas para o século 21**. Belo Horizonte: UFMG, 2007, p. 267-302.

\_\_\_\_\_. Os partidos e as eleições presidenciais no Brasil. **Em Debate**, v.2, n.6, p. 6-11, jun. 2010.

\_\_\_\_\_; CÂMARA, R. Estrutura da competição pela presidência e consolidação do sistema partidário no Brasil. **Dados – Revista de Ciências Sociais**, 55(1), p. 71-117, 2012.

MELHEM, C. **Política de botinas amarelas: o MDB-PMDB paulista de 1965 a 1988**. São Paulo: Hucitec/DCP-USP, 1998.

MENEGUELLO, R. **Partidos e Governos no Brasil Contemporâneo (1985-1997)**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

\_\_\_\_\_. Alguns aspectos da lógica de coalizões partidárias. In: **Textos para Discussão CEPAL/IPEA**, Brasília, n. 8, p. 9-45, 2010.

\_\_\_\_\_. **PT: a formação de um partido (1989-1982)**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1989.

\_\_\_\_\_; BIZZARRO-NETO, F. Contexto e Competição na Política Paulista. **Dados**, n. 55, v. 1, 2012, p. 49-100.

MORAES, F. A dinâmica legislativa na Assembléia do Estado do Ceará: 1995 a 1998. In: SANTOS, F. (Org.). **O Poder Legislativo nos estados: diversidade e convergência**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 2001, p. 189-218.

\_\_\_\_\_. Ceará: o subsistema partidário e o retorno ao multipartidarismo. In: LIMA JÚNIOR, O. B de (Org.). **O sistema partidário brasileiro: diversidade e tendências – 1982-94**. Rio de Janeiro: Ed. FGV, 1997.

\_\_\_\_\_. Os resultados eleitorais no Ceará: competitividade, continuidade e mudança. In: **Eleições 2002: continuidade e mudança**. Recife: Observa Nordeste - Fundação Joaquim Nabuco, 3ª ed, dez 2002. Disponível em:<[http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com\\_content&view=article&id=592%3Aos-resultados-eleitorais-no-ceara-competitividade-continuida-de-e-mudanca-&catid=58&Itemid=414](http://www.fundaj.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=592%3Aos-resultados-eleitorais-no-ceara-competitividade-continuida-de-e-mudanca-&catid=58&Itemid=414)>. Acesso em: 06 nov. 2014.

MORELLI, M. Demand Competition and Policy Compromise in Legislative Bargaining. **American Political Science Review**, 93(4), 809-820, 1999.

MUNIZ, A. da C. **Trajetórias de vida, espaços de sociabilidade e projeto política da burguesia “mudancista” cearense (1978-1986)**. Tese (Doutorado em História Social) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

NEVES, J. G. Práticas político-partidárias em Rondônia: procurando um sentido nas peças do tabuleiro. **Revista Espaço Acadêmico**, vol. 5, n. 58, mar. 2006. Disponível em: <<http://www.espacoacademico.com.br/058/58neves.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

NOBRE, M. C. de Q. **Modernização do atraso**: a hegemonia burguesa do CIC e as alianças eleitorais da “Era Tasso”. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2008.

PARENTE, J. Projetando a hegemonia burguesa: organização e expressão política dos industriais cearenses. **Revista de Ciências Sociais**, Fortaleza, vol. 20-21, n. 1/2, p. 199-230, 1990.

PIERUCCI, A. F.; LIMA, M. C. A direita que flutua: o voto conservador na eleição de 1990 em São Paulo. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 29, mar. 1991, p. 10-27.

\_\_\_\_\_; LIMA, M. C. São Paulo 92, a vitória da direita. **Novos Estudos - CEBRAP**, n. 35, mar. 1993, p. 94-99.

PEREIRA, A. R. Sob a ótica da delegação: governadores e assembleias no Brasil pós-1989. In: SANTOS, F. (Org.). **O Poder Legislativo nos estados**: diversidade e convergência. Rio de Janeiro: FGV, 2001, p. 247-287.

POWER, T. J. Fernando Henrique e a “Terceira Via”: Blairismo à Brasileira? In: TAVARES, J. A. G. (Org.). **O que esperar da Social-Democracia no Brasil?** Brasília: Instituto Teotônio Vilela, 2003, p. 221-273.

RAILE, E.; PEREIRA, C.; POWER, T. The Executive Toolbox: Building Legislative Support in a Multiparty Presidential Regime. **Political Research Quarterly**, n. 64, v. 2, p. 323-334, 2010.

RAE, D. **The political consequences of electoral laws**. New Haven/London: Yale University Press, 1967.

RAGIN, C. **Fuzzy-Set Social Science**. Chicago: University of Chicago Press, 2000.

\_\_\_\_\_; RIHOUX, B. Qualitative Comparative Analysis (QCA): State of the Art and Prospects. **Qualitative Methods**: Newsletter of the APSA organized section on qualitative methods, v. 2, n. 2, p. 3-12, 2004.

\_\_\_\_\_. Turning the Tables: How Cases-Oriented Research Challenges Variable-Oriented Research. In: BRADY, H.; COLLIER, D. (Org.). **Rethinking social inquiry**: diverse tools, shared standards. Oxford: Rowman & Littlefield, 2004, p. 123-138.

\_\_\_\_\_. **The Comparative Method**: moving beyond qualitative and quantitative strategies. Berkeley: University of California Press, 1987.

\_\_\_\_\_ ; MARX, A. QCA, 25 Years after “The Comparative Method”: mapping, challenges, and innovations - Mini-Symposium. **Political Research Quarterly**, vol. 66, n. 1, p. 167-235, mar. 2013.

RIHOUX, B.; RAGIN, C. (eds). **Configurational Comparative Methods: Qualitative Comparative Analysis (QCA) and related techniques**. Los Angeles, London, New Delhi e Singapore: Sage, 2009.

SCHNEIDER, C. Q.; WAGEMANN, C. **Set-theoretic methods for the social sciences: a guide to qualitative comparative analysis**. New York: Cambridge University Press, 2012.

\_\_\_\_\_ ; ROHLFING, I. Case studies nested in Fuzzy-set QCA on sufficiency: formalizing case selection and causal inference. **Sociological Methods & Research**, p. 1-43, mai. 2014.

RIKER, W. **The theory of political coalitions**. New Haven: Yale, 1962.

ROMA, C. A institucionalização do PSDB entre 1988 a 1999. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, São Paulo, vol. 17, n. 49, jun. 2002.

SCHATTSCHEIDER, E. E. **Regimen de Partido**. Madrid: Tecnos, 1964.

\_\_\_\_\_. **The Semisovereign people: a realist’s view of democracy in America**. New York: Holt, Rinehart and Winston, 1960.

SADEK, M. T. A interiorização do PMDB nas eleições de 1986 em São Paulo. In: SADEK, M. T. *As eleições de 1986 em São Paulo*. São Paulo: Vértice/IDESP, 1989.

SANDES-FREITAS, V. E. V. de. **A lógica da formação de governos no estado do Piauí (1987-2007)**. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Piauí, Teresina, 2010.

\_\_\_\_\_ ; MASSONETTO, A. P. **Coligações e coalizões governamentais nos estados brasileiros: análise dos casos de São Paulo e do Piauí (1994-2010)**. *Paper* apresentado no 36º Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais – ANPOCS, Águas de Lindoia, 21-25 de outubro de 2012a.

\_\_\_\_\_ ; MASSONETTO, A. P. **Formação de gabinetes e coalizões nos governos subnacionais brasileiros (1995-2010)**. *Paper* apresentado no VI Congresso Latino Americano de Ciência Política da Associação Latino-Americana de Ciência Política (ALACIP), Quito, 12-14 de junho de 2012b.

SCHMITT, R. **Partidos políticos no Brasil (1945-2000)**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

SCHOFIELD, N; LAVER, M. Bargaining theory and portfolio payoffs in European coalition governments 1945-83. **British Journal of Political Science**, nº 15, p. 143-164, 1985.

SHUGART, M.; CAREY, J. **Presidents and Assemblies**: constitutional design and electoral dynamics. Cambridge: Cambridge University Press, 1992.

SILVA, E. F. da. **Constituição, consolidação e o caso do capital político**: uma compreensão sociológica da “Era Tasso” no Ceará. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2013.

SILVA, R. J. G. da. **Metamorfose das oligarquias**: o caso do Piauí. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 1999.

SINGER, A. A segunda alma do Partido dos Trabalhadores. **Novos Estudos**, n. 88, p. 89-111, nov. 2010.

SOARES, M. **Democracia, representação política e federalismo no Brasil**. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2007.

SOUSA, V. **Eleições brasileiras 2006**: será que o direito de reeleição para governadores e presidente da República e a verticalização afetam as coligações na disputa de cargos proporcionais? *Paper* apresentado no VIII Congresso Internacional da Brazilian Studies Association (BRASA), Nashville, 2006.

SOUZA, C. Democratización, federalismo y gasto social en el Brasil. In: PARLEMO, Vicente (Comp.). **Política brasileña contemporánea**: de Collor a Lula en años de transformación. Buenos Aires: Instituto Di Tella/Siglo Veintiuno de Argentina Editores, 2003, p. 155-194.

SPOON, J-J.; WEST, K. J. Alone or together? How institutions affect party entry in presidential elections in Europe and South America. **Party Politics**, p. 1-11, fev. 2013.

STRØM, K. **Minority government and majority rule**. Cambridge: Cambridge University Press, 1990b.

TOMIO, F.; RICCI, P. O governo estadual na experiência política brasileira: os desempenhos legislativos das Assembleias Estaduais. **Revista de Sociologia e Política**, v. 21, n. 41, p. 193-217, fev. 2012.

VAN HOUTEN, P. Multi-Level Relations in Political Parties: a delegation approach. **Party Politics**, vol. 15, n.2, p. 137-156, 2009.

VIEIRA, S. M. **O Partido da Social Democracia Brasileira**: trajetória e ideologia. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado de Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2012.

WATTS, R. Federalism, Federal Political Systems and Federations. **Annual Review of Political Science**, vol. 1, p. 117-137, 1998.

WOLINETZ, S. Beyond the catch-all party: approaches to the study of parties and party organization in contemporary democracies. In: GUNTHER, R; MONTERO, J. R.; LINZ, J. (eds.) **Political parties**: old concepts and new challenges. Oxford: Oxford University Press, 2002, p. 136-165.

ZUCCO JR., C. Esquerda, direita e governo: a ideologia dos partidos políticos brasileiros. In: ZUCCO, T; ZUCCO JR., C. (Org.). **O Congresso por ele mesmo**: autopercepções da classe política brasileira. Belo Horizonte: UFMG, 2011, p. 37-60.

## **JORNAIS:**

### **Ceará**

AIRTON, J. Por que quero ser governador? **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 out. 2002. Tendências/Debates. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/opiniaofz2410200210.htm>>. Acesso em: 13 out. 2014.

A novidade do PRB e o movimento paralelo de Ciro. **O Povo**, Fortaleza, 15 set. 2007. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/politica/2007/09/15/noticiaspoliticas,729285/a-novidade-do-prb-e-o-br-movimento-paralelo-de-ciro.shtml>>. Acesso em: 16 out. 2014.

CANTANHÊDE, E. Tasso diz não ter “obrigação ética” com Serra. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 jul. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2607200208.htm>>. Acesso em: 12 out. 2014.

Cid Gomes: “O Tasso se precipitou”. **O Povo**, Fortaleza, 11 out. 2010. Disponível em: <<http://blog.opovo.com.br/blogdoeliomar/cid-gomes-o-tasso-se-precipitou/>>. Acesso em: 17 out. 2014.

FERNANDES, K. Ata mostra que Ciro não fundou PSDB no Ceará. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 ago. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0708200205.htm>>. Acesso em: 11 out. 2014.

FERNANDES, K. Desafeto de Tasso deve coordenar a campanha de Serra. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 jul. 2002. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2307200212.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2307200212.htm)>. Acesso em: 10 out. 2014.

FERNANDES, K. PT deve apoiar irmão de Ciro no Ceará. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 8 abr. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0804200616.htm>>. Acesso em: 14 out. 2014.

LO PRETE, R. Cobertor curto. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 3 jul. 2006. Painei. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0307200601.htm>>. Acesso em: 15 out. 2014.

MOTA, P. Tasso quer Estado “pequeno e forte”. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 9 out. 1994. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/10/09/caderno\\_especial/12.html](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/10/09/caderno_especial/12.html)>. Acesso em: 11 out. 2014.

Mudança embaralha mapa político regional. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 28 fev. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2802200215.htm>>. Acesso em: 12 out. 2014.

RODRIGUES, F. Ciro filia-se ao PSB e visita Arraes. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 jun. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2906200512.htm>>. Acesso em: 14 out. 2014.

RODRIGUES, F. PSDB cearense apóia Ciro e ignora tucano. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 23 jul. 2002. Disponível em: <[www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2307200213.htm](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2307200213.htm)>. Acesso em: 10 out. 2014.

SAMPAIO, D. Eleição faz surgir nova elite na AL. **O Povo**, Fortaleza, 01 fev. 2007. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/politica/2007/02/01/noticiaspoliticas,667349/eleicao-faz-surgir-br-nova-elite-na-al.shtml>>. Acesso em: 12 out. 2014.

Sem conflitos, assume uma nova Assembléia. **O Povo**, Fortaleza, 31 jan. 2007. Disponível em: <<http://www.opovo.com.br/app/politica/2007/01/31/noticiaspoliticas,667058/sem-conflitos-assume-br-uma-nova-assembleia.shtml>>. Acesso em: 12 out. 2014.

## **Piauí**

RIBEIRO, E. Planalto sai favorecido se pefelista vencer. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 nov. 1990. 2º turno, p. B – 17.

No Acre, petista “light” fecha aliança com tucanos. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 01 jul. 1998. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc01079825.htm>>. Acesso em: 03 jan. 2015.

GUIBU, F.; KORMANN, A. Mão Santa ajuda PT a crescer nas pesquisas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 18 set. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1809200236.htm>>. Acesso em: 04 jan. 2015.

ALENCAR, K; ULHÔA, R. Para encostar em Lula, Serra prioriza Minas, Rio e SP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 jun. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1906200207.htm>>. Acesso em: 04 jan. 2015.

## **Rondônia**

ALONSO, G. Governador responsabiliza PT por conflito. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 25 out. 1995. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/8/25/brasil/35.html>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

CARAZZAI, E. H. Ala do PT de Rondônia ameaça romper com candidato do PMDB. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 22 out. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/818973-ala-do-pt-de-rondonia-ameaca-romper-com-candidato-do-pmdb.shtml>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

CARAZZAI, E. H. PSDB anuncia apoio a candidato do PPS em Rondônia. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 15 out. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/poder/815342-psdb-anuncia-apoio-a-candidato-do-pps-em-rondonia.shtml>>. Acesso em: 30 nov. 2014.

Corte em Rondônia atinge mais o social. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 jan. 2000. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3001200004.htm>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

Estado em crise: governador de Rondônia pede para sair do PSDB. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 jul. 2005. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0707200542.htm>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

KRAKOVICS, F. Prefeito do interior ameaça governador. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 out. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2710200250.htm>>. Acesso em: 28 nov. 2014.

Líder lança Luís Eduardo à Presidência. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 jul 1997. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc020713.htm>>. Acesso em: 27 nov. 2014.

Petistas aderem a governo do PMDB. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 11 abr. 1995. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1995/4/11/brasil/27.html>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

PMDB vai criar “brigadas” para o 2º turno. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 14/10/1994. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/10/14/brasil/23.html>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

Reeleito em RO, Ivo Cassol promete apoio a Alckmin. **G1**, Rio de Janeiro, Disponível em: <<http://g1.globo.com/Noticias/Politica/0,,AA1295666-5601,00-REELEITO+EM+RO+IVO+CASSOL+PROMETE+APOIO+A+ALCKMIN.html>>. Acesso em: 29 nov 2014.

SEABRA, C. Alckmin diz que campanha tende a ficar mais agressiva. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 27 ago. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2708200613.htm>>. Acesso em: 29 nov. 2014.

SPERANÇA, Carlos. A política na história. **Gente de Opinião**, Porto Velho, 20 set. 2014. Disponível em: <<http://www.gentedeopinioao.com.br/lerConteudo.php?news=129938>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

VIANA, J. P. Cientista político fala em entrevista sobre os paradoxos do PT. **Rondoniaovivo.com**, Porto Velho, 15/03/2010. Entrevista concedida a. Disponível em: <<http://www.rondoniaovivo.com/imprimir.php?news=60865>>. Acesso em: 26 nov. 2014.

## **São Paulo**

ALVES, C. E. Quércia inicia substituição em cargos ocupados por petebistas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 19 jun. 1990, ano 70. p. A-4.

CARDINALLI, R. Governo Covas indica aliados a estatais. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 31 ago. 1995, p. 1-15. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1995/08/31/2/>>. Acesso em: 12 dez. 2014.

DUALIBI, J. Pressionado, Alckmin chama vice do PFL. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 29 jun. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc2906200234.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

Marcos Cintra troca PPR pelo PL; partido ganha 11 deputados em SP. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 7 jan. 1994. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/1/07/brasil/21.html>>. Acesso em: 07 dez. 2014.

MARTINS, A. PT decide apoiar a candidatura de Covas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 out. 1994. Disponível: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/10/24/brasil/25.html>>. Acesso em: 08 dez. 2014.

NARDI, C. M. de. Apoio a Covas divide o PTB em São Paulo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 ago. 1994. Disponível em: <[http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/8/30/caderno\\_especial/14.html](http://www1.folha.uol.com.br/fsp/1994/8/30/caderno_especial/14.html)>. Acesso em: 13 dez. 2014.

Novo titular do Planejamento é aliado de Serra. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 17 dez. 2002. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc1712200224.htm>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

PFL tenta se reorganizar em São Paulo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 20 nov. 1993, ano 73, n. 23.607, p. 1-10. Disponível em: <<http://acervo.folha.com.br/fsp/1993/11/20/2/>>. Acesso em: 10 dez. 2014.

PSDB nomeia indiciados de Quércia no 1º escalão. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 2 mai. 2010. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc0205201021.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

PT descarta participar do governo Covas. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 nov. 1998. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc30119809.htm>>. Acesso em: 09 dez. 2014.

Quércia acha que PMDB aprovará rompimento com Sarney. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 24 dez. 1988, ano 68, n. 21.815, p. A-5.

Quércia fecha aliança com o PP em São Paulo. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 30 jun. 2006. Disponível em: <<http://www1.folha.uol.com.br/fsp/brasil/fc3006200619.htm>>. Acesso em: 11 dez. 2014.

Quércia muda governo pensando na Presidência. **Folha de S. Paulo**, São Paulo, 07 jan. 1990, ano. 69, n. 22.194, p. A-9.

## **LEGISLAÇÃO:**

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1937)**. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 10 nov. 1937. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao37.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao37.htm)> Acesso em: 15 nov. 2014.

BRASIL. **Constituição dos Estados Unidos do Brasil (1946)**. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 18 set. 1946. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao46.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao46.htm)> Acesso em: 15 nov. de 2014.

BRASIL. **Constituição da República dos Estados Unidos do Brasil (1934)**. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 16 jul. 1934. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao34.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao34.htm)>. Acesso em: 15 nov. 2014.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil (1967)**. Poder Executivo, Brasília, 24 jan. 1967. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/Constituicao67.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/Constituicao67.htm)> Acesso em: 15 nov. de 2014.

BRASIL. **Lei nº 2.731**, de 17 de fevereiro de 1956. Muda a denominação do Território Federal do Guaporé para Território Federal de Rondônia. Poder Executivo, Rio de Janeiro, 17 fev. 1956. Disponível em: <<http://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1950-1959/lei-2731-17-fevereiro-1956-355081-publicacaooriginal-1-pl.html>>. Acesso em: 12 nov. 2014.

## ANEXOS

### Anexo I - Partidos de esquerda para direita (1990-2009)

Ano												R <sup>2</sup>	
1990	PC do B	PT	PCB	PSB	PDT	PSDB	PMDB	PTB	PL	PDC PRN	PFL	PDS	0.91
1993	PC do B	PT PSTU	PSB	PPS	PDT	PSDB	PMDB	PP	PTB	PL PFL	PPR	PRN	0.88
1997	PC do B	PT	PSB	PPS	PDT	PMDB	PSDB	PTB	PL	PFL	PPB		0.98
2001	PC do B	PT	PSB	PDT	PPS	PMDB PSDB	PL PTB	PFL	PPB				0.86
2005	PC do B	PSB PT	PPS	PDT	PMDB PSDB	PTB PL	PFL PP						0.79
2009	PSOL	PC do B	PSB PT	PDT	PV	PPS	PMDB PSDB	PTB	PR	PP	DEM		0.87

Notas: Partidos empilhados, em qualquer ano, indicam que as diferenças entre suas posições estimadas não são significativas ao nível de 0.05. O teste de significância entre todos os outros pares de partidos adjacentes retornaram p-valores < 0.05. O R<sup>2</sup> indica o encaixe do modelo aos dados.

**Fonte:** Tabela reproduzida de Zucco (2011, p. 42).

## Anexo II - Gabinetes de Ministros de Estado do Brasil (1985-2010)

Governador e Gabinete	Período do Gabinete	Partidos Representados no Gabinete	% de Secretários sem filiação partidária	Tamanho Nominal do Gabinete (% de cadeiras)	Taxa de Coalescência
Sarney 1	mar/85 - fev/86	PMDB-PFL-PTB-PDS	18,0	93,5	0,66
Sarney 2	fev/86 - mar/90	PMDB-PFL	14,0	69,3	0,64
<b>Média Sarney</b>			<b>16,0</b>	<b>81,4</b>	<b>0,65</b>
Collor 1	mar/90 - out/90	PMDB-PFL-PRN	60,0	50,3	0,40
Collor 2	out/90 - jan/92	PFL-PDS-PRN	60,0	29,6	0,40
Collor 3	jan/92 - abr/92	PFL-PDS	60,0	26,2	0,30
Collor 4	abr/92 - out/92	PFL-PDS-PSDB-PTB-PL	45,0	43,7	0,46
<b>Média Collor</b>			<b>56,2</b>	<b>37,4</b>	<b>0,39</b>
Itamar 1	out/92 - jan/93	PMDB-PFL-PSDB-PTB-PDT-PSB	20,0	61,6	0,62
Itamar 2	jan/93 - mai/93	PMDB-PFL-PSDB-PTB-PDT-PSB-PT	38,0	67,4	0,59
Itamar 3	mai/93 - set/93	PMDB-PFL-PSDB-PTB-PSB	38,0	53,3	0,51
Itamar 4	set/93 - jan/94	PMDB-PFL-PSDB-PTB-PP	52,0	58,6	0,48
Itamar 5	jan/94 - jan/95	PMDB-PFL-PSDB-PP	76,0	55,3	0,22
<b>Média Itamar</b>			<b>44,8</b>	<b>59,24</b>	<b>0,48</b>
FHC I - 1	jan/95 - abr/96	PSDB-PMDB-PFL-PTB	32,0	56,3	0,57
FHC I - 2	abr/96 - dez/98	PSDB-PMDB-PFL-PTB-PPB-PPS	32,0	76,6	0,60
<b>Média FHC I</b>			<b>32,0</b>	<b>66,4</b>	<b>0,58</b>
FHC II - 1	jan/99 - mar/99	PSDB-PMDB-PFL-PTB-PPB-PPS	23,8	74,3	0,70
FHC II - 2	mar/99 - out/01	PSDB-PMDB-PFL-PPB-PPS	37,5	68,2	0,59
FHC II - 3	out/01 - mar/02	PSDB-PMDB-PFL-PPB	31,6	62,0	0,68
FHC II - 4	mar/02 - dez/02	PSDB-PMDB-PPB	63,2	45,1	0,37
<b>Média FHC II</b>			<b>39,0</b>	<b>62,4</b>	<b>0,58</b>
Lula I - 1	jan/03 - jan/04	PT-PSB-PDT-PPS-PCdoB-PV-PL-PTB	17,2	49,3	0,64
Lula I - 2	abr/04 - jul/05	PT-PSB-PPS-PCdoB-PV-PL-PTB-PMDB	14,3	62,0	0,51
Lula I - 3	jun/05 - ago/05	PT-PSB-PCdoB-PV-PTB-PMDB-PL	15,1	59,8	0,56
Lula I - 4	ago/05 - set/05	PT-PSB-PCdoB-PV-PTB-PMDB-PL	19,3	69,0	0,55
Lula I - 5	set/05 - abr/06	PT-PSB-PCdoB-PV-PTB-PMDB-PP-PRB-PL	19,3	69,0	0,52
Lula I - 6	abr/06 - dez/06	PT-PSB-PCdoB-PV-PTB-PMDB-PP	22,5	59,4	0,52
<b>Média Lula I</b>			<b>17,9</b>	<b>61,4</b>	<b>0,55</b>
Lula II - 1	jan/07 - abr/07	PT-PR-PCdoB-PSB-PTB-PMDB-PP	10,1	61,3	0,62
Lula II - 2	abr/07 - dez/10	PT-PR-PCdoB-PSB-PTB-PMDB-PP-PDT-PRB	5,3	66,8	0,62
<b>Média Lula II</b>			<b>7,7</b>	<b>64,0</b>	<b>0,62</b>

Fonte: Elaboração do autor a partir de Sandes-Freitas e Massonetto (2012a; 2012b), de Amorim Neto (2000; 2007).

## Anexo III - Distribuição das pastas dos gabinetes ministeriais (1985-2008)

Presidentes	Partidos Aliados (%)	Partido do Presidente (%)
Sarney	21,0	60,0
Collor	43,0	6,0
Itamar	70,0	0,0
FHC I	49,0	18,0
FHC II	34,0	30,0
Lula I	33,0	52,0
Lula II	47,0	47,0
<b>Média</b>	<b>42,0</b>	<b>30,0</b>

Fonte: Sandes-Freitas e Massonetto (2012a; 2012b). Adaptado a partir dos dados disponíveis nas tabelas 1 e 13, em D'Araújo (2009).

#### **Anexo IV – Classificação das Secretárias de Estado por área.**

<b>SECRETARIAS POR ÁREA</b>	<b>DEFINIÇÃO</b>
POLÍTICA	São consideradas as Secretarias que têm o papel de articular o governo internamente (entre as secretarias e outros órgãos da própria estrutura administrativa do Governo estadual) e externamente (junto aos aliados políticos, lideranças locais e partidárias, Assembleia Legislativa, entre outros).
ECONÔMICO-ADMINISTRATIVA	São as Secretarias cuja atuação se dá no âmbito administrativo da máquina pública e do planejamento econômico estadual.
SOCIAL	São as Secretarias que têm como objetivo a prestação de serviços à comunidade, principalmente os considerados básicos, como saúde, educação e segurança pública.

Fonte: Elaborado a partir de Sandes-Freitas (2010).

## Anexo V – Manual para coleta de dados

### **Projeto: Formação de governos estaduais em perspectiva comparada (1987-2010)**

**Vitor Eduardo Veras de Sandes Freitas**  
Doutorando em Ciência Política - UNICAMP

**Caso:** \_\_\_\_\_

#### **1. Procedimento de coleta de dados:**

##### **- Atas de posse:**

Geralmente todos os Governos do Estado possuem um documento denominado “Atas de Posse” ou “Livro de Atas de Posse” dos Secretários de Estado. Cada Ata possui a nomeação do Secretário, constando do seu nome completo, pasta ocupada (Secretaria de Estado) e data de nomeação. Por vezes, aparecem outras informações, como o CPF ou RG. Nesses casos, essas informações devem ser anotadas/digitadas, porque podem ser úteis para a conferência das informações em outros meios.

##### **- Diários Oficiais do Estado:**

Nesses constam todas as nomeações e exonerações de Secretários e demais ocupantes de cargos de confiança no Estado. No entanto, os Diários Oficiais possuem mecanismos limitados de busca, devido ao excesso de informações presentes nos mesmos (decretos, portarias e demais publicações oficiais). A consulta aos Diários implica em verificar se constam nomeações de secretários em cada diário (um por dia, geralmente), o que inviabiliza essa ferramenta como a primeira forma de ter acesso aos nomes dos secretários nomeados e exonerados. Por isso, recomenda-se que a primeira busca deve ser feita a partir das Atas de Posse dos Secretários ou das informações fornecidas pelas Secretarias.

No entanto, os Diários são a garantia final de que os dados estão plenamente corretos. Dessa forma, recomenda-se que as datas de exoneração sejam conferidas nesses documentos. Geralmente a exoneração de um Secretário ocorre logo antes da nomeação de outro. Assim, é relativamente fácil encontrar quando um secretário é exonerado e outro é nomeado.

Uma forma de verificar se o Secretário mudou é olhando rapidamente quem assina as portarias, por Secretaria, nos Diários Oficiais. Como precisamos do mês de entrada e não do dia exato, a obtenção da informação do ocupante da Secretaria é mais fácil de ser verificado.

##### **- Documentos fornecidos pelas Secretarias de Estado:**

As solicitações formais junto às Secretarias de Estado são fundamentais para conseguir todas as informações que precisamos, principalmente as mais pessoais (porém públicas, já que estes são

agentes públicos), como: data e local de nascimento; escolaridade (se for em nível superior ou pós-graduação, especificar o curso) e profissão (no período em que exerceu o cargo); se era funcionário público (data de admissão) e qual o órgão que ele trabalhava a mais tempo.

*O ideal é que a solicitação seja feita o mais rápido possível*, pois algumas Secretarias demoram a dar o retorno. Outras não informam tudo. Por isso, precisamos da ajuda de outras ferramentas, como internet e jornais, para complementar as informações, se este for o caso.

Nesse caso, peço que entre em contato diretamente com o RH da Secretaria. É lá que você vai conseguir saber com quem lidar diretamente. Não adianta somente entrar com o pedido no protocolo. Esta estratégia não costuma funcionar. O ideal é ir diretamente ao RH, explicar os propósitos da pesquisa e, posteriormente, seguir a orientação deles de como deve ser procedida à solicitação. Assim que protocolar a solicitação, você deve pegar o contato da pessoa que ficará responsável pelo levantamento dos dados. Assim sendo, você pode cobrar os dados para a pessoa da burocracia encarregada para responder a solicitação. Em geral, os funcionários agem de três formas: 1) são solícitos e entregam no prazo; 2) são solícitos e não entregam no prazo; 3) não são solícitos e tendem a não dar resposta.

Quanto ao caso 2 é preciso agir de forma amigável, pedindo prazos. Por exemplo, se o funcionário afirmou que entregaria na segunda e não o fez, você pede um novo prazo. Se ele não souber, você diz: “posso ligar na quarta?” Quanto ao caso 3, há uma maior complicação. Você precisa convencer o funcionário dos propósitos da pesquisa: *“visa compreender melhor a dinâmica política estadual e que têm objetivos estritamente acadêmicos e que os dados serão disponibilizados. Esta pesquisa representa um avanço sem precedentes, pois colaborará com análises comparadas mais sistemáticas sobre o estado do Piauí”*. Se ainda assim não houver colaboração e tiver completa resistência dos funcionários, entre em contato e veremos como proceder.

Outro problema que pode existir é que algumas Secretarias foram extintas. A experiência com outros casos é que esses documentos são incorporados por outras Secretarias e assim os arquivos não se perdem. O ideal é que a solicitação seja feita primeiramente nas Secretarias mais tradicionais (Casa Civil/Governo, Saúde, Segurança Pública, Fazenda, Justiça, Educação, Turismo, Cultura e Planejamento) e depois nas mais recentes. Veja se a Secretaria foi transformada em algum outro órgão, como Coordenadoria, Conselho ou Fundação. Neste caso, altere o ofício, pedindo colaboração para obter informações sobre a Secretaria de Estado que foi extinta.

Para isso uma importante distinção que precisa ser feita é entre órgãos da Administração Direta e Indireta. Nosso foco é somente nos cargos de primeiro escalão da Administração Direta com denominação Secretaria de Estado. Além disso, não consideraremos os Secretários-Adjuntos. Somente consideraremos os responsáveis pela pasta, ou seja, os Secretários. Dessa forma, os Secretários Interinos entram na medida em que precisam substituir o titular por um período determinado, ou porque foram exonerados do cargo ou devido à ausência do cargo por um período (por motivo de doença, viagem etc.). Se o Secretário Interino passar mais de um mês à frente do cargo, considera-se essa informação para a coleta de dados.

Por fim, é válido afirmar que a solicitação feita à Secretaria de Estado será o mais objetiva e direta possível. Esta solicitação seguirá um modelo-padrão (ofício) a ser disponibilizado.

## **- Jornais:**

Jornais são úteis para conseguir dados gerais sobre os secretários. Geralmente no **início de mandato** (ver abaixo), jornais publicam a relação dos secretários, bem como a profissão, escolaridade e formação dos mesmos. Você pode ter acesso online, em Bibliotecas Públicas ou no Arquivo do Estado. O ideal é utilizar isso depois que se esgotar as formas descritas anteriormente: Atas de Posse, Diários Oficiais do Estado e informações fornecidas pela Secretaria. Essas são as fontes oficiais.

## **2. Observações importantes:**

- 1) Cada novo mandato implica na posse de um novo gabinete, ou seja, mesmo que um governador seja reeleito deve-se entrar novo registro de cargo/período para cada mandato. Da mesma forma, mudanças do nome de uma Secretaria durante um mandato, ou através de mandatos, implicam em novo registro.
- 2) Se o secretário se candidatou em alguma eleição é possível recuperar algumas informações importantes sobre ele como: sexo, idade, escolaridade e profissão.  
I – buscar o nome, a data e o local de nascimento e outras informações do secretário através do Google. Conferir se os documentos consultados são oficiais.
- 3) Não confiar em informações fornecidas pelo “boca-a-boca”. A memória costuma falhar. Esta informação pode ser uma pista, jamais informação a ser tabulada. A única informação que pode ser aceita como dado é se o próprio Secretário informar pessoalmente a você. Isso somente deve ser feito em último caso.
- 4) Os nomes dos Secretários deverão ser digitados sem acentuação, sem cedilhas e abreviações e, de preferência, em caixa alta.
- 5) Muitos Secretários usam o nome artístico, que, muitas vezes, não corresponde ao registrado no CPF, RG e Título de Eleitor. Dessa forma, ao digitar o nome do Secretário, deve-se verificar se o mesmo é o nome oficial.
- 6) Ao digitar o nome da Secretaria, deve-se colocar apenas o nome da pasta. Ex: Secretaria de Estado de Educação deve ser digitado como Educação.
- 7) No campo observações, devem ser anotadas todas as informações que você considerar relevantes, se este for o caso.

### 3. Definições:

**(a) Início de Mandato e (b) Término de Mandato** = O primeiro é entendido como momento em que o Governador assume o Governo do Estado e nomeia os Secretários de Estado e demais ocupantes de cargos de confiança. O segundo é entendido como momento em que o Governador encerra o mandato. As datas de início e de término dos mandatos mudam ao longo do período de análise da pesquisa, conforme os períodos abaixo:

**Ex: Ceará**

[15/março/1987 – 14/março/1991] – Tasso Jereissati

[15/março/1991 – 06/setembro/1994] – Ciro Gomes

[06/setembro/1994 – 31/dezembro/1994] – Mandatos-tampão [Francisco A. de O. B. Leal e Francisco Alencar]

[01/janeiro/1995 – 31/dezembro/1998] – Tasso Jereissati

[01/janeiro/1999 – 31/dezembro/2002] – Tasso Jereissati

[05/abril/2002 – 31/dezembro/2002] – Benedito Clayton Veras Alcântara

[01/janeiro/2003 – 31/dezembro/2006] – Lúcio Alcântara

[01/janeiro/2007 – 31/dezembro/2010] – Cid Gomes

A maior parte das nomeações se dá no início desses mandatos, mas, ao longo de todo o governo, existe uma série de nomeações e exonerações de Secretários. Dessa forma, as informações das Atas de Posse, dos Diários Oficiais e das Secretarias de Estado são fundamentais para levantar os nomes de todos os secretários que estiveram à frente do Governo do Estado.

**(c) Pasta** = Cargo no Governo Estadual, geralmente Secretaria de Estado. Nesta pesquisa, não serão considerados os cargos de Administração Indireta nem órgãos de Administração Direta que não tenha denominação Secretaria de Estado, como: Coordenadoria, Coordenação, Assessoria, Gabinete, Procuradoria, Defensoria, dentre outros que não tenham a denominação Secretaria de Estado, mesmo que tenham *status* de Secretaria.

### 4. Sites importantes:

<http://www.tse.jus.br/eleitor/situacao-eleitoral>

Neste link, você pode encontrar o título de eleitor incluindo o nome completo e a data de nascimento. Não iremos solicitar o número do título de eleitor às Secretarias, pois corremos o risco de ter o pedido negado.

<http://www.receita.fazenda.gov.br/aplicacoes/atcta/cpf/consultapublica.asp>

O CPF, às vezes, é encontrado na internet, através da busca usando o nome completo do secretário. Este não é um dado tão importante, pois com ele não conseguimos o número do título de eleitor. Mas ele pode ajudar a completar outras buscas pela internet, colocando o nome do secretário e o CPF. O link acima serve para confirmar se o CPF pertence mesmo ao secretário.

<http://noticias.uol.com.br/politica/politicos-brasil/>

Muitos secretários se candidataram a algum cargo. Ele serve para consultar informações sobre escolaridade, profissão, data e local de nascimento e título de eleitor. Porém, ele não é um bom recurso para buscar candidaturas antes de 1996.